



ERNESTO BOZZANO

ANIMISMO OU
ESPIRITISMO?

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe do *ebook espírita* com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo.

Sobre nós:

O *ebook espírita* disponibiliza conteúdo de domínio publico e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento espírita e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: www.ebookespírita.org.



www.ebookespírita.org

Ernesto Bozzano

Animismo ou Espiritismo?

Qual dos dois explica o conjunto dos fatos?

Título Original em Italiano

Ernesto Bozzano - Animismo o spiritismo?
Quale tra i due spiega il complesso dei fatti?
Tipografia Dante, Città della Pieve
(1938)



John Constable - O Cerne do cavalo



Conteúdo resumido

Esta obra é um resumo de 40 anos de pesquisas desse incansável cientista espírita, como ele próprio informa no prefácio da presente obra – que foi elaborada em resposta a um pedido do Conselho Diretor do Congresso Espírita Internacional, de Glasgow –, em torno do tema “Animismo ou Espiritismo: Qual dos dois explica o conjunto dos fatos?”

Reunindo todas as suas publicações sobre o assunto – livros, monografias, opúsculos e artigos –, Bozzano elaborou esta grande síntese dos fenômenos metapsíquicos, demonstrando que os fenômenos *anímicos* (provocados pelo subconsciente do ser humano) e os *espíritas* (provocados por entidades espirituais) são interdependentes e provêm, ambos, de uma única causa: o Ser Espiritual – *encarnado*, no caso dos fenômenos anímicos, ou *desencarnado*, no caso dos fenômenos espíritas.

Sumário

Prefácio.....	3
Capítulo I	
As faculdades supranormais subconscientes independem da lei de evolução biológica.....	6
Capítulo II	
Os poderes supranormais da subconsciência podem circunscrever-se dentro de limites definidos	33
Capítulo III	
As comunicações mediúnicas entre vivos provam a realidade das comunicações mediúnicas com os defuntos	45
Capítulo IV	
Dos fenômenos de bilocação.....	115
Capítulo V	
Não é verdade que o Animismo inutiliza as provas em favor do Espiritismo	168
Conclusões.....	290

Prefácio

Devo, antes de tudo, informar o leitor acerca das origens e da natureza do presente livro, que não é uma obra nova, no verdadeiro sentido do termo, e que jamais tive idéia de escrever.

Eis como se passaram as coisas.

O Conselho Diretor do Congresso Espírita Internacional, de Glasgow, que se reuniu na primeira semana de setembro do corrente ano (1937), me escreveu, convidando-me a dele participar pessoalmente, oferecendo-me o cargo honorífico de vice-presidente do mesmo Congresso e pedindo que eu enviasse um resumo da minha obra, em torno do tema: *Animism or Spirituallism: Which explains the facts?* (Animismo ou Espiritismo: Qual dos dois explica o conjunto dos fatos?) Formidável encargo, pois que se tratava de resumir a maior parte da minha obra de quarenta anos. Mas, de súbito, o tema se me apresentou teoricamente muito importante. Aceitei então, sem hesitar, o convite e, como escasso era o tempo e vasta a tarefa, pus-me a reunir todas as minhas publicações sobre o assunto: livros, monografias, opúsculos e artigos, lançando-me sem demora ao trabalho.

Do resumo ficou excluída uma importante seção da minha obra, porque o desenvolvimento do tema exigia que eu refutasse, baseando-me em fatos, a infável objeção anti-espirítica segundo a qual, não se podendo assinar limites às faculdades supranormais da telepatia, da telemnesia, da telestesia, também nunca será possível demonstrar-se experimentalmente – e, portanto, cientificamente – a existência e a sobrevivência do espírito humano. Como se sabe, essa gratuita objeção se refere exclusivamente aos casos de identificação espirítica, baseada nos informes pessoais fornecidos pelos defuntos que se comunicam, casos que perderiam todo o valor demonstrativo, desde que resultasse fundada a referida objeção, porquanto, então, seriam explicáveis em massa, com os poderes da subconsciência, os quais chegariam a extrair os aludidos informes das subconsciências dos vivos que, embora distantes, houvessem conhecido os mencionados defuntos (telemnesia). Nessas condições, se eu

quisesse eliminar preventivamente toda possibilidade de crítica às conclusões expostas no presente trabalho, necessário se fazia não levar em conta as minhas pesquisas sobre casos de identificação espírita da natureza indicada, nem tampouco os meus laboriosos esforços de análise comparada acerca das mensagens em que os defuntos descrevem o ambiente em que se encontram.

Assim foi que procedi, chegando desse modo a fazer emergir, baseada nos fatos, uma verdade metapsíquica que, conquanto evidentiíssima, era miseramente esquecida pelos propugnadores da objeção em causa. Aludo ao fato de que as provas de identificação espírita, fundadas nas informações pessoais fornecidas pelos defuntos que se comunicam, longe de serem as únicas que se podem conseguir para a demonstração experimental da sobrevivência, mais não são do que simples unidade de prova, entre as múltiplas provas que se podem extrair do conjunto dos fenômenos metapsíquicos, mas, sobretudo, das manifestações supranormais de ordem extrínseca, as quais, de ninguém dependendo, resultam independentes dos poderes da subconsciência. Tais, por exemplo, os casos das “aparições dos defuntos quando ainda no leito de morte” e os das “aparições dos defuntos pouco depois da morte”, assim como outras importantes categorias de fenômenos metapsíquicos, que reuni e comentei no extenso e resolutivo Capítulo V do presente trabalho.

Noutros termos: procedendo desse modo, logrei demolir a única hipótese de que dispunham os opositores para, de certa forma, neutralizarem a interpretação do alto mediunismo, hipótese que, embora absurda e insustentável, parecia embaraçosa, visto que, por ser indemonstrável, se tornava irrefutável. Ver-se-á, porém, que, ao contrário disso, cheguei igualmente a demoli-la, estribando-me nos fatos, de sorte que, à questão que me foi proposta: *Animismo ou Espiritismo, qual dos dois explica o conjunto dos fatos?*, fácil se me tornou responder, nos termos seguintes:

Nem um nem outro logra, separadamente, explicar o conjunto dos fenômenos supranormais. Ambos são indispensáveis a tal fim e não podem separar-se, pois que são efeitos de uma causa única e esta causa é o espírito humano que, quando se manifes-

ta, em momentos fugazes, durante a encarnação, determina os fenômenos anímicos e, quando se manifesta mediunicamente, durante a existência “desencarnada”, determina os fenômenos espíritos.

Esta e unicamente esta é a solução legítima do grande problema, dado que ela se apresenta como resultante matemática da convergência de todas as provas que advêm da coletânea metapsíquica, considerada em seu conjunto.

Acredito, portanto, haver produzido um labor profícuo, a serviço da causa da Verdade, labor cujo desenvolvimento se revela praticamente mais formidável do que tudo quanto eu imaginara, pois não tardei a me aperceber de que as argumentações e os comentários sobre os casos, na forma especial que lhes eu dera, não se adaptaram a um trabalho de síntese geral. De sorte que tive de remanusear um pouco por toda parte. Ora, refazer é mais difícil do que fazer.

Como quer que seja, agora que concluí, muito me alegra que o Conselho Diretor do Congresso de Glasgow me haja levado a resumir-me a mim mesmo, porquanto da síntese de muitas publicações minhas, longas, breves, de ocasião, condensadas num livro, de pequeno porte, surge incontestável a solução espírita do mistério do ser.

Capítulo I

As faculdades supranormais subscientes independem da lei de evolução biológica

Foi no ano de 1891 – data para mim memorável – que pela vez primeira me pus em contacto com as pesquisas psíquicas e isso se deu por obra do professor Ribot, diretor da *Revue Philosophique*, o qual espontaneamente me enviou o primeiro número dos *Annales des Sciences Psychiques*, no qual se falava de telepatia. Essa “fortuita coincidência” decidiu para sempre do meu futuro de escritor e de pensador. Uma vocação predominante me havia, ao invés, conduzido a ocupar-me, exclusiva e apaixonadamente, de filósofa científica e Herbert Spencer era, naquele tempo, o meu ídolo. Durante dois anos, eu estudara, ininterruptamente, anotara, classificara com imenso amor todo o conteúdo do seu imponente e enciclopédico sistema filosófico, para, em seguida, lançar-me de corpo e alma nas lutas do pensamento, empenhando-me em polêmicas com quem ousasse criticar os argumentos e as hipóteses que o meu venerado mestre formulara. Transformara-me em apóstolo do meu ídolo, o que significa que em tudo pensava e sentia como Herbert Spencer e a concepção mecânica positivista do Universo era a minha profissão de fé. Acrescente-se que, ao passo que admirava a suprema sabedoria do grande filósofo, que intencionalmente se apartara do grosseiro materialismo imperante no seu tempo, dedicando a primeira parte dos seus *First Principles* à teoria do “Incognoscível” e afirmando com isso o próprio “agnosticismo” em presença do enorme mistério do ser; ao passo – digo – que admirava a suprema sabedoria daquele que assim se comportava, a síntese conclusiva das minhas concepções filosóficas gravitava decisivamente, nada obstante, nas órbitas dos Büchner, dos Moleschott, dos Haeckel, que negavam a existência de um Ente Supremo e a sobrevivência humana. Nessa conformidade, defendia eu, nas revistas filosóficas, esse ponto de vista com apaixonado ardor, correspondente, em tudo, ao que mais tarde viria a de-

monstrar em defesa de uma causa diametralmente oposta, porém infinitamente mais reconfortante.

Pareceu-me oportuno começar lembrando esse período do meu passado filosófico, porque o vigor com que agora defendo a causa spiritista a alguns se afigura indício manifesto de que a firmeza das minhas convicções, longe de exprimir a síntese de profundas pesquisas em torno dos fenômenos supranormais, é devida à invasão de um misticismo congênito, perturbador de todo juízo sereno. Nada mais distante da verdade: não existe, nem nunca existiu em mim indício de misticismo e o fervor com que defendo as minhas presentes convicções filosóficas é apenas expressão do meu temperamento de escritor. Tanto assim que, quando militava nas fileiras dos pensadores positivistas-materialistas, sustentava com igual ardor apaixonado as minhas convicções filosóficas de então.

Dito isto, entro, sem mais, no assunto.

Como já disse, há quarenta anos me dedico a pesquisas psíquicas; mas nos primeiros nove anos nada escrevi a respeito, porque de pronto medira a formidável complexidade da nova “Ciência da Alma” e, por conseguinte, compreendera a necessidade de penetrar nela a fundo, remontando-lhe às origens, investigando-a na história dos povos civis, bárbaros, selvagens, bem como experimentando a todo custo.

Por essa misteriosa lei que casualmente aproxima um e outro indivíduos que têm fortes afinidades intelectuais e aspirações científicas do mesmo sentido, cheguei presto a constituir em Gênova um grupo escolhido de estudiosos da matéria, entre os quais o professor Henrique Morselli, o professor Francisco Porro, Luiz Arnaldo Vassallo, grande jornalista e escritor, e o doutor José Venzano, conhecidíssimo profissional. Cheguei, outrossim, a descobrir e desenvolver ótimos médiuns particulares e, mais tarde, a fazer experiências, durante anos, com a célebre Eusápia Paladino, Fica, pois, entendido que, se deixei passassem nove anos antes de mergulhar a pena no assunto metapsíquico, não menos certo é que gastei muito bem o meu tempo, uma vez que então me sentia senhor de fortíssima preparação e conquistara o direito de externar publicamente a minha opinião sobre o

formidável tema. Quando me decidi a entrar na liça, é de assinalar-se que o primeiro artigo que publiquei na *Revista de Estudos Psíquicos*, então dirigida por César de Vesme, foi precisamente um artigo em que demonstrava que *o Animismo prova o Espiritismo*. Daí em diante, não mais pude deixar de investigar, sob todos os aspectos, essa questão, que é fundamental para a correta interpretação da fenomenologia metapsíquica e cuja solução, em sentido espiritual, se apresenta como a única apta a explicar o conjunto inteiro dos fenômenos supranormais.

Mas, se do ponto de vista deste trabalho – cujo tema me foi sugerido pela Comissão Diretora do Congresso Espírita Internacional de Glasgow (1937) – me apresso a ponderar que o fato de haver explanado, por trinta e seis anos, a grande questão, submetendo-a a todas as provas e contemplando-a sob todos os aspectos, forçoso torna-se concluir que nada de novo poderei aditar ao que já publiquei, patente se faz, ao mesmo tempo, que deverei limitar-me a resumir, em parte mínima, a imensa mole de trabalho realizado.

O artigo a que aludi tinha por título – *Espiritualismo e crítica científica*. Apareceu em o número de dezembro de 1899 da *Revista de Estudos Psíquicos* e nele eu refutava, apoiando-me em fatos, a hipótese formulada pelos opositores contra a interpretação espiritual das manifestações dos defuntos. Em seguida, reforçava a refutação, invadindo o campo adversário e demonstrando que, mesmo quando se excluíssem os casos de identificação espiritista, bastaria sempre o fato da existência de faculdades supranormais subconscientes para fornecer a prova incontestável da sobrevivência humana. Abstenho-me de resumir a substância do ponto debatido, porque, tendo depois volvido muitas vezes ao assunto, sempre com maior eficiência de dados e argumentos, não é necessário citar essa primeira referência ao tema controvertido, referência que terminava com uma espécie de desafio concebido nestes termos:

“Poderá alguém se mostrar duvidoso ou céptico com relação aos fenômenos sobre os quais se fundam as minhas conclusões; desses, porém, me desembaraçarei com uma pergunta: “Estaríeis dispostos a reconhecer por incontestá-

veis os meus argumentos, desde que os fatos se revelassem conformes em tudo à verdade?” Se sim (e não pode ser diversamente), nada mais peço, nem de outra coisa pretendo cuidar. Os fatos são fatos e saberão impor-se, pela sua própria força, pouco a pouco, mal grado a tudo e a todos. A mim me basta se reconheça verdadeira a observação seguinte: “As conclusões podem ter-se por incontestáveis, sob a condição de que os fatos sejam verdadeiros.” Quanto aos fatos, repito, abrirão caminho por si mesmos e os espiritistas se sentem plenamente seguros e tranqüilos com respeito a esse ponto.”

Os casos a que me referia não eram fatos de identificação espiritual, mas episódios escolhidos de fenômenos anímicos, quais a “leitura do pensamento”, a “telepatia”, a “visão através de corpos opacos”, a “clarividência no presente, no passado e no futuro”, fenomenologia que me bastava para chegar às conclusões a que me propunha, ou, seja, à demonstração de que *o Animismo prova o Espiritismo*. De todo modo, repito, não podendo eximir-me de voltar ao tema com mais amplo desenvolvimento, me reservo o direito de recorrer a outros trabalhos, a fim de ilustrar o importantíssimo tema, que é fundamental para a defesa da tese espiritual, sobretudo se se considerar que o sistema de luta de que se valem os opositores é o de esforçarem-se, primeiramente, por demonstrar que a gênese das faculdades supranormais subconscientes se inclui na órbita da evolução biológica da espécie. Em seguida, tendo-se libertado de imenso obstáculo inicial, eles se julgam autorizados a ampliar, à vontade, os poderes supranormais das faculdades em apreço, à medida que se produzem incidentes de identificação de defuntos, incidentes cada vez mais inexplicáveis por meio de hipóteses naturalísticas. Essas ampliações já chegaram aos portentosos extremos de conferirem à subconsciência humana os atributos divinos da onisciência e da onividência.

Do que fica exposto decorre que a primeira objeção a ser refutada, ou, se o preferirem, o primeiro erro a ser corrigido nas opiniões dos opositores gira em torno do fato de que eles, para alcançarem seu escopo, se servem das faculdades normais sub-

conscientes, no pressuposto de que o perturbador enigma de existirem, na subconsciência humana, portentosas faculdades praticamente inúteis, se pode elucidar em sentido naturalístico e no pressuposto também de terem alcançado seu objetivo com o formularem diversas hipóteses que, embora contrastando umas com outras, concordam todas em constranger – assim direi – as faculdades supranormais subconscientes a entrar na órbita da lei de evolução biológica, condição indispensável, esta última, a lhes legitimar cientificamente a origem naturalística. Porque, se, ao contrário, as faculdades de que se trata independessem da lei de evolução biológica, tal fato, então, provaria a gênese espiritual das aludidas faculdades, com as conseqüências teóricas daí decorrentes.

São as seguintes as hipóteses formuladas a esse propósito:

1° – As faculdades supranormais subconscientes são resíduos de faculdades atávicas que se foram atrofiando por obra da “seleção natural”, visto se haverem tornado inúteis à ulterior evolução biológica da espécie.

2° – As faculdades supranormais subconscientes são rudimentos abortivos de sentidos que nunca evolveram e jamais evolverão, por inúteis à espécie na luta pela vida.

3° – As faculdades supranormais subconscientes representam outros tantos germens de sentidos novos destinados a evolver nos séculos, até emergirem e se fixarem estavelmente na espécie.

4° – O fato de se manifestarem nalguns indivíduos, em lampejos fugazes, faculdades sensórias de ordem supranormal não implica que as mesmas faculdades hajam de existir, em estado latente, nas subconsciências de todos.

Tais as hipóteses com as quais os opositores ganham a ilusão de haverem constrangido as faculdades supranormais subconscientes a encaixar-se na órbita da lei de evolução biológica.

Postas as coisas nestes termos, faz-se mister demonstrar aos opositores que tudo concorre para provar o contrário, isto é, que as faculdades supranormais subconscientes não são e não podem ser levadas a cargo da evolução da espécie e que, ao demais, semelhantes conclusões resultam validíssimas, mesmo na hipóte-

se de que as aludidas faculdades se destinassem a emergir e fixar-se na espécie em afastadíssimo porvir, hipótese que, entretanto, se revela insustentável em face da análise comparada dos fatos, assim como insustentáveis se revelam as outras hipóteses menores acima enumeradas.

Dito isto, entro no assunto, cuidando, antes de tudo, de eliminar rapidamente três das mencionadas hipóteses, as quais tão inconsistentes se mostram, que não apresentam valor teórico de espécie alguma.

Para clareza da discussão, importa começar lembrando que nos eixos da teoria evolucionista se encaixam duas leis biológicas indissolúvelmente conjugadas entre si: a das *variações espontâneas* nos organismos vivos, variações que, por serem úteis aos indivíduos na diuturna luta pela vida, chegam gradativamente a fixar-se e a evolver na descendência, em virtude de outra lei, a da *seleção natural*, que se compendia no fato da progressiva extinção dos indivíduos menos aptos àquela luta e na “sobrevivência dos mais aptos”, o que, necessariamente, leva à elaboração de organismos estavelmente providos dos sentidos e das faculdades mais adequadas ao ambiente em que eles vivem.

Aplicando essas leis biológicas à primeira das hipóteses acima citadas, na qual se afirma que *as faculdades supranormais subconscientes são resíduos de faculdades atávicas que se foram atrofiando por obra da “seleção natural”, porque se haviam tornado inúteis à ulterior evolução biológica da espécie*, logo se evidencia que a própria hipótese se acha em flagrante contradição com os fatos. Para que disso se convença quem quer que seja, bastará considere o modo pelo qual praticamente se desenvolve a luta pela vida, na espécie humana. Do chefe de uma tribo selvagem, que procura penetrar com astúcia o pensamento doutro chefe seu antagonista, até ao generalíssimo de um exército moderno, aplicado a prever, para preveni-los, os movimentos do inimigo; do tirano da antiguidade, que vigia desconfiado os seus cortesãos aduladores, ao juiz de instrução do nosso tempo, a estudar o meio de colher do delinqüente o seu segredo; do homem de governo que se esforça por descobrir os propósitos de um chefe de partido contrário, ao ávido comerciante que espreita

o seu concorrente para sobrepujá-lo; do amante infortunado que vela sobre os passos do odiado rival, ao marido ciumento, que esquadrinha no olhar da esposa a prova da sua culpa, entre os homens, reinou sempre um afanoso enfurecimento recíproco e sem trégua, com o fim, da parte de cada um, de penetrar no ânimo dos outros e tudo isso, necessariamente, fatalmente, pois que, em tal sentido é que urge a luta pela vida. Segue-se daí que se a espécie, nalgum tempo, se houvesse achado provida normalmente dos sentidos telepáticos e clarividentes, estes, longe de se atrofiarem pelo desuso, deveram afinar-se e evolver rapidamente na descendência, em virtude da lei de seleção, que houvera conduzido fatalmente à gradual extinção dos indivíduos imperfeitamente aparelhados dos mesmos sentidos e à sobrevivência dos mais bem dotados deles.

Tudo isso parece, com efeito, tão manifesto, que não se me afigura necessário estender-me mais sobre o tema.

Por idênticas considerações, igualmente insustentável considero a segunda das hipóteses em exame, que o professor A. J. Balfour expõe da seguinte maneira: “Não será, porventura, lícito supor-se nos achemos aqui em presença de rudimentares germens de sentidos que nunca se desenvolveram e que, provavelmente, jamais se desenvolverão por obra da “seleção natural”, visto serem simples produtos de refugio da grande trama evolucionista, isto é, produtos que de maneira nenhuma poderiam utilizar-se? E pode dar-se (aventuro uma mera hipótese inverificável), pode dar-se, digo, que, nos casos de indivíduos assim dotados normalmente, venhamos a encontrar-nos em face de faculdades que não teriam deixado de evolver e de tornar-se patrimônio comum da espécie, se houvessem demonstrado merecedoras de que com elas se ocupasse a Natureza, ou, seja, se houvessem mostrado propícias, de qualquer modo, à luta pela vida.” (*Proceedings of the S. P. R.*, vol. X, pág. 7).

Temos visto, ao contrário, que a imensa utilidade de tais faculdades teria coincido, de forma incontestável, com as diretivas que a luta pela vida impõe à espécie humana. Estabelecido este ponto, torna-se ocioso recorrer a outros argumentos para

demonstrar que a referida hipótese resulta errada nas premissas e não resiste à prova dos fatos.

Passo, portanto, à terceira das hipóteses a serem eliminadas. Segundo esta, *o fato de se manifestarem faculdades supranormais em alguns indivíduos não implica que tais faculdades hajam de existir, em estado latente, nas subconsciências de todos*. É uma hipótese indispensável aos propugnadores da tese naturalística, porquanto necessária a corroborar o asserto de que as faculdades supranormais subscientes, à guisa das faculdades sensórias normais, se originam de uma única lei biológica: a das “variações espontâneas”, que, em virtude de outra lei complementar, a da “seleção natural”, viriam a generalizar-se gradualmente na espécie.

Nada de mais racional, à primeira vista, do que semelhante hipótese e ninguém pensaria em contradizer o Sr. Marcelo Mangin, quando observa: “Poderei desejar, durante vinte anos, com todas as forças de minha alma, adquirir esses dons maravilhosos, sem que ao cabo do vigésimo ano perceba em mim o mais insignificante indício de tais dons.” (*Annales des Sciences Psychiques*, 1903, pág. 241). Apresentada sob essa forma, a argumentação parece incontestável, o que não impede que, tomando por base a análise comparada dos fatos, se tenha de concluir resolutivamente no sentido da universalidade dos aludidos dons. Para verificar-se que assim é, bastará se pondere que a grande maioria dos indivíduos com os quais se dão manifestações da natureza das de que tratamos se conservam nas condições negativas do Sr. Marcelo Mangin, enquanto não lhes sobrevém alguma enfermidade grave, ou não lhes chega à hora da agonia, ou não lhes sucede algum sério acidente traumático-cerebral, ou não lhes acontece cair em delíquio, ou submeter-se a experiências sonambúlico-hipnóticas, ou fazer inalações de éter e assim por diante.

Para esclarecimento do tema, resumirei alguns casos do gênero.

Em o número de novembro-dezembro de 1904, do *Bulletin de Institut Général Psychologique*, o Dr. Sollier narra que um indivíduo, tendo caído de um trem em marcha, apresentara sérias perturbações nervosas de origem traumática e que, simultanea-

mente, se revelaram nele faculdades telestésicas. Através da espessura de uma parede de 40 centímetros de largura, percebia os acenos que o doutor lhe fazia, chamando-o e acorria, precipitando-se com fúria para a porta. No caso, não podia tratar-se de transmissão do pensamento, porquanto o Dr. Sollier nunca chegou a transmitir ao paciente ordem para ir ter com ele e, no entanto, aquele se precipitava infalivelmente para a porta, com o costumado ímpeto, a um aceno que o doutor lhe fazia com a mão, chamando-o. Aí está, pois, um indivíduo que certamente não imaginara possuir o dom da visão através de corpos opacos, antes que, atingido por sério acidente traumático, este lho houvesse revelado.

Nos *Annales des Sciences Psychiques*, ano de 1899, pág. 257, é narrado o caso do engenheiro E. Lacoste que, atacado de grave congestão cerebral, complicada de febre tifóide, permaneceu em estado de inconsciência e de delírio por mais de um mês, dando, durante esse tempo, prova de possuir faculdades telepáticas e telestésicas. Entre outros fenômenos que produziu, anunciou um dia a chegada a Marselha (ele residia em Tolosa) de seis caixas com alfaias, esperadas, de há muito, do Brasil e acrescentou que era preciso recusá-las ou apresentar uma reclamação, porquanto uma delas fora substituída, precisamente a que continha os retratos, as capas, os vestuários, assim como diversos outros objetos de valor. Verificou-se que tudo correspondia plenamente à verdade e que na caixa que substituíra a outra apenas havia coisas que nada valiam. Ora, indubitavelmente, o engenheiro Lacoste não se creria depositário inconsciente de faculdades supranormais, se, para testificar não lhe houvesse sobrevindo uma enfermidade grave.

Nas *Memórias*, de Sir Almeric Fitzroy, se descreve a morte de Lord Hampden, que jazeu inconsciente 48 horas, assistido por seu filho Tom. Este, não notando indícios de que o enfermo recuperasse os sentidos, resolveu ir a casa jantar, tomando-lhe o posto Lady Hampden. De improviso o agonizante abriu os olhos e exclamou: “Que aconteceu a Tom?” Surpreendida, Lady Hampden respondeu: “Tom foi jantar e está perfeitamente bem.” “Não – replicou o enfermo, acrescentando com grande ansiedade

– ele se acha em grave perigo.” E, tendo-o dito, recaiu em estado de inconsciência e pouco depois morria. É que Tom, indo para casa numa caleça, esta colidiu com um ciclista, colisão de que lhe resultaram graves conseqüências. (*Light*, 1925, pág. 433). Sem dúvida, Lord Hampden, à maneira de Marcelo Mangin, teria tido o pleno direito de observar, a quem quer que o interrogue a respeito, que estava bem certo de não possuir faculdades de clarividência e, nesse caso, a hora da agonia interviera para desmenti-lo, revelando a existência daquelas faculdades na sua subconsciência.

Não apresentarei outros exemplos. Cingir-me-ei a lembrar que se contam por centenas os casos desse gênero, nos quais se nota uma variedade altamente sugestiva de situações episódicas, conducentes, de modo irresistível, às seguintes conclusões gerais:

Tendo-se em conta que o manifestarem-se de súbito no homem faculdades supranormais, muitíssimo superiores às normais, não pode ser atribuído ao fato de que um trauma na cabeça, um delírio febril, um estado comatoso, ou uma inalação de éter *as tenham criado do nada*, forçoso será se deduza que tais faculdades existem, em estado latente, nas subconsciências de todos e que os estados traumáticos, febris, comatosos, determinando no indivíduo um enfraquecimento ou uma parada temporária das funções da vida de relação, chegam a criar uma condição favorável a que as ditas faculdades surjam, também temporariamente. Por outras palavras: as faculdades da subconsciência, em virtude da sobrevinda parada, teriam meio – por assim dizer – de infiltrar-se pelas comissuras que se abriram no diafragma que as separa das faculdades psíquicas conscientes e de irromper no campo da consciência normal.

Segue-se que, baseado nas provas de fato acima expostas e nas considerações daí decorrentes, a ninguém será lícito pretender que na sua própria subconsciência não existam faculdades supranormais. Ninguém poderá afirmar com segurança senão que não é sujeito a irrupções espontâneas das faculdades subconscientes no plano consciente e normal da psique, irrupções

que constituem a diferença que existe entre os chamados *sensitivos* e os que não o são.

Com isto, considero respondida exhaustivamente a questão implícita na hipótese acima reproduzida.

Resta discutir a última das quatro hipóteses formuladas pelos opositores, hipótese esta que, mais do que qualquer outra, se mostra verossímil e racional, porque pressupõe que *as faculdades supranormais subconscientes são germens fecundos de sentidos novos, destinados a emergir e fixar-se na espécie, em remoto futuro*. Nada obstante, resultará fácil demonstrar que também esta hipótese não resiste à análise dos fatos. Advirto que, ao discutir a tese em apreço, terei necessidade de explanar a fundo outra tese importantíssima e fundamental no presente debate: a em que se afirma que *as faculdades supranormais subconscientes não são e não podem ser fruto da evolução biológica da espécie*.

Também nesta circunstância importa começar lembrando que a atividade organizadora da evolução biológica se exercita por meio de uma lei grandiosa e ao mesmo tempo simplíssima: a da “seleção natural”. Isto posto, ser-me-á fácil demonstrar que as faculdades supranormais subconscientes não são produto da “seleção natural”, porque são estranhas ao ambiente em que esta última se processa, o que equivale a afirmar que as referidas faculdades não se destinam a emergir e fixar-se permanentemente na espécie, como sentidos normais. Acrescente-se que, se as faculdades supranormais não são produto da “seleção natural”, por serem estranhas ao ambiente em que esta última se processa, igualmente se deve excluir a idéia de que a outra lei biológica, das “variações espontâneas”, chegue a lhes explicar a gênese. Deve-se afastar esta idéia, pela consideração de que o fato biológico das “variações espontâneas” não pode deixar de originar-se da soma dos estímulos que do mundo exterior chegam aos centros nervosos, ou, em outros termos, não pode deixar de ser gerado pelas relações indissolúveis que unem os centros nervosos ao plano da vida de relação. Se assim não fosse, então a gênese das “variações espontâneas” seria de ordem espiritual, o que os modernos biólogos não admitem e, se o admitissem,

razão não mais haveria para discutirmos a questão em apreço. Partindo de tudo o que fica dito, deve-se concluir que, para provar a validade da tese que propugnamos, basta esta só capitalíssima circunstância de fato: que *as condições requeridas para que as faculdades sensórias normais cheguem a despontar e evolver são diametral e irredutivelmente contrárias às que se exigem para que as faculdades supranormais subconscientes cheguem a surgir e explicar-se.*

Vejamos.

As pesquisas biológicas e morfológicas hão demonstrado que os órgãos dos sentidos não eram, na origem, senão centros rudimentares de sensibilidade diferenciada, que se localizaram na periferia, sob a ação de estímulos exteriores e isso nos pontos que correspondiam aos filamentos terminais de fibras nervosas receptoras, servindo de cabeça aos gânglios centrais, sede de reações psíquicas. Assim, as pesquisas psicofisiológicas evidenciaram que a gênese e a evolução das faculdades normais da psique dependem da complexidade e da natureza das sensações e percepções que os órgãos da vida de relação transmitem do mundo exterior aos centros de elaboração psíquica. Cumpre, portanto, se tenha bem em mente que a obra dos fatores da evolução, nas suas relações com a gênese e a evolução dos órgãos dos sentidos e das faculdades psíquicas normais, se executa necessária e exclusivamente no plano da vida de relação, sob a forma de uma reação contínua e complexa, contra os estímulos exteriores. Quer isso dizer que se executa no plano da consciência normal, que é aquele no qual se desenvolve, para os seres sensíveis e animados, a luta pela vida.

Firmado esse ponto e passando a analisar as modalidades sob as quais se manifestam as faculdades supranormais subconscientes, é de assinalar-se que estas, em vez de se exercitarem no plano da consciência normal, somente surgem sob a condição de que as funções da vida de relação se achem temporariamente abolidas ou apagadas, dependendo do grau, mais ou menos profundo, de inconsciência em que jaza o *sensitivo*, o grau de maior ou menor perfeição com que elas se exteriorizam. Ora, não se podendo negar que, imerso no estado de inconsciência, um

organismo *sensiente* é um organismo temporariamente privado de qualquer relação com o mundo exterior – portanto, impotente para a luta pela vida – logicamente se segue que os fatores biológicos não podem, não puderam e não poderão nunca nenhuma influência exercer, por mínima, que seja, sobre a gênese e a evolução das faculdades psicosensórias subconscientes, o que equivale a reconhecer-se que essas faculdades pertencem a um plano qualitativamente diverso e em absoluto independente daquele em que agem os fatores da evolução biológica.

Isto posto, apresentam-se e se impõem as seguintes questões: Se não existem relações de causa e efeito entre os fatores da evolução biológica e as faculdades supranormais subconscientes, qual então será a gênese dessas faculdades? Porque permanecem elas inoperantes, em estado latente, nos recessos da subconsciência, ao invés de se exercitarem a bem da Humanidade? Porque se limitam a aparecer, em momentos fugazes e somente em razão do estado de inconsciência em que jaz o *sensitivo*? Que finalidades terão, sendo tão misteriosas e anormais as características das suas manifestações? Tanto quanto as outras, esta última pergunta se impõe, visto que qualquer coisa, em a Natureza, pelo só fato de existir, é finalidade que se revela. Parece indubitável, pois, que a única solução racional dos formidáveis enigmas enunciados consiste em reconhecer-se que as faculdades subconscientes não se destinam a exercitar-se em ambiente terreno, por serem faculdades de sentido da existência espiritual, aguardando, para emergir e exercitar-se, o ambiente espiritual que sucede à crise da morte.

E tais conclusões, rigorosamente deduzidas dos fatos, têm a corroborá-las admiravelmente as modalidades sob as quais se exercitam as faculdades psicosensórias supranormais, modalidades que, a seu turno, são diametral e irreduzivelmente contrárias àquelas sob as quais se exercitam as faculdades psicosensórias normais. Assim, por exemplo, quando um indivíduo vê com os olhos do corpo, isso significa que um objeto qualquer reflete a sua imagem na retina dos próprios olhos e que a imagem aí impressa, por intermédio do nervo óptico, é transmitida aos centros cerebrais correspondentes, em virtude dos quais a im-

pressão se transforma em visão. Ora, precisamente o oposto se dá no que concerne à visão supranormal, em que o *sensitivo* percebe fantasmas ou cenas do passado, do presente e do futuro, não com os olhos do corpo, mas com a visão espiritual interior. E, como o espírito se acha em relação com o cérebro, produz-se um fenômeno de transmissão inversa, pelo qual a imagem espiritual, vindo dos centros ópticos, por intermédio do nervo óptico, chega à retina, donde é projetada no exterior em forma alucinatória, produzindo no *sensitivo* a ilusão de estar assistindo a uma manifestação objetiva. Outro tanto é de dizer-se das impressões auditivas que, em realidade, consistem num fato de audição espiritual que, influenciando, *do interior*, os centros acústicos cerebrais, dá ao *sensitivo* a ilusão de ouvir sons e palavras provenientes *do exterior*.

Tais modalidades de exteriorização, em antítese absoluta com as modalidades sob as quais operam os sentidos terrenos, se, de um lado, são explicabilíssimas, uma vez se reconheça que as faculdades supranormais subconscientes representam as faculdades psicossensórias do espírito, as quais se utilizam para seus fins dos sentidos terrenos, por outro lado se tornam, ao contrário, literalmente inexplicáveis, desde que se pretenda que as ditas faculdades são produtos da “seleção natural” e da “adaptação ao ambiente”. Com efeito, em tal caso, não deveria ocorrer o fato de elas se exteriorizarem em sentido inverso ao das faculdades psicossensórias terrenas, visto que as leis da “seleção natural” e da “adaptação ao ambiente” não poderiam exercitar seus poderes sobre impressões-sensações que não fossem reais, objetivas, provenientes do mundo exterior, porquanto o mundo exterior é constituído de força e matéria, coisa tão manifesta que não vale a pena alongar-me em demonstrá-lo. Considerando, portanto, que as faculdades psicossensórias subconscientes não recolhem percepções *objetivas*, provindas do ambiente terreno, mas, sim, percepções *subjetivas*, provenientes de um plano espiritual de percepção, é de inferir-se, logicamente, que aquelas faculdades não pertencem ao plano de evolução biológica da espécie e não podem, conseqüentemente, ser produto dessa evolução. De novo, pois: deve-se, necessariamente, concluir que elas são os sentidos

espirituais da personalidade humana, aguardando oportunidade de surgirem e exercitarem-se em ambiente apropriado, depois da crise da morte.

A fim de prevenir qualquer presumível contestação às considerações expendidas, adiantarei que duas objeções se lhes poderiam contrapor. A primeira consistiria em dizer-se que as faculdades supranormais subscientes se desenvolvem por meio do exercício, o que valeria por demonstrar que, efetivamente, elas são suscetíveis de evolver no plano da consciência normal e que, então, em realidade, não independem das leis biológicas que regem a evolução da espécie. Respondo, antes de tudo, que a circunstância de que se trata apenas significa que as faculdades supranormais subscientes, em virtude do exercício, adquirem maior facilidade de insinuar-se através do metafórico diafragma que as separa do plano da consciência normal, o que parece óbvio e não poderia deixar de verificar-se, qualquer que houvesse de ser a solução do problema; nada, porém, tem isso de comum com a natureza da questão a resolver, que se conjuga com o fato de que as faculdades em exame são independentes de toda lei biológica, porquanto não se conectam com o plano da vida de relação. Em segundo lugar, respondo não ser exata a afirmação de que as faculdades supranormais *se desenvolvem com o exercício no plano da consciência normal*, dado que, quando se manifestam, *elas continuam a ser subscientes com referência ao sensitivo*, que se encontra em condições de inconsciência mais ou menos profunda, em razão do grau de perfeição maior ou menor com que as mesmas faculdades se exteriorizam, o que demonstra, ainda uma vez, e de um ponto de vista diverso, que as aludidas faculdades independem das leis que regem a evolução biológica da espécie. Nada mais acrescento, porque terei de voltar ao assunto, quando discutir diretamente a hipótese segundo a qual se presume que as faculdades supranormais terão um dia de emergir e fixar-se no plano da consciência normal, em função de sentidos terrestres.

A segunda objeção, que se poderia formular a propósito das considerações acima expendidas, consistiria em dizer-se que, contrariamente ao que nelas se afirma, é manifesto que um

sensitivo, ao ler um escrito através de uma caixa fechada, receberá impressões vindas do “mundo exterior”, o que significa que percebe por *via direta*, não mais *inversa*, donde se seguiria já não ser exato afirmar que a lei de “seleção natural” e a de “adaptação ao ambiente” não podem exercer seus poderes sobre faculdades psicossensórias supranormais. Respondo que também poderei desinteressar-me dos fenômenos da “visão através dos corpos opacos”, por ser incerto o valor teórico que eles apresentam, uma vez que se pode reduzir a fenômenos de hiperacuidade visual dos olhos do corpo, que, então, se mostrariam sensíveis aos raios X.

Não obstante, como considero errônea semelhante interpretação, atendo à objeção a que me refiro, ponderando que tudo concorre para demonstrar que também tais manifestações incipientes da visão espiritual são de natureza *inversa* e não mais *direta*, ou, por outras palavras, que, em tais circunstâncias, quem vê é também o espírito, que transmite à sua personalidade consciente, sob a forma de objetivação alucinatória, a mensagem cuja leitura se lhe reclama. A validade desta explicação se demonstra pelo fato (que já discuti na monografia sobre os fenômenos de telestesia) de que, nas circunstâncias figuradas, a visualização do *sensitivo* assume forma *simbólica*. Assim, por exemplo, quando o major Buckle apresentava às suas sensitivas sentenças encerradas em conchas de nozes, extraídas por acaso de um cestinho, os *sensitivos* percebiam diante de si uma folha de carta inteiramente aberta, onde estava escrita a sentença que eles tinham de ler, *folha de carta essa que se encontrava, em realidade, dobrada dentro da casca de noz*, indício evidente de que não podia tratar-se de *visão direta*, mas de *representação simbólica*, de que se servia a personalidade subconsciente, para levar ao conhecimento da sua própria personalidade consciente o contexto do escrito a ser interpretado.

Ressalta, pois, evidente que as objeções acima figuradas já não têm razão de ser, e, em conseqüência, que as conclusões a que cheguei com relação ao fato de que as faculdades psicossensórias supranormais exercem suas funções de maneira *inversa* e nunca *direta*, conservam íntegro seu valor teórico, que é grande,

tanto mais se for considerado de par com o valor teórico resultante das conclusões a que chegáramos com a discussão precedente. Daí decorre que, tendo por base ambas as conclusões alcançadas, dever-se-á inferir que, se as faculdades psicossensórias subconscientes se exteriorizam de modo *inverso* ou *espiritual* e nunca de modo *direto* ou *fisiológico* e só se exteriorizam sob a condição de que as faculdades psicossensórias *conscientes* estejam temporariamente abolidas ou apagadas, fica cientificamente demonstrado que as aludidas faculdades pertencem a um plano fundamentalmente diverso e em absoluto independente do em que atuam os fatores da evolução biológica. Isto, em conexão com o fato da maravilhosa potencialidade, que elas possuem, de exteriorização através do espaço e do tempo, leva necessariamente a concluir-se que nos achamos em presença de faculdades psicossensórias espirituais, que já existem, em estado latente, nos recessos da subconsciência, aguardando o ambiente apropriado para surgir e exercitar-se, após a crise da morte.

Com tudo quanto acabo de expor, penso haver respondido de modo exaustivo à questão principal, a de saber-se se as faculdades supranormais subconscientes são ou não são produto da lei de evolução biológica. Mediante inferências tiradas com rigor dos fatos, fácil me foi demonstrar que as condições sob as quais se exteriorizam aquelas faculdades provam que, na realidade, elas pertencem a outro ciclo de evolução espiritual humana, qualitativamente diverso e muitíssimo mais elevado do que o ciclo dos fatores da evolução biológica.

Resta examinar mais a fundo a outra questão, já tratada em parte, a de saber se as faculdades supranormais subconscientes se destinam ou não a surgir e fixar-se permanentemente na espécie como sentidos terrenos. Numa polêmica que sustentei com opositor de opinião favorável à emergência, na espécie, das faculdades supranormais em apreço, argumentava ele assim:

“É certo que tudo concorre a demonstrar que as faculdades subconscientes existem plenamente evolvidas, em estado latente, nos recessos da subconsciência, prontas a manifestar-se, desde que se produza uma “fenda” nas paredes do cárcere onde se acham metidas. É certo que tudo concorre a

demonstrar que a gênese das aludidas faculdades não pode depender dos fatores da evolução biológica. Mas, isso não impede que, com o progresso e a elevação ulterior da espécie humana através dos séculos, hajam elas, a seu turno, de surgir e firmar-se em função de sentidos organicamente constituídos na humanidade futura. Quem contestará semelhante possibilidade?”

Respondo: Ninguém, mesmo porque semelhante possibilidade se apresenta logicamente presumível. Quando, porém, se analisam as condições de fato em que se manifestam e sempre se manifestarão tais faculdades, é-se levado a concluir que aquela possibilidade se torna sobremodo improvável e inverossímil.

Antes de expor as condições que a tais conclusões conduzem, importa estabelecer de antemão que a solução, em sentido afirmativo, da questão em foco, não infirmaria de maneira nenhuma a conclusão a que chegamos, com relação ao significado espiritualístico que se acha implícito no fato de existirem, na subconsciência humana, faculdades psicossensórias supranormais. Assim é, pela consideração de que, mesmo quando fosse demonstrado que as faculdades em apreço se destinam a emergir e fixar-se organicamente na espécie, essa demonstração não impediria que a circunstância da preexistência delas, em estado latente, na subconsciência humana, combinada com as outras circunstâncias delas emergirem quando o *sensitivo* se acha em condições de inconsciência e de se exteriorizarem em sentido *inverso* ou *espiritual* e nunca em sentido *direto* ou *fisiológico*, significaria, ainda e sempre, que as faculdades de que se trata independem dos fatores da evolução, com as conseqüências teóricas que daí decorrem, sem mesmo levar em conta que, se as ditas faculdades houvessem de emergir e fixar-se organicamente na espécie, isso, do ponto de vista biológico, significaria que as faculdades psicossensórias geram os seus órgãos e não que os órgãos as geram, como asseveram os biólogos. Tornar-se-ia, portanto, necessário retificar, em sentido espiritualista, as opiniões vigentes acerca da teoria da evolução, que se manteria fundamentalmente verdadeira, mas subordinada às faculdades psíquicas, nas relações do instrumento com o artífice. Por outras palavras: com isso se

demonstraria que as faculdades supranormais subconscientes se manifestam no plano da existência terrena em virtude da “luta pela vida”, mas que não derivam da “luta pela vida”.

Dito isto, a fim de prevenir possíveis objeções, passo a formular algumas considerações contrárias à possibilidade de que as faculdades em questão surjam um dia e se fixem organicamente no plano da existência terrena. A primeira e a mais importante dessas considerações consiste nas condições de fato, precedentemente assinaladas, de que os fatores biológicos não podem exercer influência, ainda que mínima, sobre faculdades psicossensoriais que, para emergirem e se manifestarem, exigem que o indivíduo se ache em estado de inconsciência parcial ou total ou, por outra, que se ache temporariamente desligado do plano da existência terrena, que é o em que atuam os fatores biológicos. Parece-me que essa consideração devesse bastar, por si só, para tornar insustentável a hipótese em exame, tanto mais que a aludida consideração é admiravelmente corroborada pela contra-prova histórica, por meio da qual se demonstra que as faculdades supranormais, com efeito, não evoluíram através dos séculos. O tema é vasto e aqui não me será possível explaná-lo, senão em forma genérica.

Acentuarei, portanto, que, da análise comparada dos fatos, ressaltam, antes de tudo, duas relevantes características peculiares às manifestações supranormais da subconsciência: a anciandade e a universalidade delas. Remonte-se tão longe quanto for possível na história dos povos; analisem-se os costumes e os ritos das raças aborígenes européias; consultem-se as primeiras narrativas da antiguidade clássica, da antiguidade bíblica, da egípcia, da babilônica; penetre-se ainda mais adentro no curso dos séculos, acompanhando as crônicas sacras dos povos do Extremo Oriente, e por toda parte se encontrarão provas positivas ou traços evidentes de que no seio de todos os povos se deram manifestações supranormais. Proceda-se a pesquisas análogas entre as hodiernas raças atrasadas e selvagens e em toda parte se descobrirão costumes e ritos fundados nas referidas manifestações. Assim sendo, cumpre relevemos, tendo em vista os nossos objetivos, que uma característica, teoricamente muito

importante, dessas manifestações consiste exatamente na condição que elas apresentam de absoluto estacionamento através dos séculos, mal grado às civilizações e às raças. Com efeito, desde que se confrontem as manifestações congêneres, trazidas até nós pelas histórias e tradições dos povos, com as que hoje experimentalmente se conseguem, para em seguida comparar umas e outras com as que se produzem no seio das raças selvagens contemporâneas, comprovar-se-á que nada de substancialmente diverso elas denotam nas modalidades com que se realizam e que não existem povos entre os quais se descubram ou se hajam descoberto indícios de progressiva generalização e aperfeiçoamento das aludidas faculdades, na raça, nem, sobretudo, indícios de progressiva tendência a produzir-se em condições de perfeita vigília (e é quanto importa do ponto de vista biológico). Tudo isso se verifica em presença de uma série de séculos mais que apropriada a servir como legítima medida de confronto, acrescentando que no mesmo período outras faculdades muitíssimo menos importantes no que concerne à “luta pela vida” – qual, por exemplo, o senso musical – evoluíram rapidamente e se generalizaram só por serem inerentes ao plano consciente do *Eu*. Em reforço de tais conclusões, farei notar que os povos hindus, que por vários milênios se aplicaram com fervor a desenvolver essa espécie de manifestações, não lograram mais do que conhecer melhor os métodos empíricos adequados a lhes favorecer a exteriorização naqueles que se revelavam *sensitivos*. Nenhum vestígio se descobre entre eles de que o número de indivíduos dotados de faculdades supranormais haja aumentado e, ainda menos, qualquer indício que denuncie entre eles uma tendência a conseguir manifestações supranormais em condições de perfeita vigília. Quanto ao valor intrínseco dos fenômenos que se dão com os *faquires*, nenhuma dúvida pode prevalecer quanto ao fato de que são substancialmente análogos aos que se obtêm com os *médiuns* do Ocidente.

Outra circunstância digna de ser posta em relevo é a de que, segundo as conclusões da Paleontologia e da Antropologia, as hodiernas raças selvagens são autênticas representantes do que foram, em épocas pré-históricas, os progenitores das raças civili-

zadas. Isto posto, dever-se-á, por lei de analogia, inferir que, se atualmente se produzem fenômenos supranormais no seio das raças selvagens, eles se hão de ter produzido, de forma idêntica, milhares de séculos antes, no seio das raças aborígenes que deram origem às atuais raças civilizadas. Com essa inferência, chegar-se-á a penetrar tanto pelos séculos adentro, que se terão de considerar demonstradas as condições de estacionamento peculiares às faculdades supranormais subconscientes.

De todo modo, mesmo deixando de lado esta última indução, as anteriores considerações já autorizam a afirmar-se que, desde tempos imemoriais, as faculdades em apreço se vão revelando em a espécie humana no estado de simples manifestações anormais, ou esporádicas, da subconsciência, assim como que nunca nelas se perceberam indícios que autorizem supor-se que a lei de “seleção natural” haja exercido, ou esteja exercendo seus poderes sobre as referidas faculdades. Isso, aliás, era de inferir-se, mesmo *a priori*, ponderando-se que a “seleção natural” não criou as “faculdades subconscientes”, o que significa que estas faculdades pertencem a um plano qualitativamente diverso daquele em que a “seleção natural” opera e que, por conseguinte, não podem existir ciclos de tempo em que esta última chegue a exercitar seus poderes num plano de existência que lhes é estranho e superior. Em resumo: se as “faculdades subconscientes” não promanam da “seleção natural”, claro é que não podem evoluir por virtude da “seleção natural”.

Cumprir ainda se considere a questão de um último ponto de vista: o da existência prática. Quer dizer: cumpre indagar se as faculdades da telepatia, da telestesia, da clarividência no passado, no presente e no futuro se podem conciliar com o desenvolvimento regular e natural da existência terrena. Basta uma ligeira reflexão sobre o tema, para evidenciar a inconciliabilidade das duas séries de percepções sensórias. Aqui, porém, cedo a palavra ao Dr. Gustavo Geley, que, na sua obra intitulada *Do Inconsciente ao Consciente*, explanou magistralmente o assunto. Escreveu ele:

“Suponhamos que um homem disponha, na existência terrena, das faculdades supranormais e as empregue, a seu

bel-prazer, na leitura do pensamento, na visão à distância, na clarividência no passado e no futuro. Que necessidade teria esse homem de refletir antes de agir, de ponderar as conseqüências de seus atos, de lutar contra a adversidade? Não haveria para ele possibilidade de cair em erro; mas, em contraposição, não existiria, para ele, o fator espiritual do “esforço”, sem o qual não lhe seria possível qualquer evolução da sua consciência e inteligência. À maneira do inseto, esse homem não seria mais do que um maravilhoso mecanismo. Seguindo essa estrada, a evolução biológica nunca chegaria a criar a “superior consciência humana”, porquanto se estabilizaria numa forma de sonambulismo hipersensível, que permitiria tudo conhecer sem nada compreender: o super-homem resultaria um autômato transcendental. Daí decorre que constitui um bem, ou melhor, uma necessidade imprescindível que as faculdades supranormais do espírito, juntamente com todo o tesouro psicológico acumulado pelo Ser na sua evolução se conservem permanentemente nas condições em que atualmente as observamos, o que quer dizer: latentes, em sua maior parte nos recessos da subconsciência.” (*Ob. cit.*, pág. 317).

A estas considerações do Dr. Geley, outras adequadíssimas se poderiam aditar, com referência às graves perturbações que às relações familiares e sociais acarretariam as faculdades supranormais, se estendessem à Humanidade toda, em função de um “sexto sentido”. É, com efeito, evidente, que, se a clarividência no presente e no passado, combinada com a “leitura nas subconsciências dos outros”, se tornasse um sentido biológico, violada estaria para sempre e demolida a condição precípua de toda convivência social, porquanto os segredos mais íntimos e mais cuidadosamente guardados, que formam a trama da vida privada do indivíduo, das vidas conjugais, familiares, estariam à mercê de todas as comadres linguarudas e de todos os madraços da vizinhança. Se, a seu turno, a “clarividência no futuro” se tornasse um “sétimo sentido”, paralisada ficaria toda a iniciativa humana e a cada indivíduo nada mais restaria senão cruzar os braços, aguardando fatalisticamente que o seu destino, tão ma-

tematicamente previsto quão inevitável, se desdobrasse e cumprisse.... Parece-me que basta.

De tudo o que fica exposto segue-se que, contraditada pelos dados biológicos, históricos, paleontológicos e antropológicos, bem como por considerações resolutórias de ordem psicológico-social, deve considerar-se absurda e inverossímil a hipótese da emergência futura das faculdades supranormais subconscientes. E diga-se isto em homenagem à verdade pela verdade, uma vez que, do ponto de vista da tese propugnada, a de independem, como já foi dito, as faculdades supranormais subconscientes das leis que governam a evolução biológica, a solução afirmativa da questão em apreço com ela igualmente se conciliaria. Como quer que seja, não é menos certo que a demonstração de que as faculdades de que se trata não se destinam a surgir e fixar-se no plano da consciência normal veio juntar às outras uma última e importante prova complementar em favor da tese sustentada.

*

Com o que acabo de expender, penso haver demonstrado exaustivamente que as faculdades supranormais subconscientes não são resíduos de faculdades atávicas; não são rudimentos abortivos de sentidos que nunca evolveram e nunca evolverão; não são patrimônios fortuitos de algumas subconsciências privilegiadas; não estão destinadas a surgir na qualidade de sentidos periféricos da Humanidade futura; não são, enfim, fruto da evolução biológica da espécie. Ora, todas essas demonstrações *negativas* conduzem inevitavelmente a uma demonstração *afirmativa*: a de que as faculdades supranormais subconscientes constituem os sentidos espirituais da personalidade integral subconsciente, sentidos que terão de aparecer e de exercitar-se em ambiente apropriado, depois da crise da morte. Estaria, pois, concluída a minha tarefa; em homenagem, porém, ao método científico da “convergência das provas”, disponho-me a fazer uma observação de fato, que converge para a mesma demonstração. Tal prova ressalta de uma circunstância precedentemente discutida e é que, em regra, as cognições supranormais chegam à consciência normal em forma de *representações simbólicas*. Pois bem: a natureza simbólica de quase todas as percepções supra-

normais adquire alto valor teórico, porque demonstra que elas não são apenas independentes dos sentidos periféricos, mas também dos correspondentes centros cerebrais e isso pela razão de que o simbolismo das percepções prova que os centros cerebrais não *percebem ativamente* e sim *recolhem passivamente* o que lhes transmite *um terceiro agente extrínseco*, que é o único a perceber diretamente, para depois transmitir as suas cognições ao *sensitivo*, sob a forma de representações simbólicas. Evidentemente, isto se dá porque, sendo as percepções do agente diversas em qualidade das que os centros cerebrais do *sensitivo* assimilam, o primeiro é obrigado a transmiti-las sob a forma de objetivações alucinatórias, de fácil interpretação por parte do *sensitivo* ou dos interessados. Ora, como esse *terceiro agente extrínseco* não pode ser outro senão a *personalidade integral subconsciente* do *sensitivo*, segue-se que, dadas as circunstâncias invocadas, evidente e irrefutável se torna a contraprova de que a “personalidade integral subconsciente” é uma entidade espiritual independente de qualquer ingerência funcional, direta ou indireta, do órgão cerebral.

Para apreciar todo o valor teórico das conclusões formuladas, convém lembrar em que consiste a objeção de que se valem os opositores para negar qualquer significado espiritualístico aos fenômenos do Animismo. Dizem eles: “Afirmam os espiritistas que, se se pode ver sem os olhos e ouvir sem ser pelos ouvidos, demonstrado se acha que as faculdades da visão e da audição, em sua forma substancial de exteriorização, independem dos órgãos específicos periféricos, de sorte que se deve deduzir que, quando esses órgãos forem destruídos pela morte do corpo, as faculdades da visão e da audição sobreviverão a essa destruição. Ora, é errônea semelhante maneira de argumentar e os espiritistas só teriam razão se se conseguisse demonstrar que a visão e a audição sonambúlicas independem dos sentidos cerebrais que governam os órgãos periféricos. Mas, a verdade, ao contrário, é que, se o clarividente não vê e não ouve por meio dos órgãos periféricos, ele vê e ouve por meio do cérebro. Assim sendo, a questão da sobrevivência nada, de fato, aproveita da existência subconsciente de faculdades supranormais.”

Estes os argumentos dos opositores. Ora, como já ficou visto, se é verdade que o clarividente ainda percebe por meio dos centros cerebrais, não é menos verdade que o simbolismo das percepções demonstra que estas não podem ser consideradas percepções *originais* ou *diretas*, mas apenas percepções *derivadas* ou *indiretas*, ou com mais exatidão, percepções transmitidas aos centros cerebrais por um *terceiro agente extrínseco*, que não pode deixar de independe dos centros cerebrais, aos quais ele transmite, sob forma simbólica, as suas cognições. Em outros termos: não pode deixar de ser um “agente espiritual”. E, como esse *terceiro agente extrínseco* se identifica com a “personalidade integral subconsciente” do *sensitivo*, é de concluir-se que esta última se tem de considerar uma “entidade espiritual em si”, independente do órgão cerebral, independente do “corpo somático”, que é, para a mesma entidade, instrumento indispensável enquanto persistem suas relações com o ambiente terreno.

*

Agora, em reforço das conclusões a que chegamos, importa relevar outra circunstância de fato que, embora de ordem diferente, se conjuga ao tema tratado e concorre, por sua vez, a corroborar as aludidas conclusões. Quero referir-me ao fato de que as mentalidades mais eminentes que ilustraram o campo das pesquisas metapsíquicas foram concordes em afirmar que a existência subconsciente de faculdades supranormais leva logicamente à dedução da sobrevivência do espírito humano. Não há quem não perceba o alto significado teórico que se contém nessa concordância de afirmações. Numa monografia que escrevi sobre o tema ora considerado, expus longa série de eloqüentes opiniões nesse sentido; aqui, por amor à brevidade, me limitarei a reproduzir a do mais irreduzível adversário da hipótese espiritual, opinião que, precisamente por isso, assume importância muito especial. Tiro-a da obra de Frank Podmore: *Modern Spiritualism* (vol. II, pág. 359). Pondera ele:

“Seja ou não verdade que as condições do Além permitem a quem lá se encontre entrar por vezes em comunicação com os vivos, é evidente que essa questão se tornaria de secundária importância, desde que se chegasse a demonstrar,

baseado em faculdades inerentes ao nosso espírito, que a vida da alma não se acha vinculada à do corpo. Ou, por outras palavras: não se pode deixar de conceder que, se é verdade que no sono mediúnico ou extático o Espírito conhece o que ocorre à distância, descobre coisas ocultas, prevê o futuro e lê no passado como em livro aberto, então – atendendo-se a que tais faculdades não foram certamente adquiridas no curso da evolução terrena, cujo ambiente é inadequado ao exercício delas e não lhes justifica a emergência – então, digo, parece legítimo concluir-se que tais faculdades demonstram a existência de outro mundo mais elevado, em que elas terão de exercitar-se livremente, de harmonia com outro ciclo evolutivo, não mais condicionada pelo nosso ambiente terreno. Em suma, ter-se-iam de considerar tais faculdades não mais como *resíduos*, porém como *rudimentos*, isto é, no sentido de uma promessa para o futuro e não no de uma inútil herança do passado.

E importa acrescentar que a teoria que aqui se apresenta em esboço não é absolutamente uma especulação filosófica fundada em suposições inverificáveis, mas uma hipótese científica baseada na interpretação de determinada classe de fatos. Tratando-se, porém, de fatos, julgamo-nos obrigados a considerar não apenas a validade das inferências que se possam deles tirar, mas, sobretudo, a autenticidade dos próprios fatos. Ora, é desse ponto de vista que parece vulnerável a posição de Myers. São estas as condições do debate: fora vão contestar que, se se pudesse provar a autenticidade dos fenômenos de precognição, de retrocognição, de clarividência e todos os outros que testificam o surto, em nosso espírito, de faculdades psicosensórias transcendentais, o fato de independer do corpo o espírito se tornaria manifesto. Mas, as provas dessa espécie se nos afiguram, por ora, longe de mostrarem-se aptas a esse efeito, sendo talvez suficientes apenas a justificar a inferência.”

A respeito destas observações de Podmore, embora afirmativas *sub conditione*, assumem elas particular importância por ter sido quem assim se expressa o mais tenaz adversário da hipótese

espirítica. Como se vê, colocado em presença de uma classe de manifestações cujo significado, contrário à teoria da evolução biológica da espécie, não lhe era possível negar, lança ele mão do último recurso a que se apegam os negadores sistemáticos, o de pôr em dúvida a existência mesma dos fatos, dúvida que não me demorarei em refutar, porque, hodiernamente, se ainda se discute a autenticidade de algumas categorias de fenômenos físicos do mediunismo, já se não discute a existência de faculdades supranormais subconscientes, existência que todos reconhecem, o que, sobretudo, se deve à obra admirável de dois pesquisadores geniais: o professor Richet e o Dr. Osty.

Faço também notar que no trecho citado, Podmore concorda admiravelmente comigo, ao afirmar que, do ponto de vista da demonstração científica da existência e sobrevivência da alma, *os fenômenos anímicos são os que importam*, não cabendo aos fenômenos espíritos senão aduzirem a prova complementar, aliás importante, da mesma demonstração. Também a esse propósito, deve-se convir em que, se Podmore afirma tudo isso, quer dizer que aquela verdade é incontestável. Portanto, nada mais me cabe senão assinalar aos leitores a imensa importância teórica de tal fato, com que se *tira das mãos dos adversários a única arma de que eles dispunham para combater a hipótese espirítica*.

Isto posto, lisonjeio-me de que os opositores que me lerem hão de recordar-se, no futuro, de que toda vez que se aventuram a combater a hipótese espirítica, recorrendo aos poderes da “criptestesia onisciente”, nada mais fazem, realmente, do que demonstrar a existência e a sobrevivência da alma, com o se colocarem no ponto de vista do Animismo, antes que no do Espiritismo, o que, precisamente, vem a dar no mesmo.

Faço igualmente notar que, pelo exposto, cheguei a uma *primeira* conclusão teórica, importantíssima, em demonstração da tese propugnada, conclusão a que se seguirão outras, não menos incontestáveis, que se revelarão cumulativamente resolutivas.

Capítulo II

Os poderes supranormais da subconsciência podem circunscrever-se dentro de limites definidos

Este segundo capítulo se conjuga indissolavelmente ao primeiro, completando-o e reforçando-lhe as conclusões. Mas, ao mesmo tempo, cumpre observar que, ainda quando, por ora, não fosse possível traçar os limites em que se exercitam as faculdades supranormais subconscientes e que, por conseguinte, houvesse quem se arrogasse o direito de lhes conceder teoricamente a onisciência divina, as conclusões promanantes da análise aprofundada dos fenômenos anímicos se conservariam sempre invulneráveis, pela boa razão de que, quanto mais se divinize a personalidade integral subconsciente, tanto mais se reforçará a tese aqui propugnada, segundo a qual *o Animismo prova o Espiritismo*.

De todo modo, porém, como se conferir a onisciência divina à subconsciência humana constitui uma pretensão fantástica e filosoficamente absurda, importa demonstrar, baseado nos fatos, que os opositores caem em erro quando afirmam que não se podem estabelecer limites à potencialidade investigadora das faculdades supranormais e, portanto, que é teoricamente legítimo atribuir-se cada vez maior latitude a essas faculdades, à medida que ocorram casos de elucidação cada vez mais complexa. Argumento é este supremamente cômodo, por meio do qual os opositores engendram outro, o de que, como quer que seja, a simples existência de semelhante possibilidade teórica basta, por si só, para neutralizar a interpretação espiritualista dos fenômenos mediúnicos. Repito que, ao contrário, assim argumentando, incidem eles em grave erro, pois tudo concorre a demonstrar que possível já é circunscrever, dentro de limites definidos, a potencialidade das faculdades supranormais.

Esta possibilidade se deduz, antes de tudo, de uma grande lei cósmica, que governa o universo físico e o psíquico, a *lei de afinidade* que, naquele, se manifesta pelas forças de *atração* e

repulsão, das quais derivam a organização dos sóis e dos mundos e todas as combinações químicas da matéria cósmica, ao passo que, em ambiente psíquico, se expressa sob a forma da *relação psíquica* que, do ponto de vista que nos diz respeito, circunscreve em limites relativamente estreitos os poderes investigadores das faculdades supranormais, o que se pode demonstrar com apoio nas provas por analogia, coligíveis das modalidades sob as quais se apresentam algumas variedades de vibrações físicas. Haja visto, por exemplo, as modalidades sob as quais se exerce a energia cósmica na *telegrafia sem fio* e no *rádio*. Esta última aplicação da Ciência demonstra, de modo exato, que existimos imersos num turbilhão inextricável de vibrações de toda espécie, as quais, à nossa revelia, atravessam fulminantemente o ambiente em que vivemos e os nossos próprios organismos. Pois bem: que é o que se observa na aplicação do *rádio*? Isto, principalmente: que, se se quiser colher alguma das infinitas séries de vibrações que de todas as partes nos assaltam, temos que estar em harmonia com a lei de afinidade universal, segundo a qual se vem a saber que todo semelhante atrai o seu semelhante e repele o seu dessemelhante. Ora, no nosso caso, em que se trataria de um universo de *vibrações*, a aplicação da *lei de afinidade* consiste em regular o mecanismo do *rádio* com o *comprimento de onda* que se pretenda captar. Fazendo assim, chegamos a apanhar a precisa graduação de onda correspondente à desejada manifestação auditiva e nada mais.

Estes os fatos. Agora, aplicando-se à correspondente seção das “vibrações psíquicas” aqui consideradas os ensinamentos extraídos de tão eloqüente analogia, dever-se-á inferir que, se é certo que as subconsciências humanas recebem e registram as vibrações psíquicas de pessoas distantes, esse recebimento deverá considerar-se circunscrito às pessoas vinculadas, ou afetivamente, ou de outras maneiras, à subconsciência receptora. Equivale isto a dizer que esta última – como se dá com o rádio – precisa estar regulada pelo “comprimento de onda” correspondente à tonalidade vibratória que diferencia de outra qualquer a pessoa ausente que se procura. Isto que, em termos metapsíquicos, se denomina *relação psíquica*, ensina que os médiuns só chegam a colher

informações das subconsciências de pessoas distantes sob a condição de que ocorram as seguintes modalidades experimentais: quando o *sensitivo* ou o médium conhece a pessoa ausente, ou, se tal não se dá, quando o experimentador a conheça e, ainda, em falta desta circunstância, quando seja entregue ao *sensitivo* ou ao médium um objeto que a pessoa buscada tenha usado por muito tempo (psicometria).

Tudo isto significa que a subconsciência humana, singularmente considerada, não poderá nunca apanhar os pensamentos de pessoas *desconhecidas* (nos três sentidos indicados) das próprias personalidades conscientes, porque, não as conhecendo, ignoram a tonalidade vibratória que as caracteriza e não podem, portanto, descobri-las. Tenha-se, pois, em mente que, na falta das três modalidades experimentais acima enumeradas, não é possível que um *sensitivo* ou um médium consiga pôr-se em relação com a subconsciência de pessoas distantes, como não é possível que o *rádio* entre em relação com uma estação receptora que não esteja regulada pelo mesmo *comprimento de onda*. Ora, todas estas coisas significam que os casos de identificação pessoal de defuntos desconhecidos de todos os presentes, quando se dão sem o concurso de objetos psicometrízáveis, levam racionalmente a admitir-se a presença, “na outra extremidade do fio”, do defunto que se comunica. Torna-se, então, evidente, que a *lei de relação psíquica* serve para circunscrever, em limites bem definidos, as faculdades supranormais investigadoras da subconsciência humana.

Chegamos assim a uma *segunda* conclusão teórica, rigorosamente fundada nos fatos, complementar da primeira e tão importante que confere a invulnerabilidade a esta. Com efeito, se fenômenos de comunicações telepáticas não podem produzir-se à distância, sem prévio estabelecimento da *relação psíquica* e se esta só se pode obter dentro das três modalidades experimentais indicadas, feita está, desde já, a prova científica da sobrevivência, tendo por base a categoria dos casos de identificação pessoal de defuntos conhecidos de todos e que se manifestam de modo independente de qualquer forma de *relação psíquica* terrena.

A tal propósito é, ainda uma vez, de assinalar-se que as conclusões de que se trata permanecem invulneráveis, mesmo quando fosse exato que a telepatia confina amiúde com a “telemnesia onisciente”, segundo a qual as faculdades perquiridoras dos médiuns teriam o poder de insinuar-se nas subconsciências de pessoas distantes, a fim de aí selecionar os informes de que necessitam para mistificar o próximo, informes esses – note-se bem – que quase nunca dizem respeito à pessoa *seleccionada*, mas a terceiras pessoas que ela conheceu em épocas freqüentemente muito remotas, o que torna sobremaneira fantástica e insustentável semelhante hipótese.

Pois bem: mal grado a essa absurda extensão conferida pelos opositores a uma faculdade que existe, é certo, mas em limites muitíssimo mais restritos e que se manifesta sob modalidades perceptivas diversas das que eles supõem, modalidades que tiram todo valor à objeção em apreço; mal grado a isso, ela não infirmaria as conclusões a que chegamos, visto que o médium não poderia alcançar o seu objetivo, toda vez que se não verificassem as três modalidades experimentais exigidas para estabelecer-se a *relação psíquica* com uma pessoa ausente ou distante.

Daí decorre que estaríamos habilitados desde já a proclamar a grande nova de que a demonstração científica da sobrevivência humana se acha conseguida pela Ciência. E, naturalmente, se assim é, pelo que respeita à especial categoria dos casos de identificação pessoal de defuntos que todos desconhecem, dever-se-á deduzir que não mais vem a pêlo acumular sofismas para negar valor probante aos casos de defuntos que ministram informações pessoais que todos os presentes ignoram, mas sabidas de pessoas ausentes que um dos experimentadores conhece.

Ao demais,, a última modalidade de manifestação atribuída à “telemnesia” não existe e é fácil demonstrá-lo, mediante a análise comparada dos casos dessa natureza. Entretanto, para tal efeito, ser-nos-ia preciso desenvolver convenientemente o tema relativo aos poderes da telemnesia, evidenciando que ela, em realidade, se exterioriza sob modalidades bem diversas das imaginadas e que a tornam praticamente inaplicável ao nosso caso. Mas, para fazê-lo, não poderei deixar de citar e comentar

uma série apropriada de casos desse gênero, o que seria fora de propósito num trabalho de síntese, qual o presente. Advirto, no entanto, que já fiz tal demonstração numa extensa monografia intitulada: *Telepatia, Telemnesia e a lei da relação psíquica*, à qual remeto quem quer que deseje aprofundar o assunto. Aqui, deverei limitar-me a mencionar as conclusões a que cheguei nesse meu laborioso esforço de análise comparada, da qual resulta que a hipótese da “telemnesia” só se patenteia suficientemente provada nos limites de um recebimento de informações “estritamente pessoais” com relação a um indivíduo ausente, que se ache em *relação psíquica* com o médium. E isto ocorre – note-se bem – unicamente quando se trate de *informações ou dados que se conservem ainda vivazes no liminar da consciência do médium*, pois que, de fato, não existem provas a favor do recebimento de informações referentes a *terceiras pessoas* que aquele indivíduo conheça. É também de notar-se que, querendo igualmente propugnar a existência desta última forma de telemnesia, se teria de admitir que as faculdades perquirentes da subconsciência possuem a potencialidade prodigiosa de “selecionar” os mais insignificantes dados mnemônicos referentes a *terceiras pessoas*, colhendo-os infalivelmente no meio do emaranhado inextricável de análogos registros mnemônicos latentes nos recessos da subconsciência do indivíduo “selecionado”.

Fica, pois, evidente que, antes de conferir às faculdades subconscientes uma virtude selecionadora tão portentosa, seriam necessárias boas provas de fato nesse sentido, provas essas que, entretanto, não existem, como não existem incidentes experimentais afins, que sugiram vagamente semelhante possibilidade. Em contraposição, conhecem-se, repito, boas provas a favor de uma “telemnesia” unicamente receptora de dados *estritamente pessoais*, acerca do indivíduo ausente que entra em relação subconsciente com o médium, mas isso mesmo sob a condição de que os referidos dados ainda existam vivazes no limiar da sua consciência. Postas as coisas nestes termos, segue-se que as deduções teóricas que se formulem com fundamento em tal modalidade de telemnesia terão alcance teórico muito diverso do que presumem os opositores, visto que, em semelhantes contin-

gências, a telemnesia não se exercitaria *ativamente*, selecionando, mas *passivamente*, recebendo impressões, o que restringe em limites muito apertados a potencialidade da mesma telemnesia. Este último reparo assume grandíssima importância teórica, conforme adiante demonstraremos.

Neste ponto, sinto-me no dever de informar que com a célebre médium Sra. Osborne Leonard se verificam às vezes aparentes “exceções” à regra implícita na assertiva de que, nos casos de telemnesia, a análise comparada demonstra que os dados pessoais que o médium obtém *nunca dizem respeito a terceiras pessoas* conhecidas do indivíduo ausente que é “selecionado”, mas apenas *informes estritamente pessoais*, concernentes ao referido indivíduo. Ora, ao contrário, nos casos de identificação espiritual conseguidas com aquela médium, verifica-se que os defuntos que se comunicam ministram, por vezes, pormenores *concernentes a terceiras pessoas* conhecidas do mencionado indivíduo ausente, pormenores que não podem ser tomados à consciência do experimentador, pela razão de que este os não conhecia. É verdade que, na hipótese da presença espiritual do defunto que se comunica no lugar da experiência, não haveria a perplexidade teórica que apreciamos, uma vez que os pormenores de que se trata concernem sempre aos familiares e aos amigos do defunto; mas, do ponto de vista da discussão em curso, cumpre não se leve em conta essa lógica interpretação dos fatos. Cinjo-me, portanto, a reproduzir os instrutivos diálogos que travaram o Rev. Drayton Thomas e a personalidade mediúnica de seu pai e de sua irmã Etta, por ocasião de alguns incidentes do gênero. Observa este último o que se segue, a propósito de uma bolsa recamada com que uma pessoa amiga *pensara* presentear a mãe, viva, do Rev. Thomas, pensamento que a entidade espiritual do pai defunto interceptara e confiara ao filho:

“Suponhamos que o pensamento em questão haja chegado à tua mãe. Ele foi interceptado pela sua “aura”, conforme nosso pai te explicou. Ora, se eu me achasse com tua mãe, teria podido colhê-lo na sua “aura” e talvez houvesse podido apanhar-vos um pensamento dessa natureza, mesmo que vos houvesse ocorrido no dia precedente, dado que há

indivíduos cuja “aura” guarda os pensamentos durante certo tempo, ao passo que outros não os conservam. Daí vem que conseguimos colher informações, do gênero das de que se trata, de uma pessoa e não o conseguimos de outra.” (Pág. 100-101).

Assim falou Etta e o pai do Rev. Thomas afirma a mesma coisa, referindo-se à “aura” daquele que faz de experimentador. Informa ele:

“Quando me acho contigo, apanho, muito freqüentemente, os pensamentos que pessoas afastadas te dirigem no momento. Os pensamentos que te são dirigidos permanecem presos à tua “aura” e eu consigo distingui-los e interpretá-los.” (Página 96).

Pouco mais adiante, acrescenta:

“Sim, a tua “aura” é sensibilíssima aos pensamentos que te são dirigidos. Servindo-me de uma comparação fotográfica, direi que a tua “aura” se assemelha a uma chapa sensível, que recebe impressões e pensamentos. Pode dar-se não te apercebas da existência dessas impressões e desses pensamentos, porque não tens meio de “revelar a chapa”, ao passo que eu me acho em condições de revelá-la.” (Pág. 98).

Comenta assim o Rev. Drayton Thomas:

“Normalmente, não temos consciência de sermos atingidos pelos pensamentos que nos dirigem pessoas distantes. Entretanto, a telepatia experimental há mostrado que tais pensamentos podem efetivamente alcançar-nos. A comparação com a *telegrafia sem fio* e com o *rádio* parece muito sugestiva a esse propósito, porque demonstra que tais aparelhos, postos a funcionar, determinam uma ação formidável no meio etéreo, ação da qual nos conservamos inconscientes, enquanto não temos à nossa disposição um instrumento receptor, que intercepte e interprete para nós as vibrações etéreas que passam. Analogamente, ao que parece, meu pai é capaz de interpretar um pensamento que vibre

ativamente próximo de mim.” (*Life Beyond Death*, págs. 95-96).

Em face do exposto, faz-se notório que os episódios de tal natureza são radicalmente diversos dos aqui considerados e, portanto, não constituem, verdadeiramente, “exceções” à regra formulada antes, visto que, no caso do Rev. Drayton Thomas, não se tratava de informes mnemônicos concernentes a terceiras pessoas conhecidas do indivíduo ausente e apanhados *ativamente* na sua subconsciência, mas de pensamentos que terceiras pessoas lhe dirigiram e percebidos *passivamente* pelo médium, por permanecerem durante algum tempo presos à “aura” das pessoas a quem eram dirigidos. Noutros termos: achamo-nos em presença de um fenômeno ordinário de transmissão telepática do pensamento, com a diferença de que o impulso telepático, por fraco, não surgiria na consciência normal do paciente, enquanto que por intermédio de um Espírito comunicante o dito pensamento seria perceptível na “aura” do indivíduo que o recebera.

Ora, se bem tudo isto se revele muito interessante e instrutivo sob outros aspectos teóricos, nada tem de comum com a questão aqui considerada, em que se trata de invasões selecionadoras nas subconsciências de terceiros e não de percepções *passivas* na “aura” de outrem.

Eliminada esta primeira dúvida teórica, restam por esclarecer uma segunda, consistente no fato de haver episódios que aparentemente contradizem uma das proposições maiores, contidas na tese propugnada, proposição segundo a qual, também no caso de informes estritamente pessoais e referentes ao indivíduo com quem os *sensitivos* ou os médiuns se acham em relação, se notaria que os informes percebidos dizem respeito sempre ao pensamento atual do mesmo indivíduo, ou a vibrantes recordações ainda vivazes no limiar da sua consciência. Quer dizer que uma relativa vivacidade latente nas lembranças é condição indispensável para que elas sejam percebidas pelos *sensitivos* e pelos médiuns, de acordo com o asserto de que as suas faculdades supranormais não agem *ativamente*, selecionando acontecimentos nas subconsciências de outros, mas *passivamente* recolhendo e interpretando as vibrações do pensamento. Pois bem:

conquanto fundado se mostre este último asserto, não deixam de haver episódios que aparentemente o contradizem e que consistem em serem colhidos acontecimentos mais ou menos antigos do passado de outrem. Eis aqui um exemplo desse gênero, que tomo ao vol. XI, pág. 124 dos *Proceedings of the S. P. R.* .

Miss Goodrich Freer, a conhecida *sensitiva* a quem se deve magistral estudo sobre as suas próprias experiências de “visão pelo cristal”, refere numerosos casos de “leitura do pensamento”, entre os quais o seguinte:

“Decidira-me a visitar, pela primeira vez, uma amiga que se casara, havia pouco. Não lhe conhecia o marido, mas, pelo que ouvira a seu respeito, esperava encontrar nele um perfeito gentil-homem, de caráter nobre e elevada posição social. Quando me foi apresentado, notei que se esforçava por ser agradável e finamente hospitaleiro para com os que iam à sua casa. Contudo, passado o primeiro momento que tive para observá-lo com certa atenção, fui turbada por uma alucinação de forma curiosa, que me pôs perplexa com relação a ele. Qualquer que fosse a situação em que se encontrasse – à mesa, como no salão ou ao piano – desaparecia dos meus olhos o fundo que o circundava, substituído por uma visão em que ele se me apresentava menino, a me olhar com uma expressão do mais abjeto terror, cabeça baixa, ombros alçados e os braços estendidos, como para defender-se de uma tempestade de socos prestes a desabar-lhe em cima.

Fui levada, naturalmente, a proceder a investigações acerca do caso e cheguei a saber que a cena com que eu me defrontava lhe sucedera na meninice, numa escola cívica, em consequência de um ato vil de fraude, pela qual fora ele ignominiosamente expulso e tivera de sofrer uma severa sanção de pugilato, por parte dos seus camaradas.

Como explicar semelhante forma de visualização verídica? Penso que era simbólica e que figurava uma espécie de advertência com relação à atmosfera moral que circunvolvia o homem que eu tinha diante de mim – uma amostra das suas qualidades de gentil-homem. E essa minha impressão

veio a justificar-se pelo fato de que as desconfianças que se geraram em mim por efeito daquela visão foram amplamente confirmadas pelos sucessos desastrosos que se seguiram. Tais visualizações me parecem análogas às que se produzem por meio da *psicometria* e não são visões telepáticas, mas “impressões psíquicas”. Afigura-se-me absurdo que a cena por mim visualizada, ocorrida dez anos antes, estivesse, naquela ocasião, presente à mentalidade do protagonista.”

Este o interessante episódio narrado por Miss Goodrich Freer, que com toda a razão exclui a possibilidade de que a sua visão se originasse do pensamento consciente do protagonista, por se haver este, no momento, lembrado do fato vergonhoso que lhe sucedera na meninice. Eliminada essa hipótese, eis-nos em face de um exemplo, acorde com tudo quanto temos feito observar, em que uma *sensitiva* percebe, nas subconsciências de outros, informes pessoais de data muito antiga. Para as conclusões teóricas a serem formuladas, ainda uma vez importa evidenciar, em primeiro lugar, que, no episódio em questão, o incidente ocorrido concernia à *existência pessoal* do protagonista e não a sucessos referentes a um *terceiro* que ele desconhecesse. Em segundo lugar e do ponto de vista em que nos colocamos, cumpre notar que o incidente visualizado, embora afastado no tempo, era de natureza a imprimir-se indelevelmente no ânimo daquele que o sofrera, de modo a ficar vibrando permanentemente – por assim dizer – no limiar da consciência de quem fora nele protagonista e tornando-se dessa maneira perceptível, sob a forma objetivada de uma visão, pela *sensitiva* à qual nos referimos. Penso haver, assim, dissipado a contradição que parecia existir entre os casos do gênero desse de que falamos e a assertiva de que as faculdades supranormais dos médiuns recolhem *passivamente* o pensamento de outrem, caso em que se faz evidente que apenas devem eles perceber os pensamentos atuais, ou os pensamentos que ainda vibram vivazes no limiar da consciência do indivíduo com que os aludidos médiuns se acham em relação. Daí decorre que os casos da natureza desse que acabamos de apreciar provam somente que se dão na vida dos indivíduos

acontecimentos mais ou menos dramáticos que, pelas tempestades emocionais que suscitam no ânimo de quem neles foi protagonista, conservam uma gradação vibratória que os mantém permanentemente vivazes no limiar da consciência do mesmo protagonista.

Enfim, de outro ponto de vista, importa notar a diferença radical que há entre a natureza importante da informação em apreço, reveladora de um caráter, e as informações, literalmente insignificantes em si mesmas, mas indispensáveis à identificação pessoal, que os defuntos que se comunicam fornecem, quando solicitados; e importa notar também que a natureza insignificante destas últimas ainda mais absurdo torna o presumir-se que os médiuns chegam a descobri-las, selecioná-las, extraí-las das subconsciências de indivíduos que não cogitaram de fazer tal experiência.

Eliminada também esta segunda dúvida teórica, volto ao assunto, começando por assinalar de novo a circunstância de fato que, mais do que qualquer outra, se deve ter presente: a de que a análise comparada dos casos de telemnesia demonstra que os dados pessoais que os médiuns colhem *jamais dizem respeito a terceiras pessoas* conhecidas do indivíduo que lhes sofre, à distância, o influxo. Insisto nesta circunstância porque, para chegar-se a explicar, por meio da telemnesia, certos casos importantes de identificação espiritual, fora preciso presumir-se constantemente o fenômeno da seleção, nas subconsciências de outrem, de indicações referentes a *terceiras pessoas* que o indivíduo ausente haja conhecido no passado. Este último ponto assume altíssimo valor teórico, não só porque encerra a hipótese em exame nos modestos limites que lhe competem, como porque leva a concluir-se que, se a telemnesia existe, ela se exterioriza sob modalidades perceptivas diversas das imaginadas, modalidades que lhe tiram todo o valor de objeção neutralizante da interpretação espiritualista dos fatos. Assim é porque, excluída a possibilidade de ela se manifestar em sentido ativo, *seleccionando*, a telemnesia se apresenta redutível a um fenômeno de percepção *passiva* do pensamento atual, à distância, ou do pensamento que ainda vibra no limiar da consciência da pessoa que se

ache em *relação psíquica* com o médium, caso em que ela se identifica com os fenômenos da “clarividência telepática”, o que equivale a admitir-se que a sua capacidade elucidativa, nas manifestações mediúnicas dos defuntos, se conteria em limites tão modestos, que se tornaria inaplicável aos casos importantes de identificação espiritual.

Fica entendido, portanto, que *os poderes das faculdades supranormais subconscientes já se podem circunscrever dentro de limites definidos*, com o que cai das mãos dos opositores o único engenho ofensivo que lhes restava, engenho exuberantemente posto em ação, toda vez que lhes surgem dúvidas teóricas intransponíveis com o auxílio de hipóteses naturalísticas, tudo de perfeita boa fé.

Nessa conformidade, também mais uma vez acentuo que, com o que deixo expendido, chego a uma *terceira* importantíssima conclusão teórica, em favor da existência e sobrevivência do espírito humano, conclusão a que seguirão outras análogas, igualmente incontestáveis, e que se mostrarão ao mesmo tempo resolutivas.

Capítulo III

As comunicações mediúnicas entre vivos provam a realidade das comunicações mediúnicas com os defuntos

Não esqueçamos que a denominação de *fenômenos mediúnicos* propriamente ditos designa um conjunto de manifestações supranormais, de ordem física e psíquica, que se produzem por meio de um *sensitivo* a quem é dado o nome de *médium*, por se revelar qual instrumento a serviço de uma vontade que não é a sua. Ora, essa vontade tanto pode ser a de um defunto, como a de um vivo. Quando a de um vivo atua desse modo, à distância, somente o pode fazer em virtude das mesmas faculdades espirituais que um defunto põe em jogo. Segue-se que as duas classes de manifestações resultam de naturezas idênticas, com a diferença, puramente formal, de que, quando elas se dão por obra de um vivo, entram na órbita dos *fenômenos anímicos* propriamente ditos, e quando se verificam por obra de um defunto, entram na categoria, verdadeira e própria, dos fenômenos espíritas. Evidencia-se, portanto, que as duas classes de manifestações são complementares uma da outra, a tal ponto que o Espiritismo careceria de base, dado não existisse o Animismo.

É de suprema importância este tema, que já explanei a fundo numa monografia em que foram colecionados e comentados numerosos e variados casos do gênero. A grande importância do tema consiste em que os casos de comunicações mediúnicas entre vivos, com o se realizarem por processos idênticos àqueles pelos quais se operam as comunicações mediúnicas com defuntos, oferece a possibilidade de apreender-se melhor a gênese destas últimas, por projetarem luz nova sobre as causas dos erros, das interferências, das mistificações subconscientes que nelas ocorrem; mas, sobretudo, por contribuírem a provar, com rara eficácia, a realidade das comunicações mediúnicas com defuntos, uma vez se considere que nas comunicações mediúnicas entre vivos é possível verificar-se a realidade integral do fenômeno, interrogando-se as pessoas colocadas “nas duas

extremidades do fio”. Daí a sugestiva inferência de que, quando “no outro extremo do fio” se encontra uma entidade mediúnicamente que afirme ser um espírito de *defunto* e o prove ministrando informações pessoais que todos os presentes ignoram, racionalmente se deveria concluir que “na outra ponta do fio” há de estar a entidade do defunto que se declara presente, do mesmo modo que nas comunicações entre vivos se verifica positivamente que “na outra extremidade do fio” se acha o vivo que se manifesta mediunicamente.

Na minha monografia, eu subdividira em sete categorias os fenômenos das comunicações mediúnicas. Na primeira, considerei os episódios de gêneros inteiramente afins com a “transmissão do pensamento”, salvo a circunstância de se produzirem *mediunicamente*. Nas outras, considerei sucessivamente as mensagens inconscientemente transmitidas ao médium por pessoas mergulhadas em sono e por pessoas em condições de aparente vigília; em seguida, as que foram obtidas por vontade expressa do médium, que a isso chegara pensando intensamente na pessoa distante com quem desejava comunicar-se; depois, a transmitida ao médium por vontade expressa de pessoas ausentes; a seguir, os casos de transição, em que o vivo que se comunicara era um moribundo; finalmente, as mensagens mediúnicas, entre vivos, transmitidas com o auxílio de uma entidade espiritual.

Na primeira categoria, em que se tratava de episódios afins com a “transmissão do pensamento”, salvo a circunstância de se produzirem mediunicamente pela escrita automática, os episódios referidos me ofereceram ensejo de assinalar que as mistificações subconscientes, quais se davam nas comunicações dos defuntos, ocorriam de maneira idêntica nas comunicações entre vivos e, como nestas últimas possível se tornava indagar-lhes as causas, instrutivo ensinamento resultava daí, a dissipar as dúvidas inerentes às mistificações análogas nas comunicações dos defuntos.

Na segunda categoria, em que foram consideradas as mensagens inconscientemente transmitidas ao médium por pessoas ausentes mergulhadas em sono, tive ocasião de acentuar o valor

de uma das maiores aquisições teóricas postas em foco pela minha monografia, isto é, que a característica das comunicações mediúnicas entre vivos consistia no fato de que entre o agente e o percipiente se desenvolviam de ordinário longos diálogos, demonstrativos de que já não se tratava de um fenômeno de transmissão telepática do pensamento, mas de verdadeira conversação entre duas personalidades integrais subconscientes, com as conseqüências teóricas daí decorrentes.

Na terceira categoria, em que considerei as mensagens involuntariamente transmitidas ao médium por pessoas em condições de aparente vigília, ofereceu-se-me oportunidade de demonstrar a presumível inexistência de tal forma de comunicações mediúnicas entre vivos, por falta de exemplos convenientemente circunstanciados, que valessem para demonstrar que uma pessoa em condições de vigília possa entrar involuntariamente em comunicação mediúnica com um *sensitivo* distante, ainda que nele não pense. Ponderando-se os resultados efetivos, dever-se-ia, ao contrário, dizer que, para se produzirem episódios semelhantes, seria indispensável, pelo menos, que a pessoa em condições de vigília caísse em sonolência, por breve espaço de tempo, ou em “sonambulismo vígil”, ou em estado de “ausência psíquica”, ou, ainda, que pensasse mais ou menos vivamente na pessoa distante.

Na quarta categoria, em que considerei as mensagens obtidas por expressa vontade do médium, incluí casos revestidos de grande valor teórico, do mesmo passo que a maneira de os interpretar se revestia de eficácia resolutive, quanto ao modo de se interpretarem os casos de identificação espiritual, fundados em informações fornecidas pelos defuntos que se comunicam, eficácia que ressaltava da circunstância de fornecerem os casos de comunicações mediúnicas entre vivos a mais preciosa das reconfirmações do fato de que as comunicações mediúnicas dos defuntos, longe de consistirem num absurdo processo de seleção das informações pessoais colhidas nas subconsciências dos que conheceram em vida o pretense defunto que se comunica, consistiam, ao contrário, positivamente, numa verdadeira e legítima conversação com o próprio defunto, visto que, se isso era o que

se dava nas comunicações mediúnicas entre vivos, racionalmente se havia de dar no tocante às comunicações mediúnicas dos defuntos, conclusões estas que anulavam a única objeção de que dispunham os opositores, para não admitirem a interpretação espiritualista das manifestações em apreço.

Na quinta categoria, referente às mensagens transmitidas ao médium por expressa vontade de uma pessoa ausente, ressaltava, antes de tudo, a raridade das mensagens dessa natureza, quando, ao contrário, as mesmas mensagens, com caráter de espontaneidade, eram muito freqüentes, nas condições de sono real ou aparente do agente, revelando-se estes últimos mais importantes do que os primeiros, dado que, no caso de mensagem transmitida ao médium por vontade expressa de uma pessoa ausente, se tratava estritamente de um fenômeno de transmissão telepático-mediúnica e, portanto, de uma mensagem pura e simples, que jamais tomava o desenvolvimento de um diálogo, enquanto que, no caso de uma pessoa em sono real ou larvado, as manifestações assumiam com freqüência esse caráter. E, quando o assumiam, isso queria dizer que já não se tratava de um fenômeno de transmissão telepático-mediúnica, mas, sim, de uma vera conversação entre duas personalidades espirituais subconscientes, a menos que se tratasse de uma mensagem de vivo transmitida com o auxílio de uma entidade espiritual.

Como quer que seja, o significado dos casos pertencentes a esta quinta categoria não deixava, a seu turno, de confirmar a hipótese espiritualista, pois que, se a vontade consciente do espírito de um vivo podia atuar, *à distância*, sobre a mão de um médium psicógrafo, de modo a ditar-lhe o seu pensamento, nada impedia se inferisse que a vontade consciente de um “espírito desencarnado” chegasse a agir analogamente; que, se, pelas comunicações mediúnicas entre vivos, nas quais era dado verificar-se a autenticidade dos fenômenos interrogando-se as pessoas colocadas “nos dois extremos do fio”, ficava positivamente demonstrado que a mensagem mediúnica provinha do vivo que, distante, se declarava presente, então, quando “na outra extremidade do fio” se achava uma entidade mediúnica afirmando ser um espírito de defunto e provando-o por meio de informações pessoais ignora-

das dos consulentes e do médium, legítimo teoricamente se tornava inferir-se que “na outra ponta do fio” devia achar-se, com efeito, a entidade do defunto que se declarava presente. Noutros termos: para ambas as categorias indicadas se haveria de excluir a hipótese das “personificações subconscientes”, de que tanto se tem abusado até hoje. Nada, pois, de personificações efêmeras de ordem onírico-sonambúlica em relação com as comunicações mediúnicas entre vivos e, em consequência, nada também de semelhante em relação às comunicações com entidades de defuntos que forneçam as reclamadas provas de identificação pessoal.

Na sexta categoria eu considerava os casos, por sua vez bastante raros, em que a pessoa que se comunicava mediunicamente morrera naquele momento mesmo, ou estava moribunda, casos esses que representavam a senda de transição entre os fenômenos anímicos e os espirituais, tudo isso considerando que, por se tratar de vivos no leito de morte, ficava patente que a telepatia entre vivos para manifestação mediúnica aparecia, em tais circunstâncias, como o último degrau de uma longa escala de manifestações anímicas, que levava ao limiar da grande fronteira além da qual somente podem haver manifestações telepáticas de defuntos. Demonstrava-se uma vez mais não existir solução de continuidade entre as modalidades sob as quais se produziam as comunicações mediúnicas entre vivos e as dos defuntos. Por outras palavras: uma vez mais, era-se conduzido a reconhecer que o Animismo prova o Espiritismo.

Finalmente, na sétima categoria, em que se contemplavam as mensagens entre vivos transmitidas com o auxílio de uma entidade espiritual, entrava-se de velas enfunadas no grande oceano das manifestações transcendentais; chegara-se a demonstrar que a existência de mensagens mediúnicas entre vivos, obtidas por meio de mensagens espirituais, já não podia ser contestada, conhecidas que eram longas séries de experiências que se não podiam explicar nem pela telepatia, nem pela clarividência telepática, nem pela telemnesia.

Do ponto de vista, porém, do presente trabalho, no qual tenho de sintetizar os numerosos argumentos especiais que encami-

nam a conclusões nitidamente afirmativas no tocante à grande verdade aqui considerada, defronto-me com uma dificuldade técnica intransponível: a de que, tratando-se de uma ordem de manifestações cujo profundo significado espiritualista nem sempre é fácil de apreender-se, devido às intrincadas modalidades sob as quais se produzem, não poderei furtar-me a fortalecer todo argumento especial enunciado, citando os casos que o sugerem, sem o que as conclusões gerais perderiam muito da sua eficácia demonstrativa. Mas, isso não é possível e, não o sendo, só me resta relatar um número conveniente de episódios elucidativos, respeitantes à maior das proposições teóricas conseguidas com a análise comparada dos fatos e a convergência das provas, proposição que também pode bastar por si só para robustecer a tese ora considerada: que “as comunicações mediúnicas entre vivos provam a realidade das comunicações mediúnicas com os defuntos”. Para tal fim, nada melhor do que relatar alguns episódios da longa série obtida, com a sua própria mediunidade, pelo célebre jornalista e escritor espírita William Stead.

Como é sabido, William Stead possuía, em grau notabilíssimo, a faculdade mediúnica da escrita automática (psicografia), por meio da qual lhe foi ditado o áureo livrinho de revelações transcendentais intitulado: *Letters from Julia* (Cartas de Júlia). Além disso, chegou sistematicamente a entrar em relação mediúnica e a conversar livremente, à distância, com personalidades vivas, obtendo muito amiúde confissões e informações que as personagens vivas jamais lhe teriam confiado em condições normais. Nunca ele pensara na possibilidade de conversações supranormais de tal natureza e foi a personalidade mediúnica “Júlia” que lho sugeriu, a título de experimentação. Numa famosa conferência que fez na *London Spiritualist Alliance*, no ano de 1893, narrou nestes termos como enveredara por essa ordem de pesquisas:

“Um dia, escreveu Júlia: “Porque te surpreende que eu possa servir-me da tua mão para me corresponder com uma amiga minha? Qualquer um pode fazê-lo.” – Perguntei-lhe: “Que queres dizer com esse qualquer um?” – Respondeu: “Qualquer um, isto é, qualquer pessoa pode escrever com a

tua mão.” – Perguntei mais: “Queres dizer qualquer pessoa viva?” – Ela replicou: “Qualquer amigo teu pode escrever com a tua mão.” – Ao que observei: “Queres dizer que, se eu pusesse a minha mão à disposição dos meus amigos distantes, eles poderiam servir-se dela do mesmo modo pelo qual o fazes?” – Sim; experimenta e verás. – Pareceu-me que ia tomar sobre mim uma árdua tarefa; mas, decidi tentar a experiência. Os resultados foram imediatos e espantosos...

Coloquei, pois, minha mão às ordens de amigos que residiam em diversos lugares distantes e verifiquei que eles, em sua maioria, estavam em condições de comunicar-se, embora variasse muito a capacidade, que tinham, de fazê-lo. Alguns escreviam de súbito e correntemente, com as suas características de estilo, forma e caligrafia, às primeiras palavras transmitidas, para depois prosseguirem com intermitência, como se escrevessem normalmente uma carta. Confiavam-me seus pensamentos, informavam-me de que tinham a intenção de me vir consultar, ou me contavam como haviam empregado o dia. O que, porém, mais me surpreendia nessas conversações, já de si mesmas surpreendentes, era a inconcebível franqueza com que vários de meus amigos, que eu, estava certo, tão bem lhes conhecia a sensibilidade, a moderação e a reserva, jamais me teriam confiado alguns de seus segredos pessoais, ou alguns de seus embaraços econômicos, me declaravam com a maior franqueza achar-se em dificuldades financeiras, ou me falavam sem reservas de outros vários reveses íntimos.

Essa circunstância me pareceu tão séria, do ponto de vista social que, um dia, pedi a respeito explicações a Júlia, nestes termos: “Preocupam-me seriamente os resultados que tenho obtido neste novo campo de pesquisas, por se me afigurar que, se os outros fizessem como eu, não haveria mais segredos neste mundo.” – Ela respondeu: “Oh! não. Tu exageras.” – Ao que lhe retruquei: “Então, como se explica que pela minha mão um amigo me revele segredos pessoais que, normalmente, teria o cuidado de me não revelar?”

Foi-me dada uma explicação, que não apresento como definitiva, mas unicamente como a explicação de Júlia, escrita com a minha mão, e que, sem dúvida, não é produto da minha subconsciência, visto que ela nunca me passou pela mente. Disse Júlia: “A vossa personalidade real, ou espiritual, jamais confiará a ninguém, por via mediúnica, coisas que se considere no dever de guardar em segredo e, se às vezes confia incidentes mais ou menos íntimos, fá-lo com plena consciência do que faz. A diferença está em que a vossa personalidade real, ou espiritual, pensa e julga de um fato pelo seu valor intrínseco, muito diversamente do modo pelo qual procede a vossa personalidade normal.” – Perguntei: “Que é o que entendes por personalidade real, ou espiritual?” – Respondeu: “A vossa personalidade real, ou espiritual, isso a que chamais o vosso *Eu*, vigia e governa tanto a vossa mentalidade consciente, quanto a subconsciente, usando de uma e de outra à sua vontade. A vossa mentalidade consciente se serve das faculdades sensórias para comunicar-se com os seus semelhantes, quando estes se acham ao alcance daquelas faculdades, que, contudo, são muito rudimentares na sua potencialidade. O mesmo já não se dá com relação às faculdades sensórias da mentalidade subconsciente, que são um instrumento de comunicação muito mais sutil, apurado e eficiente, porque se conservam sempre a serviço da vossa personalidade espiritual que, quando deseja comunicar-se com alguma pessoa distante, se serve da mentalidade subconsciente que, entretanto, nunca se presta ao fim absurdo de revelar a outros aquilo que, verdadeiramente, deva conservar-se em segredo, da mesma maneira que não revelaria normalmente com a língua. Em suma, a vossa personalidade real, ou espiritual, é senhora absoluta dos seus instrumentos de comunicação”.

Perguntei ainda: “De que modos se realizam tais comunicações?” – Resposta: “Como? Não o compreendes? Os Espíritos de todo o Universo se acham em contacto uns com os outros, de sorte que podes falar com a personalidade espiritual de qualquer pessoa no mundo, sem limites de dis-

tância, *com a única condição de que a tenhas conhecido pessoalmente*. Se podes falar a uma pessoa que encontres, porque já a conheces, também podes conversar com ela, em qualquer parte do mundo onde esteja, convidando-a a escrever com a tua mão.”

... Talvez por se achar ainda imperfeitamente desenvolvida a minha mediunidade, o fato é que não consigo entrar em relação com todos os meus amigos e que noto grande diferença no valor intrínseco das suas comunicações. Assim, por exemplo, alguns há que me comunicam coisas de caráter pessoal com extraordinário cuidado, de maneira que, em cem afirmações suas, não surge uma só inexata. Em compensação, outros há que aparentemente se manifestam com suas características pessoais e assinam com seus nomes as comunicações, mas que transmitem informações completamente falsas. Nada obstante, a maioria deles demonstra o maior cuidado em transmitir suas notícias; mesmo, porém, nessas circunstâncias, ressalta um fato curioso e é que, se peço – figuremos um caso – a um amigo de Glasgow notícias da sua “inflamação facial”, ele me responde com escrupulosa exatidão, ou que vai piorando, ou que seus furúnculos se abriram e que tem o rosto coberto com um cataplasma, subscrevendo as mensagens com sua firma. Entretanto, quando me encontro com o amigo em carne e osso e lhe apresento o seu escrito, ele absolutamente não se recorda de haver conversado comigo. Pedi a “Júlia” que me elucidasse a esse respeito, formulando nestes termos a minha pergunta: “Como se explica que, quando perguntei ao meu amigo como estava da sua “inflamação facial”, ele me informou do seu estado e não se recorda de se haver comunicado comigo? Desde que a nossa personalidade espiritual nunca transmite informações sem ter plena consciência do que faz, como se explica que os amigos me forneçam informações e depois ignorem que mas deram?” – Ela respondeu: “Quando te diriges mediunicamente a um amigo teu, a sua *personalidade espiritual* responde por meio das *faculdades mentais subconscientes*, não mais por meio das

faculdades conscientes ou *cerebrais*, e, naturalmente, não cuida de dar a saber à sua *mentalidade consciente* ou *cerebral* que ela transmitiu uma informação a quem lha pedira, servindo-se das *faculdades mentais subconscientes*, uma vez que não é necessário que o faça. Se, porém, julgasse conveniente fazê-lo, então o teu amigo se recordaria.” (*Light*, 1893, págs. 134-143).

Estes os trechos essenciais da interessantíssima conferência de William Stead, a cujo propósito faço notar, antes de tudo, que a personalidade mediúnica “Júlia”, quando informa a Stead que é possível a um médium entrar em relação com um vivo distante, mas unicamente sob a condição de que aquele conheça pessoalmente o outro, nada mais faz do que reforçar a tese que desenvolvi no capítulo precedente, segundo a qual não podem efetuar-se comunicações entre vivos, em falta da *relação psíquica*, que só se pode estabelecer com pessoas conhecidas do médium ou dos presentes, ou por meio de um objeto psicometrizable.

Faço, além disso, ressaltar esta outra afirmação de “Júlia”:

“Quando te diriges a um amigo distante, a sua personalidade espiritual *responde* exercendo suas faculdades mentais subconscientes, não as faculdades conscientes ou cerebrais.”

Ora, nessa afirmação se contém o núcleo substancial da tese que me disponho a desenvolver e segundo a qual as comunicações mediúnicas entre vivos *são verdadeiras e reais conversações entre duas personalidades integrais subconscientes, que estabeleceram relação psíquica entre si*. É esta uma conclusão teoricamente importantíssima, porque elimina a absurda hipótese na qual se imagina que as faculdades supranormais dos médiuns têm o poder de insinuar-se nas subconsciências de outros para aí selecionar os dados de que necessitem com o nobre escopo de mistificar o próximo.

Nada mais acrescento, pois que terei de voltar repetidamente a este assunto na exposição dos casos.

*

Começo pelo episódio com o qual se iniciaram as novas experiências em foco. O paciente distante, que Stead escolheu, era uma distinta escritora que colaborava na *Review of Reviews* e que se tornou, em pouco, uma das melhores “colaboradoras espirituais” daquele publicista. Ela lhe respondia imediatamente aos convites mentais, de onde quer que estivesse, assim de dia como de noite, travando conversações interessantíssimas, pois que exuberantes de provas de identificação pessoal. Tomo o incidente registrado por Myers, no vol. IX, pág. 53, dos *Proceedings of the S. P. R.*. O relato foi escrito por Stead e diz:

“Embora eu me conservasse mais ou menos incrédulo, comecei a experimentar pensando numa senhora de Londres, que escolhi por existirem entre mim e ela vínculos de recíproca simpatia. A experiência resultou maravilhosa. Quer dizer: verifiquei que a minha amiga nenhuma dificuldade encontrava para servir-se da minha mão, a fim de me transmitir notícias suas, exprimindo-se com o humor de que no momento se achava possuída.

Certa vez, estando ela – a quem chamarei Miss Summers – a ditar uma mensagem, eu a interrompi bruscamente com esta pergunta: “É você mesma quem escreve com a minha mão, ou sou eu que converso com a minha subconsciência?” – A minha mão escreveu: “Provar-lhe-ei que sou realmente eu quem escreve. Neste momento estou sentada diante da minha secretária e tenho nas mãos um objeto que amanhã lhe levarei ao escritório. Será um como presente que terá de aceitar de mim. É a figura de uma velha carda.” – Respondi: “Como? Uma velha carda?” – “Sim, uma velha carda, com efeito. Representa uma grata recordação da minha vida e é por isso que a tenho em muita estima. Levar-lhe-ei amanhã e lhe explicarei melhor tudo isso de viva voz. Conto que a aceitará.”

No dia seguinte, a minha amiga veio ao meu escritório e eu logo lhe perguntei se me trouxera algum presente. Respondeu que não; que realmente pensara em trazê-lo, mas que acabara deixando-o em casa. Perguntei então o que era e ela disse que se tratava de um presente tão absurdo que

não queria dizer-lhe o nome. Como eu insistisse, explicou que se tratava de um pedaço de sabão! Fiquei profundamente desiludido com o suposto insucesso e lho disse. Ela, porém, surpreendida, replicou: “É deveras singular! Tudo se passa como você o escreveu nesta folha de papel. Trata-se efetivamente de uma “carda” e, ao demais, de uma “velha carda”, que, entretanto, se acha insculpida num pedaço de sabão. Trazê-la-ei amanhã. Não sei se sabe que a “carda” ocupa uma importante parte das recordações da minha vida.” E passou a narrar o incidente pessoal que correspondia a essa afirmativa. No dia seguinte, levou-me o pedaço de sabão, sobre o qual se percebe impressa, de fato, a imagem de uma “velha carda”.”

Myers confirma assim o exposto:

“Foi-me narrado o incidente pessoal a que diz respeito a imagem de uma “velha carda”, narrativa donde ressalta que a referida imagem gravada no pedaço de sabão é que conferia ao objeto todo o seu significado. Miss Summers pensara em levá-lo de presente a Stead, antes que a mão deste último escrevesse tal pormenor e provavelmente o pensou no instante exato em que Stead o escreveu.”

No caso, o incidente de identificação, tentada para provar a Stead que não se tratava de uma mistificação da sua subconsciência, mas de uma conversação real com a personalidade espiritual de Miss Summers, parece apropriado ao objetivado fim, porquanto o presente prometido a título de prova consistia numa coisa efetivamente excepcional, de modo a não se poder explicar o fato com a hipótese habitual das “coincidências fortuitas”. Manifesto, com efeito, se faz que a imagem de uma antiga carda gravada num pedaço de sabão não é decerto um objeto que se costume dar de presente.

Observo ao demais que, no incidente com que me ocupo – como noutros ocorridos com a mesma *sensitiva* – esta teria aparentemente entrado em relação mediúnica com Stead, durante o estado de vigília, o que, porém, não significa que o incidente se haja desenvolvido exatamente assim. Não significa, antes de

tudo, porque, em nenhuma das experiências em questão havia testemunhas que pudessem afirmar que a *sensitiva*, no momento, não se achasse adormecida; depois, porque, ainda quando existissem tais testemunhas, não teriam grande valor, visto que uma pessoa pode muito bem passar e permanecer algum tempo em condições de *sonambulismo vígil*, sem que os presentes se apercebam do fato e sem que a própria pessoa o perceba. Tudo isto é teoricamente importante e voltarei ao tema quando tiver ensejo de aludir a um caso recente do mesmo gênero, em que o paciente, à distância e inconsciente, se achava, na aparência, em estado de vigília, caso continuamente citado pelos opositores, para demonstrarem que os médiuns tiram tudo o que queiram das subconsciências de outros e chegam, desse modo, a mistificar o próximo, como se personificassem entidades de defuntos (caso Soal-Górdon Davis).

Repito, pois, mais uma vez, que o ensinamento teórico a extrair-se do episódio exposto, e que será amplamente corroborado pelos que se seguirão, consiste na prova manifesta e indubitável de que, *nas comunicações mediúnicas entre vivos, se trata de verdadeiras e legítimas conversações entre duas personalidades integrais subconscientes, transmitidas à personalidade consciente do médium, por meio da escrita automática*. Do mesmo passo, evidente também resulta que os médiuns nada tiram, nem selecionam e que, por conseguinte, a hipótese tão cara aos opositores é destituída de qualquer fundamento experimental.

Cumpra-se tenha muito em vista o ensinamento acima apontado, pois que, do fato positivamente averiguado de que as comunicações mediúnicas entre vivos são verdadeiras conversações entre duas personalidades integrais subconscientes, decorre que essas comunicações se transformam em provas resolutivas de identificação pessoal dos vivos que se comunicam e, por sua vez, corroboram, com igual eficácia, as manifestações análogas por meio das quais se obtêm as provas de identificação pessoal dos defuntos. Entretanto, se, ao contrário, se fantasiar, com os opositores, que, nas comunicações mediúnicas entre vivos, os médiuns tiram das subconsciências dos mesmos vivos todas as informações que fornecem sobre a existência privada deles,

dever-se-ia, em tal caso, argumentar no mesmo sentido com relação a grande parte das comunicações mediúnicas com os defuntos, considerando-as um noticiário de fatos tomados pelos médiuns às subconsciências de terceiros, o que tornaria teoricamente mais difícil a demonstração rigorosamente científica das provas de identificação espiritual. Assinalado esse ponto, apresso-me a acrescentar que a hipótese em apreço tem que ser eliminada, não apenas em face dos processos científicos da análise comparada e da convergência das provas, mas, igualmente, em face da consideração de que com ela não se explicaria a característica fundamental das comunicações entre vivos, característica que é a da conversação que se desenvolve entre o médium e a personalidade subconsciente do vivo distante daquele, conversação que assume aspectos sempre novos e imprevistos, *que nada de comum apresentam com as lembranças latentes nas subconsciências de terceiros*, porquanto as informações fornecidas, os manifestados estados de ânimo, as características morais, as idiossincrasias pessoais brotam das perguntas que o automatista dirige à personalidade do vivo que se comunica. Assim sendo, só resta concluir formulando uma proposição tão simples, que parece ingênua, e é que, quando uma hipótese se revela impotente para explicar a característica maior de uma dada classe de manifestações, isso significa que ela é inaplicável às mesmas manifestações. E me parece que basta.

*

Este outro episódio, também ocorrido com Miss Summers, servirá para corroborar tudo quanto ficou dito acerca da sinceridade sem reservas com que as personalidades integrais subconscientes confiam suas angústias íntimas a terceiros. Em data de 20 de setembro de 1893, William Stead, como de costume, encaminhou seu pensamento para Miss Summers, pedindo-lhe notícias. Imediatamente sua mão escreveu:

“Hoje, para mim, é um dia de tristes desilusões. Em pagamento de um trabalho que fiz, recebi soma muito inferior à que eu esperava e com que contava, de modo que me encontro em aperturas econômicas assaz penosas. Não quis pô-lo ao corrente de tudo isto, porque bem sabia que me

proveria do dinheiro necessário, o que não quero. Tenho, entre outros, um débito de três libras esterlinas com o proprietário da casa. Não importa: hei de consegui-las.

Disse eu: Mandar-lhe-ei a soma de que necessita. Resposta imediata: Não, não aceitarei e lha devolverei. Tenho a minha altivez e não quero parecer uma colaboradora mercenária.

No dia seguinte mandei a Miss Summers uma pessoa que gozava de toda a sua confiança e vim a saber que ela, efetivamente, se achava nas dificuldades econômicas de que me informara mediunicamente. Quando, porém, soube por que meio eu fora informado de seus embaraços econômicos, ficou extremamente desgostosa.” (*Proceedings*, vol. IX, pág. 54).

Deste incidente, ressalta mais que notório que nas experiências em questão não há cabimento para a “telemnésia”; que se trata, ao contrário, de verdadeiros e legítimos diálogos travados entre duas personalidades espirituais subconscientes. Note-se, com efeito, que, quando Stead declara: “Mandar-lhe-ei a quantia de que necessita”, Miss Summers responde: “Não, não aceitarei e lha devolverei”, resposta que implica uma ação dialogada que se desenvolve no presente e não um processo de seleção das lembranças latentes nas subconsciências de terceiros. E, pois que o diálogo foi reconhecido verídico, não é o caso de invocar-se a sólida hipótese dos chamados “romances subliminais” com relativa dramatização subconsciente.

*

O incidente seguinte ocorreu entre William Stead e seu próprio filho, que andava pelo Reno, em viagem de recreio. Escreve o pai:

“Meu filho levava consigo uma câmara *Kodak* e, como sói acontecer, veio a ficar sem chapas fotográficas, pelo que escreveu para casa, a fim de lhe enviarem algumas. Dei-me pressa em remeter-lhe as chapas e, passados os dias necessários a que elas lhe chegassem, perguntei-lhe mediunicamente se as recebera. Ele respondeu que as esperava impa-

ciente, mas que não chegavam, razão pela qual não podia fotografar os sítios pitorescos que ia atravessando. Tratei, logo, de informar-me a respeito e verifiquei que as chapas tinham sido expedidas. Eis, no entanto, que, dois dias depois, meu filho escreveu novamente com a minha mão: “Por que não me mandas as chapas?” – Cuidei de informar-me novamente sobre o caso, obtendo a certeza de que a expedição fora feita, havia uma semana. Conclui que minha mão era influenciada por interferências subconscientes e não mais consenti que me fossem ditadas mensagens da parte de meu filho. Quando, porém, ele regressou, vim a saber, com viva surpresa, que as chapas enviadas não tinham chegado a seu destino, e que os dois pedidos impacientes, escritos em seu nome, pela minha mão, em Wimbledon, correspondiam exatamente ao seu estado de ânimo, quando se encontrava em Boppard.” (*Light*, 1893, pág. 63).

Neste caso e do ponto de vista da autenticidade do fenômeno de comunicação mediúnicamente entre vivos, é interessante a circunstância de ter Stead a certeza de que as chapas fotográficas haviam sido enviadas, certeza inconciliável com a hipótese de uma mistificação subconsciente, pois que, então, ele devera ter-se auto-sugestionado, no sentido de suas convicções, de maneira a provocar uma resposta em que se anunciasse a chegada das tão esperadas chapas fotográficas. Ao contrário, o filho responde, protestando pela segunda vez que as chapas não lhe chegavam. Forçoso, portanto, concluir-se que o diálogo em questão era de ordem telepático-mediúnico.

*

No exemplo a seguir, ainda se trata de uma pessoa que, depois de se haver mostrado reticente com Stead ao confiar-lhe suas aflições econômicas, lhe fala sem reservas, por via mediúnica. Refere William Stead:

“No mês de fevereiro transato (1893), encontrei-me no trem de ferro com um senhor a quem conhecera casualmente havia pouco. Sabia eu de modo geral que ele, desde algum tempo, se mostrava presa de graves preocupações, de

sorte que a nossa palestra tomou um aspecto confidencial, por onde vim a saber que as suas preocupações eram de ordem financeira. Disse-lhe que ignorava se poderia ou não lhe ser útil, mas que, fosse como fosse, lhe pedia me confiasse francamente as condições em que se encontrava, quais os seus débitos e os créditos ou a soma de que podia dispor. Respondeu que não se sentia com ânimo de entrar nessas particularidades. Abstive-me de insistir. Na primeira estação, separamo-nos. Naquela mesma noite, recebi dele uma carta em que pedia desculpas de se haver mostrado reticente para comigo, talvez desatencioso, e explicava que, em realidade, não se sentia com ânimo de me confiar o que eu lhe perguntara. Recebi a carta às dez horas e por volta das duas da manhã, antes de meter-me na cama, sentei-me à mesa e, dirigindo o pensamento à pessoa em questão, ponderei-lhe: “Não tivestes a força moral de declarar-me face a face quais eram as vossas condições financeiras; mas, agora, podeis confiar-me tudo, escrevendo com a minha mão. Dizei-me, pois, como vos encontrais. Quanto deveis?” – Veio a resposta: “Os meus débitos montam a 90 libras esterlinas.” – Havendo perguntado se era exata a soma escrita, repetiu com todas as letras: “Noventa libras esterlinas.” – Perguntei:

– “É tudo?”

– “Sim e, em verdade, não sei o que poderei fazer para pagá-las.”

– “Quanto pensa que podeis obter pela pequena propriedade de que me falastes?”

– “Conto obter 100 libras esterlinas; mas, talvez, seja muito. Em todo caso, preciso vendê-la por qualquer preço. Oh! Se pudesse achar com que ganhar a vida! Estou disposto a empregar-me seja no que for.”

– “De quanto necessitais para viver?”

– “Não creio que possa viver com menos de 200 libras esterlinas por ano, pois não sou só: tenho os meus velhos para sustentar. Se fosse só, poderia viver com 50 esterlinas;

mas, há o aluguel da casa e o vestuário. Nunca chegarei a ganhar tal soma. Não sei o que pensar.”

No dia imediato, fui à procura do meu amigo. Mal me viu, disse: “Espero que não vos tenhais ofendido por me ter eu recusado a confiar-vos as circunstâncias em que me acho. Na verdade, o meu sentimento era o de não vos aborrecer com os meus queixumes.” – Respondi: “Absolutamente não me ofendi e, a meu turno, espero não vos ofendereis, quando souberdes o que fiz.” E expliquei-lhe então sumariamente os métodos de comunicação telepático-mediúnica e acrescentei: “Não sei se alguma palavra de verdade há em tudo o que a minha mão escreveu e hesito em vo-lo comunicar, sobretudo porque penso que a cifra por mim grafada como montante das vossas dívidas, é extremamente exígua para ser verdadeira, tanto mais considerando a depressão moral em que estais, Assim, antes de tudo, vou ler-vos a cifra em questão. Se for exata, darei a conhecer o resto; se estiver errada, considerarei tudo como fruto de uma mistificação subconsciente, em que a vossa personalidade não entrou por coisa alguma.” – Ele parecia interessado, embora incrédulo. Prossegui assim: “Antes que eu leia a mensagem, é preciso que façais mentalmente o cálculo do montante total das vossas dívidas, bem como da soma que esperais obter da venda da vossa propriedade, depois, o da soma que vos é necessária anualmente para vos manterdes com a vossa família e, por fim, o da soma com que poderíeis viver se fôsseis só.” – Ele se concentrou um momento e disse: “Já pensei em tudo isso.” – Saquei então da mensagem e li: “O montante das vossas dívidas é de 90 libras esterlinas.” – Ele deu um salto e exclamou: “Exato! Entretanto, 100 esterlinas foi a quantia em que pensei, porque incluí o dinheiro necessário das despesas correntes.”

Continuei: “Uma vez que está exato o montante do que deveis, prossigo na minha leitura. Esperais obter 100 libras esterlinas pela vossa propriedade.” – “Sim – respondeu – é precisamente essa a cifra em que pensei, se bem haja hesitado em declará-la, por me parecer exagerada.”

– “Haveis-me informado de que, com os vossos encargos atuais, não podereis viver com menos de 200 libras esterlinas por ano.” – “Exatíssima – o disse – assim é, de fato.”

– “Acrescentastes, porém, que, se fôsseis só poderíeis viver com 50 libras.” – “Ora bem: eu pensara neste momento em uma libra por semana.”

Segue-se, portanto, que a minha mão transcreveu com exatidão o pensamento de uma pessoa do meu conhecimento, distante de mim muitas milhas, poucas horas depois de me haver essa mesma pessoa escrito, desculpando-se de não ter tido a coragem de me confiar as informações que lhe eu solicitara.”

Myers pediu a Stead que lhe obtivesse o testemunho do seu amigo, a fim de depô-lo nos arquivos da *Society for Psychological Researches*, no interesse das pesquisas psíquicas, e Stead lho proporcionou. Myers o publicou em os *Proceedings* (Vol. IX, pág. 57), suprimindo a nome da testemunha, mas declarando que o mostraria particularmente a quem o desejasse.

É esta a carta do amigo de Stead:

“Egrégio Senhor Stead,

Recebi a vossa exposição e nada tenho que opor a que seja enviada a *Society F. P. R.*. Tudo quanto nela se contém é escrupulosamente verdadeiro. Eu ignorava absolutamente a vossa experiência é dela só fui sabedor no dia seguinte, por vosso intermédio. O resultado da dita experiência produziu em mim grande impressão, porquanto eu sabia perfeitamente que não podíeis ter conhecimento algum dos meus negócios, nem do montante das minhas dividas, nem do valor da minha propriedade e dos meus projetos de vida. (Assinado): E. J.”

Este caso não difere substancialmente dos outros; revela-se, porém, mais importante, do ponto de vista teórico, pela maior eficácia demonstrativa, levadas em conta a duração invulgar do diálogo mediúnico e as minuciosas informações de natureza privada, obtidas de uma pessoa que poucas horas antes declarara

verbalmente a Stead que não queria descer a confidências sobre o tema delicado das suas angústias econômicas.

Entre as informações que Stead obteve mediunicamente e as que conseguiu verbalmente notam-se ligeiras diferenças na forma em que foram concebidas pelas duas personalidades: a *subconsciente* e a *consciente*, do mesmo indivíduo. Outro tanto, porém, não se dá relativamente à substância, que é idêntica num caso e noutro.

Diante de um diálogo verídico tão prolongado e tão circunstanciado, quem ainda ousaria sustentar que as comunicações mediúnicas entre vivos se dão por meio de uma suposta faculdade de “clarividência telepática”, ou “telemnésia”, capaz de insinuar-se nos mais recônditos recessos das consciências de outros, com o fim de extrair daí os elementos necessários a figurar uma falsa personalidade de vivo, com relativo desenvolvimento dialogado, que resultaria uma “dramatização espúria” de particularidades percebidas telepaticamente? Sem dúvida, não se podem definir como percepções telepáticas dramatizadas as que se acham nos trechos de diálogo em que Stead pergunta: “De que soma necessitais?” e obtém como resposta: “Não creio que possa viver com menos de 200 libras esterlinas por ano, pois que não sou só; tenho os meus velhos para sustentar. Se eu fosse só, poderia viver com 50 libras esterlinas...” Acharo-nos aqui em presença de uma resposta que implica haver feito aquele que a deu cálculos mentais antes de formulá-la. Assim sendo, é claro que esses cálculos não podiam ser extraídos da sua subconsciência, visto que se originaram de uma pergunta especial que lhe foi dirigida naquele mesmo instante. Creio que não se me faz mister acrescentar coisa alguma: é positivo que a explicação racional dos diálogos em apreço ressalta evidente das modalidades sob as quais eles se desenvolvem e essa explicação consiste em que se trata de duas personalidades espirituais conversando entre si.

Segue-se que, se se têm de excluir as hipóteses da “clarividência telepática” e da “telemnésia”, por impotentes para explicar as manifestações dos vivos, com mais forte razão deverão ser excluídas quando se cogite de explicar as manifestações dos defuntos, desde que as informações necessárias a representar a

falsa personalidade de um trespassado teriam de extrair-se das subconsciências de indivíduos desconhecidos do médium e se achariam, ao demais, espalhados um pouco por toda parte do mundo.

Em outros termos: surge logicamente inevitável que, para explicar as *manifestações dos defuntos*, se tem de preferir a hipótese que se harmonize perfeitamente com as modalidades sob as quais se produzem as *manifestações dos vivos*, posto que estas se apresentam como a única base sólida de toda inferência científica, em semelhante ordem de pesquisas. Nessas condições, dever-se-á dizer que, assim como nas manifestações dos vivos são os próprios vivos que comunicam aos médiuns, ou por meio destes, os dados pessoais adequados a identificá-los, também, nos casos das manifestações dos defuntos, são os próprios defuntos que comunicam aos médiuns, ou por meio destes, as informações pessoais apropriadas a identificá-los. Em suma, o argumento essencial no presente debate consiste em que a característica de *uma conversação entre duas personalidades espirituais* se apresenta como fundamental em ambas as categorias de manifestações em foco. Ora, se essa característica corresponde a um fato cientificamente averiguado, no caso das *manifestações dos vivos*, não é possível se deixe de concluir que também corresponde a um fato igualmente real e verificado, no caso das *manifestações dos defuntos*. Isto, bem entendido, sempre sob a condição de que as informações obtidas em ambos os casos sejam verídicas, assim como ignoradas de todos os presentes.

De tudo quanto acabo de expor, decorre que a hipótese adversa tem de ser excluída, porque não corresponde às modalidades sob as quais os fatos se produzem.

Outras importantes circunstâncias existem, a ser aduzidas em reforço das considerações expostas. Dessas circunstâncias falarei na síntese conclusiva do presente capítulo, por serem de ordem geral.

*

De um longo artigo que William Stead publicou em o número de janeiro de 1909, da citada *The Review of Reviews*, transcrevo o episódio seguinte:

“Uma senhora de minha amizade (tratava-se de Miss Summers), que, longe de mim, escreve com a minha mão ainda mais facilmente do que com a sua própria mão, passara o fim da semana em Halsmere, aldeia situada a trinta milhas de Londres. Ficara de almoçar comigo numa quarta-feira, desde que houvesse regressado à capital. Na tarde da segunda-feira, quis informar-me a esse respeito e, pousando a pena sobre o papel, perguntei mentalmente à senhora em questão se regressara à sua casa. Minha mão escreveu o que se segue:

“Muito me desgosta ter de informá-lo de que um incidente tão lamentável se deu comigo, que quase tenho vergonha de narrar. Eu partira de Halsmere às 2:27 da tarde, num vagão de segunda classe, onde se achavam outras duas senhoras e um homem. Chegados à estação de Godalming, as senhoras desceram e fiquei a sós com o viajante. Ele se levantou e veio sentar-se a meu lado. Espantei-me e o repeli. Ele, porém, não quis retirar-se dali e, em dado momento, tentou beijar-me. Enfureci-me e atracamo-nos. Durante a luta apoderei-me do seu guarda-chuva e lhe apliquei com estes repetidos golpes. O guarda-chuva, porém, se quebrou e eu começava a temer que levaria a pior, quando o trem passou a certa distância da estação de Guildford. O homem assustou-se, soltou-me e, antes que chegássemos à estação, desceu e pôs-se em fuga. Eu me achava agitada em extremo, mas conservei o guarda-chuva.”

Imediatamente, mandei o meu secretário à casa da senhora a quem me refiro, com um bilhete em que lhe expressava o meu pesar pela agressão que ela sofrera e dizia, ao terminar: “Acalme-se e na quarta-feira traga-me o guarda-chuva pertencente ao homem.”

Ela me respondeu: “Desgosta-me sabê-lo informado do que me sucedeu, pois decidira não falar do caso a ninguém; mas, o guarda-chuva era meu e não do homem.”

Quando, na quarta-feira, ela veio almoçar comigo, confirmou a exatidão absoluta de todas as informações que minha mão escrevera sobre a aventura ocorrida e me mostrou o guarda-chuva, que era, de fato, seu e não do agressor. Como se teria produzido aquele erro de transmissão? Ignoro-o; mas talvez tivesse sofrido uma retificação, se eu me houvesse lembrado de pedir a revisão de todos os pormenores que a minha mão grafara.

É quase supérfluo advertir que eu nenhuma idéia tinha acerca da hora e do dia em que a minha amiga partiria, nem tão-pouco a sombra de uma suspeita com relação ao deplorável incidente de que foi vítima.”

O episódio cuja narrativa se acaba de ler não cede, quanto ao valor teórico, ao precedente, dado que na descrição minuciosa e completa da aventura sucedida à “correspondente espiritual” de Stead, ressalta sobremaneira evidente que em tais circunstâncias não se podia tratar de informações apanhadas por Stead na subconsciência de Miss Summers e depois organizadas de modo a figurar uma falsa personificação sua, a referir mediunicamente; mas que se tratava, ao contrário, de uma conversação como qualquer outra, entre duas personalidades integrais subscientes.

O erro de transmissão que curiosamente se interpolou a tantos pormenores verídicos, em nada diminui a importância teórica do fato e é, provavelmente, resultado de uma fugaz interferência subsciente. Faz-se mister não esquecer que o estado de receptividade mediúnica é uma condição passiva e eminentemente instável do espírito, condição essa afim, por sua natureza, com outra condição também passiva e eminentemente instável do mesmo espírito: o estado onírico, ou seja, o reino dos sonhos. Daí a extrema facilidade com que, nas comunicações mediúnicas, quer de vivos, quer de defuntos, se interpõem elementos de sonho. Quando se trata de comunicações com defuntos, esses elementos de sonho, que se vêm interpor às informações verídicas, constituíram sempre o grande obstáculo a que numerosos pesquisadores aderissem à hipótese espírita. É que, para muitos deles, uma autêntica personalidade de defunto não deveria nunca

se enganar, ao referir algumas particularidades de destaque da sua existência terrena. Essa afirmação, aparentemente racional e incontestável, é, na realidade, completamente errada, por não levar em conta as imperfeições inerentes ao instrumento onírico-subconsciente do qual se servem os defuntos para comunicar-se com os vivos, instrumento que exige uma passividade absoluta da mentalidade do médium, passividade em perpétua condição de equilíbrio instável, com freqüentes infrações e irrupções, ora oníricas, ora sonambúlicas, ora auto-sugestivas, às quais se devem imputar os erros, as contradições e as imperfeições que se notam em muitas comunicações dos defuntos.

Deste ponto de vista, os erros, idênticos em tudo, que se encontram nas comunicações com os vivos se revelam literalmente preciosos pela sua eloqüência demonstrativa da tese sustentada. De sorte que, tendo-se em vista o caso exposto, se deveria inferir que, assim como o erro interposto a tantos pormenores verídicos não impede que o conjunto orgânico dos mesmos pormenores lhe demonstre a origem extrínseca, ou, mais precisamente, a natureza de manifestação mediúnica de um vivo, também os ditos erros, quando ocorrem nos casos de identificação espiritual, não podem impedir que o conjunto orgânico das informações verídicas que sejam ministradas demonstre a origem extrínseca das mesmas informações, ou, com maior precisão, a sua natureza de manifestações mediúnicas de defuntos.

O tema se mostra teoricamente muito importante e faz necessário se considerem outros erros de transmissão ocorridos nas experiências em questão. Stead os refere na sua revista e Myers os colecionou num trabalho que inseriu nos *Proceedings of the S. P. R.* (vol. IX, páginas 56-57). Narra Stead:

“Contudo, houve duas ou três circunstâncias em que, nas comunicações, se interpolaram curiosos erros, com referência aos pormenores. Tão importantes são eles, quanto as mensagens transmitidas corretamente. Um, que se deu com Miss Summers, foi o de ter afirmado que estivera a passear em *Regent's Park*, quando, em realidade, não saíra de casa. Não sei explicar como se há podido produzir essa falsa transmissão. Penso, no entanto, que tenha havido de minha

parte a suposição de que ela tivesse ido àquele parque. Mas, mesmo que assim fosse, restaria sempre positivado que se dera uma transmissão falsa.

Noutra ocasião, um erro muito mais relevante se produziu. Achava-me eu em *Redcar* e minha mão transcreveu uma conversação que Miss Summers teria tido com uma pessoa que ela nomeava. Tratar-se-ia de uma entrevista que degenerara em disputa e me foi transmitida parte do diálogo vivíssimo que se travara. Quando me encontrei com Miss Summers, comparamos as notas que ambos tomáramos e eu com surpresa verifiquei que, conquanto Miss Summers se tivesse avistado naquele dia com a pessoa cujo nome ela declinara, a entrevista que degenerara em disputa absolutamente não lhe dizia respeito, nem à pessoa por ela visitada, mas a uma amiga sua e a outro interlocutor. Acontece, porém, que a amiga de Miss Summers a procurara para lhe contar com viva emoção o doloroso incidente que se dera e minha mão transcrevera a narrativa, exagerando-lhe a importância e isso a uma distância de 350 milhas. Eu não conhecia pessoalmente a amiga de Miss Summers, de sorte que esta última ficou profundamente estupefata ao ver que a disputa de sua amiga fora transmitida em seu próprio nome, interpolada no relato genuíno de uma conversação sua com outra pessoa de negócio.”

Esta a exposição de Stead. Quanto ao primeiro erro de transmissão que ele aponta, não vem ao caso discuti-lo, porque, muito presumivelmente, a razão que lhe atribui Stead é verdadeira. Quanto ao segundo, esse é sem dúvida singular, incomum e enigmático. De todo modo, lembra muito de perto um outro verificado nas experiências do príncipe Wittgenstein, referido no “caso X” da minha monografia sobre *Comunicações mediúnicas entre vivos*, onde se assinala que esse príncipe, desejando entrar em relação com a sua “correspondente espiritual” de costume, orientara o pensamento para o domicílio dela; mas, como a senhora estivesse ausente e na sua casa dormia uma sua irmã, aconteceu que o príncipe, por efeito da “afinidade fluídica” existente entre as duas irmãs, se pôs em *relação psíquica* com a

que coabitava no mesmo ambiente. Daí vem que esta última narrou ao príncipe um incidente que com ela se dera num baile. Como, porém, o príncipe cria estar em relação com a pessoa que lhe era conhecida, produziu-se uma interferência por auto-sugestão, que levou a mão do *sensitivo* a firmar erroneamente a mensagem com o nome daquela que se achava ausente.

Ora bem, tudo leva a presumir que análoga interferência havia ocorrido no caso de Stead e, nessa conformidade, se deveria inferir que o seu pensamento, orientado para a residência da sua “correspondente espiritual”, no momento em que ela conversava com uma amiga que lhe narrava com emoção viva os pormenores de uma disputa em que se empenhara, deu em resultado que o estado emocional da amiga de Miss Summers repercutisse nas condições de *relação psíquica* existentes, na ocasião, entre ele e essa senhora, determinando uma perturbação correspondente na transmissão da mensagem, a qual, depois de iniciar-se com uma informação de Miss Summers acerca do resultado de uma entrevista sua, sobre negócios, com um senhor cujo nome ela mencionava, improvisamente se alterou, desde que as “ondas hertzianas da telegrafia sem fio”, mediante as quais as duas personalidades espirituais conversavam, foram sobrepujadas por outras “ondas hertzianas” mais potentes, que chegaram a *sintonizar-se* com as primeiras, em virtude da coexistência, no mesmo ambiente, das duas amigas que conversavam. Assim, esse *segundo sistema* de “ondas hertzianas”, apanhando notícias da disputa havida, se sobrepôs ao *primeiro sistema*, com este se amalgamando e confundindo.

Por ocasião da conferência de William Stead na sede da *London Spiritual Alliance*, empenhou-se entre ele e os ouvintes uma interessante discussão sobre o tema dos erros intercalados nas suas experiências de comunicações mediúnicas com os vivos, o que lhe forneceu ensejo de referir outros dois casos do mesmo gênero. Disse ele:

“Agora, consenti que eu volte ao problema dos erros. Pode dar-se que se trate de uma imperfeição do que defino como o meu “automático receptor telepático”, ou de um defeito dos nervos motores do meu cérebro. Pode dar-se que

lhes caiba a culpa, mas julgo bem difícil arquitetar-se uma hipótese de trabalho que se mostre satisfatória. Quando meu filho se achava na Germânia, transmitia, servindo-se da minha mão, muitas informações verídicas, dizendo que partia para determinado país, ou pormenorizando o que fazia no momento. Mas, em meio da mensagem me falava, por exemplo, de um domingo horrivelmente chuvoso durante o qual, obrigado a permanecer em casa, nada tinha para ler, afora uma Bíblia tedesca, o que o levava a lamentar não haver levado bons livros consigo. Eis, porém, que, a seu tempo, vinha a verificar-se que nada disso era exato. O domingo em questão não fora “horrivelmente chuvoso”, os dois viajantes nenhum desejo, com efeito, tinham tido de ler e não possuíam nenhuma Bíblia tedesca.”

Neste incidente, dir-se-ia que a interferência do elemento onírico-subconsciente se tenha produzido em conseqüência de um autêntico “domingo horrivelmente chuvoso” na localidade em que Stead se encontrava, circunstância agravada por achar-se ele em lugar desprovido de livros com que distraísse o seu tédio.

Este o segundo caso por ele referido:

“Uma senhora de minha amizade, tendo deliberado visitar, no dia de Natal, o túmulo do poeta Matthew Arnold, escreveu, pela minha mão, naquela mesma noite, informando-me das ocorrências da viagem. Começou por dizer que se dirigira à estação de Paddington, que tomara o trem de tal hora e que lhe coubera um compartimento para si só durante a viagem toda; depois, que comprara outra passagem para a estação de Laleham. Nesse ponto observei: “Não pode ser; não existe semelhante estação ferroviária.” – Ela continuou: “Tomei uma passagem para Laleham e, lá chegando, rumei para o cemitério, que estava deserto, encaminhei-me para o túmulo do poeta, no qual depus um ramo de flores de cor branca. Daí, voltei diretamente para a estação. De novo me coube um compartimento para mim só.” – Como se vê, essa mensagem continha uma observação minuciosa de circunstâncias que eu ignorava totalmente. Consideremos, agora, os erros que aí se intercalaram, pois que os er-

ros, a meu ver, interessam mais do que os pormenores verídicos. Estes últimos são naturais, pois é natural que a minha amiga diga sempre a verdade, visto ser contrário a sua natureza dizer falsidades. Na sua maior parte, a mensagem é verdadeira: mas, quando com ela estive e lhe ponderei: “Não sabia que em Laleham houvesse uma estação ferroviária.” – ela respondeu: “De fato, não há; tomei o trem em Staines.” – Perguntei: “Mas, então, porque escreveu com a minha mão que havia tomado passagem para a estação de Laleham?” – Retrucou: “Pedi, com efeito, uma passagem para Laleham, mas o empregado me deu um bilhete para Staines, dizendo que essa era a estação em que devia saltar para ir a Laleham.” – Estes os fatos. Agora, analisemos os erros cometidos. A minha amiga não fora à estação de Paddington, porém a de Waterloo; não depositara um ramo de flores de cor branca no túmulo do poeta e sim um ramo de flores azuis. Como explicar esses dois pequeninos erros? – Trata-se de um gênero de incidentes que embaraçam o meu critério, levando-me a concluir que ainda teremos de pesquisar e ponderar longamente a questão antes de formularmos teorias em torno das modalidades sob as quais os fatos se produzem...” (*Light*, 1893, pág. 143).

Neste último caso, os dois leves erros cometidos não dizem respeito à veracidade dos incidentes narrados, mas a pormenores secundários em que aqueles incidentes se desdobraram. Como quer que seja, não resta senão imputá-los à mesma causa das perturbações mais ou menos notáveis, porém inseparáveis das condições de equilíbrio instável da camada onírico-subconsciente, receptora das mensagens supranormais. Esse era também o parecer do Rev. Allen que, ao terminar Stead a sua conferência, pediu a palavra para observar:

“Desejo externar o meu pensamento acerca das comunicações erradas, transmitidas por entidades espirituais. Pessoalmente, não estou certo, com efeito, de que haja razão para se porem de parte tais comunicações, qualificando-as de falsas. Consequentemente, ouvi com grande interesse, do Sr. Stead, que também nas comunicações entre vivos se ob-

têm, algumas vezes, informações fantasiosas. Ora, parece-me que, se assim é, tal fato aconselha que, por enquanto, se deve considerar aberta e não resolvida à questão vertente, sobre as chamadas “comunicações mentirosas dos defuntos”. É provável que as aparentes mentiras sejam conseqüentes a alguma imperfeição do organismo através do qual as mensagens são transmitidas ou determinadas por algum obstáculo no processo de transmissão...”

Não há dúvida de que as observações do Rev. Allen são racionalíssimas, embora não resolvam a questão, especificando-lhe as causas.

Com relação a este ponto, não será ocioso lembrar que, também nas clássicas experiências de transmissão do pensamento por via mediúnica, realizadas com severo critério científico pelo Rev. Newnham (*Proceedings*, vol. III, págs. 3-23), e em que a médium era sua própria mulher, se davam às vezes análogas interferências subconscientes, porém de ordem mais que embaraçosa, pois não se tratava de simples erros e sim de verdadeiras e positivas mistificações, análogas em tudo às que se registram nas comunicações com os defuntos, circunstância altamente interessante e instrutiva, que merece ser recordada.

O Rev. Newnham experimentava com sua própria esposa, sentados ambos no mesmo aposento, ele a oito pés de distância dela, dando-se as costas um ao outro. Ele escrevia uma a uma as perguntas que resolvia transmitir mentalmente à *sensitiva*, que pousava a mão sobre uma “prancheta”, por meio da qual respondia instantaneamente a cada pergunta, antes mesmo que ele tivesse tempo de escrevê-la. As respostas correspondiam sempre às perguntas e se referiam, as mais das vezes, a coisas e assuntos que a *sensitiva* desconhecia, mas conhecidas do experimentador, exceto uma vez em que a resposta dava uma informação que também ele ignorava. Nesse caso, porém, era conhecida de outra pessoa presente, que escrevera a pergunta e a dera a ler ao reve-rendo Newnham.

Importante ensinamento a tirar-se das experiências em apreço reside na circunstância de que, quando o experimentador se

mostrava demasiado exigente, insistindo por obter respostas muito complexas para a capacidade de percepção subconsciente da *sensitiva*, surgiam respostas que, conquanto de perfeito acordo com as perguntas, eram de pura invenção. Assim, por exemplo, havendo Newnham, que fazia parte da Maçonaria, pedido à *sensitiva* que escrevesse a prece maçônica de uso para a promoção a Grão-Mestre, a “prancheta” escreveu instantaneamente uma longa prece nesse sentido, que continha reminiscências maçônicas, mas que no conjunto era uma fantástica invenção. Ora, essa espécie de mistificações, em experiências de transmissão mediúnica do pensamento, são muito sugestivas e interessantes, pela analogia que apresentam com as correspondentes interferências mistificadoras que freqüentemente se dão nas comunicações mediúnicas genuinamente espirituais. Dir-se-ia que as excessivas insistências do pesquisador, tendo por efeito determinar, nas personalidades mediúnicas, uma demasiada tensão da vontade, com relativa dispersão de fluido mediúnico e consecutivo enfraquecimento do “controle psíquico” abrem passagem à “camada onírica” da subconsciência, a qual, emergindo, continua a seu modo a comunicação em curso, desenvolvendo uma ação de sonho.

De toda maneira, importa tomar nota de que as “mistificações espirituais” guardam analogia com as “mistificações anímicas” que se verificam nas comunicações mediúnicas entre vivos, do que resulta um ensinamento teórico notabilíssimo, porque fundado em processos de análise comparada, aplicada às duas classes de manifestações em foco.

É de tal modo importante o assunto das mistificações mediúnicas desse gênero, que sou levado a sair, por exceção, dos limites do tema das “comunicações mediúnicas entre vivos”, para pesquisá-lo ulteriormente e completá-lo com citações tiradas das “comunicações mediúnicas entre vivos conseguidas por intermédio de entidades de defuntos”, pois importa assinalar que, se é certo que muitos erros e numerosas mistificações mediúnicas se dão em conseqüência da imperfeição do instrumento receptor das mensagens, ou, seja, do médium, isso não significa que se haja exaurido o árduo tema vertente sobre a

gênese das manifestações mediúnicas. Quer dizer que também se deve ter muito em conta a circunstância de que podem dar-se, como de fato se dão, erros e mistificações de toda espécie, dependentes das condições precárias em que se produzem as comunicações mediúnicas, mesmo pelo lado extrínseco dos defuntos que se comunicam. Limito-me, portanto, a demonstrá-lo, baseado numa série de experiências recentes, conduzidas com critério rigorosamente científico pelo Sr. Frederick James Crawley, *Chief Constable of the Newcastle-upon-Tyne City Police*, função que o torna sobretudo consciente da importância que revestem os mais minuciosos pormenores nas experiências desta natureza, com respeito às quais ele expõe os fatos revelando o máximo cuidado em corroborá-los mediante tão abundante quão exaustiva documentação, constituída de trechos de cartas pertencentes ao acervo da correspondência trocada pelos dois círculos de experimentação, assim como da citação das datas referentes a todas as mínimas circunstâncias de fato e, ainda, de esclarecimentos e comentários que nada deixam a desejar. Dessa maneira, chegou a realizar uma obra cientificamente importante e teoricamente preciosa.

Cumprido, pois, se reconheça que esta série de experiências merece o título que o autor lhe apôs: *Survival: My Quota*.¹ Trata-se, com efeito, de uma contribuição verdadeiramente eficaz, para a demonstração da sobrevivência do espírito humano.

Da leitura do relato apreende-se que a idéia de iniciar experiências de tal natureza não germinou espontaneamente no cérebro de alguém. Foram as circunstâncias, combinadas com algumas manifestações espontâneas das personalidades mediúnicas que se comunicavam, que levaram os experimentadores a empreendê-las.

Refere o Sr. Crawley que desde muitos anos se interessava, em caráter privado, pelas experiências mediúnicas, dado que sua esposa possuía a faculdade da escrita automática e uma amiga da família, a seu turno, escrevia mediunicamente com o aparelho denominado *Ouijã* e possuía a faculdade de *vidência*.

Aconteceu que no outono de 1922, a Sra. Crawley teve de ir passar algum tempo na cidadezinha de Woolstone, no Glouce-

tershire, permanecendo o Sr. Crawley em sua residência, em Sunderland. Entre as duas localidades medeia uma distância de cerca de 300 milhas.

A 1º de setembro de 1922, recebeu o Sr. Crawley, de sua mulher, uma carta em que havia o seguinte parágrafo:

“Ontem à noite, quando me fui deitar, ouvi sonoras pancadas na madeira do peitoril da janela. Reconheci nelas a tonalidade característica das pancadas de “Lutero” (falecido irmão da Sra. Crawley). Perguntei se era mesmo ele e recebi resposta afirmativa, por meio de três fortes pancadas. Depois disso, estas continuaram. Como, porém, ressoavam muito fortemente e eu me acho em casa alheia, pedi a Lutero que cessasse com aquilo e ele de pronto me atendeu. Eram 11 horas. Pedi-lhe então que fosse bater as suas pancadas no teu quarto em Sunderland. Esta manhã, escrevendo automaticamente, manifestou-se “Ourio” (falecido filho do casal Crawley), o qual me disse que ele e Lutero tinham ido ao teu quarto e executado a minha ordem.”

Estas as informações que a Sra. Crawley enviou a seu marido.

Ora, o fenômeno se dera tal qual. Em Sunderland, pelas 11 horas da noite, o Sr. Crawley ouvira pancadas mediúnicas no seu próprio quarto de dormir.

Era natural que esse primeiro episódio espontâneo sugerisse ulteriores experiências, no mesmo sentido, tanta mais que o Sr. Crawley continuava, em Sunderland, a fazer experiências com a Sra. Low que, como já se disse, possuía a faculdade de médium vidente e bem assim a da escrita automática com o instrumento mediúnico chamado *Ouijà*. Por seu lado, a Sra. Crawley, em Woolastone, continuava a experimentar sozinha, com o objetivo de manter-se em relações com o filho e o irmão falecidos. E foi a Sra. Crawley quem, animada pelo bom êxito no episódio exposto, teve primeiro a idéia de tentar novamente a prova sob outra forma, encarregando os Espíritos que se comunicavam de uma breve mensagem a seu marido em Sunderland.

Essa primeira mensagem não foi transmitida; mas a personalidade mediúnica de Lutero, a quem o encargo fora dado, se

justificou plenamente, afirmando que não conseguira transmiti-la porque encontrara o Espírito “Frank” a ditar para o Sr. Crawley uma longa comunicação ao médium Sra. Low. Ora, essa informação de Lutero foi confirmada numa carta do Sr. Crawley, acompanhada de extensa comunicação do Espírito “Frank”, obtida na noite de 14 de setembro, ou seja, na mesma noite em que a Sra. Crawley incumbira Lutero de transmitir a sua mensagem. Ressalta, pois, que o fenômeno das “mensagens mediúnicas entre vivos, transmitidas com o auxílio de personalidades mediúnicas”, efetivamente se produzira, conquanto em sentido oposto ao que se esperava. Quer dizer: em vez de ter o Sr. Crawley recebido uma mensagem mediúnica da parte de sua mulher, fora esta quem recebera uma mensagem verídica acerca do que naquele momento preciso se passava na presença do marido.

Seguem-se outras mensagens da mesma natureza, que não vem ao caso transcrever aqui.

Antes de avançar mais no assunto, importa acentuar uma circunstância de fato, que caracteriza esta ordem de experiências: a de que quase todas as mensagens mediúnicas enviadas de um círculo ao outro, sob os auspícios de “Espíritos mensageiros”, ao passo que, pela essência do conteúdo, correspondam exatamente ao que devia ser transmitido, se mostram mais ou menos lacunosas ou imperfeitas, não sendo, quase nunca, reproduzidas literalmente. Ora, esta circunstância de fato apresenta grande importância teórica, por esclarecer muitas dúvidas inerentes às comunicações mediúnicas desse gênero, conforme oportunamente veremos.

Em data de 20 de setembro de 1922, o Sr. Crawley perguntou ao Espírito comunicante “Lutero”:

– Queres incumbir-te de transmitir uma mensagem à minha mulher?”

– *Lutero*: De muito boa vontade. Faze, no entanto, por ser claro e conciso.

– *Sr. Crawley*: Aqui está a mensagem: “Fred te informa que o cãozinho Jim deseja ardentemente ver a sua mãe.”

– *Lutero*: Tentarei transmitir apenas isto: “O cãozinho Jim deseja a mamãe.”

No dia seguinte, 21 de setembro, ao meio-dia, a Sra. Crawley se dispõe a escrever automaticamente e “Lutero” se lhe manifesta, ditando isto:

– Querida Emmie, quero informar-te acerca do cãozinho Jim.

– *Sra. Crawley*: Terá morrido?

– *Lutero*: Não; está bom; eu tinha de te participar que ele goza boa saúde.

– *Sra. Crawley*: estás bem certo do que afirmas?

– *Lutero*: Sim, Emmie, tenho a certeza.

Como se vê, a mensagem foi, de fato, transmitida. mas de modo parcial e imperfeito. Realmente, não era exato que o Espírito “Lutero” estivesse incumbido de informar a “Emmie” que o cãozinho Jim gozava boa saúde. Essa inexatidão, porém, é teoricamente muito interessante, pois que do contexto do diálogo se evidencia claramente que ela deve atribuir-se a um fenômeno de interferência sugestiva provocada pela pergunta da Sra. Crawley: “Terá morrido?” Isto vem confirmar tudo o que, desde largo tempo, já se havia assinalado com relação às comunicações mediúnicas, isto é, que os Espíritos que se comunicam, quando se acham imersos na “aura” dos médiuns, ficam em condições análogas às dos pacientes hipnóticos e se tornam, em consequência, sugestionáveis, sofrendo notável diminuição suas faculdades mnemônicas, o que dissipa muitas dúvidas teóricas.

A propósito, é também de assinalar-se o incidente de o Espírito pedir ao Sr. Crawley que a sua mensagem fosse clara e concisa e de a modificar por conta própria, logo que a recebeu, condensando-a numa forma mais clara e sintética. Este incidente corrobora a afirmação anterior, porquanto demonstra que o encargo de transmitir mensagens desse gênero não é tão simples como à primeira vista se poderia imaginar, o que manifestamente se deve imputar às condições sonambúlico-hipnóticas em que vêm a ficar os Espíritos dos defuntos, quando imergem na “aura” dos médiuns, condições que influem passageiramente e negativamente sobre as suas faculdades mnemônicas. Só tendo-se isto

em conta é que se apreende o motivo pelo qual o Espírito que se comunica reclama sejam simples, claras e concisas as mensagens.

A 22 de setembro, Lutero se manifestou novamente ao Sr. Crawley para lhe comunicar que se desobrigara do encargo recebido:

– *Lutero*: Fred, transmiti a Emmie a tua mensagem.

– *O Sr. Crawley*: Lembras-te ainda da mensagem?

– *Lutero*: Creio que sim: foi qualquer coisa a respeito de um cãozinho.

Também neste incidente, deve-se notar a circunstância de que o Espírito, cuja resposta dá a ver que ele esquecera todos os pormenores da mensagem que lhe fora confiada dois dias antes, apenas guardara dela uma lembrança genérica.

No dia 23 de setembro, às 7 horas da tarde, o Sr. Crawley inicia a costumada sessão com a médium Sra. Low.

Manifesta-se Willie Low, falecido filho da médium. Pergunta o experimentador:

– Quererias encarregar-te de dizer à minha mulher que a Sra. Annie Brown está doente?

– *Willie Low*: De boamente.

(O Sr. Crawley faz notar que a Sra. Annie Brown, objeto da mensagem, era amiga da médium, mas inteiramente desconhecida do casal Crawley).

A 26 de setembro, às 2:30 da tarde, a Sra. Crawley se dispõe a escrever automaticamente e de súbito se manifesta o Espírito de Willie Low, que lhe dita:

– Vim para te informar que a Sra. Annie Brown está doente.

– *Sra. Crawley*: Quem é essa senhora Brown?

– *Willie Low*: Uma amiga de minha mãe.

– *Sra. Crawley*: É ou não amiga nossa?

– *Willie Low*: Não é amiga de vocês.

– *Sra. Crawley*: Então, porque me vens informar de que ela está doente?

– *Willie Low*: Unicamente a título de experiência de identificação pessoal. Minha mãe falou disso com teu marido, em Sunderland.

Neste episódio a mensagem mediúnica foi transmitida com fidelidade, presumivelmente devido ao fato de ser simplíssima a própria mensagem, que se compõe de um único assunto, sem acessórios e adjetivos qualificativos. Notável a última observação de *Willie Low*, que assim demonstrou ter consciência da importância e do escopo das experiências a que se prestava.

Citarei três outros episódios, dos quais ressalta em toda a evidência a grande verdade aqui propugnada.

A 1º de outubro, pelas 6:30 da tarde, o Espírito de Frank se manifesta em Sunderland ao Sr. Crawley, que lhe pergunta:

– Poderias transmitir uma mensagem à minha mulher?

– *Frank*: Posso e mesmo desejo muito experimentá-lo.

– *Sr. Crawley*: Ouve: proponho três à tua escolha. Podes transmitir que esta tarde ouviu Doroty e Gwen cantarem; ou que esta tarde me falaste da existência espiritual; ou que o Sr. Todd está doente.

– *Frank*: Muito bem: Todd doente; comunicação sobre a existência espiritual; Doroty e Gwen cantaram.

No dia 3 de outubro, às 9 horas da manhã, em Woolastone, manifesta-se à Sra. Crawley o falecido pai de seu marido, que lhe dita o que se segue:

– Temos de participar-te que alguém está doente.

– *Sra. Crawley*: Não me podes dizer o nome?

– *Espírito*: Não me recordo.

– *Sra. Crawley*: Alguém que eu conheço?

– *Espírito*: Sim, alguém que conheces muito bem, que é mesmo freqüentador assíduo do teu pequenino círculo experimental.

(O Sr. Crawley confirma que o doente, Sr. Todd, era seu amigo íntimo e membro do seu pequeno círculo experimental para desenvolvimento dos médiuns).

– *Sra. Crawley*: Tens mais alguma coisa a me comunicar?

– *Espírito*: Tenho... Conversamos com teu marido sobre a existência espiritual. Vim eu transmitir a mensagem, porque Frank não o conseguia. A empresa é muito difícil.

Neste episódio é muito sugestivo o incidente da substituição do Espírito mensageiro, substituição que ulteriormente servirá para mostrar as grandes dificuldades que encontram as personalidades espirituais para desempenharem a sua tarefa. Por isso mesmo, adquire não pequeno valor teórico, no sentido da gênese extrínseca dos fatos, o outro incidente, o de o Espírito não só informar a Sra. Crawley da substituição havida, como declinar corretamente o nome do Espírito que recebera a incumbência de transmitir aquela mesma mensagem que ele, em lugar do outro, acabara de reproduzir.

Pode-se perguntar: Por que “Frank” não logrou sair-se bem da tarefa? – Evidentemente, um só motivo se pode encontrar para o insucesso de que se trata e é que o “Espírito”, depois de haver imergido na “aura” do médium, se haja apercebido de que esquecera tudo.

Pelo que concerne à transmissão das mensagens, faço notar que, na primeira delas, se observou as costumadas lacunas mnemônicas. Com efeito, o Espírito refere corretamente que tinha a informar a Sra. Crawley acerca de alguém que estava doente, mas de cujo nome não se lembra. Ao mesmo tempo, demonstra saber quem era o doente, pois acrescenta que se trata de alguém que a Sra. Crawley conhece muito bem, por ser freqüentador assíduo do pequeno círculo experimental fundado pelo casal Crawley. Tem-se, portanto, de concluir que, no episódio referido, o inconveniente da amnésia mediúnica se limitava ao nome da pessoa designada, conservando-se íntegra a lembrança acerca da própria pessoa. A segunda mensagem, ao contrário, foi transmitida fielmente.

Em data de 5 de outubro, às 6:30 da tarde, o Sr. Crawley, em Sunderland, dirige ao Espírito “Lutero” a pergunta habitual:

– Queres tentar a transmissão de uma mensagem à minha mulher?

– *Lutero*: A empresa é bastante árdua; mas, tentarei.

– *Sr. Crawley*: É esta a mensagem: A fotografia de Lutero está em cima da mesa, defronte da de Fred. Repete-me a mensagem.

– *Lutero*: A minha fotografia está sobre a mesa das experiências.

No dia seguinte, 6 de outubro, às 8 horas da noite, Lutero se manifestou a Sra. Crawley, em Woolastane, mas se limitou a dizer:

– Eu tinha de te comunicar qualquer coisa, mas esqueci completamente.

A 11 de outubro, o mesmo Espírito se manifestou novamente à Sra. Crawley, que lhe perguntou:

– Lutero, não mais te voltou à mente a mensagem que recebeste para me transmitir?

– Minha querida Emmie, vou ver se me recordo... Parece-me que é isto: “Informa a Emmie que tenho uma fotografia de Lutero”.

Também este episódio é teoricamente muito instrutivo, porquanto as modalidades sempre diversas sob as quais se produzem as transmissões de mensagens mediúnicas de um círculo ao outro tendem cumulativamente a provar, de maneira incontestável, que a causa das lacunas que se notam, em bom número delas, depende quase sempre da amnésia parcial ou total que se apodera das personalidades mediúnicas, no ato de se comunicarem. No incidente acima, apresenta-se uma variante igualmente demonstrativa e é que o Espírito, que se manifestara uma primeira vez com o escopo de transmitir a mensagem que lhe fora confiada, se apercebe de que a esquecera e teve de limitar-se a informar que recebera o encargo de transmitir uma mensagem e que a olvidara. Entretanto, depois de transcorridos alguns dias, ele se mostra em condições de transmitir a parte substancial da referida mensagem. Daí, portanto, inferir-se que o Espírito comunicante, depois de haver esquecido a mensagem, consegue recordar-se dela cinco dias mais tarde, o que demonstra que a amnésia total da primeira vez fora meramente passageira. Quer isto dizer que,

sendo consecutiva ao ato da comunicação, ela se dissipara com o libertar-se o Espírito da “aura” perturbadora, para, em seguida, renovar-se parcialmente quando o mesmo Espírito tentou de novo a prova. Mas, se dá segunda vez a amnésia foi apenas parcial, esse fato põe de manifesto que as condições perturbadoras da “aura” mediúnica eram menos desfavoráveis.

Observo que a justeza das considerações expendidas é confirmada por uma declaração importante que o Espírito “Ourio” – um dos falecidos filhos do casal Crawley – deu à sua mãe. Tendo-lhe esta pedido que transmitisse a seu marido uma das costumadas mensagens, “Ourio” ponderou:

“Querida mamãe, estou certo de que a esquecerei. Quando nos afastamos da vossa presença, a mensagem que nos confiais se apaga da nossa memória. Além disso, para mim, a transmissão dessas mensagens é mais difícil do que para outros.”

(Segundo seu irmão Frank, a dificuldade em transmitir mensagens dessa natureza era maior para o Espírito “Ourio” pelo fato de haver este morrido ao nascer. Não tendo vivido, saía-se mal em tudo o que se referia a experiências práticas no mundo dos vivos, ao passo que conseguia transmitir mensagens transcendentais muito mais facilmente do que outros).

É teoricamente preciosa esta última mensagem porque esclarece em poucas palavras o que eu tive de demonstrar afanosamente, recorrendo à minuciosa pesquisa analítica dos episódios considerados. Por conseguinte, firmado em tudo quanto tenho expendido, dever-se-á deduzir que, se os Espíritos que se comunicam esquecem em grande parte, quando saem da “aura” dos médiuns, a incumbência dos experimentadores, é racional se presuma que, nas circunstâncias em que se colocam ao imergirem na referida “aura”, com o objetivo de provarem sua identidade, citando avultado número de pormenores pessoais, hajam de esquecer a maioria destes pormenores, mal se dê a imersão deles na “aura” inibidora. Pondero que tudo isto é análogo ao que se verifica nos pacientes hipnotizados, quando caem em sono provocado e, inversamente, quando despertam desse sono.

O Dr. Hodgson e o Professor Hyslop, experimentando com a médium Sra. Piper, salientaram um fato muito sugestivo, no mesmo sentido. Observaram freqüentes casos em que as personalidades que se comunicavam, depois de haverem fornecido espontaneamente ótimas provas de identificação pessoal, com pormenores que todos os presentes ignoravam, se confundiam de modo inexplicável e ficavam sem saber responder, desde que se lhes pediam outros pormenores particulares, ou nomes, que não podiam ignorar, de pessoas de suas famílias. Eis, porém, que, quando a médium passava pelo período transitório do despertar; quando deixava de estar imersa em “transe” profundo, sem, contudo, achar-se ainda no estado de vigília, mas apenas no período de torpor, notavam os experimentadores que ela pronunciava palavras sumidas. Se, então, lhe aproximavam dos lábios os ouvidos, verificavam com surpresa que aqueles murmuravam o nome e as informações que inutilmente haviam solicitado ao Espírito comunicante.

Ora, não há quem não veja que de semelhante circunstância um grande ensinamento reponta e é que Podmore estava em erro quando se referia ironicamente aos “Espíritos que se comunicam”, por ignorarem os nomes dos seus familiares. Estava em erro, porque devia considerar que, se os referidos Espíritos chegavam com muita freqüência a transmitir, achando-se a médium no período do despertar, os nomes pedidos e não declinados antes, era, manifestamente, que as lacunas mnemônicas de que se trata tinham de imputar-se exclusivamente às condições de imersão na “aura” mediúnica em que os aludidos Espíritos se encontravam, condição que lhes ocasiona um estado transitório de “amnésia” mais ou menos acentuado e que se vai gradualmente dissipando, à medida que eles se libertam das condições de imersão na “aura” inibitória. Esta interferência explicava admiravelmente o fato de que o Espírito comunicante, apenas chegado a uma condição de liberação suficiente a lhe permitir recordar-se, embora ainda se encontrasse fracamente vinculado à médium, logo se aproveitava dessa circunstância para transmitir aos experimentadores os nomes e pormenores pedidos.

Observarei a esse propósito que os Espíritos que se comunicavam por intermédio da Sra. Piper repetidamente explicavam que as lacunas em suas comunicações provinham das condições em que ficavam no ato de se comunicarem, condições que os punham num estado mais ou menos acentuado de perturbação e apoucamento psíquico. Os opositores, porém, não estavam, em verdade, dispostos a acolher como boas as razões dos Espíritos e, por isso, ao contrário, concluíam que essas presumidas explicações não passavam das costumadas “desculpas chochas”, preparadas pelas personalidades subconscientes para, de qualquer modo, justificarem as flagrantes deficiências das suas insulas personificações mistificadoras.

Ora, precisamente do ponto de vista desta objeção, que ressurge sem cessar – objeção quase sempre gratuita e insustentável, mas praticamente irrefutável, como o são todas as hipóteses que se erguem no vácuo –, precisamente por isso é que as experiências aqui consideradas adquirem notabilíssimo valor teórico, porquanto, desta vez, a dita objeção não se lhes pode aplicar, atento que, havendo sempre os Espíritos, no nosso caso, conseguido desempenhar suas funções de mensageiros, não precisaram recorrer às “chochas desculpas”, para justificar-se de não terem desempenhado. Recorreram, sim, à mesma explicação, mas limitando-a à circunstância secundária das lacunas e inexatidões com que eram transmitidas as referidas mensagens. Ora, não há quem não veja que a questão se torna assim muitíssimo diversa: no primeiro caso, semelhante explicação podia passar por uma “desculpa chocha”, visto faltarem dados que a justificassem; no segundo caso, ao contrário, os dados incontestavelmente existem, ou, melhor, trata-se, pura e simplesmente, de uma comprovação de fato, porquanto, se as mensagens eram transmitidas, apresentando-se, porém, muitas vezes, inexatas, o que se seguia era que, existindo as inexatidões, cumpria fossem explicadas e que a explicação não podia ser dada, senão do modo indicado pelas personalidades que se comunicavam. Quer dizer: elas esqueciam, em parte, o texto exato das mensagens que lhes eram confiadas, logo que saíam da “aura” dos médiuns, ou, inversamente, ficavam sujeitas a uma amnésia parcial das suas lembranças.

ças pessoais, mal imergiam na “aura” inibitória dos aludidos médiuns. Por conseguinte, aqui, agora, longe de se ter de considerar a explicação ministrada pelas personalidades mediúnicas, como “chocha escusa”, ela é a única que se pode formular em semelhantes contingências. Repito: é a única explicação que se pode formular e não pode haver outras e o repito, porque tal circunstância de fato assume valor resolutivo, no sentido da explicação espiritual dos fatos.

Resta considerar uma última objeção possível, embora inaplicável à série de experiências em apreço, porque não enfrenta as modalidades que essas experiências revestem. Nada obstante, não será ocioso discuti-la sumariamente, visto que pode parecer justa ao critério de alguns.

A ninguém escapará que, nas mensagens mediúnicas acima apreciadas, se observa a particularidade, teoricamente importantíssima, de mediarem largos espaços de tempo entre o momento em que eram formuladas e o em que chegava a seu destino, o que desde logo exclui a interpretação telepática dos fatos: Poder-se-ia, entretanto, objetar que as referidas mensagens ainda são suscetíveis de explicar-se mediante a hipótese suplementar da “telepatia retardada”, segundo a qual a mensagem transmitida de um a outro dos grupos de experimentadores chegaria regularmente ao seu destino, no momento mesmo em que era formulada; mas permaneceria latente nas subconsciências dos médiuns, para daí emergirem na primeira ocasião.

Não é caso de me demorar a discutir e analisar uma hipótese que se mostra literalmente gratuita e fantástica, desde que o intervalo de tempo transcorrido entre a emissão e a recepção de um impulso telepático exceda de uma hora. Limitar-me-ei, portanto, a demoli-la valendo-me dos fatos e, para consegui-lo, bastar-me-á comentar o último episódio relatado acima, do qual ressalta que o Espírito comunicante se manifesta, uma primeira vez, vinte quatro horas depois de formulada a mensagem, declarando que recebera a incumbência de transmitir uma mensagem, mas que a esquecera, mensagem que cinco dias depois ele consegue transmitir. Pondero a propósito, que, se com a hipótese de uma amnésia transitória, consecutiva ao ato da comunicação, se

explicam exaustivamente essas circunstâncias de fato – conforme em tempo demonstrei – recorrendo-se, ao invés, à hipótese da “telepatia retardada”, não se lograria, com efeito, compreender que a subconsciência da médium, presumida receptora da mensagem que permaneceu latente, não a tenha, logo da primeira vez, vertido de pronto ao experimentador, em lugar de esperar, para revelá-lo, que transcorressem cinco dias. Mas, não é tudo, dado que, para os propugnadores da “telepatia retardada”, o episódio em foco oferece outro obstáculo formidável. Quem, de fato, entre os opositores, ousaria sustentar que a “telepatia retardada” haja podido manifestar-se, numa primeira ocasião, ditando: “Eu tinha de comunicar-te alguma coisa, *mas esqueci-a.*” É claro que uma mensagem telepática chega, ou não chega; mas... *não se desculpa por não haver chegado!*

Concluindo: como já evidenciamos, a única hipótese naturalística que se poderia invocar para dar explicação às experiências acima referidas é a hipótese telepática, considerada a telepatia nas suas várias modalidades de manifestação, modalidades que no nosso caso teriam tomado a semelhança de comunicações mediúnicas entre vivos. Contudo, vimos que a análise cuidadosa dos fatos patenteou luminosamente que nenhuma das modalidades pelas quais se manifesta a telepatia chega a explicá-las.

Deve-se, pois, convir em que a série de experiências examinadas constitui outra memorável prova da independência espiritual das personalidades mediúnicas, com relação aos médiuns dos quais elas se servem. Assim, também, esta série de experiências adquire o valor de ótima prova cumulativa, a acrescentar-se às outras que convergem, como para um centro, para a demonstração da existência e da sobrevivência do espírito humano e, já agora, *com exclusão dos casos de identificação espiritual, dependentes dos pormenores que forneçam os defuntos que se comunicam.* Sublinhei este último período, porque devo advertir, a propósito, que o presente trabalho de síntese, empreendido para demonstrar a Grande Verdade contida na fórmula – *o Animismo prova o Espiritismo*, tem por objetivo final preparar o terreno para chegar à demonstração, baseada nos fatos, de que *a prova científica da sobrevivência também se pode conseguir com*

exclusão dos casos de identificação espiritual fundados nas informações pessoais fornecidas pelos defuntos que se comunicam. Essa demonstração começa a surgir prematuramente da série de experiências em apreço e o cabedal de fatos que ainda me restam para discutir a elas vos conduzirá lentamente, diretamente, necessariamente, como se verá no último capítulo deste livro.

Isto posto, faço notar, de outro ponto de vista, que tudo concorre para demonstrar que as experiências a que me refiro, consideradas paralelamente a outras da mesma natureza, assim como a muitas de categoria diversa, mas que convergem para a mesma conclusão, levam a considerar-se cientificamente dissipada, com fundamento nos resultados da análise comparada e da convergência das provas, uma das maiores dúvidas teóricas inerentes à questão fundamental que defronta as provas de identificação espiritual, dúvida que consiste no fato da existência de lacunas inexplicáveis nos pormenores que os Espíritos que se comunicam fornecem, lacunas essas cujas causas, já agora descobertas e escalpeladas, conduzem à certeza científica. Assim é porque, nas experiências aqui consideradas, pusemo-nos na condição de comparar as mensagens confiadas pelo “mandante” às personalidades mediúnicas com as ditadas ao destinatário pelas mesmas personalidades. Tinha eu, portanto, razão para afirmar que na série de experiências relatadas sobressaíam especiais particularidades de manifestação que revestiam um valor teórico de primeira ordem.

*

Para exaurir o tema, falta-me mostrar que há casos de mistificações espirituais que, embora explicáveis pela emergência da “camada onírica subconsciente”, poderiam ter, na realidade, uma origem diversa, observação esta que encontra curiosa ilustração no seguinte trecho de diálogo mediúnico, que extraio das clássicas experiências do Prof. Ochorowicz com a médium senhorita Stanislaw Tomczick. O professor iniciara um dos interrogatórios que costumava dirigir à personalidade mediúnica da “pequena Stásia” com o propósito de obter esclarecimentos acerca dos fenômenos produzidos. Dessa vez a “pequena Stásia” se havia

materializado e se fotografara a si mesma, colocando-se diante da objetiva e provocando um vivíssimo relâmpago mediúnico. Em dado momento, o professor, que persistia na opinião de que a “pequena Stásia” era o duplo da médium, sem embargo do testemunho fotográfico que contradizia semelhante opinião, perguntou-lhe:

– Tu existias antes do nascimento da “grande Stásia” (a médium)?

– Existia; mas, não me debes fazer tais perguntas, se não queres que te responda com mentiras. Bem que eu gostaria de revelar-vos tudo; mas não me é permitido fazê-lo.

– Por que?

– Não o perguntes. Provavelmente, porque, se revelássemos tudo, provocaríamos no mundo um revolvimento social por demais violento.

– Diga-me ao menos quem te proíbe que fales.

– Não o perguntes.” (*Annales des Sciences Psychiques*, 1909, pág. 201).

Como esclarecimento desse diálogo, cumpre informar que o Prof. Ochorowicz chegara a arrancar à “pequena Stásia” algumas informações vagas acerca do seu ser, segundo as quais ela seria um Espírito que nunca encarnara na Terra e que aguardava a sua vez, se bem que pouco desejosa de renunciar à livre existência de espírito.

Dito isto, assinala a circunstância nada comum de uma personalidade mediúnica declarar explicitamente que, se insistissem em saber demais, acabaria pregando mentiras, resposta curiosa e perturbadora, mal grado à manifesta circunspeção das personalidades em jogo, e que põe de prevenção o interrogante contra tudo o que o espera se não desistir dos seus propósitos excessivamente indagadores. Muitas coisas essa resposta explicaria e dissiparia muitas dúvidas do mediunismo teórico porquanto reclamaria a seu turno uma explicação, visto que não compreenderia a necessidade de recorrer a mentiras quando em tais circunstâncias bastaria replicar do modo que o fez a “pequena Stásia”, isto é, ponderando não lhe ser permitido responder a

perguntas indiscretas. Ao mesmo tempo, a expressão usada pela personalidade mediúnica, de que “não lhe era permitido fazê-lo”, implicaria a existência de entidades espirituais superiores, reguladoras dos destinos humanos, a cujos decretos se submeteriam os Espíritos de grau inferior, ainda capazes de se comunicarem mediunicamente com os vivos.

Quantos mistérios a desvendar! Dentre eles, destaco este: há entidades espirituais superiores que interdizem aos Espíritos que se comunicam a revelação de certos segredos do Além, para os quais a Humanidade não está preparada, ficando subentendido que as mesmas entidades permitem a esses Espíritos que supram com mentiras a curiosidade dos vivos. Assim sendo, ter-se-iam de inferir que, em certas contingências, também as mentiras se justificam, no sentido, talvez, de que resultem propícias à evolução ordenada e regular das disciplinas metapsíquicas, por exercerem uma benéfica influência moderadora sobre a difusão dessas disciplinas no seio das massas, influência que de outra forma se não conseguiria, do mesmo modo que a evolução biológico-psíquica das espécies não pode ser conseguida senão com a intervenção do fator Mal, em perpétuo contraste com o fator Bem.

Quando assim fosse, dever-se-ia dizer que, para as vicissitudes evolutivas da nova Ciência da Alma, também teriam sua razão de ser as mentiras proferidas pelas entidades espirituais inferiores, em circunstâncias especiais, porquanto desorientariam os experimentadores demasiado crédulos, obrigando-os a meditar e a aprofundar ulteriormente o tema, determinando paradas providenciais no progresso das pesquisas psíquicas, obstando às convicções intempestivas, baseadas em fé cega, com grande vantagem para os métodos de pesquisa científica, e, sobretudo, esconjurando o perigo de um “revolvimento social muito violento”, como infalivelmente se daria, se a nova orientação do pensamento ético-religioso houvesse de impor-se com pernicioso rapidez às massas não preparadas. Bem-vindas são, por conseguinte, as mistificações espíricas e as fraudes inconscientes e conscientes dos médiuns, quando atuam como freios moderadores sobre a rápida e imprudente corrida a que facilmente se

entregariam alguns núcleos, excessivamente impulsivos, do novo exército do Ideal.

Como quer que seja, o fato é que as mistificações e as mentiras da natureza indicada se dão freqüentemente nas manifestações mediúnicas e, assim sendo, nada obsta a que se atribua a gênese de umas e outras às causas assinaladas, isto é, de uma parte aos surtos freqüentes do “elemento onírico-subconsciente” nos *sensitivos* e, de outra parte, a mistificações do Além, às vezes produzidas voluntariamente pelas personalidades mediúnicas, com objetivo de disciplina espiritual e para salvaguarda da ordenada evolução espiritual humana, afastando o perigo de uma reforma excessivamente precipitada de instituições religiosas milenares, reforma que, ao contrário, deve operar-se com muita lentidão, com muita prudência, de forma muito conciliatória, de sorte a preparar-se simultaneamente a reconstrução do novo Templo de Deus.

Assim, não será ocioso tomar nota deste outro ensinamento extraído da análise comparada dos fenômenos anímicos com os fenômenos espirituais.

*

Depois desta longa mas oportuna digressão, volto ao assunto, para referir um último episódio tomado às experiências de William Stead, episódio que ocorreu com uma pessoa que ignorava fizesse ele experiências de comunicações mediúnicas entre vivos e que não lhe estava vinculada por especiais relações de parentesco ou de simpatia. Escreveu ele:

“Há alguns meses, achava-me eu em Redcar, no norte da Inglaterra, e tinha de ir à estação para receber uma senhora estrangeira, colaboradora da *Review of Reviews* e que me escrevera dizendo chegaria pelas três horas da tarde. Eu era hóspede de meu irmão, cuja casa ficava a cerca de dez minutos da estação. Quando faltavam 20 minutos para as três, veio-me à mente que, com a expressão “pelas três horas”, a senhora em questão houvesse querido indicar algum tempo antes daquela hora e, como não dispunha de horário da estrada de ferro, dirigi o pensamento para a mencionada se-

nhora, pedindo-lhe me informasse, por intermédio da minha mão, qual a hora exata em que devia chegar o trem. Faço notar que semelhante experiência se realizou sem que tivesse havido entre nós qualquer entendimento a respeito. Ela imediatamente respondeu à minha pergunta mental, escrevendo, antes de tudo, o seu próprio nome e informando, em seguida, de que o trem devia chegar dez minutos antes das três. Não havia tempo a perder; mas, antes que saísse para recebê-la, deliberei perguntar em que estação ela se encontrava naquele momento. Minha mão escreveu: “Estamos parados na estação de Middlesborough e viemos da de Hartlepool.”

Saí à pressa e, chegando à estação, fui ver a tabela dos horários, para me certificar da hora precisa em que chegaria o trem esperado. Vi assinalado: 2:52 horas. Mas o trem vinha com atraso e, quando deram 3 horas, ainda não chegara. Transcorreram mais cinco minutos sem nenhum indício de que o trem se aproximava. Tomei então de uma folha de papel e de um lápis e perguntei mentalmente à viajante em que ponto da linha se achava. Ela para logo escreveu o próprio nome e informou: “Neste momento o trem faz a curva que precede a estação de Redcar. Dentro de um minuto aí estaremos.” – Perguntei: “Como se explica tão grande atraso?” – Respondeu: “Fomos detidos longamente na estação de Middlesborough, sem que eu saiba o motivo.” – Meti a folha de papel no bolso e encaminhei-me para a plataforma; o trem surgia, a distancia. Quando a senhora desceu, fui-lhe ao encontro, perguntando: “Porque tanto atraso? Que aconteceu?” – Respondeu ela: “Não sei por que motivo, mas o trem esteve parado longo tempo na estação de Middlesborough. Parecia não querer mais sair.” – Dei-lhe então a ler a folha de papel que trazia no meu bolso.”

(Segue-se o testemunho da senhora de quem se trata, assinado com o seu próprio nome de Gerda Grass. *Proceedings of the S. P. R.*, vol. IX, pág. 59).

No episódio acima, é patente a autenticidade do fenômeno de comunicação mediúmica entre vivos, como é também patente o

fato de desenvolver-se nele uma verdadeira e real conversação, que não poderia, de certo, explicar-se pela hipótese das “dramatizações subconscientes”, tendo-se em vista as considerações precedentemente formuladas. Antes, o próprio episódio torna oportuna uma ulterior discussão para esclarecimento do asserto de que, quando uma pessoa entra em *relação psíquica* e em conversação mediúnica com outra que se acha distante, tem de pôr-se em condições de fugaz modorra, ou de “ausência psíquica”, manifesta ou larvada, o que pareceria conciliar-se pouco com o fato de ter tido, a conhecida de William Stead, de responder em dois tempos diversos às perguntas deste, e de havê-lo feito imediatamente em ambas às circunstâncias. Daí decorrem as seguintes questões: Será lícito admitir-se tanta presteza na passagem do estado normal à condição de inconsciência e vice-versa? Será lícito admitir-se que a pessoa com quem isso se dê não tenha conhecimento do que lhe sucede? Pareceria que sim. Durante a conferência de William Stead na sede da *London Spiritualist Alliance*, essa questão veio à baila e o Rev. G. W. Allen narrou, a propósito, o seguinte incidente pessoal, que tende a demonstrar aquelas possibilidades. Disse ele:

“Tendo de sujeitar-me à extração de dois molares, aconselharam-me que me submetesse à ação do clorofórmio. Como me achasse convalescente de uma enfermidade grave, a dúvida sobre se, em tais condições de saúde, o clorofórmio não me seria prejudicial, fazia-me hesitar. Quando começaram a administrar-me o narcótico, fui presa de penosa aflição, pelo que arranquei a máscara, exclamando: “Não resisto; não quero aspirá-lo.” O doutor encarregado da anestesia ponderou: “O senhor fez muito mal em tirar a máscara, pois estava quase a adormecer. Experimente de novo e lhe asseguro que tudo correrá bem.” Também a enfermeira a seu turno me animava. Decidi então me submeter à prova, embora houvesse de sucumbir. Ajustaram-me novamente as máscaras. e respirei profundamente várias vezes. Logo, porém, ergui-me de um salto e me sentei na cama, declarando: “É inútil insistirem; não posso adormecer.” – Disse o doutor: “Peço-lhe, lave a boca com esta so-

lução.” – Perguntei: “Por quê?” – Respondeu ele: “Porque os dentes já lhe foram extraídos.” – Pois bem: eu juraria, perante qualquer Tribunal de Justiça, que nem por um só momento estivera inconsciente. Entretanto, permanecera inconsciente todo o tempo que fora necessário à extração dos dois dentes! – Isto posto, não é perfeitamente admissível que possamos de fato achar-nos noutra condição de existência por tempo mais ou menos breve, sem que disso nos apercebamos?” (*Light*, 1893, pág. 142).

Este incidente pessoal, narrado pelo Rev. G. W. Allen, é muito instrutivo e me parece bastante a demonstrar a possibilidade de uma pessoa passar a condições de sonambulismo, mais ou menos vígil, durante o período de uma comunicação mediúnica entre vivos, sem absolutamente se recordar do acontecido. Dever-se-ia acrescentar: e sem que dêem por isso as pessoas presentes, uma vez que, mesmo quando um interlocutor percebesse no seu companheiro um estado fugaz de “ausência psíquica”, não lhe poderia atribuir importância especial, porquanto isso normalmente ocorre em períodos momentâneos de concentração do pensamento, estado esse confundível em tudo com os casos de outra natureza aqui considerados.

Teoricamente, são muito importantes as considerações expendidas, porquanto se prestam a elucidar um caso recentemente sucedido de “comunicações mediúnicas entre vivos”, caso a que precedentemente aludi e do qual quisera fazer uma espécie de “espantelho” a agitar-se com insistência diante dos propugnadores da hipótese espiritualista. Isso apenas demonstra que os que assim se comportam conhecem muito pouco o assunto sobre que discutem, visto que os casos de manifestações de vivos, análogos ao a que nos referimos, se contam por centenas na coletânea metapsíquica, já tendo eu publicado uma longa série dos mais escolhidos, numa como monografia, tirando deles conclusões diametralmente opostas às conclusões fantásticas dos antiespíritas.

Cingir-me-ei, portanto, a discutir rapidamente o famoso caso Górdon Davis, obtido pelo professor Soal com a médium de voz

direta Sra. Blanche Cooper e publicado nos *Proceedings of the S. P. R.*, vol. XXXV, págs. 560-580.

O próprio professor o resume nestes termos:

“Trata-se de um caso em que, pela *voz direta*, se comunicou espontaneamente uma personagem julgada morta pelo experimentador. Essa personagem reproduziu de maneira mais ou menos exata a tonalidade da sua voz, a acentuação das palavras, o seu modo característico de exprimir-se. Além disso, descreveu episódios da sua meninice, conhecidos do experimentador, acrescentando dois ou três incidentes que este último ignorava. E, mais do que tudo, interessante é o fato de haver feito uma descrição precisa das circunstâncias e da arrumação interior de um apartamento em que iria habitar um ano depois. Mais ainda: remontando ao passado, referiu-se com exatidão ao ambiente em que pela última vez se encontrara com o experimentador, repetindo, em substância, a conversação em que então se empenharam. Finalmente, conduziu-se como se fora um defunto desejoso de mandar uma mensagem de conforto à esposa e ao filho. A seu tempo, porém, o experimentador veio a descobrir que a dita personagem ainda era viva e, por meio de um diário de negócios que esta última possuía, chegou a saber também, com precisão, o que ela fazia quando se realizaram as duas sessões mediúnicas em que se manifestara.”

Este último pormenor acerca do caso em apreço, o de achar-se Górdon Davis, de ambas as vezes em que se manifestara mediunicamente, no seu próprio gabinete a falar de negócios com alguns clientes, é o a que atribuem grande valor teórico os opositores, dizendo que, se assim era, não podia tratar-se de autêntica manifestação de vivos, inferência que, por lei de analogia, se deveria ter aplicado a manifestações análogas dos defuntos. Apresso-me, portanto, a observar que os diálogos verificados no caso do vivo Górdon Davis, sendo de brevíssima duração – que de certo não excedeu de um minuto – autorizam a aplicar-se a esse mesmo caso as considerações sugeridas pelo incidente ocorrido com o Rev. Allen, isto é, que, se naquele breve lapso de tempo o vivo Górdon Davis houvesse estado nas condições de

“ausência psíquica”, não só ele próprio não houvera dado por isso, como também não o teriam percebido os clientes com quem tratava de negócios, porquanto estes considerariam aquele seu estado como de recolhimento, para refletir antes de pronunciar-se sobre o assunto que se debatia.

Quanto às outras circunstâncias enumeradas pelo Prof. Soal no resumo acima reproduzido, nenhum valor teórico apresentam em sentido negativo e ninguém manifestou o propósito de utilizá-lo nesse sentido. Importa, no entanto, esclarecer alguns pontos de tais circunstâncias. O primeiro a elucidar-se é que, manifestando-se pela *voz direta*, o comunicante demonstrou positivamente que se cria defunto. Explica o Professor Soal que ele próprio acreditava que Górdon Davis morrera na guerra e acrescenta:

“Semelhante dramatização mediúnica de um vivo, em que este, preciso e exato nos pormenores pessoais que forneceu, cria estar defunto, se poderia explicar supondo que tal idéia lhe fora sugerida pelas convicções espíritas da médium que, a seu turno, teria recebido falsas informações acerca da mentalidade do experimentador.. Mas, será esta a verdadeira interpretação dos fatos? A esse propósito, cumpre se leve em conta a circunstancia de não haver o comunicante fornecido detalhe especial sobre o fato da sua morte...”

Por minha conta, acho que a hipótese do Professor Soal, conquanto legítima, não se adapta perfeitamente ao caso em exame, porquanto, se analisam e comparam outros casos do mesmo gênero, em que se depara com o mesmo erro de supor-se que são defuntos os comunicantes, é-se levado a deduzir que, mais de acordo com as modalidades sob as quais os fatos se produzem, seria o presumir-se que são os próprios comunicantes que se julgam colhidos de improviso pela morte, visto que, achando-se em condições mais ou menos incipientes de “bilocação”, com relativa desorientação psíquica, não podem eles deixar de crer que desencarnaram subitamente. São em bom número os casos que autorizam essa interpretação; aqui, porém, citarei um só, relatado pelo Professor Schiller, no *Journal of the S. P. R.* (1910,

pág. 87) e obtido com a Sra. Piper. Trata-se de uma anciã, enferma, de “demência senil”, sujeita a breves crises de “transe”, durante as quais se manifestava mediunicamente, à distância, discorrendo sobre interesses familiares, demonstrando-se na plena posse das faculdades mentais, excetuada a circunstância de supor-se morta, quando, entretanto, os experimentadores a sabiam viva e demente. Daí se segue que, neste caso, é mais verossímil presumir-se que a comunicante, por se achar temporariamente em ambiente espiritual e, aí, de posse da razão, lembrando-se de haver estado enferma e demente, haja racionalmente concluído que desencanara. A esse propósito, observa o professor Schiller:

“... Este caso suscita induções teóricas de natureza muito importante. Dir-se-ia que a nossa consciência pessoal, ou, mais precisamente, o que se denomina a alma, não se acha tão estreitamente vinculada ao corpo nas suas manifestações – conforme se há sempre suposto – e que também não é inteiramente uma representação das funções do corpo, como pareceria não só racional, mas cientificamente “ortodoxo” supor-se. Em outros termos: o órgão cerebral poderia funcionar de modo tão incoerente que irresistivelmente sugerisse a anulação da alma, quando, ao contrário, poderia dar-se que a alma, em tal momento, leve uma vida independente, noutra “esfera”, ou “plano” de existência, embora não cheguem a exprimir essas suas novas condições de vida por meio de um órgão cerebral, cuja posse, em sentido prático, já ela não tem...” (*Loc. cit.*, pág. 91).

Faço notar que as considerações racionais do professor Schiller, baseadas no fato de “não se achar a alma, em suas manifestações, tão estreitamente vinculada ao corpo, conforme sempre se supôs”, não só subentendem tudo quanto tive de expor com relação ao caso em apreço, como se revelam conformes à mais provável interpretação do mesmo caso, em que tudo concorre para demonstrar que, fundamentalmente, se tratava de um episódio mais ou menos incipiente de “bilocação”, ou, se o preferirem, de “psicorragia” – para usar o neologismo proposto por Myers –, segundo o qual nos acharíamos por vezes em presença

de “um elemento psíquico posto de súbito em liberdade”, o que implicaria uma “excursão psíquica”, ou uma “invasão” de qualquer coisa de psiquicamente substancial que tem “alguma relação com o espaço”. No caso Górdon Davis, dever-se-ia dizer que essa “invasão psíquica” se revelara suficientemente para combinar-se com os fluidos que a médium exteriorizara, manifestando-se individuada na *voz direta*.

Assim sendo, tudo isso serviria para explicar a circunstância de haver “Nada” – o *Espírito-guia* da médium – interrompido duas vezes a comunicação mediúnica, para observar que o Espírito que se comunicava era forte demais para o médium e que, por conseguinte, esta sofria fisicamente com a manifestação. De fato, ao fim da sessão a médium acusou delíquio e cefalalgia, sintomas que antes jamais experimentara. Resultou daí que, na segunda sessão. “Nada” não permitiu mais que o Espírito de Górdon Davis se comunicasse diretamente, encarregando-se ele próprio de interrogá-lo (ouviam-se os sussurros da conversação entre Espíritos), para, em seguida, transmitir as respostas ao experimentador. Ora, o fato de ser o Espírito Górdon Davis forte demais para o médium dá lugar a supor-se que isso acontecia devido à “invasão psíquica” de um Espírito encarnado, levando consigo elementos psíquicos fortemente impregnados de fluidos terrenos. Note-se que “Nada” não percebera que se tratava de um vivo, erro com que se depara em outros casos do mesmo gênero; mas, nem sempre é assim, pois que, ao contrário, os *Espíritos-guia* distinguem quase sempre o vivo do defunto, por causa da densidade do corpo etéreo do primeiro.

Um segundo ponto a esclarecer é o que se refere ao incidente de ordem precognitiva em que a comunicante descreve não só a casa que iria habitar um ano depois, como também a disposição dos móveis nos aposentos e os objetos colocados sobre os móveis, coisas todas essas não apenas inexistentes, de fato, no momento das suas manifestações, mas inexistentes também no pensamento daquele que se comunicava. Trata-se, pois, de interessante fenômeno pré-cognitivo, igualmente embaraçoso, não tanto, porém, do ponto de vista espiritualista, como do ponto de vista genérico da inconceptibilidade dos fenômenos de preco-

gnição, os quais, entretanto, são os que melhor se têm averiguado experimentalmente, em toda a fenomenologia metapsíquica. Do ponto de vista aqui considerado, observo que os fenômenos dessa natureza se produzem com discreta freqüência nas comunicações dos vivos, o que não é de causar espanto, dado que, depois das magistrais pesquisas do Dr. Osty nesse campo, pode considerar-se demonstrado cientificamente que a personalidade integral subconsciente tem conhecimento das vicissitudes futuras a cujo encontro vai a personalidade consciente, se bem que, normalmente, aquela não possa ou não queira prevenir dessas vicissitudes a segunda. Formidável mistério, perturbadoras conclusões filosóficas e cientificamente absurdas, o que, entretanto, repito, não impede sejam verdadeiras. Mas, não é este o momento de discutir tão árduo tema.

A título de corroboração, passo a relatar, em resumo, outro caso do mesmo gênero.

A Sra. Florence Marryat, no livro *There is no death* (Não há morte), narra que num círculo experimental de amigos seus, o *Espírito-guia* afirmara que se podia levar a sessões Espíritos de vivos, em condições de sono. Como fosse noite alta, pediram ao *Espírito-guia* que levasse à sessão a Sra. Marryat e o fenômeno se operou em menos de um quarto de hora. Seu Espírito, porém, se mostrava presa de grande agitação e não cessava de repetir: “Deixai que me vá embora. Grande perigo paira sobre meus filhinhos! Preciso voltar para junto deles.” – Ora, aconteceu que, no dia seguinte, um cunhado da Sra. Marryat, voltando do tiro ao alvo, deixou que um filhinho daquela senhora lhe apanhasse o fuzil, do qual partiu de improviso um tiro, indo a bala cravar-se na parede a dois dedos acima da cabeça de sua irmã mais velha, que ali se achava sentada. Marryat, estupefata, pergunta a si mesma: “Mas, como pude conhecer o acontecimento *na noite precedente* à sua realização?” – Mistério impenetrável, certamente, tanto mais que dessa vez se tratava de um fato acidental, ainda mais inconcebível portanto, do que o episódio referente à casa futura de Górdon Davis. Entretanto, a personalidade integral subconsciente de Marryat estava dele informada. Por que? De que modo? Quem o sabe!

De outro ponto de vista, observo que o episódio citado guarda afinidade com outro aqui considerado, também pela circunstância de que em ambos os casos teriam sido os *Espíritos-guia* os condutores do Espírito de um vivo à sessão. Ressalta, com efeito, que, no caso de Górdon Davis, se manifestou, antes de tudo, o irmão defunto do experimentador, a expressar-se nestes termos: “Sam, eu trouxe aqui alguém que tu conheces.” – Ora, esta circunstância, no caso especial, se revela importante também no sentido de prestar-se a elucidar a questão implícita no fato de manifestar-se um vivo que, não sendo amigo íntimo do experimentador, dificilmente poderia explicar-se por meio da vontade subconsciente deste último a se fazer sentir sobre aquele, como acontecia nas experiências de William Stead, nas quais a sua vontade consciente era que determinava o estabelecimento da *relação psíquica* com as pessoas convidadas a conversar com ele por intermédio de sua mão. Assim, não há dúvida de que tenha sido por iniciativa do Espírito do irmão do experimentador que o do vivo Górdon Davis se manifestou e, em tal caso, a questão em apreço estaria resolvida, porquanto deveria inferir-se que a *relação psíquica* se estabelecera por intermédio de um defunto.

A este propósito, não será ocioso acrescentar que o irmão defunto do Professor Soal ministrara admiráveis provas de identificação pessoal, indicando, entre outros, o fato preciso de haver, quando menino, enterrado uma medalha, que foi efetivamente encontrada, mediante escavações, no ponto indicado. Aliás, também o Professor Soal admite o valor probante dos dados fornecidos por seu irmão defunto e a Sra. Sidgwick, à sua vez, escreveu sobre isso àquele professor: “Não me recordo se lhe disse quão impressionantes são as provas em favor da sobrevivência da memória de seu irmão e, acrescento, mesmo prescindindo-se dos episódios da “medalha enterrada” e do “panorama visto de River Church...” (*Light*, 1926, pág. 80).

Tais declarações aumentam a eficácia da solução proposta para o incidente em foco, no sentido de que, se se admitir a presença real do irmão defunto do Professor Soal no local da reunião, a afirmação, por ele feita, de ter levado ali alguém que o irmão vivo conhecia adquire equivalente valor probante.

E a circunstância do vivo que se comunicava haver reproduzido, “mais ou menos exatamente, a tonalidade da sua voz, a acentuação que costumava dar às palavras e o seu modo característico de exprimir-se...”, essas circunstâncias notabilíssimas, combinadas com o fato de estar o vivo, naquele momento, em estada de vigília, ignorando o que se passava à distância, tende a reforçar a hipótese de Myers, segundo a qual, nas comunicações dos vivos, nos acharíamos às vezes em presença da “irrupção de um elemento psíquico posto em liberdade”, o que implicaria uma “excursão, ou invasão psíquica” de qualquer coisa de psíquico e fluídico, que tem “relação com o espaço”. De fato, as circunstâncias expostas tendem a demonstrar a presença real, no local da sessão, de elementos mais ou menos individuados da personalidade integral subconsciente do comunicante, tanto mais se ele se revela capaz de vaticinar incidentes do seu próprio futuro.

Nessas condições, dever-se-ia inferir também que o fenômeno das comunicações mediúnicas entre vivos se produz sempre, é certo, em forma de uma conversação entre duas personalidades integrais subconscientes, mas que é suscetível de produzir-se sob duas modalidades diversas, uma das quais, a mais freqüente, consistiria numa conversação, *à distância*, entre as personalidades subconscientes em questão; a outra, mais rara, consistiria, ao contrário, numa conversação das ditas personalidades, achando-se ambas *no mesmo local*, em consequência da manifestação e da intervenção, na própria sessão, de elementos psíquicos e fluídicos suficientemente individuados do “corpo etéreo” do vivo ausente dali. Tratar-se-ia, portanto, de um fenômeno incipiente de “bilocação”.

Com o que acabo de expor, creio haver passado em revista todas as modalidades teoricamente importantes sob as quais se desenvolveu o muito famoso caso Górdon Davis, o qual, longe de constituir exceção, é, ao contrário, análogo a muitos outros que se têm produzido um pouco por toda parte, salvo a particularidade, com que se fizeram fortes os opositores da hipótese espírita, de que, quando o suposto Górdon Davis se comunicava mediunicamente, o Górdon Davis autêntico se achava no seu escritório, em condição de vigília, a conversar sobre negócios

com alguns clientes. A esse propósito se há visto que o incidente de inconsciência ocorrido com o Rev. Allen demonstra que uma pessoa pode ficar nesse estado sem de tal se aperceber e sem que de tal se apercebam as pessoas presentes, de modo a poder-se concluir nesse sentido também com relação ao caso Górdon Davis.

Estabelecido este ponto, pondero que bem longe se acha de estar provado que Górdon Davis se encontrasse em estado de completa vigília nos dois brevíssimos espaços de tempo em que se comunicou mediunicamente, à distância. Em realidade, apenas se chegou a reconhecer que assim podia ser, pela existência de um canhenho em que Górdon Davis anotava diariamente as suas transações; mas ninguém seria capaz de dizer de que modo se desenvolveram as duas transações em apreço.

Não há quem não veja que, numa longa consulta de tal gênero, possam dar-se ligeiros incidentes de toda espécie, que impeçam o cliente de perceber um estado passageiro de “ausência psíquica” do interlocutor que, ao demais, poderia ter saído e entrado de novo, para uma consulta ao seu arquivo, ou para uma necessidade de outra natureza, ou que o cliente poderia ter estado, durante algum tempo, absorvido pela leitura de um documento, ou por um cálculo de algarismos, circunstâncias todas estas muito insignificantes para não se apagarem prontamente da memória de quem a elas esteve sujeito, sobretudo se só houvessem de ser evocadas um ano depois. Seja como for, também a esse propósito assinalo que no caso em questão os clientes não foram consultados. Postas as coisas nestes termos, como se poderia afirmar que na brevíssima duração das duas manifestações, à distância, Górdon Davis se achasse em condições de autêntica vigília e não num estado passageiro e imperceptível de “ausência psíquica”?

E aqui, comprovando a possibilidade de estar-se, no caso de que se trata, em presença da “irrupção de um elemento psíquico, posto em liberdade”, da personalidade consciente de Górdon Davis, cabe reproduzir este trecho do relato do Prof. Soal:

“Importa notar que o Górdon Davis que se manifestou nessa sessão não parece ser o Górdon Davis que eu conheci,

como menino de colégio, mas o Górdon Davis de 1916. A acentuação das palavras e o modo característico de exprimir-se, reproduzidos na sessão, não me lembravam o Górdon Davis que eu conhecera na escola, porém o outro, com quem me encontrei quando era cadete militar. E é muito de notar-se que, quando Davis alude às recordações da sua existência de menino, usa expressões de moderníssima feitura, como a de *Brighter Geography*. Duvido muito que esta última expressão fosse usada sequer no ano de 1916, o do meu encontro com Górdon Davis.”

Afigura-se-me que este parágrafo contém dados que na sua aparente insignificância são eloquentíssimos como demonstração da presença, no local, de uma fração autêntica da personalidade psíquica de Górdon Davis, qual era no momento em que se comunicou e não qual existia nas recordações mais ou menos antigas do Prof. Soal.

Devo observar que nas minhas classificações se encontram outros nove casos (cinco dos quais ocorridos com William Stead), em que aparece a circunstância presumível do estado de vigília nos vivos que se comunicavam; mas, ao mesmo tempo, assinalo que em nenhum deles se pode afirmar isso com segurança. Dentre esses casos, o mais interessante é o que foi narrado pelo arquiteto e arqueólogo Bligh Bond, que o obteve pela mediunidade da Sra. Margery Crandon, caso que, por muito instrutivo, merece integralmente transcrito. Escreve Bligh Bond:

“Passo a relatar um caso de comunicação mediúcnica de um vivo, em que se apresentam manifestos os sinais da sua natureza verídica, ou porque o comunicante logrou identificar-se a si mesmo, ou porque confirmou a exatidão dos dados fornecidos, o que imprime caráter de certeza absoluta, no que concerne à gênese do fenômeno. Ao mesmo tempo, também desta vez o vivo que se manifesta mediunicamente demonstra não ter plena consciência de si no momento. Dir-se-ia que apenas uma porção da sua personalidade se acha em função e que tal se dá por intermédio do elemento onírico da subconsciência. Como quer que seja, o fato é que ele se manifesta precisamente sob as modalidades de alguma

outra personalidade mediúnica, de sorte que, se não fossem as provas convergentes, demonstrando-lhe a identidade, o caso resultaria um dos muitos que os metapsiquistas ortodoxos classificam como “dramatizações subconscientes”, oriundas de pormenores tomados telepaticamente à mentalidade do consultante.

Na noite do primeiro do ano de 1926-27, às 21:30, ocorreu-me fazer uma experiência de escrita automática com a médium Sra. Margery Crandon. Ela segurou o lápis entre os dedos e eu pousei ligeiramente a minha mão sobre a sua, como sempre faço nas minhas experiências. Nada tendo de especial em mente, disse: “Ponderemos a quem se manifestar que nos dê informações sobre o que bem lhe pareça.” – Foi ditado:

“És gentil; assim farei... Os velhos amigos já não são esses e outro tanto se pode dizer dos costumes de certa época... Para vós, esta será uma árida noitada de Ano-Bom... Toma os mais miseráveis destes mendigos e decepa-lhes a cabeça no alto de Tor... Assim como aconteceu ao último Abade.”

De todas estas frases, a médium Margery nada podia entender. Expliquei-lhe que se tratava de uma burlesca alusão ao triste fato que se dera com o último Abade de Glastonbury. “Tor” é a colina que domina a Abadia.

Continuou assim a mensagem:

“Mas, se os monges pudessem ver os teus paus sujos, chorariam lágrimas de sangue. Refiro-me às estacas que plantaste para marcar o espaço ocupado pela antiga Abadia... E pensar-se que és um arquiteto! Vai enforcar-te nas moitas de amoras...”

Mas, quem era esse comunicante que protestava com tanta vivacidade contra as estacas alcatroadas que eu mandara plantar, como marcas das fundações por mim descobertas naquele local? As “moitas de amoras” têm um significado histórico que, naturalmente, a Sra. Margery não podia conhecer. A personalidade que se manifestava ditou outras

frases chistosas e, respondendo a perguntas do mesmo gênero, informou que era um amigo a quem eu muito conhecia. Respondi que nenhuma idéia tinha sobre a sua identidade e, quando lhe perguntei o nome, disse:

“Querido Bond, isto constituirá um enigma com que principiarás o ano... Nada mais me perguntes, se não quiseses que eu responda com mentiras...”

Todavia, o amigo que se manifestava deixou-se persuadir a revelar o seu nome, que não me é permitido publicar aqui, pelo que recorro a um pseudônimo. Ele escreveu:

“Sou originário da Ilha das Maçãs e tomei a mim vigiar os teus passos.” (Assinado: *Flohr*).

É bem de ver que a Sra. Margery ignorava que, com a denominação de “Ilha das Maçãs”, se designava “Avalon”, isto é, a Abadia de Glastonbury, no Somerset.

Flohr continuou assim: “A Ilha bendita de Avalon. Sobre um paul os frades construíram um convento... Sou o monge teu amigo e me conheces muito bem.”

Tentei novamente obter o nome exato do comunicante, com detalhes de identificação. Ele então escreveu: “Flower” (Flor).

Este era o nome de um homem com quem eu trabalhara longo tempo na localidade indicada. Assim, ponderei-lhe: Caro Flower, tu então te manifestas durante o sono? – Respondeu: “Não é bem isso.” – Repliquei: “De todo modo, neste momento, és transportado muito longe em sonho... Ouve-me, pois: Desejo que, quando despertares, te recordes de todas as particularidades deste teu sonho atual, porquanto, neste momento, sonhas com um fato que é real. Toma nota: tens que te lembrar de todas as coisas. Prometes?...”

“Farei como pedes.”

“Neste instante tens consciência de que vieste ter comigo?”

“Aqui estou realmente.”

“Tens consciência de que teu corpo se acha mergulhado em sono?”

“Isso não sei.”

“Fará o necessário esforço para não olvidar?”

“Fá-lo-ei, se puder.”

“Escreve de novo o teu nome. A médium que empunha o lápis não te conhece. Quero que te assines com o teu nome e sobrenome, por intermédio da sua mão, pois, dessa forma, terei a certeza de que és tu mesmo e não outro quem se manifesta.”

A médium escreveu lentamente, traçando letras longas e inclinadas, o nome (substituído aqui por um pseudônimo) “Harold A. Flower”.

Nome e sobrenome perfeitamente corretos, parecendo-me característica do indivíduo a caligrafia.

Transcrevi a comunicação inteira, reproduzi exatamente o traçado da firma e enviei tudo a meu amigo Flower. Respondeu-me o seguinte:

“Recebi regularmente a tua carta com a comunicação mediúnica, que me interessou imensamente, pois que, no momento em que era ditada a mensagem, estava eu a discutir com meu cunhado, se bem já fosse noite alta, sobre a nova arquitetura norte-americana e o teu nome foi mencionado várias vezes durante a conversação. Querendo certificar-me com relação a esse ponto, pedi a meu cunhado que me reproduzisse o de que se lembrasse acerca da nossa discussão naquela noite e ele confirmou de modo preciso o que eu guardara na memória.

“Devo ao demais te dizer que, com grande espanto meu, verifiquei que a minha firma, qual a consignaste, é de tal maneira o fac-símile da minha firma qual eu a grafava há muitos anos, que, à primeira vista, julguei que a houvessem copiado de algum documento meu daquele tempo. Atualmente, assino-me com uma caligrafia notavelmente diversa, em que o *M* maiúsculo já não é o mesmo.

“Observo, finalmente, que meu nome “Flower”, pronunciado *Flohr*, como foi ditado à primeira vez, corresponde ao modo pelo qual o pronunciavam os familiares de meu pai. Isto, provavelmente, tu o ignoravas, como o ignoravam todos em Glastonbury... Quanto aos “paus sujos” a que alude a mensagem, são sem dúvida as tuas “estacas alcatroadas”, que eu, é certo, não admiro, salvo pela utilidade que têm. Tudo bem ponderado, considero notabilíssimo o incidente, visto que naquele momento eu, indubitavelmente, pensava em ti e na tua viagem à América para estudo da arquitetura americana... E tanto mais notável é o episódio, quanto, bem o sabes, sou infenso às vossas doutrinas espiritualistas...”

(Assinado): Har. A. Flower.

É absolutamente verdade que o meu amigo Flower não simpatiza com as pesquisas psíquicas. Bem poucos temos discutido esse assunto. Mas, as ruínas da Abadia de Glastonbury e a sua histórica antiguidade lhe haviam impressionado a imaginação, o que, reflexivamente, aumentara de muito as simpatias que me tinha, porquanto eu era o principal ilustrador de algumas ruínas históricas.

Levada em conta a diferença de longitude, verifica-se que, na noite em questão, ele com o seu cunhado se empenharam em discutir até às primeiras horas da madrugada, donde se pode inferir que, terminada a discussão, foram logo dormir. Em consequência, como os pensamentos do meu amigo estivessem orientados para a minha pessoa, de certo modo me alcançaram, porquanto não se recorda absolutamente da singular peregrinação que uma fração subliminal da sua mentalidade realizou através de três mil milhas de oceano, para apresentar ao seu amigo os votos de Ano-Bom.

Além do fato importante da correta grafia da sua assinatura qual ele a traçava dois ou três anos antes, é de acentuar-se o outro fato notabilíssimo da revelação da sua genealogia tedesca no primeiro nome que escreveu. Tenho como certo que no ambiente que ele freqüentava ninguém havia

que se achasse a par disso. Eu apenas sabia que ele estivera, ou sua família, na Austrália e que desde alguns anos se estabelecera no nosso distrito para praticar o comércio. Ainda é jovem e, conquanto tenhamos sido sempre bons amigos e houvéssemos realizado entre nós algumas transações, não posso dizer que fôssemos, nalgum tempo, amigos íntimos. Como quer que seja, parece que de certo modo a sua personalidade se imprimiu na minha, ou que a minha se imprimiu na sua, dando lugar a uma espécie de “sintonização” subconsciente, que se manifestou sob algumas inesperadas modalidades, fornecendo-me abundante alimento intelectual para as minhas reflexões filosóficas. Há, porém, uma consideração que se sobrepõe claramente a todas as outras e é que se não houvesse dado o incidente do amigo Flower, que se afirmou capaz de grafar a sua firma por intermédio da mão de Margery, o caso teria parecido um desses muitos episódios que os “metapsiquistas ortodoxos” consideram produto de sugestão inconsciente da parte do consultante, visto que se conservaria ignorada, por detrás da comunicação mediúnica, a autêntica personalidade de um vivo.” (*Psychic Research*; 1929, página 267).

Este episódio é idêntico, em tudo, ao de Górdon Davis, exceção feita da particularidade premonitória, que, aliás, carece de importância do ponto de vista que nos interessa. Afora isso, deparam-se-nos as mesmas circunstâncias de manifestação, a começar pelo fato de se tratar, em ambos os casos, de pessoas não ligadas entre si por especiais sentimentos afetivos e que, no momento em que se manifestavam à distância, se achavam em estado de vigília e tomavam parte numa conversação. Faço notar, ao demais, que de ambos os casos ressalta a particularidade importante de fornecerem os vivos que se comunicavam detalhes pessoais ignorados pelo experimentador. Por fim, é de notar-se que, se no caso Górdon Davis o experimentador reconhece o timbre vocal do amigo na *voz direta* pela qual ele falava, no outro caso se verifica que o vivo que se comunicava reconhecia a autenticidade da sua assinatura, com o detalhe interessante de ser

a inicial maiúscula do nome próprio escrita na forma em que ele a escrevia noutros tempos.

São, portanto, episódios teoricamente idênticos e penso que, dada esta circunstância, não se pensará em trazer à baila a “telemnesia”, mediante a qual se deveria presumir que os pormenores verídicos que se obtiveram foram extraídos, pelo médium, da subconsciência do amigo distante, para, em seguida, “dramatizá-las numa conversação fantástica”, explicação inconciliável com a circunstância de não poderem os detalhes de que se trata ser desarticulados da conversação havida, porquanto foram fornecidos em resposta a perguntas formuladas no momento. Isto demonstra que se tratava de verdadeira conversação, a desenvolver-se no presente, entre a personalidade integral subconsciente do vivo distante e o experimentador, por via da médium Margery Crandon.

A propósito, assinalo que Bligh Bond pondera que, nos casos de tal natureza, “o indivíduo que escreve não se acha presente na plena consciência de si, que presente apenas está uma fração da sua personalidade, a qual se manifesta por meio do elemento onírico subconsciente”. Ora, esta é também a hipótese de Myers e é a única que se concilia com os fatos, porquanto ajuda a explicar os erros e as falhas que com freqüência se notam assim nas comunicações dos vivos, como nas dos defuntos. Atente-se, contudo, em que, no caso vertente, o comunicante não cometeu o erro de crer-se defunto, como sucedeu a Górdon Davis.

Quanto à questão de um vivo em condições de vigília manifestar-se mediunicamente à distância, viu-se que Bligh Bond supõe, a seu turno que, como era noite alta, o vivo que se comunicava e o amigo com quem ele conversava deviam achar-se “ambos sonolentos ao findar a conversação”, o que corresponde às minhas conclusões. Por isso, repito, se assiste razão aos opositores para fazer grande caso do estado de vigília em que se encontrava Górdon Davis, porque, não se conciliando esse pormenor com a sua intervenção real na manifestação mediúnica que se produziu, o mesmo pormenor justificaria as conclusões a que eles chegam, no sentido de que tudo se deve atribuir às faculdades “oniscientes” da subconsciência; se lhes assiste razão

para assumir essa atitude, o fato, nada obstante, é que, do ponto de vista científico, achamo-nos muito mais no direito de observar que o caso Górdon Davis está longe de provar que o vivo que se comunicava se encontrava realmente em condições normais de vigília, sobretudo se se considerar que a análise comparada de numerosos episódios análogos demonstra não haver casos que o provem de maneira cientificamente hábil. O caso aqui referido também não o prova, se atender a que basta um minuto de semi-adormecimento, ou de “ausência psíquica” no vivo, para legitimar a hipótese do êxodo de elementos psíquicos subconscientes, bastante individuados, para representar, à distância, a personalidade do mesmo vivo.

Recapitulando: Vimos que Bligh Bond acentua que, se não fosse o incidente que ocorreu, de o comunicante reproduzir a sua assinatura com identidade caligráfica, o caso pareceria aos “metapsiquistas ortodoxos” um simples caso de “personificação subconsciente”, consecutivo a um incidente de sugestão por parte do consultante, quando, em realidade, o que havia era a manifestação mediúnica de um vivo. Contrariamente, vimos que, mal grado a provas de identificação pessoal de todo eficientes, o Professor Soal prefere conservar-se “metapsiquista ortodoxo”, declarando que no caso Górdon Davis “não há senão vestígios de provas positivas tendentes a apoiar quem sustentasse que o vivo Górdon Davis haja tomado parte ativa nas manifestações produzidas”, porquanto “sabemos que, em ambos os casos, a sua consciência pessoal se achava, no momento, ocupada em conversar com os clientes seus” (pág. 561). Parece-me, entretanto, haver demonstrado que bem longe se ficou de ter verificado em que condições psíquicas se achava Górdon Davis nos dois fugitivos momentos em que se manifestou mediunicamente, pois que o único elemento disponível de prova consiste num canhenho de consultas dos clientes, do qual nada de preciso se pode extrair, sobretudo depois de transcorrido um ano das aludidas consultas, sem contar que os clientes não foram inquiridos a respeito.

Afigura-se-me que nas considerações expendidas está o quanto basta para invalidar as conclusões do professor Soal, com grande vantagem para as conclusões muito mais legítimas de

Bligh Bond, as quais correspondem às idéias de Myers sobre o assunto e concordam com tudo quanto se conhecia acerca das múltiplas modalidades de exteriorização, parcial, total, onírico-verídica, sob as quais consegue manifestar-se, à distância, a personalidade integral subconsciente.

É, porém, tempo de concluir.

Se bem, no presente resumo, eu tenha tido que me limitar a discorrer sobre uma só das sete categorias em que classifiquei os fenômenos em questão, os poucos episódios analisados foram suficientes para demonstrar que as comunicações mediúnicas entre vivos constituem a fundamental base fenomênica das pesquisas metapsíquicas, uma vez que somente por meio de tais comunicações se chega a penetrar na gênese da fenomenologia supranormal, visto que assim se fica em condições de considerar a um tempo a causa e o efeito, o agente e o percipiente do fenômeno que se tenta investigar.

Do nosso ponto de vista, observarei, antes de tudo, que só com o auxílio das manifestações dos vivos se adquire a certeza científica da existência de uma personalidade integral subconsciente, capaz de entrar em relação com outras personalidades integrais de vivos, ou conversando telepaticamente a uma distância já existente ao estabelecer-se a *relação psíquica*, ou exulando-se, no todo ou em parte, do organismo somático (“bilocação”), circunstâncias fenomênicas de suprema importância, porquanto fornecem as provas experimentais de ser o espírito humano independente do organismo corpóreo e da transcendência das faculdades supranormais subconscientes, duas condições de fato, estas, indispensáveis à demonstração científica da existência e sobrevivência da alma, donde decorre uma confirmação ulterior da tese aqui considerada, que *o Animismo prova o Espiritismo*.

Acresce que, por lei de analogia, as manifestações mediúnicas dos vivos concorrem a ministrar a prova indireta, mas igualmente eficaz, da autenticidade das manifestações mediúnicas dos defuntos, visto que, se com as primeiras se obtém a certeza científica de que, então, nos achamos diante de autênticas personalidades de vivos e não diante de efêmeras personificações

sonambúlicas, em sentido idêntico se deve concluir com referência às manifestações mediúnicas dos defuntos que provem a sua identidade, prestando informações pessoais cientificamente apropriadas a esse fim.

Não ignoro que a tais conclusões ainda se poderia opor uma única objeção, segundo a qual, mesmo que as conversações mediúnicas entre vivos se produzam em forma de conversação entre duas personalidades integrais subconscientes, não ficaria excluído que os médiuns possam tomar, a pessoas distantes, sob esta última forma, os dados que forneçam em nome dos pseudo-espíritos de defuntos. A semelhante objeção respondo fazendo ver que, antes de tudo, cumpre se tenha em conta a grande lei da *relação psíquica*, que já discuti no capítulo precedente, e dentro de cujos postulados é impossível se estabeleçam relações de tal natureza com pessoas distantes que o médium e as pessoas presentes desconheçam. Isto bastaria para eliminar esta última objeção, com respeito à classe mais importante dos casos de identificação espiritual. Em segundo lugar, acrescento que, se a objeção em apreço tivesse fundamento, então o automatismo psicográfico – desde que é automático – deveria escrever inevitavelmente as respostas obtidas das personalidades informantes, de vivos conservados à distância, como acontecia nas experiências de William Stead. Nesse caso, surgiria a forma dialogada da conversação mediúnica havida e se obteria assim a prova da invasão real das comunicações entre vivos, nos supostos casos de identificação espiritual. Mas, como tal fato nunca na prática se deu, ou seja, como nunca se verificou que “na outra extremidade do fio” estivesse uma personalidade integral de vivo a fornecer ostensivamente informações relativas a terceiras pessoas defuntas, segue-se que esta última circunstância de fato exclui a objeção que estamos examinando. Assim sendo, forçoso se torna deduzir que, uma vez demonstrado pelos fatos que não existem diferenças de manifestação mediúnica entre os casos de identificação pessoal dos defuntos e os casos de identificação pessoal dos vivos, o que se segue logicamente é que, se de uma parte se afirma provada experimentalmente a autenticidade das manifestações dos vivos, de outra parte, também se tem que considerar

provada cientificamente a autenticidade das manifestações dos defuntos.

Noutros termos: repito mais uma vez que a questão essencial, do nosso ponto de vista, consiste em que a característica de *uma conversação entre duas personalidades espirituais* se revela fundamental em ambas as categorias de manifestações aqui consideradas. Desse modo, se a característica de que se trata corresponde a um fato cientificamente comprovado nas *manifestações dos vivos*, não é possível se deixe de concluir que também corresponde a um fato igualmente real e comprovado com relação às manifestações dos defuntos, sempre, porém, bem entendido, sob a condição de que, em ambos os casos, as informações ministradas a título de identificação pessoal sejam cientificamente apropriadas ao objetivado fim.

O que fica exposto torna quase supérfluo ponderar que tudo isso equivale a afirmar que, cientificamente falando, deve-se excluir, de maneira categórica, a possibilidade teórica de explicar-se, por meio da *clarividência telepática a confinar na telemesia*, os casos em que os defuntos que se comunicam fornecem informações pessoais que todos ignoram e com exclusão de objetos psicometrizados. Essa possibilidade teórica deve ser afastada pela razão de que não existem manifestações supranormais de natureza análoga que a confirmem, ao passo que existem numerosas manifestações do mesmo gênero que a contradizem; também deve ser excluída por se mostrar inconciliável com as modalidades sob as quais se produzem as manifestações em causa; enfim, deve ainda ser excluída porque se mostra igualmente inconciliável com a lei imprescindível da *relação psíquica*. Tanto basta para a demolição de qualquer hipótese.

Em virtude das comunicações mediúnicas entre vivos, chega-se a uma *quarta* importantíssima conclusão teórica, demonstrativa da existência e da sobrevivência do espírito humano, conclusão que, conjugada a outras já formuladas, concorre para formar um formidável conjunto de dados científicos concretos, que confirmam, de diversos pontos de vista, um postulado fundamental em metapsíquica. Esse postulado é que *o Animismo e o Espiritismo são complementares um do outro*, porquanto esses dois

fatores têm por base única o *espírito humano* que, operando *encarnado*, provoca os fenômenos anímicos e, operando *desencarnado*, determina os fenômenos espíritas. E tanto é certo isto que, se se pretender excluir um ou outro dos dois fatores que constituem a questão a resolver-se, *impossível se torna explicar o conjunto dos fatos*.

Capítulo IV

Dos fenômenos de bilocação

Pela denominação genérica de “fenômenos de bilocação” se designam as múltiplas modalidades sob as quais se opera o misterioso fato do “desdobramento fluídico” do organismo corpóreo. Daí vem que os fenômenos de “bilocação” revestem fundamental importância para as disciplinas metapsíquicas, porquanto servem a revelar que as manifestações *anímicas*, conquanto inerentes às funções do organismo físico-psíquico de um vivo, têm como sede um certo *quê* qualitativamente diverso do mesmo organismo. Assumem por isso um valor teórico resolutivo, para a demonstração experimental da existência e sobrevivência do espírito humano.

Por outras palavras: os fenômenos de “bilocação” demonstram que no “corpo somático” existe imanente um “corpo etéreo” que, em circunstâncias raras de diminuição vital nos indivíduos (sono fisiológico, sono hipnótico, sono mediúnico, êxtase, delíquio, narcose, coma), é suscetível de afastar-se temporariamente do “corpo somático”, durante a existência encarnada. Inevitável, pois, a inferência de que, se o “corpo etéreo” é suscetível de separar-se temporariamente do “corpo somático”, conservando íntegra a consciência de si, forçoso será concluir-se pelo reconhecimento de que, quando aquele se separar deste definitivamente pela crise da morte, o espírito individualizado continuará a existir, em condições apropriadas de ambiente, o que equivale a admitir-se que o fato da existência imanente de um “corpo etéreo” no “corpo somático” e, por conseguinte, a de um “cérebro etéreo”, demonstra que a sede da consciência, da inteligência, da memória integral das faculdades de ordem supranormal é um “corpo etéreo”, que vem a ser o invólucro sublimado e imaterial do Espírito desencarnado.

Já no ano de 1910 eu publicara longa monografia dedicada aos fenômenos da “bilocação”; mas, como se fossem acumulando em grande número os fatos dessa natureza, decidi recente-

mente publicar da referida monografia uma segunda edição muito aumentada.² Acho-me, portanto, em condições de poder discutir com conhecimento de causa esse tema importantíssimo.

Naquele meu trabalho, tomei por ponto de partida o chamado fenômeno da “sensação de integridade nos amputados”, fenômeno em que às vezes o senso da integridade da parte amputada é tão real, que, se se distrai a atenção do operado, ele experimenta a sensação que o membro inexistente experimentaria, se ainda existisse. Que ali exista, com efeito, um membro em estado fluídico, pode deduzir-se do fato de os “sensitivo-videntes” afirmarem que o vêem. Lembrei a esse propósito o interessante caso narrado pelo Dr. Kérner, no famoso livro sobre a “Vidente de Prevost”, em que esta, quando topava com uma pessoa a quem faltava um membro, via sempre o membro inexistente, ligado ao corpo em forma fluídica. No mesmo trabalho, também referi um caso recente em que o membro que faltava fora engenhosamente fotografado por meio de um “espectroscópio” que projetava o feixe luminoso sobre um anteparo em que apareceram, não apenas traços, porém formas de mãos e outros membros fluídicos.

Como se vê, mediante estas últimas experiências, achamo-nos em presença de provas de fato, demonstrativas da existência real, sob forma fluídica, de membros amputados, os quais, entretanto – conforme se verifica pelas sensações que experimentam os próprios amputados –, “se vão gradativamente encurtando e aproximando do coto, até ao momento em que desaparecem dentro da cicatriz”, “qual sombra que penetra no corpo”, segundo a feliz expressão de um deles. Nenhuma dúvida há, portanto, de que os fenômenos de “sensação de integridade” nos amputados contribuem admiravelmente para demonstrar a existência de um “corpo etéreo” imanente no “corpo somático”, donde a importância que assumem os aludidos fenômenos para a demonstração científica da existência e sobrevivência do espírito humano.

Em seguida aos casos dessa natureza, são considerados, na monografia a que me reporto, os casos afins de “desdobramento incipiente”, nos atacados de hemiplegia, os quais, por vezes,

percebem, do lado paralítico, uma secção longitudinal do seu próprio fantasma e afirmam que essa secção goza da integridade sensória que lhes falta a eles. (É este um fato que se não pode explicar por meio da teoria “cinestésica” do Dr. Sollier, porquanto, nos ataques de hemiplegia, longe de deparar-se com uma *exageração* do senso cinestésico, há *supressão* deste sentido).

Seguem-se os casos de desdobramento “autoscópico”, em que o paciente percebe o seu próprio fantasma, conservando, porém, plena consciência de si mesmo. A esse respeito, demonstrei que, se a hipótese “psicopática”, formulada pelo Dr. Sollier, para dar uma explicação do conjunto dos fatos, podia considerar-se legítima antes do surto das pesquisas metapsíquica, agora já não é assim, porquanto, do mesmo modo que as pesquisas sobre a “telepatia” demonstram que nem todas as alucinações são falsas, também as pesquisas sobre os fenômenos de “bilocação” demonstram que nem todos os episódios de “autoscopia” são psicóticos.

Passei daí a analisar casos em que a consciência do paciente se transfere para o fantasma, que se vê a si mesmo diante do seu corpo exânime, casos altamente sugestivos, em que já se esboçam as faculdades de natureza supranormal.

Depois, analisei outros setores importantes dos fenômenos de “bilocação”, aqueles em que o desdobramento se dá por ocasião do sono natural, do sono provocado, do delírio, da narcose, do coma e, sucessivamente, os casos em que o fantasma desdobrado de um vivo, durante o sono, é visto por terceiros, para, afinal, chegar aos casos em que o fenômeno de “desdobramento fluídico” se produz no leito de morte. Esta última categoria de manifestações é a mais importante de todas e, num dos casos que citei, o fenômeno foi constantemente observado durante muito tempo por uma enfermeira vidente, ao passo que com freqüência é observado coletivamente por todos os presentes e também por muitas das pessoas que acorrem à cabeceira de um moribundo. Por fim, relatei episódios em que os presentes observam o fenômeno em todas as suas fases evolutivas, até à reprodução perfeita de um simulacro do “corpo somático” do moribundo, simulacro esse não só animado e vivo, como assistido por entidades de

defuntos, que aparentemente intervêm, para tal efeito, junto daquele que está a morrer.

Com referência a estes últimos e importantíssimos fenômenos de “desdobramento fluídico no leito de morte”, muito insisti justamente sobre a particularidade teoricamente resolutive de que todos os videntes, qualquer que seja o povo a que pertençam – civilizado, bárbaro, selvagem –, descrevem o desenvolvimento do fenômeno em termos substancialmente idênticos, o que demonstra que eles, os videntes, descrevem um fenômeno positivamente objetivo, pois, a não ser assim, possível não seria que coincidissem as descrições de todos com relação às mesmas fases do fenômeno, no qual há pormenores tão novos e inimaginados que, dentro da hipótese alucinatória, de certo não se reproduziriam idênticos em todos os alucinados. A esse propósito, citei o seguinte caso concernente a tribos selvagens, narrado por um missionário que regressara do arquipélago de Taiti (Polinésia). Escreveu ele:

“... Eles crêem que, no momento da morte, a alma se concentra na cabeça, a fim de aí sofrer um lento e gradual processo de reabsorção em Deus, de quem ela emanaria... Curioso e interessante o fato dos taitianos acreditarem na saída de uma substância real que tomaria a forma humana e o crêem por fé nalguns deles dotados de clarividência, os quais afirmam que, apenas o moribundo deixa de respirar, se lhe desprende da cabeça um vapor que se condensa pouco acima, a pequena distância do corpo, e permanece ligado a este por uma espécie de cordão formado da mesma matéria. Essas substâncias – afirmam eles – aumenta rápido de volume e ao mesmo tempo se torna semelhante ao corpo donde emana. Quando, afinal, este último fica gélido e inerte, dissolve-se o cordão que a ele prendia a alma e esta, libertada, voa para o alto, aparentemente assistida por mensageiros invisíveis...” (*The Metaphysical Magazine*, outubro de 1896).

Temos aqui uma descrição que corresponde, nos mínimos detalhes, às dos videntes modernos. Diante disso não parece lógico, nem sério pretender-se explicar tão impressionantes concordân-

cias por meio da hipótese das “coincidências fortuitas”. Por outro lado, como os taitianos não podem ter ido buscar suas crenças junto aos povos civilizados, nem estes tão-pouco podem haver tirado as suas das dos taitianos, forçoso será reconhecer que de tais concordâncias ressalta uma valiosíssima presunção em apoio da objetividade do fenômeno, que os videntes de todas as épocas não assinalado, no seio de todos os povos.

Como já se disse, os fenômenos de “bilocação”, em geral, mas, sobretudo, aqueles em que a consciência que de si mesmo tem o indivíduo é transferida para o seu fantasma, se produzem em múltiplas graduações, durante os estados de diminuição vital das pessoas, quais são os de sono fisiológico e do sono produzido pela absorção de substâncias anestésicas, as fases sonambúlico-hipnóticas, o delíquio, o coma, as crises de convalescença, de esgotamento nervoso, de abatimento moral. Raramente se dá em condições fisiológicas e psicologicamente normais, caso em que só se produzem estando o corpo em absoluto repouso, porém muito especialmente no período que precede ou sucede ao sono. Nestas últimas circunstâncias, o sentido do desdobramento é mais ou menos vago, impreciso e de curtíssima duração.

Entre as mais notáveis características dos casos em questão, uma das que se destacam parece consistir no fato de que, se o “fantasma desdobrado” perambula à distância, quase sempre ocorrem incidentes vários, de percepções verídicas de coisas ou situações longínquas (lucidez, telestesia), o que também se verifica algumas vezes nos casos em que o fantasma desdobrado não se afasta do seu corpo.

Psicologicamente falando, merece profundamente meditado o fato de o indivíduo sentir que existe pessoalmente, na plenitude das suas faculdades sensientes e conscientes, fora do corpo e defronte do corpo. Trata-se de um sentimento dificilmente redutível a fórmulas elucidativas, deduzidas da psicologia universitária. Porque – veja-se bem – o fenômeno difere radicalmente dos de “autoscopia”, em que o *Eu* pessoal consciente, permanecendo com sede no organismo, divisa, à distância, o seu próprio fantasma, fenômeno esse análogo a outros citados nas obras de patologia mental e, a rigor, redutível a um fato de

alucinação pura e simples. Aqui, ao contrário, nos achamos em presença do fenômeno inverso, constituindo caso especial que não deixa cabimento algum para a hipótese alucinatória, dado que, do ponto de vista psicológico, há um abismo insuperável entre a sensação de alguém *ver o seu próprio “duplo”* e a de *achar-se consciente fora do corpo, alheio ao corpo, defronte do corpo*.

Se é certo que, combinando-se a hipótese alucinatória com a da “desagregação psíquica”, conseguem-se resolver complexos problemas psicológicos, quais os das “personalidades múltiplas”, isto não implica que, mediante a mesma combinação e com os postulados da psicologia, se chegue, ainda que de longe, a explicar o sentimento acima indicado, o qual, repito, é coisa muito diversa, visto que os fenômenos das personalidades múltiplas, quer simultâneas, quer alternadas, *têm sua sede no corpo e não fora do corpo*, diferença que, psicologicamente, assume enorme importância, denotando que, neste último caso, se encontra em jogo o *sentimento do ser*, que é o mesmo que dizer um estado de consciência primordial e irreduzível, fundamento de todos os estados de consciência, do qual ninguém pode duvidar sem pôr em dúvida também a nossa existência e sem renunciar, por conseguinte, a todo conhecimento e a toda ciência, sentimento que se impõe à razão como realidade apodítica e que psicologicamente adquire valor de imperativo categórico.

*

Agora, desejando proceder à escolha de algum episódio com o qual ilustre as considerações expendidas, encontro-me num curioso embaraço, não devido à deficiência, mas à superabundância de casos importantes a citar. Vem daí que os primeiros dois casos que me limito a referir não os escolhi porque apresentem especial valor intrínseco, mas porque me facultarão ensejo de discutir algumas objeções que formulou, sobre o tema, um homem de ciência competentíssimo noutros ramos da metapsíquica.

Este primeiro caso tiro-o do *Journal of the S. P. R.* (1929, pág. 126). É um episódio da Grande Guerra. O próprio protago-

nista o comunicou ao professor Oliver Lodge que, a seu turno, o transmitiu à direção daquele órgão.

Narra-o assim o protagonista:

“... Deixamos Monchiet à tarde e, depois de horrível marcha por uma estrada em que se escorregava continuamente, pois não havia um palmo de terreno que não fosse lama misturada a neve derretida, chegamos a Beaumetz, já noite. Brevíssima parada e de novo em marcha para Wailly, uma linha de fogo. Aí penetramos numa trincheira de comunicação, patinhando na água lodosa. Era comprida de uma milha aquela trincheira e nos pareceu interminável. O lodo líquido nos chegava ao joelho, ao mesmo tempo em que um chuvisco gelado nos flagelava implacavelmente o rosto, enregelando-nos até aos ossos. Chegamos, afinal, à linha de fogo, onde substituímos um batalhão francês. Encontramo-nos na pior das trincheiras. Desde muitos meses, nenhuma reparação sofria. Em vários pontos estava desmoronada e não protegia ao fogo inimigo as nossas cabeças; achava-se por toda parte transformada numa gamela de estrume líquido. Eu e H. fomos imediatamente mandados a montar guarda. Estávamos tão extenuados, que nem para maldizer da sorte tínhamos forças. O corpo estava exausto, encharcado, regelado até à medula pelo chuvisco implacável que nos flagelava; morríamos de fome, sem qualquer espécie de alimento. Não tínhamos meio de acender fogo, nem marmittas para nos realentarmos, ao menos, com água quente. Nem uma polegada de terreno onde nos sentássemos, nem um palmo quadrado de parapeito atrás do qual fizéssemos calar a fome com uma cachimbada. H. e eu concordamos em reconhecer que jamais houvéramos crido possível que a tal extremo pudessem concentrar-se os sofrimentos inelegíveis a uma criatura humana. Entretanto já tínhamos conhecido não poucas noites de inaudito martírio.

Muitas horas transcorreram naquela horrenda situação, quando, de súbito, tudo mudou para mim. Tornei-me consciente, certissimamente consciente de achar-me fora do meu corpo. Comprovei que o meu *Eu* real, consciente, o es-

pírito – pouco importa o nome – se havia totalmente libertado do organismo corpóreo e, de fora deste, eu contemplava aquele mísero corpo vestido de cinza-verde, que era o meu, mas olhava-o com absoluta indiferença, pois que, embora cômico estivesse de que o aludido corpo me pertencia, já não havia laços que me prendessem ao seu martírio e o considerava como se de outrem. Sabia que ele havia de estar sofrendo de maneira horrível; porém eu, isto é, o espírito, não sentia coisa alguma.

Enquanto estive naquela condição de ser, o fato me parecia natural; só quando entrei de novo no corpo me convenci de que passara pela mais maravilhosa experiência da minha vida... Nada nunca poderá abalar a minha convicção íntima e profunda de que naquela noite de inferno o meu espírito se separou temporariamente do meu corpo...”

A propósito desta última declaração do infeliz protagonista de tão doloroso episódio, importa notar que, em face da minha classificação dos fenômenos de “bilocação”, se evidencia que todos quantos hão passado pela solene experiência aqui considerada guardam inabalável a convicção de terem assistido ao fato de seus espíritos se separarem dos respectivos corpos e, por conseguinte, conservam, também, inabalável, a certeza de que o espírito sobrevive à morte do corpo. Assim sendo, é natural se mostrem intolerantes para com as afirmativas negativistas dos representantes da ciência oficial, os quais, nunca tendo passado pela grande aventura de se reconhecerem a existir, com as suas personalidades conscientes, sensientes e inteligentes, fora de seus corpos, estranhos aos seus corpos, em presença de seus corpos, não se acham em condições de formar opinião justa do valor prático e positivo de uma convicção fundada em experiência de tal natureza.

*

O Dr. Eugênio Osty publicou e comentaram pela *Revue Metapsychique* (1930, págs. 191-193) três casos análogos em tudo ao precedente. Agora, porém, me limitarei a citar o que apresenta maior interesse, do ponto de vista em que me acho colocado.

Trata-se de um episódio cujo relato foi enviado ao professor Richet, pelo Sr. L. H. Hymans, em data de junho de 1928. Diz assim o relator:

“Julgo conveniente informá-lo de um fenômeno que se deu comigo duas vezes e que parece provar que a consciência pode funcionar independentemente do cérebro.

Duas vezes, em estado de plena consciência, vi distante de mim e inanimado o meu corpo, com a sensação precisa de que este, naquele momento, era um objeto exterior ao meu ser. Não pretendo tentar explicar como haja podido ver sem olhos. Apenas comprovo um fato.

Da primeira vez que este ocorreu, achava-me na cadeira de um dentista. Durante o período que passei sob a ação do clorofórmio, tive a sensação de haver despertado e estar flutuando no ar, próximo ao teto, de onde contemplava, com grande espanto, o dentista a cuidar da minha dentadura e a seu lado o cloroformizador a me vigiar. Via o meu corpo inanimado tão distintamente como qualquer dos objetos existentes no local. Durou poucos segundos esta experiência. Perdi a consciência e me achei de novo na cadeira completamente desperto, mas conservando nítida a impressão de tudo o que sucedera.

Da segunda vez, achava-me em Londres, numa hospedaria. Certa manhã, acordei adoentado (sofro de fraqueza do coração) e, pouco depois de haver despertado, tive uma síncope. Com grande espanto meu, achei-me suspenso no ar à altura do teto, donde contemplava, presa de terror, o meu corpo inanimado e de olhos fechados. Tentei, mas inutilmente, entrar de novo nele e me convenci de que devia estar morto. Pus-me a pensar na impressão que receberiam os donos da hospedaria, na dor dos meus parentes e no desgosto dos amigos. Perguntava a mim mesmo se ordenariam algum inquérito acerca da minha morte; porém, o que, sobretudo, me preocupava eram os meus negócios. É absolutamente certo que eu nada perdera da minha memória e da minha consciência. Via o meu corpo inanimado como um objeto à parte e contemplava tristemente o seu semblante,

que se tornara lívido. Verifiquei, no entanto, que não me fora possível sair do aposento; sentia-me, por assim dizer, acorrentado àquele lugar, imobilizado no canto onde me encontrava.

Transcorridas uma ou duas horas, percebi que batiam à porta (fechada à chave) e que batiam repetidamente, sem que eu pudesse dar sinal de vida. Pouco depois, vi aparecer na janela o porteiro da hospedaria, que ali subira por uma alta escada. Entrou no quarto, mirou-me ansiosamente o rosto e abriu a porta. Logo entraram o gerente e outros empregados da casa; em seguida, veio um médico e vi que me sacudia a cabeça; depois, inclinou-se por cima de mim, colocou o ouvido sobre o meu coração e por fim me introduziu na boca uma colher. Nesse instante perdi consciência de mim como espírito e despertei repentinamente na minha cama. É de notar-se que esse fato se prolongou por cerca de duas horas.”

A narrativa que se acaba de ler é muito interessante, principalmente o segundo episódio, em que se nos depara o fato nada comum de o indivíduo desdobrado permanecer assim, plenamente cômico de si, a observar tudo o que se passava ao redor do seu corpo, *durante duas horas consecutivas*. É uma circunstância esta teoricamente notabilíssima, porquanto elimina toda possibilidade de qualquer sofisma baseado na fugacidade das impressões desse gênero. Aí, o indivíduo desdobrado se conserva fora do corpo, com plena consciência do seu estado, por duas horas seguidas.

É também digna de nota a observação do protagonista, de não poder sair do quarto, como se estivesse acorrentado ali, indício manifesto de que, se ele não se apercebeu da existência de um cordão fluídico que o prendia ao corpo, por outro lado não lhe escaparam as conseqüências inevitáveis desse mesmo vínculo.

Observarei, finalmente, que ele, como tantos outros, tira, das suas próprias experiências, a lógica dedução de que a consciência pode funcionar independentemente do corpo.

Assinalado isso, passo a expor e comentar as conclusões a que chegou o Dr. Osty, com relação aos casos por ele publicados, conclusões que naturalmente encabeçam uma interpretação alucinatória dos ditos casos. Diz ele:

“Quem quer que *se ache bem decidido a não exorbitar dos limites da psicologia clássica* será levado a presumir que os nossos três visionários, durante a crise alucinatória em que *se viram a si mesmos*, tenham tido também uma percepção normal de tudo quanto lhes ocorria ao derredor, com a conseqüência de que a imaginação deles haja reunido num só bloco a alucinação e a realidade, conferindo ao todo uma homogeneidade aparente... É lícito, ao demais, perguntar se, em casos tais, não vem à baila também um fenômeno de visão telepática das pessoas e do ambiente, o que explicaria suceder que, à alucinação de *ver-se a si mesmo*, se junte o fenômeno supranormal da consciência de tudo o que acontece... Ainda outras explicações podem conceber-se, inclusive a que se deveria formular pela norma da psicologia clássica, isto é, que quando os fenômenos da *visão de si mesmo* chegam ao grau extremo alcançado nos episódios referidos, eles são apenas simples criações da imaginação, se bem que involuntárias, ou, por outras palavras, maravilhosas ilusões e nada mais.” (*Loc. cit.*, pág. 196-7).

Assim se pronunciou o Dr. Osty que, como todos sabem, é um poderoso e genial investigador das faculdades supranormais subconscientes e que tem contribuído, mais do que qualquer outro, para elucidar o formidável problema da clarividência no passado, no presente e no futuro. Dir-se-ia, entretanto, que, em se tratando de fenômenos de “bilocação”, ele já não se encontra em campo metapsíquico de sua competência. Noto que começa declarando que “quem quer que se ache bem decidido a não exorbitar dos limites da psicologia clássica” será levado a raciocinar conforme ele raciocina. Esse seu ponto de partida, conquanto imprudente e pouco ponderado, pede servir-lhe de atenuante para a invulgar superficialidade dos seus argumentos, todos inteiramente gratuitos, visto que, por um lado, são destituídos de qualquer base experimental que os justifique e, por outro lado,

não levam em consideração múltiplas circunstâncias de produção do fenômeno, o que torna insustentáveis e absurdos os ditos argumentos. Assim é por exemplo, no que concerne aos fantasmas “bilocados” no leito de morte e que são vistos simultaneamente ou sucessivamente por várias pessoas, assim como pelo que toca a outra circunstância, a das descrições pormenorizadas que os “videntes” fazem do fenômeno que observam, descrições que se verificam idênticas em todos os tempos e no seio de todos os povos: civilizados, bárbaros, selvagens.

Isto posto, dever-se-á reconhecer que, nos limites do misoneísmo que se impôs voluntariamente a si mesmo, ele outra coisa não podia fazer, senão argumentar aereamente, como o fez, o que não obsta a que um crítico lhe observe que, no tocante aos fenômenos de “bilocação”, ele raciocina à maneira de um psicólogo que, tudo ignorando de metapsíquica, emitisse juízo sobre os fenômenos telepáticos, classificando-os em massa como fenômenos alucinatorios. Em tal caso, o Dr. Osty certamente o declararia em erro, porquanto a metapsíquica demonstra que, a par das visões patológicas de fantasmas inexistentes, há visões verídicas de fantasmas de vivos, denominadas visões telepáticas. Entretanto, quando, a seu turno, o Dr. Osty se mete a discutir sobre os fenômenos de “bilocação”, dos quais nada sabe, comete a não pequena imprudência de incidir no mesmo erro, olvidando o preceito fundamental de qualquer pesquisa científica, segundo o qual não se deve pronunciar juízo sobre uma dada ordem de fenômenos, sem que primeiro se haja posto em prática um laborioso processo de análise comparada, que abranja toda a graduação fenomênica em que eles se produzem. Quer isto dizer que, no nosso caso, devera ter começado pelos casos da “sensação de integridade nos amputados”, para terminar pelos casos importantíssimos das “visões coletivas e sucessivas dos fantasmas desdobrados dos moribundos”. Em face dessas contingências, não teria, de certo, asseverado que os fenômenos em causa são explicáveis, nas suas múltiplas formas, pela teoria alucinatoria.

Noutros termos: o Dr. Osty repete o erro em que caiu o eminente Lavoisier, com relação aos aerólitos, sentenciando: “Não há pedras no céu; logo, do céu não podem cair pedras.”

Repete o erro em que caiu o eminente filósofo Herbert Spencer, acerca da telepatia, quando disse: “Assim como não podem existir fantasmas de chapéus e de bengalas, é claro e indubitável que os chamados fantasmas telepáticos são, em massa, alucinações patológicas.”

O Dr. Osty, por sua vez, conclui, em substância, deste modo: “Assim como não podem existir fenômenos de “bilocação”, porque estariam em desacordo com a psicologia clássica, é claro e indubitável que as chamadas “visões de si mesmo” são, em massa, alucinações patológicas.”

O que, entretanto, é claro e indubitável, para quem quer que não tenha a mente obnubilada por preconceitos de escola, é que a classificação que publiquei dos casos dessa natureza basta para demonstrar, com fundamento nos fatos, que os fenômenos de “bilocação” existem, da mesma forma que no céu existiam pedras e que na Terra aparecem fantasmas telepáticos. Segue-se que o Dr. Osty devera reconhecer que cometeu solene imprudência, exprimindo-se como o fez, tal qual as duas eminentes personagens mencionadas acima.

*

Constrangido pelos limites do espaço, citarei um só exemplo em que o fantasma desdobrado começa a exercitar as faculdades de tipo supranormal.

Meu amigo, o engenheiro José Costa, em seu interessante livro *De lá da Vida* (pág. 18), narra o seguinte episódio com ele próprio ocorrido:

“... Era uma noite abafada de um tórrido junho, em que eu me preparava intensamente para os exames do liceu. Conquanto me achasse escudado por indômita vontade de resistir à fadiga opressiva que me trabalhava a mente, tive que me submeter, completamente extenuado, a uma imperiosa necessidade de repouso e atirei-me desmaiado, mais que adormecido, na cama, sem apagar a lâmpada de petróleo que continuou a arder sobre a mesinha de cabeceira. Provavelmente com um movimento brusco do braço, fiz que entre a cama e a mesinha caísse a lâmpada, que não se

havendo apagado, começou a desprender uma fumaça densa, por tempo suficiente a encher o quarto de negra nuvem de gás acre e pesado. A atmosfera se tornava cada vez mais irrespirável e, provavelmente, na manhã seguinte, o meu corpo seria achado exânime, se não se houvesse produzido singular fenômeno. Tive a sensação nítida e exata de achar-me, apenas com o meu *Eu* pensante, no meio do quarto, *separado completamente do corpo*, que continuava jazendo sobre a cama. Via, se é que posso dar essa denominação à sensação que eu experimentava, as coisas que me rodeavam como se uma irradiação visual atravessasse as moléculas dos objetos sobre os quais demorava a minha atenção, *como se a matéria se dissolvesse ao contacto do meu pensamento...*

Via o meu corpo perfeitamente reconhecível em todos os detalhes, no seu perfil, no semblante, mas com os feixes venosos e nervosos a vibrarem qual luminoso formigueiro... O quarto se achava na mais completa escuridão, pois que a chama da lâmpada caída não chegava a espalhar luz além da manga de vidro enegrecida. Eu, entretanto, via os objetos, ou, melhor, via-lhes os contornos quase fosforescentes a desvanecer-se, o mesmo acontecendo com as paredes, logo que sobre umas e outras se concentrava a minha atenção, deixando-me ver de igual maneira os objetos dos quartos contíguos. O meu *Eu* pensante carecia de peso, ou, antes, não sentia a impressão da força de gravidade e não tinha noção de volume ou de massa. Eu já não era um corpo, visto que o meu corpo jazia inerte em cima da cama: era como que a expressão tangível de um pensamento, de uma abstração, capaz de transferir-se para qualquer parte da Terra, do mar, do céu, mais rapidamente do que um relâmpago, no instante mesmo em que formulasse esse desejo e, por conseguinte, sem a noção de tempo, nem de espaço.

Se dissesse que eu me sentia livre, leve, etéreo, nem longinquamente exprimiria a sensação que experimentava naquele momento de ilimitada liberação. Mas, não era uma impressão agradável; eu me sentia como que presa de an-

gústia inexprimível, tendo a intuição de que só poderia fugir-lhe, tirando o meu corpo material da situação que o afligia. Quis, portanto, apanhar a lâmpada e abrir a janela; não conseguia, porém, efetuar a ação material que para isso era necessária, como não conseguia mover os membros do meu corpo, que me parecia só poder movimentar-se ao sopro da minha vontade espiritual. Pensei então em minha mãe, que dormia no quarto ao lado. Vi-a perfeitamente através da parede que separava os dois aposentos, a repousar tranquilamente na sua cama. Mas, o seu corpo, ao contrário do meu, parecia irradiar uma luminosidade, uma fosforescência luminosa. Afigurou-se-me não ser preciso nenhum esforço para fazê-la aproximar-se do meu corpo. Logo a vi descer precipitadamente da cama, correr para a janela e abri-la, como se agisse sob o influxo do último pensamento que eu concebera antes de chamá-la; vi-a sair em seguida do quarto, andar pelo corredor, entrar pela porta do meu aposento e aproximar-se, tateando, do meu corpo, com os olhos fechados. Parece-me que o seu contacto teve a faculdade de fazer que o meu *Eu* espiritual entrasse novamente no corpo. Achei-me desperto, com a garganta seca, as têmporas a me martelarem, a respiração opressa e o coração como a querer escapar-se-me do peito.

Posso afirmar ao leitor que, até àquele momento, eu nada lera, nem ouvira falar acerca das teorias espíritas, dos fenômenos de “bilocação”, dos desdobramentos da alma e do corpo. Eram-me completamente desconhecidas as experimentações mediúnicas e as sessões de Espiritismo: posso, portanto, afastar, em absoluto, a idéia de que se tratasse de um fenômeno de sugestão. Tão-pouco podia tratar-se de um sonho, dada a enorme diferença entre as sensações que sobrevivem na recordação das imagens que o sonho desperta e as sensações, extremamente dessemelhantes, quanto à impressão que produzem, experimentadas por mim naquele instante. Com efeito, não se me deparava em tais recordações aquela nebulosidade, aquela indistinta sensação de quimera e de realidade que revestem as impressões do so-

inho. Antes, *eu jamais tivera a sensação de existir de modo tão real, como no momento em que me senti separado do corpo*. Interrogada por mim pouco depois do acontecido, minha mãe confirmou que primeiro abrira a janela do seu quarto, como se ela própria se sentisse sufocada, antes de correr em meu auxílio. Ora, o fato de *eu ter visto aquele seu gesto através das paredes, permanecendo inanimado o meu corpo na cama*, exclui, sem mais, a hipótese da alucinação ou do incubo durante um sono sobrevindo em excepcionais circunstâncias fisiológicas.

Excluídas, portanto, as hipóteses da sugestão, do sonho, da alucinação e do incubo, não me restava outra dedução lógica, senão supor que o meu *Eu* pensante houvesse agido fora do corpo e que, nessas condições, dotado de faculdades transcendentais, houvesse podido ver o que estava do outro lado das paredes e reclamar para o meu corpo a assistência de minha mãe, a fim de que me socorresse. Terei tido, nesse caso, a mais evidente prova de que *minha alma se destacara do corpo durante a sua existência corpórea*. Terei tido, em suma, a prova da existência da alma e também da sua imortalidade, pois que, se era exato que ela se libertara por efeito de circunstâncias especiais, do invólucro material do corpo, agindo e pensando fora deste, com mais forte razão deverá achar-se, pela morte, na plenitude da sua liberdade e livre de qualquer vínculo que a prenda à matéria.”

É particularmente interessante este episódio, porquanto o protagonista, meu amigo, é pessoa muitíssimo culta e, também, verdadeiro homem de ciência, de modo que logrou descrever minuciosamente suas próprias impressões, com rara penetração analítica, apresentando aos estudiosos um quadro completo e altamente sugestivo das sensações que experimentou na fase de desdobramento. Reveste-se de inegável valor metapsíquico cada um dos períodos por que passou e que descreveu, a começar da observação de que a sua visão espiritual “penetrava através das moléculas dos objetos, como se a matéria se dissolvesse ao contacto do seu pensamento”, tornando-lhe evidente o que

significam as hodiernas descobertas científicas acerca da “imaterialidade da matéria”.

Notável igualmente o fenômeno de “aloscopia”, por virtude do qual ele via, à distância, no interior do seu corpo, “os feixes nervosos a vibrarem como um formigueiro luminoso”. É de notar-se também que, tendo visto, através da parede, sua mãe a dormir, ele faz ressaltar uma circunstância interessante, a de que do corpo dela emanava uma “fosforescência radiosa”, ao passo que o seu corpo não irradiava coisa alguma, evidentemente porque a vitalidade e o espírito o haviam momentaneamente abandonado. Importa, finalmente, notar a eficácia sugestiva da sensação, que ele experimentou, de “estar livre, leve, etéreo, qual a expressão tangível de um pensamento, de uma abstração, capaz de transferir-se para qualquer parte da Terra, do mar, do céu, mais rapidamente do que o relâmpago, por ato da própria vontade”.

Doutro ponto de vista, cumpre acentuar o fato de haver ele chegado a “telepatizar” o seu próprio pensamento para sua mãe, de maneira a despertá-la e conseguir que viesse em seu socorro, salvando-se assim de uma morte certa.

Observarei, por último, que, neste caso, como em tantos outros, o que ocorreu leva o protagonista à convicção inabalável de ter assistido “ao fato de a sua alma destacar-se do seu corpo”, e o leva a adquirir a certeza da existência e sobrevivência do espírito humano. Essa concordância de opiniões é a tal ponto racional e legítima, que se nos afigura ocioso assinalá-la de novo. Todavia, cumpre insistir nisso, em vista do grande número dos que negam, de boa fé, a sobrevivência e em vista, sobretudo, da eficácia que adquire a opinião cumulativa daqueles que, por haverem assistido ao ato de seus espíritos se separarem dos respectivos corpos, são, no fundo, os únicos competentes para julgar do fenômeno, o que não se dá com os cientistas que das suas cátedras sentenciam gratuitamente que se deve considerar tudo isso um conjunto de objetivações alucinatórias, determinadas por perturbações da cinestesia.

Sempre atento em não exorbitar da índole deste trabalho, que é fazer uma síntese das minhas pesquisas no campo do Animismo, deixo de referir casos em que terceiros percebem o fantasma desdobrado, de um vivo adormecido, a perambular em outros sítios, à guisa dos fantasmas “molestadores”. Deixo de fazê-lo, porque o valor teórico de tais casos ainda se apresenta discutível, uma vez que eles se podem explicar, mais ou menos verossimilmente, pela hipótese telepática, se bem existam casos em que se verificam particularidades inconciliáveis com essa hipótese. Mas, discuti-las nos levaria longe, quando para a tese aqui considerada não se faz mister nos socorrarmos dos casos de tal natureza.

Passo, pois, a citar um de outra categoria, que é mesmo a que reúne maior número dos de “bilocação”, sendo também, ao mesmo tempo, a mais importante, pois que se constitui dos fenômenos de “desdobramento no leito de morte”, observados por *sensitivos* e, freqüentemente, por pessoas que não se podem considerar tais. Como já fiz notar, todos descrevem as mesmas fases na produção do fenômeno, embora a maioria dos percipientes nunca se haja ocupado com as pesquisas psíquicas e ignore que fatos análogos outros têm observado. Esta circunstância já constitui por si só uma ótima presunção a favor da realidade objetiva dos fenômenos observados, sobretudo se se ponderar que certas particularidades complexas, assim como dificilmente imagináveis, peculiares à produção dos fenômenos em questão, não poderiam explicar-se pela hipótese das “coincidências fortuitas”, apresentando-se estas idênticas centenas de vezes. Acrescente-se, ao demais, que bom número de casos desse gênero foram observados coletiva e sucessivamente por diversas pessoas, o que concorre eficazmente para lhes demonstrar a natureza positivamente objetiva.

Referirei, em primeiro lugar, um caso que figura num grupo de outros em os quais o “desdobramento” é incipiente e rudimentar, observado coletiva e sucessivamente por várias pessoas, circunstância que assume alto valor probante no sentido da objetividade do fenômeno. Faço notar que são sumamente instrutivos os casos dessa ordem, porquanto representam a fase inicial

dos fenômenos de “bilocação no leito de morte”, pelos quais se assiste à saída de uma substância fluídica, em estado de difusão, do “corpo carnal”, substância que, depois de repetidas flutuações, motivadas por sua reabsorção parcial pelo organismo durante algum tempo (em correspondência com as flutuações da vitalidade no enfermo), acaba por integrar-se, em sobrevindo o momento extremo, num “corpo etéreo, vivo e animado”.

Decorre daí que os casos apenas incipientes não revestem menor importância do que os outros em que o desdobramento é completo, uma vez que aqueles servem para instruir com relação às fases iniciais da produção do grandioso fenômeno, na hora suprema da libertação do “corpo etéreo”. Bem se compreende que, para lhes realçar toda a importância e extrair deles os devidos ensinamentos, seria necessário analisar e comparar bom número de casos, que aqui não me é possível reproduzir.

O episódio que se segue, no qual foram oito os percipientes, foi publicado pela *Light* (1922, pág. 182).

Miss Dorothy Monk enviou ao diretor dessa revista, Sr. David Gaw, o seguinte relato do que ocorreu junto ao leito de morte de sua mãe, falecida a 2 de janeiro daquele ano.

“No nosso ambiente familiar, fomos testemunhas de extraordinário fenômeno, junto ao leito de morte da minha adorada mãe, que faleceu a 2 de janeiro. O fenômeno impressionou-nos grandemente a todos, pelo que peço sobre ele esclarecimentos à vossa experiência.

Após longa enfermidade, agravada por um ataque de influenza gástrica, minha mãe veio a morrer de fraqueza do coração... No seu último dia de vida, mostrou-se em penosa agitação e, à medida que a noite avançava, repetia os nomes de seu pai, de sua mãe, de suas três irmãs e também o de um meu irmãozinho, que morrera antes de eu nascer... Ficamos a velá-la a noite inteira e éramos oito: meu pai, um irmão e seis irmãs... Ao anoitecer, começamos a divisar brilhantes luzes azuladas a vagar pelo quarto, as quais com frequência se aproximavam da enferma. Víamo-las durante alguns segundos apenas e, quase sempre, éramos duas a vê-

las. Eu observava atentamente o fato e, por três vezes em quatro, verifiquei que, quando via uma delas ao lado de minha mãe, esta se agitava e tentava falar; mas, já não se achava em condições de poder fazê-lo. Mais tarde, eu e três de minhas irmãs percebemos simultaneamente uma luminosidade azul-malva pairando sobre o corpo da doente, luminosidade que se foi intensificando gradualmente até se transformar em brilhante cor purpúrea, tão densa que quase impedia se visse o rosto da moribunda. E essa luminosidade se difundia por todo o leito como névoa purpurina, revelando-se mais densa entre as pregas do cobertor. Uma ou duas vezes minha mãe moveu os braços e a luminosidade colorida lhe acompanhou o movimento.

Tão maravilhoso nos pareceu o espetáculo, que chamamos as duas irmãs que se achavam ausentes, para verificarmos se elas, a seu turno, observariam o fenômeno. Com efeito, assim foi. Uma delas viu passar entre duas cadeiras uma coluna cinzenta, alta de três pés, e deslizar para baixo do leito. Eu me achava sentada naquele ponto, porém nada vi. No momento, também estava presente uma velha amiga da mamãe, a qual disse que não via a nebulosidade purpúrea, concluindo daí que os nossos olhos, cansados da longa vigília, necessitavam de repouso. Chamamos a atenção para as brilhantes luminosidades circulares que então pairavam sobre os travesseiros e ela declarou que as via, mas ponderou que, provavelmente, eram reflexos do fogo da lareira, ou da chama do gás. Pusemos imediatamente um anteparo contra as duas fontes de luz e os círculos permaneceram. Ela então percorreu o quarto virando contra as paredes os quadros e fotografias emolduradas e cobrindo o espelho, sem que qualquer alteração se produzisse. As luzes continuaram a brilhar. Colocou, finalmente, as mãos sobre os círculos luminosos, sem conseguir obscurecer em nada. Feita esta última prova, sentou-se e não pronunciou mais uma palavra.

Depois, já noite fechada, as duas irmãs que antes tinham visto a coluna acinzentada simultaneamente se voltaram pa-

ra aquele lado e exclamaram que a viam de novo. Ainda dessa vez, eu nada vi. Elas, porém, a tinham visto indubitavelmente, pois que as suas descrições combinavam em todos os pontos. A irmã que primeiro a observara via agora uma grande luz azul, de forma globular, pousada sobre a cabeça da mamãe, porém nenhuma outra das pessoas presentes a via. Acrescentou ela que no interior da dita luz notava uma vibração intensa; depois, anunciou que a luz se tornara vivamente purpúrea; finalmente, que se dissipara.

Pelas sete horas, a enferma, em estado de coma, abriu a boca e, desde esse momento, todos observamos uma nuvem branca a formar-se sobre a sua cabeça, alongando-se até ao espaldar do leito. Saía da cabeça, porém se condensava mais fortemente do lado oposto da cama. Permanecia suspensa no ar, como densa nuvem de fumo branco, parecendo às vezes tão opaca, que impedia de ver-se o espaldar do leito. Entretanto, variava continuamente de densidade, chegando a ponto de não percebermos o menor movimento naquela nuvenzinha. Estavam comigo minhas cinco irmãs e todas contemplávamos o extraordinário fenómeno. Chegaram, afinal, meu irmão e meu cunhado, os quais, a seu turno, observaram o que estávamos vendo. Uma luminosidade de cor azul listrava o ambiente e dela, de quando em quando, se desprendiam vivas centelhas de luz azulada.

Observamos que a mandíbula inferior da moribunda continuara a abrir-se lentamente. Por algumas horas não houve alterações notáveis no fenómeno, exceto a formação de uma auréola de raios luminosos amarelados em torno da cabeça da moribunda. Contamos sete desses raios, cujo comprimento variava de contínuo, estendendo-se de doze a vinte polegadas. Por volta da meia-noite, tudo se dissipou, conquanto a mamãe só tenha morrido pouco depois das sete da manhã. As seis e um quarto dessa mesma manhã, uma de minhas irmãs, que repousava noutra quarto, ouviu uma voz que lhe sussurrou: “Mais uma hora de vida! Mais uma hora!” Ela se levantou impressionada e foi assistir aos últimos instantes da mamãe que, efetivamente, exalou o último sus-

piro uma hora e dois minutos depois que minha irmã ouvira a voz premonitória... Rendemos graças a Deus, por haver permitido observássemos a partida de uma alma, tirando às nossas lágrimas a amargura de um adeus para sempre.”

Assinado: Dorothy Monk.

Não há quem não veja quão importante e sugestivo é o episódio acima, assim do ponto de vista metapsíquico, como do espiritualista, tanto mais que, pelo lado probante, ele se revela invulnerável, por ser de data recentíssima, ter sido relatado de pronto pelos percipientes e haver ido o diretor do *Light*, Sr. David Gaw, à casa da relatora para discutir com as testemunhas dos fatos e haver trazido de lá as melhores impressões relativamente à capacidade de observação dos oito percipientes, que ainda se encontravam sob a impressão inapagável de que presenciaram a partida de uma alma.

Do ponto de vista das complexas manifestações produzidas, nenhuma dúvida pode subsistir, dado que a fase final das mesmas manifestações, a mais importante, foi coletivamente observada por todos os presentes.

As outras manifestações, anteriores e variadas, foram, a seu turno, percebidas também coletivamente, conquanto nem sempre por todos, sendo que duas dentre elas resultaram decisivamente “eletivas”. Quer isto dizer que as manifestações coletivamente observadas eram emanações “ectoplásmicas”, pelo que visíveis a olhos normais, ao passo que a aparição de uma coluna como de fumaça acinzentada, perceptível apenas a duas pessoas, e o globo luminoso, perceptível a uma só pessoa, eram de natureza qualitativamente diversa e, por conseguinte, perceptíveis unicamente a olhos de *sensitivos*. Nessa conformidade, dever-se-á inferir que o fenômeno da coluna fumosa, alta de três pés, e o de um globo luminoso a pairar sobre a cabeça da moribunda representariam a exteriorização incipiente do “corpo etéreo” e do “corpo mental” da enferma, ainda não integrados e fundidos num só fantasma.

A este propósito, farei notar que nas minhas classificações estão registrados alguns casos em que, no momento da morte, os assistentes viram sair da cabeça do moribundo um “globo lumi-

noso” que, elevando-se rapidamente, desapareceria através do forro do aposento, sendo por demais sabido que o Dr. Baraduc conseguiu fotografar análoga aparição de um globo luminoso, ao morrer sua própria esposa.

De outro ponto de vista, observarei que as brilhantes luzes azuladas que vagavam pelo quarto e se aproximavam com frequência da moribunda, mostrando esta ter consciência delas pelo agitar-se e esforçar-se para falar, eram presumivelmente de origem exterior. Quer dizer que aquilo que para as *sensitivas* videntes eram brilhantes luzes azuladas, para a moribunda eram as formas espirituais de seus parentes defuntos, o que explica a circunstância de estar ela a proferir insistentemente os nomes de seu pai, de sua mãe, de suas irmãs e de um filhinho seu, morto pouco depois de haver nascido, ao mesmo tempo em que se presta a explicar o outro incidente ocorrido com uma irmã da narradora, a qual ouviu uma voz a lhe sussurrar o verídico aviso: “Ainda uma hora de vida! Ainda uma hora!”

É de notar-se que essa interpretação da verdadeira natureza das luzes azuladas que vagavam concorda com o que sucedia a William Stainton Moses, para quem, médium que era, aquilo que os experimentadores viam como colunas luminosas a deslocar-se pelo quarto representava as formas espirituais, perfeitamente contornadas, dos seus *espíritos-guia*.

Restaria abater uma dúvida concernente à fase final das manifestações observadas, fase em que a exteriorização fluídica, depois de levar cinco horas seguidas a desenvolver-se, desapareceu instantaneamente, havendo, no entanto, o enfermo vivido mais sete horas. Por que o fenômeno não se conservou perceptível até ao instante da morte? – Parece-me que a esse respeito eu poderia reportar-me a tudo quanto ponderei anteriormente acerca da probabilidade das manifestações dessa natureza somente serem perceptíveis a olhos normais quando, a par da essência sublimada do “corpo etéreo” em via de exteriorizar-se, emanem do “corpo somático” fluidos de ordem física (ectoplasma). Nesse caso, deverá inferir-se que o fato de o fenômeno cessar sete horas antes da morte da enferma se explica pela suposição de que, com a total emersão do “corpo etéreo”, cessou a irradiação

de fluidos vitais, donde a desapareição do fenômeno para olhos normais, embora, plenamente constituído e a sobrepairar o “corpo somático”, o “corpo etéreo” tenha assim permanecido, mas perceptível somente a olhos de *sensitivos* ou de *médiuns*.

Como quer que seja, as dúvidas relativas às modalidades sob as quais se produzem os fenômenos de “bilocação” nada têm de comum com a questão vertente sobre a realidade objetiva dos mesmos fenômenos. Desde que se classifiquem, analisem, comparem todas as várias modalidades sob as quais se operam os fenômenos em apreço, a começar do fenômeno eloquentíssimo das “sensações de integridade nos amputados”, para terminar nos casos dos videntes que presenciam a reintegração e o desaparecimento de um “corpo etéreo” perfeito, vitalizado e animado; assistido, ao demais, por entidades de defuntos que aparentemente intervêm para esse fim, junto ao leito dos moribundos: desde que – digo – se tenha a agudeza científica de julgar com base no conjunto dos fatos, as dúvidas que restem perdem todo valor teórico, em sentido neutralizante, pelo que se é levado a deduzir, com o apoio dos fatos, que já se conhece o bastante, com referência aos fenômenos de “bilocação”, para se poder concluir, sem receio de errar, que eles são, por si sós, suficientes a demonstrar experimentalmente a existência e a sobrevivência do espírito humano.

Nessas condições, o caso acima considerado é de molde a oferecer matéria para reflexões profundas, não só aos cultores das pesquisas psíquicas, como também aos psicólogos, aos fisiólogos e aos filósofos. Em verdade, quem quer que leia o relato do episódio que estamos apreciando e possua cultura no assunto e senso filosófico bastante para haver sentido alguma vez a imperiosa necessidade de meditar sobre o mistério do ser, não poderá deixar de deter-se a refletir acerca do raio de luz que os fenômenos aqui apreciados projetam sobre as trevas que envolvem o destino humano. Em suma, quem quer que possua um intelecto imune de preconceitos de escola não poderá deixar de reconhecer que tem diante de si fatos verificados, que prometem fornecer-nos, em futuro não distante, a “chave” que permita se decifre o grande enigma. Dia virá em que todos o compreen-

derão e nesse dia terá começo um novo ciclo glorioso para a evolução social, moral e espiritual do gênero humano.

*

Baseado em tudo quanto aduzi com relação ao caso que vem de ser exposto, em que todas as pessoas presentes perceberam coletivamente as fases finais de um fenômeno de “bilocação incipiente”, coisa que é de presumir-se, porquanto o processo de exteriorização do “corpo etéreo” foi acompanhado de emissões de fluidos vitais perceptíveis a olhos normais, é de inferir-se que há de ser extremamente raro o *perceber-se, de modo coletivo*, o “corpo etéreo” *plenamente constituído, vivo, animado* e, também, *depurado de qualquer emanção ectoplasmática*. Assim é com efeito. Nas minhas classificações apenas se encontram quatro casos desse gênero, observados simultaneamente por duas ou três pessoas; mas nestes, dado o exíguo número dos percipientes, poder-se-ia presumir que todos eram *sensitivos*. Ao demais, são casos esses dos quais prefiro não me valer para este trabalho de síntese, por se tratar de narrações feitas com insuficiência de dados.

Decido-me, pois, a referir um em que houve percepção coletiva de um fenômeno de “bilocação” ocorrido alguns dias antes da morte do enfermo. Trata-se ainda de um fenômeno de “desdobramento” espontâneo e transitório de pessoa viva e não da emissão final dessas emanções vitalizantes do organismo humano, que concorrem para a exteriorização permanente do “corpo etéreo”.

Há uma diferença entre as duas ordens de fenômenos, porém, no fundo, essa diferença é mais teórica do que prática.

Este caso tiro-o dos *Annales des Sciences Psychiques* (1891, pág. 193-203). É um episódio que nada deixa a desejar do ponto de vista da documentação. Foram três os percipientes e cada um fez o seu relato em separado dos outros. Limito-me a reproduzir o do principal dentre eles, o doutor em medicina Isnard, amigo pessoal do Dr. Dariex, diretor daquela revista. Ei-lo:

“Corria o ano de 1878 e eu morava em companhia de minha mãe e de duas irmãs, à rua Jacob, 28.

Gravemente enferma, minha mãe se achava de cama, havia quatro meses. Na noite de 9 de maio, sentindo-se um tanto melhor, manifestou o desejo de assistir, da cama, à ceia da família. Chegou um amigo – o senhor Menon – que aceitou o convite para cear conosco...

O tempo estava brumoso e absolutamente calma a atmosfera. Sentamo-nos à mesa por volta das 21:30 horas, a conversar sobre os assuntos do dia, com ânimo isento de qualquer preocupação, tanto mais quanto nossa mãe dissera sentir-se bem. Afinal, como, ao que parece, a nossa conversação animada a estivesse fatigando, pediu fechássemos a porta, pois desejava repousar. Encostamos as duas folhas da porta e continuamos a conversar em voz baixa.

De súbito, a porta do corredor se abriu, ao mesmo tempo em que as duas folhas da porta do quarto de minha mãe bateram com estrondo uma contra a outra, para em seguida escancarar-se, fazendo-se então ouvir o lamentoso uivar de um vento inexistente. Fiquei estupefato: um golpe de vento com todas as janelas fechadas? Como explicar isso? Olhei para o aposento de minha mãe e dei com um fantasma à sua entrada, enquadrado nas cortinas que guarneciam a porta. Era a sombra de uma mulher baixa, curvada, com a cabeça pendida, o braço cruzado no peito. Um como véu cinzento e espesso lhe cobria o rosto. Dir-se-ia uma monja. Avançou lentamente pela sala, deslizando sobre o assoalho e conservando sempre a mesma atitude. Não se lhe podia, porém, distinguir o semblante. Passou a meu lado, dirigindo-se para a outra porta e penetrou no corredor, em cuja penumbra desapareceu. Outro golpe de vento se produziu, fechando ambas as portas. Breve tempo durara o fenômeno.

O que então experimentei não foi medo, mas uma sensação de solene perplexidade, partilhada pelos demais. Os três viram o mesmo fantasma, mas ninguém ousava abrir a boca. Minha irmã parecia muito impressionada e o amigo Menon voltou-se para ela e disse: “Não é nada; acalme-se. Foi um jogo de sombras.” – Minha irmã murmurou: “Conheci uma família russa, cujos membros afirmavam que,

quando uma sombra saiu do quarto de um enfermo, este morrerá no mesmo dia, ou dentro de brevíssimo tempo.”

E, acabando de dizer isso, levantou-se e correu à cabeceira da minha mãe. Eu e meu amigo permanecemos pálidos nos nossos lugares.

Minha irmã mais moça estava, no momento, em outra parte da casa. Ao voltar, contei-lhe o que ocorrera. Ficou fortemente impressionada.

Meu amigo levantou-se para se retirar e eu o acompanhei. Voltando pouco depois, encontrei minhas irmãs à cabeceira de nossa mãe. Disseram-me que ela tivera uma crise de sofrimento e, de fato, achei-a muito abatida, fraquíssima, mal podendo responder com voz sumida às minhas perguntas.

O que até hoje me espanta é o fato de que nós três, que tínhamos visto, evitávamos falar do que víamos, se bem trouxéssemos a mente obsidiada pelo que se passara. Foram dos mais tristes os dias que se seguiram, agravando-se sempre as condições da enferma.

Transcorrida uma semana, estava eu só com minha mãe, que se levantara da cama para sentar-se numa poltrona na sala de jantar. Minhas irmãs tinham saído... Minha mãe se ergueu e fui tomado de espanto ao ver-lhe a atitude. Era a reprodução exata da do fantasma que observáramos: baixa, curvada, cabeça pendida, avançou lentamente para a porta do corredor. Um xale lhe cobria os ombros e a cabeça; não se lhe percebia o rosto e tinha os braços cruzados no peito.

A 26 de janeiro, pelas 9:30 horas, morria.

Estes os fatos, de cuja explicação me abstenho.”

(Assinado): Dr. M. Isnard – Boulevard Arago, 15.

Seguem-se os dois outros relatos, ambos muito interessantes, porém extremamente longos para serem aqui reproduzidos. Cingir-me-ei, pois, a transcrever os trechos que se referem à aparição do fantasma desdobrado da enferma.

Escreveu a irmã mais velha:

“... A porta do corredor, fechada apenas com o trinco, se escancarou violentamente, ao mesmo tempo em que as duas folhas da porta envidraçada do quarto de minha mãe bateram com estrondo. Surpreendida com aquele golpe de vento, estando a atmosfera absolutamente calma, olhei para a porta que batera e, com imenso espanto, vi no limiar uma sombra de mulher que, destacando-se das cortinas, deslizava sem pressa em direção ao corredor. A princípio, eu a vi imprecisamente, depois com muita nitidez, quando se aproximou da parede. Chegada ao ângulo formado naquele ponto pelas paredes, avançou pela sala, dirigindo-se sempre para o corredor. Aí a figura se tornou nitidíssima sobre o fundo branco da porta aberta e eu a vi de maneira precisa e distinta. Era o fantasma de uma mulher, mais substancial do que transparente; porém, ao mesmo tempo, me pareceu diáfana, como às vezes se dá com as nuvens. Era de pequena estatura, curvada, trazia abaixada a cabeça e os braços cruzados sobre o peito. Do conjunto da sua atitude transpirava um não sei quê de recolhimento e resignação. Cobria-lhe a cabeça e os ombros uma espécie de véu acinzentado, que impedia se lhe divisasse o semblante. Dir-se-ia uma monja. Entrou no corredor, avançou e desapareceu na obscuridade. Segundo golpe de vento, menos violento do que o primeiro, fechou a porta atrás do fantasma, ao mesmo tempo em que a outra, a do quarto de minha mãe, se fechou sem rumor...”

O Sr. Menon Cornuet escreveu:

“... Vi uma sombra deslizar da porta do quarto onde jazia a enferma para a outra porta que comunicava a sala com o resto do apartamento. Ela atravessou assim um ângulo do aposento. Era a sombra de uma mulher, de estatura mais baixa do que a normal; levava denso véu sobre o rosto, à moda de certas ordens de monjas, a cabeça abaixada... Pareceu-me que se tornava menos distinta à medida que avançava e, quando chegou ao limiar da outra porta, desapareceu. Dir-se-ia ter-se sumido pelo assoalho. Nesse instante, as duas portas, que se tinham aberto brusca e simultaneamente para dar passagem ao fantasma, fecharam-se de no-

vo, brusca, e simultaneamente, mal o fantasma desaparecera, produzindo rumor bastante forte...”

Nos seus comentários, o Dr. Dariex procede à análise penetrante dos três relatos feitos pelos percipientes e conclui nestes termos:

“Insisto sobre este ponto, isto é, que a ligeira diversidade no modo pelo qual as três testemunhas viram o fantasma corresponde às posições que elas ocupavam com relação ao trajeto que aquele percorreu, porquanto esse fato depõe a favor da objetividade do mesmo fantasma.

Seja como for, não ousou concluir que este fosse efetivamente objetivo e que os três percipientes tenham visto o “duplo fluídico” da enferma. Todavia, entendo que devo assinalar à meditação dos competentes as seguintes proposições:

1° – Um fenômeno tão imprevisto quão singular foi observado simultaneamente, de maneira idêntica, e complementar, por três pessoas presentes, que tiveram a atenção chamada para a dito fenômeno por uma rajada de vento inexistente.

2° – Logo depois, a senhorita Isnard correu ao leito da enferma e a encontrou mergulhada em profundo sono.

3° – O fantasma visto se assemelhava à enferma e lhe reproduzia a atitude e o andar.

4° – Logo depois, a enferma se sentiu muito mal; suas condições se agravaram progressivamente e ela morreu passados alguns dias.

5° – É impossível que uma sombra projetada por qualquer luminosidade exterior houvesse podido percorrer o caminho que o fantasma seguiu.

6° – A rajada de vento, que chamou a atenção dos presentes, fazendo se abrisse a porta por onde devia o fantasma passar, produziu-se com tempo calmo e estando fechadas todas as janelas. Por outro lado, as testemunhas verificaram

que o ar não se achava agitado, quando ouviram o uivo lamentoso de um vento que não existia...”

Assim o Dr. Dariex; e a mim me parece que, em face dos argumentos eruditos e ponderados de um metapsiquista circunspeto qual ele era, se deve considerar demonstrado tratar-se, com efeito, do desdobramento do “corpo etéreo” da enferma, o qual se tornou perceptível a olhos normais, porque saturado de substância ectoplásmica. A este respeito cumpre se atenda à circunstância muito sugestiva de escancararem-se espontaneamente as duas portas, antes da passagem do fantasma, para depois se fecharem de novo, também espontaneamente, mal se dissipou o fenômeno. Foi como se tal se desse a fim de permitir a passagem de um fantasma por demais substancial para poder passar através da madeira das portas, como de ordinário sucede nos casos de aparições puramente fluídicas.

Noto ainda que o fato de as portas se escancararem subentende uma intencionalidade a dirigir a manifestação, ao mesmo tempo em que a forma que a aparição tomou e a atitude que assumiu, uma e outra reproduzindo exatamente a forma e a atitude com que, alguns dias depois, a enferma se apresentaria a seu filho, confere à manifestação o valor de premonição de morte daquela. Assim sendo, também ganha um significado a circunstância de o fantasma ter aparecido coberto por um véu, como se quisesse evitar que os filhos se impressionassem excessivamente com o acontecimento de morte que lhes sobrepairava, desejando apenas predispor-los para esse acontecimento, com o lhes suscitar um estado de benéfico temor, a fim de lhes atenuar as dolorosas conseqüências, o que, como é sabido, constitui uma característica comum a grande parte das premonições de morte.

Aqui, no entanto, surge a formidável interrogação Se é verdade – como indubitavelmente é – que todas as particularidades com que se desenrolou o caso em apreço concorrem para fazer se presuma uma intencionalidade a dirigir a manifestação verificada, então a quem se lhe há de atribuir a gênese? À subconsciência da enferma? À intervenção dos defuntos? Quem o sabe!

Finalmente, quanto ao aparecer vestido o fantasma, ponderarei que esta circunstância não deve embaraçar o critério do leitor, pois é o que se dá nas experiências de “fotografia do pensamento”, em as quais aparece na chapa fotográfica o objeto em que intensamente pensa o experimentador. Muitas vezes, nem mesmo é preciso que este último alimente o propósito de impressionar a chapa com o seu pensamento, dado se trate de alguma coisa que seja habitual na existência cotidiana do *sensitivo* que “posa” diante do aparelho e que essa “alguma coisa” exista – por assim dizer – presente no limiar da consciência do mencionado *sensitivo*. Assim, por exemplo, na minha monografia *Pensamento e Vontade, forças plasmadoras e organizadoras*, refiro o caso clássico da senhorita Scatcherd que, solicitada pelo reverendo arcediácono Colley a deixar-se fotografar, consentiu de bom grado; mas, no momento de “posar” lembrando-se de que estava em trajes caseiros, pensou que seria mais conveniente achar-se com uma sua elegante blusa ornada de rendas. Pois bem: na fotografia apareceu a sombra da referida blusa, sobreposta à que ela efetivamente vestia. Aquele reverendo publicou essa fotografia na revista *Light* (1913, pág. 350), onde se vê muito distintamente o desenho diáfano da blusa não vestida.

Cumpre, portanto, não esquecer que o pensamento é uma força modeladora e organizadora, o que explica o fenômeno, aparentemente embaraçoso, de aparecerem sempre vestidos os fantasmas dos vivos e dos defuntos, ou envoltos em mantos brancos. Dá-se isso pelo simples fato de eles pensarem em si com vestes.

*

Os casos de “bilocação” aqui expostos, em que o fantasma é percebido coletiva e sucessivamente, demonstram de maneira incontestável que, em tese geral, se tem de excluir, com relação a eles, a explicação alucinatória. Digo – “em tese geral” – porque ninguém contesta que podem dar-se casos presumidamente do mesmo gênero, mas que são simples alucinações nascidas em indivíduos predispostos, casos esses que, todavia, serão sempre de ordem *individual*, jamais de ordem *coletiva*. Lembro que os professores Charles Richet e Henrique Morselli, ambos fisiolo-

gistas e psiquiatras de fama mundial, declararam explicitamente nas suas obras que não existem exemplos de alucinações coletivas, determinadas por um fenômeno de *transmissão do pensamento*, da parte de um indivíduo alucinado, enquanto que, ao contrário, se dão às vezes alucinações coletivas por *sugestão verbal* (o que é infinitamente diverso), conforme ocorre entre os loucos fanatizados por contágio místico. E é quanto basta.

Tendo, pois, demonstrado convenientemente a minha tese, quer com exemplos de ordem coletiva, quer com as provas cumulativas ressaltantes das concordâncias que existem entre as várias modalidades sob as quais se produzem os fenômenos em foco, passo a referir alguns casos que, pela sua natureza, não são comprováveis, visto que se trata de manifestações no leito de morte observadas e descritas por um único vidente. Como já assinalei, os casos de visão do “corpo etéreo” liberto do “corpo carnal” e pronto a ascender às esferas espirituais equivalem às visões congêneres de “espíritos desencarnados” propriamente ditos e são, por conseguinte, reservados a olhos *sensitivos* ou de *médiuns*, donde se segue serem raríssimos, nesse gênero, os casos de ordem coletiva. Entretanto, mesmo quando observados por um só vidente, eles se mostram merecedores de estudo, dado que são comprovados por ótimas provas indiretas, quais as visões sucessivas e coletivas de casos análogos, mas de ordem incipiente, ou a impressionante concordância entre as descrições dos videntes em questão e as dos percipientes em todos os outros grupos de manifestações congêneres, como as que se produzem pouco antes da morte, ou no sono fisiológico, hipnótico, mediúnico, ou nos outros estados transitórios de diminuição vital, especialmente nos de delíquio e narcose. São, todas estas, provas indiretas que, na monografia que aqui resumo, foram por mim aduzidas em adequada proporção.

Explicado isso, entro a referir alguns casos desta última interessante categoria de manifestações, que também são mais ou menos freqüentes. Assim, quem quer que se decida a lhes aplicar os processos da análise comparada encontrará à sua disposição abundante material de estudo, donde ressalta uma derradeira e

eloqüente prova indireta para a demonstração da existência objetiva das aludidas manifestações.

*

No episódio seguinte, um *sensitivo* de primeiríssimo quilate assiste à progressiva, mas muitas vezes intermitente e regressiva emissão da “essência espiritual” constitutiva do “corpo etéreo”, até à total formação deste, percebendo ao mesmo tempo a presença de entidades de defuntos, vindos para acolher o recém-chegado ao plano espiritual.

O relator-percipiente foi o Rev. William Stainton Moses e o fenômeno se deu junto ao leito de morte de seu pai. O relato foi por ele publicado imediatamente na revista *Light* (9 de julho de 1887), da qual era então diretor. Escreveu:

“Recentemente e pela primeira vez na minha vida, tive ocasião de estudar os processos de transição do Espírito. Tantas coisas aprendi dessa ocorrência, que julgo ser útil aos outros, narrando quanto vi... Tratava-se de um próximo parente, velho de quase oitenta anos, que se avizinhava do túmulo, sem contudo ser para aí levado por qualquer enfermidade especial... Percebi, por certos sintomas aparentemente insignificantes, que vinha próximo o seu fim e cuidei de cumprir para com ele o meu último e triste dever...

Com auxílio dos sentidos espirituais que possuo, pude ver que em torno e acima do seu corpo se ia acumulando a “aura” luminosa com que o Espírito tem de formar para si um corpo espiritual. Verifiquei que ela aumentava gradativamente de volume e densidade, se bem sujeita a variações contínuas para mais ou para menos, conforme as oscilações que a vitalidade do moribundo experimentava. Dessa maneira, foi-me dado notar que, às vezes, um alimento leve que ele ingeria, ou um influxo magnético provindo da pessoa que se lhe aproximava tinham por efeito reanimar momentaneamente aquele corpo, fazendo voltar a ele o Espírito. Por conseguinte, aquela “aura” parecia em contínua função de fluxo e refluxo. Assistia esse processo durante doze dias e doze noites e, se bem já no sétimo dia o corpo desse

mostras positivas de iminente dissolução, persistia imutável a maravilhosa flutuação da vitalidade espiritual, em via de exteriorização. Entretanto, mudara a coloração da “aura” que, além disso, ia assumindo formas cada vez mais definidas, à medida que se aproximava, para o Espírito, o momento da libertação. Somente vinte quatro horas antes da morte, quando já o corpo jazia inerte, com as mãos entrelaçadas sobre o peito, notei o aparecimento de “Espíritos guardiões”, que se acercaram do moribundo e, sem nenhum esforço, retiraram daquele corpo exausto o Espírito.

Nesse instante, as pessoas da família declararam que o referido corpo estava morto. Talvez assim fosse; de fato, o pulso e o coração nenhum sinal davam de vida, nem o espelho se embasava com o hálito. Contudo, os “cordões magnéticos” ainda retinham preso ao corpo o Espírito e se conservaram assim por 38 horas. Acho que se, nesse período, se realizassem condições favoráveis e sobre o cadáver houvesse atuado uma vontade potente, o Espírito seria chamado de novo ao corpo. Não terá sido nessas circunstâncias que se deu a ressurreição de Lázaro?... Quando, finalmente, os “cordões fluídicos” se romperam, o semblante do defunto, onde se liam os sofrimentos experimentados, se tornou completamente sereno e tomou uma expressão inefável de paz e repouso.”

Este caso é interessante sobretudo porque dá conta de todas as fases do processo pelo qual o “corpo etéreo” se desdobra do “corpo carnal”, até à sua perfeita formação, e da visão sucessiva de entidades de defuntos, vindas para assistir o Espírito recém-nato.

Notável a circunstância de os “cordões magnéticos” manterem o “corpo etéreo” ligado ao “corpo somático” por 38 horas depois de ocorrida a morte do enfermo, circunstância bem rara nas descrições dos videntes, que, quase sempre, observam a dissipação do cordão fluídico, mal se verifica o trespasse. Nos poucos casos por mim colecionados, em que o vínculo magnético perdurara mais ou menos tempo, um se destaca, ocorrido num país tropical (Ilha de Cuba), em que o vidente observou a persis-

tência do cordão fluídico durante quase três dias, pelo que concitou os parentes a não enterrarem os despojos, que se conservaram incorruptos até quando o *sensitivo* viu dissipar-se o aludido cordão, momento em que rapidamente se manifestou a decomposição dos mencionados despojos.

Passo a referir outros dois casos do mesmo gênero, extraíndo-os de um livrinho áureo intitulado: *The Ministry of Angel*, cuja autora é a Sra. Joy Snell, *sensitiva* de educação e cultura muito elevadas, que um revés da fortuna constrangeu a ganhar a vida exercendo a profissão de enfermeira. Pois bem: é altamente sugestivo o fato de que essa *sensitiva* teve de observar, durante um vintênio, ao fenômeno da exteriorização do “corpo etéreo” no leito de morte dos numerosíssimos enfermos por ela assistidos, fenômeno que se combinava sempre com a visão de Espíritos de defuntos que acorriam a amparar, na hora extrema, os seus parentes ou amigos.

O caso de Joy Snell é tão importante pelas suas conseqüências teóricas, que considero necessário reproduzir as palavras do professor Haraldur Niellson, que conheceu pessoalmente a autora. Escreveu ele:

“Um dos mais belos livros que tenho lido foi escrito por uma distinta senhora inglesa, clarividente, e traz por título *The Ministry of Angel*. Chama-se Joy Snell essa senhora e foi clarividente desde a primeira infância, sem jamais haver feito profissão de médium... Não me contentei de ler o seu livro; fui procurá-la em Londres e o conhecê-la foi para mim uma fonte de grande conforto e de verdadeira felicidade espiritual. Se eu houvesse de designar as duas pessoas que, dentre nós, considero dignas de ser chamadas apóstolos de Jesus, não hesitaria em indicar a Sra. Joy Snell e o Rev. Vale Owen. Em toda a minha vida jamais me aconteceu encontrar-me com dois verdadeiros discípulos do Cristo, quais esses são. Nunca me sucedeu estar em contacto com uma norma de vida tão exemplar, tão simples, com tanta capacidade de amar a tudo o que vive sobre a Terra. A amizade deles é o que a vida me ofereceu de mais excelen-

te.” (Professor Haraldur Niellson, *Minhas Experiências Pessoais em Espiritismo Experimental*, pág. 167).

Dito isto, passo a referir o primeiro caso tirado desse livro, caso em que consta a primeira manifestação do gênero, que a Sra. Joy Snell teve de presenciar junto ao leito de morte de uma sua grande amiga, fato que se deu alguns anos antes de ela se dedicar à profissão de enfermeira, pois que, como observou o professor Niellson, aquela senhora era uma clarividente nata. Eis o caso por ela descrito:

“Uma noite, despertei, sobressaltada, de um sono profundo, dando com o quarto iluminado, embora não houvesse luzes, e vendo a meu lado o fantasma da minha diletta amiga Maggie, que assim me falou: “Tenho um segredo a te comunicar. Sei que me restam poucos dias de vida. Desejo fiques comigo até ao meu último instante e que confortes minha mãe depois da minha partida.” Antes que eu me houvesse refeito inteiramente do medo e do espanto que me assaltaram à vista do fantasma, este evanesceu e a luz se foi apagando lentamente.

Passada uma semana, mandaram chamar-me de parte da família da minha amiga. Encontrei Maggie atacada de um resfriado sem febre, nada havendo de causar preocupações no seu estado. E a enferma bem longe estava de ter pressentimentos de morte. Parecia evidente que ela nenhuma lembrança guardava da visita que me fizera em espírito. É este um mistério que não sei explicar, tanto mais que no curso de minha vida tive numerosas aparições de vivos, que me falaram e aos quais falei, tendo sempre de reconhecer que eles não conservavam lembrança de se terem comunicado comigo.

Achava-me em casa de Maggie havia três ou quatro dias, quando uma tarde ela foi tomada improvisamente de uma tremenda crise e expirou nos meus braços, antes que o doutor houvesse chegado.

Era o primeiro caso de morte a que eu assistia. Mal o seu coração deixou de bater, vi distintamente alguma coisa, se-

melhante ao vapor que se desprende de uma panela em ebulição, elevar-se-lhe do corpo, pairar a curta distância deste e condensar-se numa forma em tudo idêntica à da minha amiga. Essa forma, de contornos, a princípio, imprecisos, se foi gradativamente delineando, até tornar-se perfeitamente distinta. Envolvia-a uma espécie de cândido véu com reflexos de pérolas e de sob o qual ressaltavam claramente as formas. O semblante era o da minha amiga, mas glorificado e sem vestígios dos espasmos que a tinham torturado na agonia.

Quando, mais tarde, me fiz enfermeira, vocação em que perseverei por vinte anos, assisti a numerosas ocorrências de morte e, imediatamente após o trespasse, observei sempre a condensação da forma etérea por sobre o cadáver, forma sempre idêntica à da humana e que, mal se havia condensado, me desaparecia da vista.” (*Ob. cit.*, págs. 15-16).

No caso exposto, é notável o fato de ter sido o fenômeno de “bilocação no leito de morte” precedido de outro fenômeno de “bilocação durante o sono”. Não creio se possa sustentar que neste último caso houvera um fenômeno de “aparição telepática”, visto que aquela que se manifestou dirigiu a palavra à amiga percipiente, predizendo-lhe sua própria morte iminente, com pedido de assisti-la na hora do trespasse.

Passando a citar um segundo caso tirado do mesmo livro, notarei que nos vários episódios desse gênero, que ali se sucedem, a autora não se alonga em descrever os fenômenos de “desdobramento fluídico” que observou e que se lhe tornaram de tal sorte familiares, que não mais lhe pareciam maravilhosos. Limita-se a indicá-los rapidamente. Só as aparições dos defuntos junto ao leito de morte a interessam sempre. É o que se evidencia do exemplo seguinte.

“Achava-me junto ao leito em que morria a senhorita I., graciosa jovem de dezessete anos, muito minha amiga. Extinguia-se por consumpção e sem sofrimento; mas, o extre-

mo langor do corpo a tornava exausta até mesmo moralmente e desejosa do eterno repouso.

Quando lhe soou a hora suprema, vi que duas formas espirituais lhe estavam em torno, uma à direita do leito, à esquerda a outra. Não me apercebera da entrada dessas formas. Quando se me tornaram visíveis, já estavam junto à moribunda; mas, eu as via tão distintamente quanto via as pessoas vivas. Dei àquelas radiosas entidades o nome de “anjos” e daqui por diante assim lhes chamarei. Reconheci de pronto nelas duas jovens que, em vida, foram as melhores amigas da enferma e tinham falecido havia um ano, ambas da mesma idade da que então morria.

Um momento antes de aparecerem, esta última exclamara: “Escureceu repentinamente, já não vejo mais nada.” Não obstante, viu e reconheceu logo os anjinhos amigos. Um sorriso de suprema alegria lhe iluminou o rosto e, estendendo-lhes as mãos, exclamou jubilosamente: “Viestes buscar-me? Isso me faz felicíssima, pois me sinto cansada.”

A agonizante estendia as mãos aos dois anjos e estes faziam o mesmo: um lhe segurava a direita, o outro a esquerda. Iluminava-lhes o semblante um sorriso ainda mais doce do que o que se irradiava do rosto da moribunda, exultante de em breve encontrar o repouso pelo qual anelava. Não mais falou; porém, durante cerca de um minuto conservou os braços erguidos, com as mãos nas das duas amigas defuntas, sem deixar um só momento de contemplá-las com uma expressão de infinito júbilo. Em dado instante, as amigas lhe soltaram as mãos, que recaíram pesadamente sobre o leito. A moribunda soltou um suspiro, como se se dispusesse a dormir e, após breves momentos, seu Espírito se retirava para sempre do corpo, que, entretanto, conservou impresso o doce sorriso que lhe iluminava a fisionomia, quando ela dera com as duas amigas defuntas a seu lado. Estas ainda lhe permaneceram à cabeceira pelo tempo necessário a que o seu “corpo etéreo” se reconstituísse acima do corpo inanimado. Feito isso, tomaram consigo o Espírito recém nato, que se assemelhava às duas, de sorte a me ser dado

ver no quarto três anjos em vez de dois. Logo se elevaram, dissipando-se.” (*Ob. cit.*, págs. 17-39).

*

Ponho aqui termo à citação de exemplos destinados a ilustrar as gradações com que se produzem os fenômenos de “bilocação”, depois de haver referido casos pertencentes às cinco categorias em que, na minha monografia sobre eles, tais fenômenos se subdividem.

O resumo de um longo trabalho analítico sempre se reveste de especial utilidade prática, porquanto condensa em pequeno espaço a substância melhor de um laborioso esforço de análise comparada, evidenciando de modo eficaz as gradações que conduziram o autor às conclusões propugnadas.

Espero, pois, que todas as que decorrem deste resumo hajam convencido os leitores da realidade objetiva dos fenômenos de “bilocação”. Se assim for, terei alcançado o escopo que me propusera, visto que, de acordo sobre esse ponto, as conseqüências teóricas que daí promanam levam diretamente, necessariamente, a estabelecer-se o postulado da existência e da sobrevivência do espírito humano.

Assim sendo, só me resta reforçar ulteriormente as conclusões tiradas, citando, a propósito, as opiniões dos competentes e sintetizando o que acabo de expor.

Acentuo, portanto, que os processos de análise comparada me fizeram chegar a conclusões que concordam admiravelmente com as a que chegou o muito conhecido metapsiquista norte-americano Hereward Carrington que, na introdução ao interessante livro de Sylvan Muldoon, *The Projection of the Astral Body*, assim se exprime:

“Pode-se afirmar, com grande certeza de não errar, que as provas da existência de alguma coisa de análogo ao “corpo astral” se foram constantemente acumulando, por efeito das modernas pesquisas, e que essas provas já são robustíssimas. É quase supérfluo acentuar que, se tais provas fossem tidas por suficientes, com elas se chegaria a explicar grande número de fenômenos supranormais, inexplicáveis de outra

maneira, quais, por exemplo, os de “casas assombradas”, de aparições de fantasmas vistos coletiva ou sucessivamente por várias pessoas, de fotografias transcendentais, de clarividência em geral, etc. Se, depois, se admitisse a presunção clara de que o “corpo astral” é, em dadas circunstancia, capaz de mover ou modificar a matéria, também se explicariam as pancadas mediúnicas, a telemnésia, os fenômenos de “poltergeist” e outros fenômenos físicos de natureza análoga. Enfim, uma vez reconhecida a existência de um “corpo astral” exteriorizável, um fecho de luz reveladora se projetaria sobre as manifestações metapsíquicas, tanto físicas, como psíquicas.” (*Ob. cit.*, pág. XIX-XX).

Forçoso é convir em que essas considerações se mostram tão evidentes, que nenhum metapsiquista poderia pensar em contestá-las, pois valem quase por demonstração da necessidade teórica de admitir-se como postulado a existência de um “corpo astral” no homem, se se quiser interpretar grande parte dos fenômenos supranormais. Isto posto, apresso-me a reconhecer que aos homens de ciência, por isso mesmo que lhes cabe não pequena responsabilidade, correspondente à autoridade de que gozam como representantes oficiais dos conhecimentos adquiridos por meio da pesquisa experimental, também lhes corre o dever de procederem com extrema cautela, antes de se pronunciarem definitivamente sobre a natureza de manifestações supranormais, que subverteriam a orientação dominante no campo científico. Esta circunstância faz que um homem de ciência, embora pessoalmente convencido da gênese presumível de certa ordem de fenômenos metapsíquicos, se abstenha prudentemente de declará-lo, quando sobre isso discute oficialmente.

Aqui, porém, se apresenta a questão: Que se faz necessário, a fim de reconhecer-se oficialmente, como admitidos pela ciência, também os fenômenos de “bilocação”? – Apenas isto: que a realidade dos fenômenos de desdobramento do “corpo etéreo” seja demonstrada por meio de provas experimentais, de certo modo tangíveis. Ora, múltiplos são os métodos experimentais para chegar-se a esse objetivo, quase todos já utilizados, se bem que por processos científicos freqüentemente falhos. Todavia,

entre as provas experimentais já conseguidas, algumas se contam merecedoras de atenção e que levam a bem augurar do futuro de tais pesquisas. Assim, por exemplo, já se obtiveram fotografias de “duplos”, entre as quais são notáveis as conseguidas pelo capitão Volpi, na Itália, pelos professores Istrati e Hasden, na Rumânia, pelo Rev. William Stainton Moses, em Londres, pelo coronel De Rochas e por Durville, em Paris, como igualmente já se obtiveram fotografias de emanções mais ou menos fantasmáticas no leito de morte, pelo Dr. Baraduc, que teve bastante fortaleza de ânimo para realizar, ele próprio, o trabalho de fotografar sua mulher e seu filho ao morrerem. Devem ainda mencionarem-se os fenômenos de desdobramento que os citados De Rochas e Durville conseguiram, por meio do hipnotismo, havendo mesmo, o segundo, chegado a obter a “fluorescência” de um papel recoberto de certa substância, colocando-o no ponto do espaço onde a sonâmbula localizava o “duplo” de outra pessoa que jazia à distância, para esse fim, em estado hipnótico. Citam-se, além disso, casos de “duplos” que chegaram a manifestar sua presença provocando efeitos físicos, sendo que, com Eusápia Paladino, se obtiveram, à distância – e aqui o fato é indubitável –, impressões da sua figura exteriorizada, o que equivale a dizer: do seu “corpo etéreo” desdobrado e materializado. Não se podendo alimentar dúvidas quanto à autenticidade destes últimos fenômenos, eles deveram considerar-se legitimamente sancionados pela ciência, o que não seria pouco, do ponto de vista teórico. Com referência às outras modalidades experimentais acima enumeradas, necessário se torna reconhecer que, em parte, elas podem ser invalidadas por deficiência de pormenores, ou ser interpretadas por meio das hipóteses da sugestão, da auto-sugestão, da fotografia do pensamento. Assim falando, não pretendo afirmar que os apontados motivos de dúvida tenham fundamento, mas apenas que se exigem mais rigorosos métodos de pesquisa, para adquirir-se a certeza científica.

Merecem também assinaladas as conhecidíssimas experiências do coronel De Rochas e de Durville, porque se realizaram com método rigorosamente científico, por homens plenamente a

par das dificuldades inerentes a tais pesquisas. Eis, em resumo, no que consistiam os experimentos De Rochas.

Como se sabe, ele conseguiu obter o fenômeno da *exteriorização da sensibilidade* nos próprios pacientes, mediante os habituais processos hipnótico-magnéticos, fenômeno que cada vez mais se acentuava, à medida que os referidos processos se prolongavam, indo até ao ponto em que as camadas concêntricas da sensibilidade exteriorizada chegavam, por assim dizer, a polarizar-se à direita e à esquerda do *sensitivo*, que as percebia em forma de duas luminosas colunas fluídicas, diversamente coloridas e que acabavam por se aproximar, reunir, fundir e formar uma espécie de fantasma, que repetia sincronicamente os movimentos todos do mesmo *sensitivo*. A existência de tal fantasma podia reconhecer-se com certa segurança, pelo fato de que, se, no ponto em que o paciente o localizava, se exerciam, à sua revelia, toques e pressões, ou ainda, se alguém, acidentalmente, atravessava aquela zona, o dito paciente logo se apercebia, pelas correspondentes sensações de contacto ou de dor. Além disso, aconteceu certa vez que, havendo o paciente adormecido posto por acaso o olhar num espelho que lhe estava fronteiro, teve a ilusão de ver-se a si próprio diante de outro fantasma, idêntico ao que via a seu lado, fantasma que era a imagem reflexa do seu “duplo”. Doua feita, o fenômeno se produziu espontaneamente com Eusápia Paladino, que De Rochas hipnotizara para fim diverso. Escreveu ele: “Consegui rapidamente levá-la ao estado de profunda hipnose; viu então, com grande espanto, aparecer à sua direita um fantasma de cor azul. Perguntei-lhe se esse fantasma era “John”. – Não, respondeu ela; é dessa substância que “John” se serve.” De Rochas não esperava por essa resposta, altamente sugestiva e instrutiva.

Quanto acabo de expender diz respeito às provas de natureza tangível que, de um ponto de vista rigorosamente científico, se reclamariam para considerar demonstrada a realidade dos fenômenos de “bilocação”. Entretanto, reconhecer tal fato não importa em desestimar a legitimidade não menos concludente das provas experimentais obtidas pelos métodos científicos da análise comparada e da convergência das provas. A este propósito,

acrescento que, de acordo com os métodos de pesquisa científica, jamais se deveria olvidar a máxima que lhe serve de base e é que as conclusões de ordem geral nunca devem fundar-se sobre um grupo de fenômenos considerado isoladamente, mas sobre todo o conjunto dos vários fenômenos pertencentes à mesma classe.

Não é demais recordemos esta máxima elementar de toda pesquisa científica, porquanto, de olvidarem-na, resulta o erro em que caem os opugnadores da hipótese espiritualista. Ora, no nosso caso, desde que não se submeta aos processos científicos em questão um certo número de casos de "bilocação", em que figurem todas as graduações sob as quais se produz o fenômeno pesquisado, nenhuma dúvida pode prevalecer quanto à sua objetividade, ainda mesmo – note-se bem – com exclusão das provas de natureza concreta enumeradas acima, o que quer dizer que, mesmo sem elas, se chega igualmente a excluir as hipóteses onírica, sugestiva, auto-sugestiva, alucinatória e a da "fotografia do pensamento", que constituem o grupo das que podem opor-se aos fenômenos do gênero a que nos referimos. E essas conclusões ressaltam indubitáveis das considerações seguintes:

Em primeiro lugar, porque as graduações diversas que apresentam os fenômenos de "bilocação" se completam umas às outras e se corroboram admiravelmente entre si. De fato, na minha monografia sobre os fenômenos em apreço, tomo por ponto de partida as chamadas "sensações de integridade nos amputados", em os quais, por vezes, o senso da integridade do membro que falta é tão real que, se lhes distrai a atenção, eles experimentam a mesma sensação que experimentaríamos se tivessem o membro inexistente, e, no mesmo capítulo, refiro um caso recente em que o membro que falta foi engenhosamente fotografado por intermédio de um "espectroscópio" que projetava o feixe luminoso sobre um anteparo, onde apareceram, não apenas "esboços", mas formas de mãos e outros membros fluídicos. Passo daí a considerar os casos de desdobramento incipiente, nos atacados de "hemiplegia", que vêm próximo de si, do lado paralítico, uma secção longitudinal do seu próprio fantasma e afirmam que tal secção goza da integridade sensória que lhes foi

tirada, fato inexplicável por meio da hipótese cinestésica do Dr. Sollier, porquanto, nos ataques de hemiplegia, longe de se verificar uma *exageração*, verifica-se a *supressão* do senso cinestésico. Dai, vou aos casos de desdobramento autoscópico, em que o paciente vê o seu próprio fantasma, conservando, porém, plena consciência de si, e demonstro, a esse propósito, que, se a hipótese psicopática, formulada pelo Dr. Sollier para explicar tal fato, podia considerar-se legítima antes do advento das pesquisas metapsíquicas, agora já não é assim, pois, do mesmo modo que as pesquisas sobre a “telepatia” demonstram que nem todas as alucinações são falsídicas, também as pesquisas sobre os fenômenos de “bilocação” demonstraram que nem todos os episódios de “autoscopia” são psicóticos. Passo, em seguida, aos casos em que a consciência que o paciente tem de si é transferida para o fantasma, que se vê a si mesmo diante do seu corpo exânime, casos altamente sugestivos, nos quais já reponham as faculdades de sentido supranormal. Seguem-se os em que o desdobramento sobrevém durante o sono natural ou provocado, no delíquio, na narcose, no coma, e, depois, os em que o fantasma de um vivo, desdobrado durante o sono, é visto por terceiros, para chegar, finalmente, aos em que o fenômeno do “desdobramento fluídico” se opera no leito de morte. Esta última categoria de manifestações resulta a mais importante de todas e, num caso que citei, o fenômeno foi constantemente observado, no curso de vinte anos, por uma enfermeira vidente, enquanto que doutras vezes é coletivamente observado por todos os presentes, ou, sucessivamente, por várias das pessoas que acorrem à cabeceira de um moribundo. Destacam-se, por fim, episódios em que os presentes assistem ao fenômeno em todas as suas fases evolutivas, até à reprodução perfeita de um simulacro fluídico do “corpo somático” do moribundo, simulacro não só animado e vivo, como assistido por entidades de defuntos que parecem acorrer com esse objetivo, junto daquele que se extingue.

Em segundo lugar, as hipóteses onírica, sugestiva, auto-sugestiva e alucinatória ficam afastadas, porquanto os fenômenos de “bilocação” no leito de morte são constantemente descritos, pelos videntes de todos os povos da Terra e bem assim em todas

as épocas da História, como produzindo-se sob idênticas modalidades e com as mesmas minúcias, descrições das quais ressaltam particularidades igualmente novas e inesperadas, de modo a não se poder logicamente presumir que surjam idênticas e saiam sempre idênticas das mentalidades de todos os videntes, sejam eles indivíduos civilizados, bárbaros ou selvagens.

Estas as condições presentes da grande questão a resolver-se, condições que demonstram que, se não é cientificamente lícito considerá-la resolvida, do ponto de vista da ciência oficial, que é obrigada a andar com calçado de chumbo, antes de acolher como definitivamente demonstrada a existência de uma classe de fenômenos de enorme importância teórica, do ponto de vista das convicções pessoais de quem haja pesquisado a fundo a mesma questão, pode-se, com bom direito, afirmar que a demonstração científica da existência dos fenômenos de “bilocação” já está alcançada, com a consequência de que, para tal pesquisador, o reconhecimento definitivo, por parte da ciência oficial, não é senão questão de tempo.

É uma questão de tempo que se reduz à exigência, mais que justa, de que outros experimentadores, em número suficiente, repitam as mesmas experiências realizadas até agora por poucos precursores. Assim sendo, pode-se estar certo do êxito afirmativo das provas de verificação científica e, quando se der o grande acontecimento, então no horizonte do cognoscível humano despontará a alvorada de uma era nova, em que as bases do saber terreno deixarão de assentar na concepção mecanicista-positivista do Universo, para se estabelecerem sobre a concepção dinâmico-espiritualista do ser, com todas as consequências filosóficas, morais e religiosas que daí decorrerão. É, com efeito, manifesto que a existência imanente de um “corpo etéreo” no “corpo somático” subentende a imanência de um “cérebro etéreo” no “cérebro somático”, o que bastará para dissipar de um só golpe todas as dúvidas que sempre obstaram a que os filósofos admitissem a existência de um espírito sobrevivente à morte do corpo, dúvidas que se resumem no fato indubitável da existência de um paralelismo psicofisiológico nos fenômenos do pensamento e que os levam a concluir inexoravelmente que o pensamento

é função do cérebro. Não há negar que os fisiologistas tinham aparentemente razão para concluir nesse sentido; mas, assim já não será, quando se acharem invertidos os termos da formidável questão, pela demonstração experimental da existência de um “cérebro etéreo” imanente no “cérebro somático”, caso em que este último será apenas o aparelho indispensável a traduzir, em termos de *vibrações psíquicas* perceptíveis ao espírito imanente no cérebro etéreo, as impressões que do mundo exterior lhe cheguem, por via dos sentidos, sob a forma de *vibrações físicas*.

É de notar-se que o que fica exposto concorda admiravelmente com as teorias da professora Gaskell, segundo quem a Vida e o Espírito constituiriam um Todo único, que seria uma “quantidade interatômica”, alguma coisa de imaterial, que organizaria a matéria, para depois se separar dela no instante da morte. E ela tira daí o postulado de que “todas as formas da vida orgânica possuem essa *quantidade interatômica*”, o que banha de nova luz o postulado de um sábio eminente, o físico Eddington, que disse: “se os átomos constituintes do corpo humano, pelo que neles se contém de substancial, fossem comprimidos uns contra os outros, o corpo humano não ocuparia maior espaço do que o que ocupa um ponto feito com um lápis bem aparado.” Equivale isto a dizer que o organismo físico de um homem consiste na quase totalidade dos “espaços interatômicos”, morada presumível do “corpo etéreo” e do “cérebro etéreo”.

Doutro ponto de vista e mediante as novas concepções relativas ao ser, muito melhor se explicariam as causas pelas quais um indivíduo perde temporariamente a razão sob a influência de uma bebida alcoólica, ou deixa de raciocinar continuamente, se o cérebro somático funciona em desordem, como na demência. Tornar-se-ia então evidente que, se o aparelho transformador das “vibrações físicas” em “vibrações psíquicas” reage desordenadamente, o “cérebro etéreo”, sede do espírito, já não se achará em condições de receber corretas percepções exteriores, nem, muito menos, em condições de agir na periferia com pensamentos e atos apropriados, os quais continuarão a ser transmitidos, porém alterados e deformados em representações incongruentes pelo aparelho transformador.

Estas últimas conclusões me trazem à mente uma discussão cortês que sustentei com o professor Henrique Morsélli, alguns anos antes de sua morte. Eu me esforçava para convencê-lo do grande fato de existir uma imensidade de provas – anímicas e espirituais – convergindo todas para a demonstração da existência e sobrevivência do espírito humano, fato que assume valor científico de primeiríssima ordem, dificilmente contestável. A enumeração das provas me obrigou a um longo discurso, que o Prof. Morsélli ouviu com grande atenção, sem me interromper. Concluída a minha peroração, ele continuou a guardar silêncio, enquanto que a expressão do seu semblante indicava que mergulhara em profundas reflexões. Deduzi que, não encontrando objeções metapsíquicas que opusesse à massa imponente dos fatos citados, ele se sentia abalado nas suas convicções materialistas, o que me levou a romper o silêncio com a seguinte pergunta: “Então, professor, não lhe parece que a hipótese espiritual está muito melhor demonstrada cientificamente, do que se lhe afigurava?” Ele se recobrou e, com o olhar no vácuo, em atitude quase extática, escandiu solenemente estas palavras: “Venha comigo visitar um manicômio e se convencerá de que o pensamento é função do cérebro.”

Apreendi, por essa resposta, que ele, efetivamente, nada encontrara, no campo metapsíquico, para me objetar; que, manifestamente, o seu critério lógico fora abalado pela evidência cumulativa das provas enumeradas, mas que, após breve disputa interior, o predomínio coubera ao fisiologista profissional, que não conseguia libertar das convicções profundas, indelevelmente inculpidas nas suas vias cerebrais em meio século de prática no campo da patologia mental, convicções aparentemente mais que legítimas, porém intrinsecamente errôneas, porquanto fundadas numa única face do “Prisma-Verdade”. Daí se segue que a argumentação *negativa* do professor, não sendo metapsíquica, mas psicopatológica, não infirmava, de fato, a eficiência irresistível das provas *positivas*, de ordem metapsíquica, que eu citara e nas quais se consideravam *todas as faces* do “Prisma-Verdade”.

A argumentação do Prof. Morsélli significava apenas que, antes de chegar à demonstração científica da existência e da sobre-

vivência do espírito humano, ainda lhe era necessário dissipar uma dúvida relativa à patologia mental. Ora, essa outra dúvida se desvanecia como a névoa sob os raios solares, por virtude de uma classe de manifestações metapsíquicas, a que eu aludira, naquela discussão improvisada, a classe dos fenômenos de “bilocação”, com a relativa existência de um “corpo etéreo”, o que implicava a de um “cérebro etéreo”, sede da inteligência. Com efeito, este último dado, de enorme importância teórica, é que serve para conciliar a sobrevivência do espírito humano com a patologia mental, sob todas as formas: delírio alcoólico, demência, idiotia, etc. Naquele momento, porém, não me ocorreu apontar a eficácia resolutiva desta ordem de fenômenos supra-normais.

Se dela me houvesse lembrado, tê-la-ia podido aproveitar para demonstrar ao Prof. Morsélli que com a existência de um “cérebro etéreo” se pode explicar um enigma psico-fisiológico, de que faláramos antes, a propósito de achar-se sobre a secretária daquele professor uma revista tedesca, em que se via longo artigo sobre alguns casos, observados durante a grande guerra, de soldados que tiveram o cérebro despedaçado por estilhaços de granada, com abundantes perdas de matéria cerebral, e que se curaram, conservando íntegras suas faculdades intelectuais. Concluía o autor do artigo, citando outros casos do mesmo gênero, ainda mais extraordinários, entre os quais o muito conhecido de um suboficial da guarnição de Antuérpia, que havia dois anos se queixava de persistente dor de cabeça, que, entretanto, nunca o impedira de cumprir os deveres do seu posto. Tendo morrido subitamente, procederam-lhe à autópsia no cérebro e descobriram que um abscesso de evolução lenta lhe reduzira todo o órgão cerebral a uma papa de pus. O Prof. Morsélli observara que tão extraordinárias “exceções à regra” constituíam um enigma dos mais perturbadores da hodierna psico-fisiológica.

Pois bem: se naquele momento eu me houvesse lembrado dos fenômenos de “bilocação”, teria podido fazer ver ao Professor Morsélli que, admitida a existência de um “cérebro etéreo” como sede da consciência individual, o enigma dos “homens que pensam sem cérebro” se tornaria facilmente decifrável, porquan-

to é logicamente presumível que, em dadas circunstâncias de “sintonização fluídica especial” entre o “cérebro somático” e o “cérebro etéreo”, este possa substituir temporariamente aquele, fazendo o papel de órgão das relações terrenas. Por outras palavras: em tais contingências, é manifesto que a única circunstância de fato, absolutamente necessária a explicar o perturbador mistério, é a de reconhecer-se que existe uma consciência individual, independente do órgão cerebral e é o que se obtém reconhecendo a existência de um “cérebro etéreo”, sede da personalidade integral subconsciente, provida de faculdades de sentido supranormal.

A questão das funções reais do cérebro com referência à exteriorização do pensamento é tão importante, que me decido a citar um trecho de outro trabalho meu em que tratei expressamente desse árduo tema.

Na Segunda Série das minhas *Pesquisas sobre as manifestações supranormais* (págs. 186-9), assim me exprimia a respeito:

“É de se notar que Taine, comentando a doutrina do paralelismo psico-fisiológico, compara a dupla função – psíquica e física – do cérebro à de um livro escrito em duas línguas: a do autor, que representaria a função *psíquica*, e outra, em que o texto consistiria numa pura tradução do original, que representaria a função *física*. Feliz e sugestiva comparação, pois que ilustra as funções do cérebro, sem prejuízo da questão das “origens” da atividade psíquica propriamente dita, pelo que vale por apontar o caminho que se deve tomar, a fim de conciliar os propugnadores do paralelismo psico-fisiológico com os sustentadores da espiritualidade da alma.

Noutros termos: é exato que a razão de ser do cérebro, como órgão do pensamento, consiste no fato de realizar-se, por seu intermédio, uma dupla função psíquica indispensável a que o “espírito” entre em relação com o ambiente terreno: de um lado, a função de “traduzir” as inúmeras vibrações físicas, que chegam ao cérebro por meio dos sentidos, em vibrações psíquicas perceptíveis ao “espírito”; de outro lado, a função de “transmitir” à periferia as “imagens psí-

quicas” com que o espírito responde às vibrações específicas que lhe chegam do ambiente terreno. Ora, sendo essas as funções do cérebro, não é possível que elas se executem sem uma correspondente dispersão de energia nervosa, em perfeita equivalência com a natureza e a intensidade das atividades psíquicas em função, com o que se dá plena razão aos fisiologistas...

Dessas considerações deduz-se que a feliz comparação de Taine exprime com verdade a dupla função do cérebro: num primeiro tempo, “tradução”; num segundo tempo, “transmissão”. Para maior exatidão, dever-se-ia dizer que as multiformes vibrações físicas específicas, que do mundo exterior chegam ao cérebro por meio dos sentidos, são aí “traduzidas” em conjugações sensório-psíquicas perceptíveis ao “espírito” (cumpre lembrar que um espírito não pode perceber vibrações *físicas*). Determina-se assim um “estado de consciência” a que o espírito responde, contrapondo a *imagem psíquica* correspondente, com a qual ele atua sobre os centros de inervação *eferente*, que a transmitem à periferia segundo uma certa ação especializada, em correspondência com o originário estímulo perceptivo.

Para corroborar o que afirmo, aponto, de passagem, o fato de os fisiologistas considerarem o “córtice cerebral” como um conjunto de “centros de elaboração do pensamento, com o auxílio de *imagens psíquicas*”. Assim, por exemplo, o centro da linguagem se exercitaria por meio de “imagens fonéticas das palavras”, o que explica a aparente contradição implícita no fato de que, quando lesado o centro da linguagem, dá-se à perda da fala (*afasia*), embora não exista verdadeira paralisia dos órgãos de fonação, o que pode ocorrer por haver a lesão em apreço tornado impossível a transmissão das “imagens fonéticas” das palavras. Consequentemente, não pode produzir-se a excitação psicomotriz dos órgãos de fonação. É, pois, certo que os centros de inervação *eferente* são estimulados por meio de imagens psíquicas.

Aqui, depois de haver exposto em termos científicos a tese propugnada, resta-me expô-la em termos filosóficos, observando que, se é certo que o espírito humano contém em si uma centelha de essência divina, verdade também é que o “divino” existente no espírito humano não chega a individualizar-se, senão passando do reino do “Absoluto” ao do “Relativo”, do domínio do “Nômeno” ao do “Fenômeno”. Segue-se que, para entrar em relação com as manifestações do Universo Fenomênico, o espírito precisa de um *órgão transformador* apropriado e esse órgão é o cérebro. Por outra: a verdadeira tarefa do cérebro, nas suas relações com o espírito, consiste em por o espírito em condições de perceber um determinado aspecto da Realidade Incognoscível, segundo um dado sistema de aparências fenomênicas, que se manifestam sob modalidades sempre diversas, em qualquer mundo habitado do Universo inteiro, aparências fenomênicas em meio das quais tem o espírito por destino viver e exercitar-se, visando elevar-se no conhecimento da Realidade Absoluta, contemplada através das modalidades infinitas em que se transforma, manifestando-se no Relativo. Compreende-se, portanto, a necessidade que tem o espírito de possuir um cérebro que atue como órgão transformador da Realidade Absoluta em manifestações relativas ou fenomênicas, encargo infinitamente grandioso, a que são prepostos os mundos inumeráveis que povoam o Universo.

Do ponto de vista do “paralelismo psicofisiológico”, ponderarei que, com a teoria em apreço, se logra conciliar as afirmações dos fisiologistas com a tese espiritualista, pois que, de uma parte, se reconhece que a dupla função de “traduzir” e de “transmitir”, que cabe ao órgão cerebral, se executa a expensas da energia acumulada nas células nervosas, conforme o sustentam e demonstram os fisiologistas; de outra parte, ressalta que essa condição de fato se mostra conciliabilíssima com a existência de um espírito independente do instrumento de que ele se utiliza para entrar em relações com o ambiente terreno. Daí decorre que a melhor definição do “paralelismo psicofisiológico” é a que formu-

lou o eminente filósofo italiano Pietro Siciliani, afirmando a indubitável correlação, por lei de equivalência, das atividades opostas, morfológica e psíquica, mas reconhecendo, ao mesmo tempo, que essa correlação se tem de interpretar no sentido de uma “correspondência paralela” e nunca no de uma “absoluta conversão”.”

Assim me expressava eu no meu estudo intitulado *Cérebro e Pensamento* e oportuno se me afigura valer-me do trecho reproduzido em apoio de tudo quanto afirmo com relação ao fato de que a existência de uma patologia mental se concilia perfeitamente com a existência de um espírito que sobrevive à morte do corpo, isento, pois, das enfermidades que afligem o aparelho somático, do qual ele se serve para entrar em relações com as manifestações do ambiente fenomênico, no qual é seu destino viver e exercitar-se.

Volvendo aos fenômenos de “bilocação”, concluo observando que tudo concorre para demonstrar que o formidável mistério do ser, em torno do qual se afadigaram em vão tantos sistemas filosóficos edificadas em trinta séculos, estará experimentalmente devassado no dia em que fique cientificamente demonstrada a existência de um “corpo etéreo” exteriorizável, imanente no “corpo somático”. Noutros termos: para devassar o enorme mistério que se conservou impenetrável a todas as filosofias bastam unicamente os fenômenos de “bilocação”, tanto mais quanto eles se conjugam indissoluvelmente às três formas clássicas das manifestações metapsíquicas de ordem espontânea, quais as “aparições de defuntos no leito de morte”, as “aparições de defuntos pouco depois da morte” e as “visões de fantasmas nas casas assombradas”, manifestações estas que representam *a fase terminal e o complemento necessário dos fenômenos de “bilocação”*.

Não será ocioso lembrar que as aparições de defuntos no leito de morte e depois da morte são muitíssimas vezes percebidas, *coletivamente e sucessivamente*, por diversas pessoas, o que importa na eliminação da hipótese alucinatória. Outro tanto pode dizer-se com relação aos fenômenos de “assombração” que, além de serem observados, coletiva ou sucessivamente por várias

pessoas, são muitas vezes identificados por percipientes a quem se apresenta um retrato do fantasma.

Assim, pois, segue-se que as aparições dos defuntos, com o serem irrevogavelmente tais, corroboram os fenômenos de “bilocação”, demonstrando que a existência de um “corpo etéreo” no homem, suscetível de exteriorizar-se com os atributos da consciência e da inteligência, encontra sua razão de ser no fato da sobrevivência do espírito à morte do corpo.

Capítulo V

Não é verdade que o Animismo inutiliza as provas em favor do Espiritismo

Nas conclusões do capítulo precedente, ficou assinalada a grande importância teórica dos fenômenos de “bilocação”, que parecem indissolavelmente vinculados às outras categorias de manifestações supranormais, de natureza extrínseca, que os corroboram, completando-os. Tais são, como vimos, as “aparições dos defuntos junto ao leito de morte”, as “aparições dos defuntos pouco depois de ocorrida a morte”, as “visões de fantasmas nas casas assombradas” e várias outras manifestações supranormais de ordem extrínseca, independentes, portanto, das faculdades supranormais subconscientes.

Nada, pois, melhor do que passar em rápida revista as categorias de manifestações dessa natureza, as quais, de forma complementar, confirmam a grande verdade da existência do “corpo etéreo” imanente no “corpo somático”.

Dessa revista emergirá a mole imponente e variada da fenomenologia supranormal, sistematicamente olvidada pelos opugnadores, quando afirmam que a existência de faculdades supranormais subconscientes inutiliza as provas de identificação espiritual, tornando teoricamente impossível a demonstração experimental da sobrevivência humana.

Assim sendo, parece manifesto que os opositores chegam a conclusões gerais, firmados em pesquisas parciais, senão mesmo parcialíssimas, com a agravante de que suas conclusões relativas aos casos de identificação espiritual são, a seu turno, miseravelmente errôneas nas três proposições com que procuram legitimar as aludidas conclusões. Quer dizer que eles erram quando se lançam à procura de uma gênese biológica das faculdades supranormais subconscientes; erram quando afirmam a impossibilidade de traçarem-se limites aos poderes da subconsciência e erram quando vêem uma causa neutralizante na existência das comunicações mediúnicas entre vivos. Daí decorre que, para conhecer-

se a verdade a esse respeito, nada de melhor do que adotar as conclusões diametralmente opostas, reconhecendo que, em realidade, os casos de identificação espiritual, fundados nas informações pessoais que fornecem os defuntos que se comunicam, deveriam bastar, por si sós, para provar, baseado nos fatos, a sobrevivência humana.

Estabelecido isto, declaro que no presente capítulo me absteirei de aduzir provas de identificação de defuntos, da natureza indicada, dedicando-me unicamente a demonstrar, com o apoio dos fatos, que os opositores não concluído em sentido negativo, desprezando uma série imponente de fenômenos supranormais de natureza extrínseca que, resultando, pela sua própria natureza, independentes das faculdades supranormais subconscientes e nada tendo, por conseguinte, de comum com o Animismo, fornecem provas invulneráveis aos engenhos ofensivos do Animismo.

Significa isto que, mesmo que se concedesse onisciência divina à subconsciência humana, não se conseguiria neutralizar a eficácia demonstrativa das provas de que se trata. Com efeito, que pode haver de comum entre os poderes inquiridores das faculdades supranormais subconscientes e as aparições de defuntos no leito de morte,³ ou as aparições de defuntos pouco depois de ocorrida a morte? As aparições identificadas dos defuntos, quando são vistas coletiva ou sucessivamente por muitas pessoas, não podem explicar-se, a não ser por meio da hipótese espiritual; de todo modo, porém, certamente não se explicam recorrendo-se a faculdades supranormais selecionadoras de informações nas subconsciências das outras, visto que, nos fantasmas reconhecidos, não há o que extrair selecionando, mas muito que meditar observando. Outro tanto se pode dizer relativamente à produção de qualquer fenômeno de ordem espontânea, ligado de modo direto a um evento de morte.

Nada mais preciso acrescentar, porquanto os fatos que me cingirei a referir darão por si mesmos a mais eloquente das demonstrações no sentido indicado.

Começarei pela última categoria supra indicada: a dos fenômenos supranormais espontâneos, ligados de modo indubitável a um fato de morte.

Dessa natureza são os fenômenos de “telecinesia” e de “música transcendental”, quando se produzem logo depois de um acontecimento mortuário, ou alguns dias depois. No primeiro caso, reconheço que, embora interessantes, porque tendem a provar o êxodo de uma força *inteligente* que atua, à distância (quadros que caem, relógios que param, pancadas sonoras nas cabeceiras dos leitos), ainda tais fenômenos não se mostram suficientes a comprovar a tese aqui considerada. No segundo caso, ao contrário, o dos fenômenos que se produzem alguns dias depois do fato mortuário, esses entram na órbita dos fenômenos que a confirmam, pois que, com relação a eles, afastada se conserva a hipótese telepática combinada ao êxodo presumível de energia vital do moribundo. É de notar-se, ao demais, que, muito freqüentemente, nos casos em questão, se trata de pessoas que haviam prometido, em vida, manifestar-se depois de mortas ao percipientes, de maneira especificada, com o fim de dar-lhe a grande prova de que o espírito sobrevive à morte do corpo.

Nas minhas duas monografias sobre os fenômenos em foco, refiro bom número de casos desse gênero, entre outros, o seguinte, que escolho porque conheci pessoalmente o relator – Dr. Vincenzo Caltagirone – com quem discuti longamente sobre o memorável acontecimento em que ele fora protagonista e cuja narrativa publicara, fazia pouco tempo, na revista psíquica de Palermo: *Filosofia della Scienza* (maio de 1911, pág. 65), endereçando ao seu diretor a carta seguinte:

“Já que entende que o fato que lhe relatei de viva voz pode servir como documento de estudo para a Ciência, à qual você dispensa tão louvável interesse, eis por escrito a narrativa fiel, com todos os pormenores, sem qualquer comentário meu.

Sabe você que me mantenho positivista, se bem creia na realidade de alguns fenômenos mediúnicos que tive ocasião de comprovar pessoalmente, mesmo no exercício da minha profissão. Por isso, repito, nenhum comentário faço.

Eu era amigo do Sr. Benjamin Sirchia, de quem também era o médico assistente. Sirchia, conhecidíssimo em Palermo, fora um velho patriota, pelo que tornara-se muito popular. Possuía ótimas qualidades morais e cívicas, mas era um incrédulo no mais amplo sentido da palavra.

Vindo freqüentemente a minha casa, aconteceu, no mês de maio do ano passado, falarmos, não sei como, nem a que propósito, de fenômenos mediúnicos. A uma pergunta sua, respondi afirmando-lhe que eu sabia, por experiência pessoal, da realidade de alguns fenômenos e lhe falei das variadas interpretações que se lhes dão, tanto pró como contra a teoria espírita. Nessa ocasião, ele, em tom de gracejo, me disse:

“Ouça, doutor, se eu morrer antes do senhor, como é provável, pois que sou velho e o senhor ainda moço, forte e vigoroso, dou-lhe a minha palavra de honra de que virei, se sobreviver, trazer-lhe uma prova da verdade.” (Estávamos, no momento, sentados na minha sala de jantar.) Eu, a rir e no mesmo tom de gracejo, lhe respondi: “Então, venha manifestar-se quebrando qualquer coisa nesta sala, por exemplo, o candelabro suspenso sobre esta mesa!” – E, querendo ser cortês com ele, acrescentei: “Por meu lado, comprometo-me, se morrer antes de você, a vir dar-lhe um sinal semelhante, em sua casa.”

Repito: essas coisas foram ditas mais por brincadeira do que por outra causa e, direi mesmo, como que para por termo à conversação. De fato, separamo-nos e, como ele me prevenira de que partiria, dali a poucos dias, para a cidade de Licata, na província de Girgênti, onde ia residir por algum tempo, disse-lhe que iria à estação saudá-lo por ocasião da sua partida. Desde aquele dia, não mais tive notícias suas, nem direta, nem indiretamente. Isto se deu, como já disse, no mês de maio de 1910.

Em dezembro último, não me recordo precisamente se no dia 1º ou 2, mas com certeza num desses dias, à tarde, cerca das 18 horas, estava eu à mesa com minha irmã, única pessoa com quem convivo, quando a nossa atenção foi atraída

por algumas pancadas leves, ora na guarnição do candelabro de centro suspenso ao teto da sala de jantar, ora sobre a cobertura móvel, de porcelana, sobreposta ao tubo de cristal. A princípio, atribuímos essas pancadas a efeitos do aquecimento produzido pelo calor da chama, que tratei de abaixar um pouco. Como, porém, as pancadas se acentuassem e continuassem, quase ritmicamente, trepei numa cadeira, a fim de verificar mais cuidadosamente o fato, para o qual, entretanto, não achei explicação, pois me certifiquei de que o fenômeno não se podia atribuir a excesso de calor produzido pela chama, que funcionava com uma pressão normal. Ao demais, não se tratava desses pequenos estalos que costumam produzir-se por efeito de incêndio ou de excessivo calor, mas de estalidos secos de som especial, como se proviessem das juntas dos dedos, ou da percussão com uma vareta de metal batendo intencionalmente num objeto de porcelana suspenso. Procurei verificar se haveria qualquer coisa estranha capaz de produzir aqueles estalos... Nada. Afinal, acabamos de jantar e por aquela noite o fenômeno cessou.

Na tarde seguinte, repetiu-se e assim durante quatro ou cinco dias consecutivos, deixando-nos presas sempre da mesma curiosidade. Na última dessas tardes, porém, uma pancada forte e rápida partiu em dois pedaços a cobertura móvel que permaneceu presa nesse estado ao gancho do contrapeso metálico. Verifiquei-o subindo em cima da mesa, para observar *de visu* o efeito da última pancada. Recordamos com exatidão, eu e minha irmã, que, embora houvésssemos apagado o lampadário do centro, onde se dava o fenômeno, e acendido, em substituição, outro bico de gás, ligado lateralmente àquele, continuaram as pancadas neste último, sempre com a mesma intensidade.

Devo lealmente declarar, à fé de gentil-homem, que, em todos aqueles cinco ou seis dias de observação do fato, que não me era possível explicar, jamais pensei no meu amigo Benjamim Sirchia e muito menos na conversação do precedente mês de maio, da qual em absoluto me esquecera.

No dia seguinte àquela última noite, em que, como deixei dito, a cobertura se quebrara, ficando aderentes as duas partes e presas no lugar onde estavam, achando-me, pelas oito horas da manhã, no meu gabinete e na sacada minha irmã a observar não-sei-quê na rua, e tendo saído a doméstica, ouvimos na sala de jantar uma formidável pancada, como se na mesa houvesse alguém dado uma violenta paulada.

Minha irmã, da janela a ouviu, como eu, e ambos corremos simultaneamente a ver o que acontecera.

Causará estranheza dizer – mas, por muito estranho que seja, garanto que é verdade – sobre a mesa, *como se ali fora colocada pela mão de um homem*, achava-se uma metade da cobertura móvel, ao passo que a outra metade se conservava suspensa no mesmo lugar. Evidentemente, o barulho que escutáramos não guardava proporção com o que ocorreria. Era o último fenômeno a coroar os fatos singulares que se haviam repetido por cinco ou seis dias, tendo-se dado esse último em pleno dia e sem a ação do calor.

A queda daquela metade da cobertura de porcelana não podia ter-se verificado perpendicularmente, porque, devendo passar pelo centro da guarnição, houvera encontrado o tubo de junção com a respectiva rede, os quais teriam de quebrar-se para deixar livre a passagem à meia cobertura e ambos estavam perfeitamente intactos e o espaço vazio não era suficiente para deixá-la passar. Se, pois, houvesse caído sobre a superfície curva do resto da peça (quebra-luz bastante grande), a dita meia cobertura, com o choque, se teria quebrado ou partido o quebra-luz. Ora, não se tendo dado isso, forçosamente caíra obliquamente num ponto distante do centro da mesa, ou mesmo fora desta, nunca perpendicularmente ao eixo do candelabro.

Conseqüência: o rumor foi um aviso de que o fenômeno se produzira; o pedaço da cobertura colocado daquele modo constituiu a prova de que o fato não fora acidental, porquanto estaria em oposição às leis da queda dos corpos e às outras leis da balística.

Devo confessar, ainda uma vez, que, mesmo naquele momento, não me lembrei absolutamente do amigo Sirchia, das suas promessas, nem do pacto que fizera comigo em maio do ano transato.

Passados dois dias, encontrando-me com o Prof. Busci, docente nesta cidade, disse-me ele: “Sabe que o pobre Benjamim Sirchia morreu?” – “Quando?” perguntei ansiosamente. – “Nos últimos dias de novembro passado, respondeu ele, a 27 ou 28.” – “Últimos dias de novembro?” É singular, pensei então; será que se liguem à sua morte os fenômenos destes dias?... – Começando do dia 1º para o dia 2 de dezembro, dura de 5 a 6 dias a tentativa de quebrar alguma coisa do candelabro do centro da sala de jantar, exatamente o que eu indicara em maio a Sirchia, e a tentativa não cessa, enquanto não é conseguido esse resultado! Singular também isto! Obtido o efeito desejado, como que para bem assinalá-lo, a formidável pancada de aviso: a colocação intencional da metade da cobertura num ponto onde ela não poderia cair por acaso e, portanto, para excluir toda possibilidade de acaso.

Comprovo – ilustre amigo – não deduzo. O que é certo é que eu e minha irmã, sem sabermos porque, resolvemos guardar como estimada recordação de um fenômeno desconhecido os dois pedaços da cobertura, conservando-os entre as nossas coisas preciosas e caras.”

(Assinado: Dr. Vincenzo Caltagirone)

Está aí já um primeiro exemplo em que se tratam de fenômenos objetivos, independentes das faculdades investigadoras e selecionadoras da subconsciência, fenômenos que certamente não se podem explicar pelo Animismo e de cuja existência os opositores se esqueceram ao formularem suas conclusões negativistas.

Mais uma vez repito que a tese desenvolvida com tanta pertinácia pelos opositores consiste em presumirem que as faculdades supranormais subscientes bastam para explicar todas as manifestações dos chamados defuntos, que fornecem informa-

ções verídicas sobre suas existências terrenas, o que neutralizaria para sempre – segundo eles – toda possibilidade de demonstrar-se experimentalmente a existência e a sobrevivência do espírito humano. Quer isto dizer que os opositores raciocinam e concluem como se na coletânea dos casos metapsíquicos não houvesse outros fenômenos capazes de resolver experimentalmente o árduo problema, a não serem as mensagens dos defuntos que se comunicam mediunicamente, quando é de todos sabido que naquela coletânea se contam numerosas categorias; grupos e subgrupos de manifestações maravilhosas, de várias naturezas, convergindo todas para a solução espiritualista da grandiosa questão.

O caso citado representa um primeiro grupo de episódios indicadíssimos para tal fim, conquanto não pertençam, certo, à categoria dos fenômenos que os opositores hão investigado, por dizer respeito a uma grande variedade de incidentes, entre os mais sugestivos, em sentido espiritualista. Com efeito, nesse caso, há uma promessa feita em vida por um indivíduo céptico a um seu amigo e cumprida por meio exatamente do fenômeno que o autor da promessa previamente escolhera, como demonstração póstuma da sua presença espiritual no lugar do fenômeno. Na ânsia de produzi-lo conforme ao que prometera, o defunto persiste em repetir por cinco ou seis dias as suas tentativas, até conseguir quebrar no lampadário do amigo o pedaço designado, que em seguida depõe num ponto onde o mesmo pedaço não teria podido cair naturalmente. Atingido o escopo, uma pancada formidável dada na mesa avisa do fato as pessoas interessadas. Depois, cessam para sempre as manifestações, evidentemente porque a promessa fora cumprida.

Não há quem não veja que o fenômeno, em todo o seu desenvolvimento, denota, no sítio onde se produziu, a presença real de uma intencionalidade que sabe o que quer e se esforça por dar *prova* de si, em condições tais, que excluem qualquer explicação naturalística do mencionado fenômeno. Segue-se que a hipótese da “telemnesia” a selecionar dados na subconsciência de outrem entra por coisa alguma no episódio exposto. Ora, se assim é, o episódio adquire valor de prova de identificação espírita inde-

pendente da jurisdição das faculdades supranormais subconscientes e, portanto, invulnerável a todas as hipóteses de que dispõem os propugnadores do “Animismo totalitário”, hipóteses que se fundam exclusivamente nos poderes supranormais da subconsciência, poderes que, por comodidade teórica, são arbitrariamente estendidos a latitudes ilimitadas.

Vê-se que na sua missiva o Dr. Caltagirone declara conservar-se positivista, mal grado ao memorável acontecimento que observou. Posso, entretanto, afirmar que essa declaração foi uma medida de precaução, justificada por interesses profissionais em perigo. Particularmente, ele me falara de modo bem diverso e terminara dizendo: “Uma coisa é ler a narrativa de um fenômeno, como esse que me sucedeu, e outra coisa muito diferente é ter presenciado. Quando se lêem episódios dessa espécie, eles causam uma certa impressão, mas são de pronto esquecidos, sem deixarem vestígios. Quando, ao contrário, se lhes assiste à produção, nunca mais são olvidados e assumem tal eloquência demonstrativa, que fazem mudar de opinião até um Büchner, um Moleschott, um Ernesto Haeckel.”

*

Há uma classe de manifestações metapsíquicas que, embora suficientemente rica de episódios vários e não inferior a outros pelo seu valor teórico, há sido até hoje completamente desprezada. É a classe das manifestações musicais.

São em grande número os escritores que relatam episódios dessa natureza, mas nenhum deles pensou jamais em os colecionar, classificar e analisar.

Contam-se várias categorias de manifestações de tal gênero, a começar dos casos em que a “música transcendental” se apresenta de forma objetiva, com o auxílio de um médium, fato que se pode dar de maneiras diversas: ora sem instrumentos de música, como nas sessões de William Stainton Moses; ora por meio de instrumentos musicais, mas sem o concurso direto do médium, como nas sessões de D. D. Home; ora, finalmente, com o concurso direto do médium, mas de modo meramente automático, como no caso do médium pianista Aubert.

Vêm depois as manifestações de origem telepática, em que o fenômeno da audição musical coincide com acontecimentos mortuários verificados à distância.

Seguem-se casos de audição musical com caráter de “assombração”, isto é, que se verificam em localidades assombradas.

Doutras, vezes, a música transcendental é percebida por um *sensitivo* em estado sonambúlico, ou em estado de vigília, com exclusão de qualquer coincidência de morte.

Mais freqüentes são os episódios de audição musical junto a um leito mortuário, circunstância em que podem ser percipientes ora o moribundo somente, ora apenas algumas pessoas presentes, ora todas coletivamente.

Há, por fim, episódios de audição musical que se produzem depois de uma morte, caso em que o fenômeno pode assumir valor de prova de identificação espiritual.

O episódio que se segue foi colhido e investigado pelo Dr. Hodgson, que o publicou em o *Journal of the S. P. R.*: É esta a narrativa que dele fez a Srta. Sarah Jenckins:

“No ano de 1845, o Sr. Hewig, musicista tedesco de grande valor morria subitamente na cidade de Boston, onde residia desde longos anos. Eu era então muito jovem ainda e somente o conhecia pela sua fama, pois assistia a vários dos seus concertos públicos de violino, que despertavam em mim grande admiração pelo artista. As minhas relações com ele consistiam apenas em que, no inverno anterior à sua morte, eu o encontrava quase diariamente na rua por onde me encaminhava para a escola. Era uma simples coincidência, mas aqueles encontros se tornaram tão habituais, que ele acabou por notá-lo; entrou a sorrir quando eu passava e, por fim, a saudar-me respeitosamente. Eu lhe correspondia, também respeitosamente, à saudação.

Pelo outono, ele morreu subitamente, realizando-se os seus funerais a 4 de novembro, na igreja de Trinity, então na rua Summer. Foi uma cerimônia solene e comovedora, em que tomaram parte todos os musicistas de Boston, bem como outras eminentes personalidades, pois que era geral a

consternação por motivo de sua morte. Assistia eu com minha irmã à solenidade e, quando esta ia em meio, fui presa de um sentimento tão inexprimível, quanto inexplicável, o de que ele poderia, naquele momento e naquele ambiente, levantar-se do catafalco e aparecer entre nós, como se fora vivo. E, sem me aperceber bem do que fazia, tomei da mão de minha irmã e exclamei quase em voz alta: “Oh! ele tem que ressurgir para nova vida!” Minha irmã me olhou espantada e murmurou: “Cala-te.”

À noite daquele mesmo dia, em nossa sala de jantar, minha mãe, duas irmãs minhas, um amigo de Cuba e eu falávamos do solene funeral a que assistíramos. Minha irmã narrava o singular incidente da minha exclamação, repetindo as palavras que eu proferira, quando, de improviso, ecoou pela sala uma onda de musica maravilhosa, qual nenhum de nós jamais ouvira. Vi uma expressão de espanto, quase medo, nos semblantes de todos os presentes. Eu própria me sentia presa de uma espécie de pavor do invisível, mas continuei a falar incoerentemente do assunto de que tratava. Pela segunda vez, ecoou na sala outra onda de acordes musicais sonoros e estupendos, que lentamente foram enfraquecendo até se dissiparem. Minha irmã e eu corremos à janela, para nos certificarmos de que nenhuma banda de música passava por ali no momento. A rua estava deserta, nenhum som se ouvia, exceto o murmúrio de uma chuva fraca. Subi então a escada, entrei na sala que ficava por cima da de jantar, onde se achava, sentada e a ler, uma senhora, nossa hóspede, filiada à seita dos Quakers. Na sala havia um piano e, conquanto estivesse fechado, perguntei: “Porventura, alguém tocou piano aqui?” – “Não – respondeu ela – mas ouvi o som de uma música muito estranha. Que foi?”

Ora, bom é se saiba que nenhum de nós jamais foi supersticioso, que, ao contrário, fomos todos educados a zombar dos fantasmas, de sorte que a nenhum passou pela idéia considerar transcendental o acontecimento. Não podíamos, porém, deixar de olhar-nos com espanto, uns aos outros perguntando: “Que foi o que sucedeu? Donde provinha

aquela música?” A senhora S., a boa Quaker, se mostrou repentinamente muito preocupada e agitada. Quando suas filhas regressaram a casa, todas juntas percorreram as circunvizinhanças, perguntando se alguém estivera a tocar música àquela hora da noite. Ficou, no entanto, exaustivamente provado que ninguém tocara instrumentos de música, ou ouvira que alguém tocasse na rua. Por outro lado, a música que ouvíamos ressoara na nossa própria sala e era diversa de todas as músicas até então ouvidas. Sobre isto, todos estávamos de perfeito acordo...”

(Assinado): Sarah Jenckins.

A irmã da relatora confirmou nestes termos a narrativa:

“Li atentamente o relato de minha irmã e garanto a sua escrupulosa exatidão.”

O Dr. Hodgson fez à Srta. Jenckins algumas perguntas e das suas respostas extraio este trecho:

“A Sra. S., Quaker, estava hospedada em nossa casa. Perguntei-lhe se alguém havia tocado piano, não porque a música que escutávamos se assemelhasse à de um piano, mas unicamente para, de certa maneira, fazê-la derivar de uma causa natural.

A todos nos pareceu que a música era tocada na própria sala onde estávamos. Começou num de seus ângulos e percorreu-a toda. Comparei aquela música a raios de Sol convertidos em sons e, ainda agora, não a posso definir melhor.”

Também os casos desta natureza, casos espontâneos, de ordem coletivamente audível e que ocorrem pouco depois de uma morte, independem da famigerada jurisdição das faculdades supranormais subconscientes, afirmação que ninguém ousará contestar.

Ora, como, certamente, não é possível recorrer-se à hipótese alucinatória, tanto mais se considerar que o Prof. Morsélli e o Prof. Richet declararam acordemente que as alucinações coletivas – sempre raras – se originam infalivelmente de sugestões

verbais em ambientes de exaltação mística e nunca de um fenômeno de transmissão telepática do pensamento; como, no caso em apreço, se teria de admitir que a alucinação auditiva fora transmitida aos presentes e *aos ausentes*, visto que dela compartilhou uma senhora que se achava absorta em certa leitura no pavimento superior, necessariamente se terá de aceitar a única solução lógica do memorável evento: a da presença real do defunto musicista, no lugar onde foi ouvida a música. Dir-se-á então que, dirigido com profundo pesar ao artista defunto, o pensamento da relatora e de todos os presentes determinou a *relação psíquica* entre o espírito do mesmo musicista e as pessoas que nele pensavam. Em conseqüência, o espírito do defunto, desejoso de revelar a sua presença, em sinal de estar consciente do que se passava e em sinal também de gratidão, mas não conseguindo manifestar-se diretamente, fê-lo “do modo mais fácil”, que lhe era indicado pelas próprias idiossincrasias musicais.

E o estranho e inexprimível sentimento de que foi presa na igreja a relatora, fazendo-a pensar na possibilidade da presença do defunto aos funerais, significa que a *relação psíquica* já se estabelecera desde aquele momento entre o defunto e a sua admiradora, que a partir de então ficou sujeita à influência do seu pensamento, o que mais admissível ainda se torna, se se considerar tal incidente em conjugação com o outro, complementar, o da música transcendental se haver feito ouvir precisamente quando a irmã da narradora referia o mencionado incidente. Foi como se o espírito do defunto quisesse dessa forma sublinhar os fatos que melhor apontassem aos percipientes a origem e o objetivo da manifestação de música transcendental.

*

Antes de prosseguir no assunto, devo prevenir que na presente enumeração de exemplos de fenômenos, que independem dos poderes da subconsciência, não poderei manter uma graduação regular, porque boa parte dos aludidos fenômenos cabe em diversas categorias. Assim, por exemplo, o caso acima exposto como de “música transcendental” é, simultaneamente, um caso de “manifestação de defunto pouco depois de sua morte”, do

mesmo modo que outros casos citados antes, como de “bilocação no leito mortuário”, são também casos de “aparição de defunto junto ao leito de morte”. Portanto, não sendo possível observar uma graduação regular, mister se faz nos apeguemos a uma graduação relativa, coisa, aliás, sem importância, pois que, em nosso caso, somente importa a eficácia demonstrativa que dimana de muitos episódios selecionados, pertencentes a múltiplas categorias, mas reunidas num capítulo.

Firmado isto, passo a mencionar alguns exemplos de “aparições de defuntos junto ao leito de morte”, lembrando, ainda uma vez, que a impossibilidade de citar exemplos das multiformes modalidades sob as quais se produzem os fenômenos redundante em prejuízo da eficácia cumulativa deles; mas, é este um inconveniente a que não se pode fugir.

Faço, por fim, notar que, se bem eu reconheça que os casos aqui considerados somente apresentam valor científico quando observados coletivamente, não posso deixar de citar um em que isso não se verifica, mas que se desenvolve em condições tais, que suprem, na minha opinião, a falta de testemunho coletiva.

Tiro-o do *Journal of the American S. P. R.* (1918, págs. 375-390). É o comovente episódio de uma menina enferma que, nos seus três últimos dias de vida, vê e conversa com um irmãozinho defunto e com outras entidades espirituais, ao mesmo tempo em que se lhe apresentam passageiras visões do Além. Como, porém, a exposição do caso ocupa 17 páginas da revista, limitar-me-ei à citação dos trechos essenciais.

Era pai da menina o Rev. David Anderson Dryden, missionário da Igreja Metodista, e sua mulher foi quem registrou o que a filha proferiu nos seus últimos dias de vida. Por morte da Sra. Dryden, suas notas foram publicadas em opúsculo, com o intento de oferecer conforto a algumas almas presas da dúvida e dolentes.

Chamava-se Daisy a menina. Nascera em Marysville (Califórnia), a 9 de setembro de 1854, e faleceu em San José, a 8 de outubro de 1864. Contava, pois, dez anos.

Atacada de febre tifóide, teve o pressentimento do seu fim, mal grado aos bons prognósticos dos médicos. Três dias antes de morrer, tornou-se clarividente, o que os seus familiares notaram pela primeira vez após uma citação da Bíblia feita pelo pai, citação que provocou da doentinha a observação de que “esperava voltar mais tarde a confortá-los”. E acrescentou: “Perguntarei a Allie se é possível.” Allie era o seu irmãozinho que morrera sete meses antes, de febre escarlatina. Após breve tempo, declarou: “Allie diz que é possível e que poderei voltar algumas vezes, mas vocês não saberão que estou presente. Entretanto, eu me acharei em condições de conversar com o vosso pensamento.”

Reproduzo alguns trechos das notas da mãe de Daisy:

“Dois dias antes que ela nos deixasse, veio visitá-la o Diretor da escola. Ela lhe falou livremente da sua próxima partida e mandou um extremo adeus às suas colegas. Ao retirar-se, ele dirigiu à enferma uma frase bíblica um tanto obscura: “Minha boa Daisy – disse – estás preste a vadear o grande rio tenebroso.” O pai procurou explicar-lhe esse conceito, porém ela replicou: “É um erro grosseiro; não há rios a vadear; não há cortina de separação; não há nem sequer uma linha divisória entre esta e a outra vida.” Tirou de sob as cobertas a mãozinha e, com um gesto apropriado, disse: “*O Além é o Aquém*; sei bem que assim é, pois que vos vejo e simultaneamente vejo os Espíritos.” Pedimos que nos informasse acerca do Além e ela observou: “Não posso descrever porque é muito diferente do nosso mundo e eu não conseguiria fazer-me compreendida.”

Estando eu sentada a seu lado, ela apertou com a sua a minha mão e, olhando-me bem nos olhos, disse: “Querida mamãe, eu quisera que pudesses ver o Allie, que se encontra junto de ti.” Involuntariamente, olhei ao meu redor; mas, Daisy continuou: “Diz ele que não o podes ver, porque teus olhos espirituais estão fechados; que eu o posso ver, porque meu espírito se acha agora ligado ao corpo apenas por um fio tenuíssimo de vida.” – Perguntei então: “Ele te disse isso neste momento?” – “Sim, agora mesmo.” – Ao

que ponderei: “Mas, Daisy, como fazes para conversar com Allie? Não te ouço falar e não moves os lábios.” – Ela sorriu e acrescentou: “Nós conversamos com o pensamento.” – Perguntei ainda: “De que forma te aparece o nosso Allie? Tu o vê vestido?” – Ela: “Oh! não; ele não está propriamente vestido como nós. Parece trazer o corpo envolto numa qualquer coisa alvíssima, que é maravilhosa. Se visses como é delicado, leve, resplandecente o seu manto! E como é cândido! Entretanto, não se lhe percebem pregas e não há sinais de costura, indício de que não é uma vestimenta. Seja como for, ajusta-se-lhe tão bem!” – Seu pai recitou este versículo dos Salmos: “Ele é vestido de luz.” – “Oh! sim; é precisamente isso”, respondeu ela.

... Daisy gostava muito que sua irmã Lulu lhe cantasse coisas, sobretudo do livro dos hinos religiosos. Em dado momento, estando Lulu a cantar um hino em que se falava de anjos alados, exclamou a enferma: “Oh! Lulu, não é singular? Sempre pensamos que os anjos tivessem asas; mas, é um erro: eles, de fato, não têm-nas.” Lulu lhe ponderou: “Mas, é preciso que as tenham para poderem voar nos céus.” Daisy replicou: “Eles não voam: transportam-se. Olha, quando penso em Allie, ele o sente e imediatamente vem aqui.”

Douta vez, perguntei: “Como fazes para ver os anjos?” Respondeu: “Nem sempre os vejo; mas, quando os vejo, afigura que as paredes do quarto desaparecem e a minha visão alcança uma distância infinita; e não se poderiam contar os Espíritos que então diviso. Alguns se acercam de mim e são os que conheci em vida. Os outros nunca os vi.”

Na manhã do dia em que morreu, pediu-me lhe desse um espelho. Hesitei, receando se impressionasse ao ver o seu semblante tão macilento. O pai, entretanto, observou: “Deixa que ela contemple o seu rostinho, se lhe apraz.” Dei-lhe o espelho; ela se mirou longo tempo, com a fisionomia calma e triste. Disse depois: “Meu corpo já está consumido; assemelha-se ao vestido velho da mamãe, que está dependurado no outro quarto. Ela não o veste mais e eu muito em

breve deixarei de usar o meu. Mas, tenho um corpo espiritual que o substituirá. Antes, já o trago vestido e é com os olhos espirituais que vejo o mundo espiritual, conquanto o meu corpo terreno ainda esteja ligado ao espírito. Revestirei, porém, outros corpos muito mais belos, semelhantes ao de Allie. Mamãe, não chores; se me vou tão cedo, é para meu bem. Se crescesse em anos, viria ser talvez uma mulher má, como muitas o são. Só Deus sabe o que mais convém ao nosso bem...” Em seguida pediu: “Mamãe, abre-me a janela; quero contemplar, pela última vez, o meu belo mundo. Quando despontar a alvorada de amanhã, já não existirei aqui.” Atendi-lhe ao desejo e ela, voltando-se para o pai, disse: “Papai, ergue-me um pouquinho.” Então, amparada pelo pai, olhou pela janela escancarada e exclamou: “Adeus, meu belo céu! Adeus, árvores minhas! Adeus, flores! Adeus, lindas rosinhas! Adeus, rosas vermelhas! Adeus, adeus, belo mundo!” – E acrescentou: “Como ainda o amo! Entretanto, não desejo ficar!”

Naquela mesma noite, pelas 8:30, ela olhou o relógio e disse: “São 8:30; quando derem as 11:30, Allie virá buscar-me.” E reclinou a cabeça no ombro do pai, dizendo: “Papai, quero morrer assim. Quando chegar a hora, eu te avisarei...” As 11:15, disse: “Papai, ergue-me; Allie veio buscar-me.” Logo que se achou na posição que desejava, pediu que cantássemos. Alguém disse: “Vamos chamar a Lulu.” Daisy, porém, obtemperou: “Não, não na perturbem; ela está dormindo.” E, no momento exato em que o relógio marcava as 11:30 – hora predita para a partida – estendeu para o alto os braços, dizendo: “Vou, Allie”, e não mais respirou.

O pai acomodou de novo no leito o corpinho inanimado e disse: “Partiu a nossa querida filhinha; agora já não sofre.” Solene silêncio reinava no aposento, mas não se chorava. Porque chorar? Cabia-nos antes render graças ao Pai Soberano pelos ensinamentos que, por intermédio de uma criança, nos ministrara naqueles três dias sagrados à glória dos céus. E, enquanto contemplávamos o rostinho da nossa morta, sentíamos que o quarto estava repleto de anjos que

nos vinham confortar e uma paz dulcíssima descia aos nossos espíritos, como se os anjos nos repetissem: “Ela não está aqui: ressuscitou.”

O Professor Hyslop entabulou correspondência epistolar com a irmã da vidente, Sra. Lulu Dryden, que confirmou a escrupulosa veracidade dos fatos registrados no diário materno e o autorizou a divulgá-los pela sua revista.

Paro aqui com as citações, sentindo não poder transcrever a narrativa inteira. Além do fato do insólito prolongamento das visões supranormais, com exclusão completa de delírio até ao último instante, há neste episódio o outro fato das observações da vidente sobre o mundo espiritual concordarem admiravelmente com a doutrina espírita e tudo isso por intermédio de uma criança absolutamente ignorante da existência dessa doutrina. Quem lhas sugeriu? Não foram certamente os pais por transmissão telepática do pensamento, pois que, tanto quanto a filha, ignoravam as doutrinas espíritas que, no ano de 1864, ainda estavam em gérmen. Que fazia ela então para conceber por si mesma tantas verdades transcendentais, diametralmente opostas às que aprendera na religião de seus pais? Como podia, espontaneamente, formular conceitos profundos, quais os implícitos nas afirmações de que “o Além é o Aquém?” Que não existem linhas de separação entre a morada dos homens e a dos Espíritos? Que estes conversam entre si e pelo pensamento? Que percebem telepaticamente os pensamentos que os vivos lhes dirigem e acorrem instantaneamente, sem limites de distância? Que os Espíritos não voam, transportam-se? Que somente ela podia ver o irmãozinho defunto, porque, no momento, se achava ligada ao mundo dos vivos apenas por um tenuíssimo fio de vida? Que os defuntos voltam a rever os que lhes são caros, mas que a presença deles é, as mais das vezes, ignorada, porque falam àqueles pelo pensamento (ou pela subconsciência)? Que o homem tem um corpo espiritual imanente no corpo físico? Que o mundo espiritual é muito diferente do nosso, de modo a ser impossível descrevê-lo, porquanto não chegaria, quem o descrevesse, a fazer-se compreendido? E que profunda intuição da verdade nesta observação: “Se me vou tão cedo, é para meu bem. Só

Deus sabe o que é melhor para o nosso bem!” Convenhamos francamente: em tudo isto, as hipóteses alucinatória, auto-sugestiva e telepática não podem ter entrada. Segue-se que as visões da menina Daisy não podem explicar-se, senão admitindo-se que a vidente formulava suas observações baseada em dados de certo modo objetivos e externava elucidações que lhe eram transmitidas por terceiro, conforme ela própria declarava.

A esse propósito, são curiosos os esforços do reverendo Higgins para distinguir os fenômenos ocorridos no leito de morte da menina Daisy Dryden dos do moderno Espiritismo, com o intento de demonstrar que somente os primeiros são conformes aos ditames da Bíblia Sagrada e que, portanto, só eles devem considerar-se revelações divinas. Escreveu o reverendo:

“A menina não era, absolutamente, uma médium espírita, do mesmo modo que não o eram Moisés ou S. João, que, a seu turno, ditaram o Livro das Revelações. Nunca espírito algum se lhe apossou do corpo (a Daisy) nem por um só instante, ou falou pela sua boca. Sem dúvida, por uma concessão de Deus, os sentidos espirituais lhe foram desatados, a fim de que ela, nos seus últimos dias de vida, gozasse do espetáculo do mundo espiritual, permanecendo, entretanto, presa ao corpo, em consequência do fato, que o doutor acentuou, de efetivamente levar três dias para morrer.”

Não se faz mister assinalar que as observações do Rev. Higgins apenas demonstram os seus extremamente escassos conhecimentos sobre a doutrina impugnada. A verdade a respeito é esta: eliminada a hipótese alucinatória, as visões da menina Daisy são franca e classicamente espíritas.

O engenheiro Stanley De Brath, no seu livro: *Psychic Research* (pág. 141), cita o caso da Daisy e pondera:

“Na minha opinião, esta simples e comovente narração é mais demonstrativa e convincente do que todas as dissertações dos filósofos e do que todas as doutrinas dos teólogos. Não invejo os que logram ler esta narrativa sem se comoverem e sem lhe *perceberem* o significado... Deixemos que os que ainda julgam poder levar à conta das “alucinações pato-

lógicas” as percepções genuinamente transcendentais da menina moribunda mantenham suas cegas e desoladoras opiniões, se assim o preferem. Saibamos, entretanto, que não somos nós, porém eles, as vítimas de uma enorme ilusão...”

Assim se externou De Brath e eu creio que a grande maioria dos leitores pensarão como ele.

*

Há outro grupo de “aparições de defuntos no leito mortuário” que, conquanto observados por um só vidente, se revestem de grande valor teórico, por serem os videntes e muitas vezes também as moribundas crianças de menos de cinco anos, particularidade de tanta eficácia, no sentido de neutralizar as costumadas hipóteses naturalísticas, que o Professor Richet, o Professor Morsélli e o Dr. Mackenzie se mostram acordes em considerar aquelas hipóteses como inaplicáveis às manifestações de tal natureza.

Num trabalho que incluí no segundo volume das minhas *Pesquisas sobre manifestações supranormais*, citei 14 casos deste gênero, dos quais reproduzo aqui só dois exemplos, escolhendo-os entre os mais breves.

Na revista *Light*, de 7 de abril de 1888, o reverendo William Stainton Moses refere o episódio seguinte, ocorrido com a filha de um alto ministro da Igreja Anglicana e por ela narrado verbalmente ao mesmo Stainton Moles:

“A Sra. H. assistia um menino que estava a morrer na paróquia de seu pai. Havia no quarto dois leitos, um dos quais era uma caminha onde dormia um menino de três ou quatro anos, irmão do enfermo, que desde muitas horas parecia em estado comatoso. Como a mãe dos meninos, a Sra. H. se achava junto ao leito em que jazia o moribundo, já presa dos espasmos da agonia. De súbito, uma voz ecoou no quarto, partindo da caminha. As duas se voltaram e viram sentado o menino, completamente desperto, a apontar com o dedinho para o espaço, irradiando do semblante uma alegria extática. E gritava: “Oh! mamãezinha, mamãezinha,

que belas senhoras ao redor do maninho! Belas senhoras! Mamãezinha, mamãezinha, elas querem levar o maninho.” Voltando-se de novo as duas assistentes para o leito do menino doente, verificaram que havia expirado.”

Stainton Moses faz estes comentários:

“Em face do criticismo prevalecente contra os fenômenos mediúnicos, fora de grande importância recolherem-se casos análogos ao precedente, visto que as crianças de três anos e as lactantes não podem ser tidas por prestidigitadores, nem trampolineiros.”

Estes comentários deveriam completar-se com a observação de que tão-pouco as crianças podem ser tidas como “telepatizadas” de fantasmas. É de lamentar que Moses se haja olvidado de mencionar a idade do menino moribundo. Como, porém, no seu comentário, ele fala de “crianças lactantes”, é lícito se suponha que essa fosse a condição daquele menino.

*

Aqui agora um segundo episódio, em que o moribundo e o percipiente são ambos crianças de mui tenra idade, episódio este bem mais importante do que o primeiro, porquanto se acha indicada a idade do moribundo (4 meses), o que nos permite excluir de modo categórico qualquer forma de auto-sugestão do mesmo moribundo, com a respectiva transmissão telepática à percipiente. A idade desta última (3 anos) exclui, a seu turno, a possibilidade de ela se haver auto-sugestionado, a ponto de ver, por conta própria, fantasmas alucinatórios, dado que a sua pequenina mente não chegava de certo a conceber a possibilidade de aparições transcendentais, junto ao leito do irmãozinho que estava para morrer.

Busquei-o na revista *Ultra* (1909, pág. 91), onde o Sr. Pelusi, bibliotecário da Régia Biblioteca *Vitório Emanuel*, de Roma, o relatou assim, em data de 12 de dezembro de 1908:

“Em Roma. na casa da rua Régio, 21, habitada pela família Nasca, mora, como sublocatário, o Sr. G. Notári, com a mulher, os filhos e sua mãe viúva. Morreu-lhe, a 6 de de-

zembro passado, um filhinho de 4 meses, por volta das 22:45 horas. Em torno do leito do doentinho estavam seu pai, sua mãe, a ama, a locatária da casa, Sra. Júlia Nasca, e uma irmãzinha do moribundo, Hipólita, de 3 anos, meio paralítica, e que, sentada na caminha do irmão, o olhava compassivamente. Em certo momento, uns 15 minutos antes que a morte houvesse posto fim àquela incipiente vida, Hipólita estende os braços para um canto do quarto e grita: “Mamãe, olha lá a tia Olga.” E fez menção de descer do leito para ir abraçá-la. Os presentes ficaram espantados e perguntaram à menina: “Mas, onde? onde?” A criança repetiu: “Ali! Ela está ali!” E quis por força descer do leito para lhe ir ao encontro. O pai ajudou-a a descer e ela correu para uma cadeira vazia. Aí chegando, ficou uma tanto perplexa, porque a visão passara para outro ponto do quarto. A pequenina voltou-se, dizendo: “Está ali, a tia Olga.” Depois, aquietou-se, quando sobreveio o falecimento do irmãozinho.

Essa Olga, irmã da mãe da pequenina, se envenenou, faz um ano, por amor, e o noivo, que se achava ausente, ao saber da morte da sua diletta, se suicidou, depois de pranteá-la durante três meses. Na noite mesma do suicídio, ele apareceu em sonho à irmã de Olga, isto é, à mãe da pequena clarividente, e lhe disse: “Olha, agora vou casar-me com Olga!” Na manhã seguinte os jornais davam notícia do lamentável suicídio.

Garanto a veracidade dos fatos, que me foram repetidos esta tarde, em seus mínimos detalhes, pela família Nasca, meus compadres, e pela ama da clarividente.”

(Assinado): M. Pelusi, Zelador da Biblioteca V. E.

Eis-nos em presença de dois casos de “aparições de defuntos junto a um leito de morte”, nos quais tanto os videntes como os moribundos eram crianças de menos de 5 anos, casos, portanto, que não só independem dos poderes das “faculdades supranormais subconscientes”, como também não poderiam explicar-se por meio de qualquer outra hipótese naturalística. Faço notar

que, noutras circunstâncias semelhantes, mas em que os moribundos eram adultos, a hipótese aventada pelos opositores consistia em presumirem que o próprio moribundo, devido a um fenômeno de associação de idéias geradas pelo estado preagônico, tivera uma visão alucinatória de parentes e amigos defuntos e a transmitira por telepatia às pessoas presentes. No nosso caso, porém, tratam-se de moribundos ainda em idade muito tenra, circunstância que exclui categoricamente qualquer forma de auto-sugestão alucinatória nas crianças prestes a morrer, com a respectiva transmissão telepática às crianças percipientes. Assim sendo, só resta admitir a presença espiritual, no lugar do fenômeno, dos defuntos que são vistos. Ora, foi por isso que os três homens de ciência acima nomeados se acharam no dever de declarar francamente e honestamente que, colecionados que fossem fenômenos dessa natureza em número suficiente, longo trecho se teria percorrido da senda que conduz à demonstração experimental da sobrevivência humana. A bem dizer, o Professor Richet, volvendo ao assunto noutra circunstância, se tirou de embaraços declarando que, “apesar de tudo, mesmo esses episódios carecem de poder para me levarem a concluir que as personalidades dos defuntos assistam, sob a forma de fantasmas, à morte de seus parentes!!!” (Note-se que os três pontos de admiração se encontram no próprio texto). Ora, é evidente que essa afirmação não constitui uma razão, nem um argumento, nem uma objeção. Em suma: nada significa; apenas traduz a opinião do autor, no período de sua vida em que a formulou, opinião que, entretanto, se foi modificando radicalmente nos últimos anos da sua operosa existência.

*

Aos casos eloqüentes das crianças que vêem aparições de defuntos por ocasião da morte de outras crianças, segue-se um grupo de episódios complementares em que crianças de menos de 5 anos vêem aparições de defuntos *pouco depois da morte*. Também esta variedade do mesmo fenômeno não é explicável por meio de hipóteses naturalísticas, ao passo que lhe corrobora a gênese espiritualista.

No volume de Camille Flammarion: *Après la mort*, contam-se 9 casos desse gênero. Referirei um só, remetendo o leitor, para conhecimento dos demais, ao livro que os contém. A Sra. Anne E. Carrère, residente na Argélia, escreveu o seguinte (pág. 265) a Flammarion:

“Meu marido, um dos homens mais inteligentes, justos e bons que já viveram no mundo, me prometera que, se morresse antes de mim, viria certissimamente dar-me uma prova positiva da sobrevivência, desde que fosse possível. Ele morreu a 10 de outubro de 1898. Nossa família se compunha dele, de mim e de uma filha nossa que ficara viúva ainda muito jovem, com três filhinhos, que são três homenzinhos, o mais velho dos quais contava então 5 anos, o segundo 3 e meio e o outro 2 anos e meio. Durante o doloroso período da última enfermidade de meu marido, uma família amiga tomara a seu cargo as crianças, às quais foi ocultada a morte do avô. O mais moço dos três – Guy – no dia e à hora dos funerais se achava à mesa com os nossos amigos, quando de súbito se ergueu da cadeira, exclamando: “Aqui está o vovô! Junto à janela. Olhem!” E, dizendo isso, desceu da cadeira para correr ao encontro do avô.

Lembro-me de que ele tinha apenas dois anos e meio e que, não só ignorava o falecimento de meu marido, como nenhuma idéia fazia da morte.

No dia seguinte, de manhã, estava ele brincando num quarto contíguo ao meu e o ouvi de repente a saltar e a rir, gritando: “Vovô! Meu vovô!” Contrariada com isso, saí depressa para fazê-lo calar-se. O menino, porém, continuou a bater alegremente as mãozinhas, rindo e dizendo: “Olha como o vovô está bonito, assim vestido de branco! E tem uma roupa luminosa!” Ao barulho que ele fazia, acorreram minha cunhada e os domésticos, ficando todos impressionados com as suas exclamações e lhe perguntaram em que lugar via o avô. O menino pareceu espantado de que todos não o vissemos e exclamou surpreendido: “Está ali! Não o vêem?” Seus olhos fitavam um ponto do espaço, onde poderia achar-se o vulto de um homem; em seguida, todos no-

taram que o seu olhar acompanhava alguma coisa que se elevava no espaço e logo o ouvimos exclamar: “Ah! o vovô foi-se embora!”

Garanto-lhe, caro mestre, pela minha honra, a exatidão escrupulosa dos fatos expostos. Os meus três meninos eram ainda muito crianças para guardarem lembrança do que relato, mas minha filha, a dama de companhia e eu jamais esqueceremos isso que para todos nós é sagrado.”

Neste episódio, a única hipótese que se poderá opor à interpretação espiritual dos fatos continua sendo a de uma presumível transmissão telepática do pensamento, feita pelos familiares da criança percipiente. Mas, do episódio ressaltam particularidades que com essa hipótese não se logram explicar. Com efeito, o menino Guy vê o fantasma do avô *vestido de branco e com uma veste luminosa*, pormenores em que os familiares não podiam ter pensado e que, portanto – na hipótese de uma transmissão telepática do pensamento –, o menino não deveria perceber. Por outro lado, uma criança de dois anos e meio, que tudo ignorava acerca da morte e, sobretudo, que os fantasmas dos defuntos se manifestam freqüentemente envoltos *em brancas vestes resplandecentes*, não podia de certo se sugestionar nesse sentido. Assim, essa particularidade, correspondendo a uma forma de manifestação verídica dos fantasmas dos defuntos, importa na eliminação também das “coincidências fortuitas”, enquanto que se mostra altamente sugestiva no sentido da interpretação espiritual do caso. E essa interpretação é ulteriormente sugerida pela consideração de que, não lhe sendo aplicáveis as três únicas hipóteses naturalísticas com que se poderia pretender explicá-lo – a auto-sugestão, a telepatia entre vivos e as “coincidências fortuitas” –, necessariamente se tem de recorrer à única interpretação capaz de lhe dar explicação: a de uma transmissão telepático-espirita entre o avô defunto e o netinho percipiente. A esse propósito, não se deve esquecer que o defunto prometera formalmente manifestar-se à sua viúva, para lhe fornecer, dessa maneira, uma prova positiva da sobrevivência, pelo que se deverá reconhecer que ele cumpriu a promessa, manifestando-se ao neto vidente, antes que àquela, que não possuía faculdades de *sensitiva*.

*

Refiro um segundo episódio que se me deparou no vol. X, pág. 139, do *Journal of the S. P. R.*, narrado assim pela Sra. Katharina M. C. Meredith:

“Quando minha filha tinha cerca de dois anos, morreu-lhe o pai, que a amava com ternura. Dois meses depois, a menina, sentada na cama, no quarto que fora do pai, se entretinha com alguns brinquedos. Eu e a ama estávamos ocupadas em lhe arrumar os vestidos num baú. De repente, a pequena se pôs a conversar e a rir com alguém que não víamos. Perguntei-lhe o que fazia e com quem conversava e ela mirando-me, com curiosa atitude de inocente espanto, respondeu: “Falo com o papai.” Perguntei então: “Onde está o papai?” Replicou ela, com ar de maior surpresa ante a minha pergunta: “Está aqui.” Ponderei: “Não, querida, o papai não está aqui.” Ela insistiu que estava e com o dedinho apontou para a cabeceira da cama. Logo, porém, acrescentou: “Agora o papai foi-se embora.” Em seguida, deu uma risada, exclamando: “Que roupa esquisita tinha o papai: era toda branca.” Dito isso, continuou a divertir-se com os seus brinquedos, como se nada houvera ocorrido. Ela ignorava a morte do pai, porquanto, nos tristes dias da crise fatal, fora afastada de casa. Quando voltou, nós lhe dissemos que “o papai subira para o céu”, o que nada significava para uma criança de dois anos...”

No episódio exposto, repete-se a particularidade interessante de uma criancinha ver o pai defunto *todo vestido de branco*, particularidade que tão curiosa parece à pequenina vidente, que a faz rir gostosamente. Ora, como antes já acentuei, essa particularidade, quando se verifica com percipientes de tenra idade, basta por si só para eliminar as hipóteses imaginadas para explicar os fatos de maneira naturalística. Excluída, com efeito, a auto-sugestão (porque numa criancinha de dois anos semelhante hipótese está fora de questão); excluída a possibilidade de uma transmissão telepática do pensamento (porque a mãe não podia imaginar que o marido defunto estivesse vestido de branco); excluída a hipótese das “coincidências fortuitas” (porque a

particularidade em apreço corresponde a alguma coisa de verídico nas manifestações dos defuntos), segue-se que o caso de que se trata se apresenta exclusivamente elucidável pela hipótese espírita, sobretudo se ele for considerado cumulativamente com todos os outros da sua classe.

*

Para não separar deles os dois grupos de casos concernentes às crianças videntes, citei o segundo grupo desses casos – o que se refere às aparições de defuntos *pouco depois da morte* – antes de citar exemplos de “aparições de defuntos por ocasião de morte”, observados coletivamente. Retomo, pois, a graduação, dando um passo atrás.

Tiro dos *Proceedings of the S. P. R.* (vol. VI, página 293) o episódio que se segue e que foi comunicado a essa Sociedade pela Srta. Walker, prima da protagonista, que assim o relata:

“Meus pais tiveram muitos filhos que em sua maioria morreram na infância. Sobrevivemos Susana, Carlota e eu. Devido a essas numerosas lacunas, Susana era mais velha do que eu vinte anos. Meu pai era dono de um feudo inalienável, de sorte que a morte de seus filhos varões, Willian e John – o primeiro morreu rapaz, o outro ainda pequeno – fora a maior desventura da sua vida. Susana se lembrava dos dois irmãos. William nascera e morrera muito antes que eu viesse ao mundo. John morrera com a idade de dois anos, pouco depois do meu nascimento. De William não existiam retratos. Quanto ao de John, tu o conheces. É um pintado a óleo, no qual figura, em tamanho natural, um menino que ainda não se firma bem nos pezinhos, vestido de branco, com sapatos azuis, tendo ao lado um galgo agachado.

Eu chegara aos vinte anos, Susana tinha quarenta e Carlota trinta. Declinava rapidamente a saúde de nosso pai. Vivíamos então unidos e felizes numa casinha situada nos confins da comuna de Harrogate. No dia de que agora se trata, Carlota se sentira indisposta. Fora atacada subitamente de calafrios e o doutor lhe aconselhara se metesse na cama.

Depois do jantar, ela dormia tranqüilamente, enquanto eu e Susana estávamos sentadas dos dois lados da cama. O Sol se escondera, o ar escurecia, conquanto ainda não fosse completa a obscuridade. Não sei quanto tempo havia que nos achávamos ali sentadas, quando me sucedeu levantar a cabeça e ver uma luminosidade purpúrea por sobre a cabeceira de Carlota e envolvidos naquela luminosidade me apareceram dois rostinhos de querubins que fitavam vivamente a enferma. Fiquei alguns instantes a olhar extática e a visão não dava indícios de que se ia dissipar. Afinal, estendendo a mão para Susana por cima da cama, disse-lhe apenas isto: “Susana, olha para o alto.” Ela olhou e, dando ao semblante uma expressão de grande espanto, exclamou: “Oh, Emelina, são William e John?”

Continuamos ambas a fixar, como que fascinadas, aquela visão, até que tudo se dissipou, à maneira de uma pintura que se dissolve.

Passadas poucas horas, Carlota era de improviso presa de um acesso inflamatório e em breves instantes expirava.”

Este caso foi relatado por Frank Podmore, que pondera, para explicar a visão produzida, não ser necessário supor-se a presença espiritual dos dois irmãozinhos mortos, porquanto se pode imaginar que a referida visão foi um reflexo do pensamento da enferma.

Mesmo que se aceite como legítima a objeção de Podmore, esquecendo quanto foi anteriormente dito acerca da inexistência de alucinações coletivas de caráter telepático, é de notar-se que, em a narrativa acima, há uma circunstância que constitui indireta demonstração em contrário. Essa circunstância está no parágrafo em que se diz que a irmã Susana se lembrava de ambos os seus irmãozinhos, ao passo que a narradora, mais moça vinte anos, não se recordava de nenhum dos dois e que do mais velho não existiam retratos. Ora, se bem se considerarem as coisas, tudo isso significa que a irmã enferma, Carlota – mais moça dez anos do que Susana – só do irmãozinho mais moço, John, devia lembrar-se; pois que, a não ser assim, a narradora houvera infali-

velmente escrito que ambas as suas irmãs – e não apenas Susana – se recordava das duas crianças. Não o tendo feito, resulta manifesto que a irmã moribunda, Carlota, não estava na situação da irmã mais velha, Susana, nem da irmã mais moça, que não se lembrava de nenhum dos dois irmãos, donde a exatidão incontestável da minha dedução. E, admitida esta, seguir-se-á que a visão percebida pela relatora não poderia ser um reflexo do pensamento da irmã moribunda, desde que esta última desconhecia o semblante do mais velho dos irmãos que apareceram, de modo que se torna incontestável a interpretação espírita do episódio.

*

Tomo este outro ao *Journal of the American S. P. R.* (1921, pág. 114), episódio rigorosamente documentado, no qual os relatores tomaram imediatamente nota do ocorrido, que se verificou junto ao leito de morte do conhecido poeta e prosador norte-americano Horácio Traubel (1859-1919), que foi o Boswell de outro eminente poeta norte-americano, Walt Whitman. Ele fora íntimo amigo deste último e o estudara durante toda a vida com imenso amor, tal como Boswell estudara Samuel Johnson. Depois da morte do amigo, publicaram um *Diário* em muitos volumes, ilustrativos da vida e do pensamento da morto. Horácio Traubel, a seu turno, foi genial poeta da mesma escola de Walt Whitman e, para alguns críticos, as poesias do discípulo rivalizavam com as do mestre.

A Sra. Flora Mac Donald Denison, que assistiu à morte de Horácio Traubel, narra o que se segue:

“... No dia 28 de agosto, Horácio estava de espírito muito deprimido. A enfermidade de Ana e a partida de Bains eram amarguras fortes demais para a sua fibra. Mildred lhe fez companhia durante longo tempo e decidimos não o deixar só nem por um instante. Quando chegamos à varanda, a fim de o transportarmos para o interior, achamo-lo radiante de alegria. Assim que me viu, exclamou: “Flora, olha! Olha! Depressa! Ele se vai embora.” – “Onde? Que estás vendo, Horácio? Eu nada vejo.” – “Lá, naquela saliência da rocha. Walt me apareceu. Vi-lhe a cabeça e o busto. Trazia o cha-

péu. Estava esplêndido, radiante; parecia envolvido por uma auréola de ouro. Saudou-me com a mão, como a me reconfortar, e me falou. Ouvi distintamente o timbre de sua voz, mas unicamente uma frase compreendi: *Vem; espero-te.*” Nisso chegou Frank Brains, a quem ele repetiu a mesma narrativa e durante toda a noite se mostrou de espírito alevantado, radiante, feliz...

Na tarde de 3 de setembro, Horácio estava mal e eu lhe fiz companhia por algumas horas. Quando vi dirigirem-se lentamente para mim as suas pupilas imóveis, julguei estivesse entrando em agonia. Ao contrário, desejava mudar de posição. Enquanto lhe satisfazia o desejo, notei que ele parecia estar escutando alguma coisa. De repente, disse: “Ouço a voz de Walt. Ele me fala.” Perguntei: “Que te diz?” Respondeu: “Repete: *Vem comigo. Vem. Espero-te.*” Passados alguns instantes, acrescentou: “Flora, juntamente com Walt, aqui se acham todos os amigos. Está Bob, Buck e os outros...”

À noite veio o Coronel Cosgrave fazer companhia a Horácio e lhe aconteceu ver o fantasma de Walt Whitman, o qual, vindo do outro lado do leito, se lhe aproximou e bateu na mão direita, que ele tinha metida no bolso. Ao ser tocado pelo fantasma, o coronel sentiu uma espécie de choque elétrico. Também Horácio viu Walt e o disse. Essas aparições tiveram por efeito dissipar, como por encamo, o que de tétrico havia no ambiente. Ninguém mais se sentia acabrunhado: uma sensação de júbilo triunfal saturava a atmosfera daquela casa.”

(Assinado): Flora Mac Donald Denison.

O doutor Franklin, secretário da *American Society F. P. R.*, escreveu ao coronel Cosgrave, pedindo-lhe mais esclarecimentos sobre o memorável fato. Da correspondência que daí se originou, extraio estes tópicos essenciais:

“Nos meses de agosto e setembro de 1919, vivi em íntimas relações com Horácio Traubel, que todos conhecem pelas suas obras e pelas suas nobilíssimas aspirações espiri-

tuais. Antes desse período eu não o conhecia pessoalmente, do mesmo modo que apenas superficialmente conhecia as obras e os idealismos de Walt Whitman. Assinalo tudo isto para demonstrar que a minha mentalidade consciente e subconsciente não estava de maneira alguma influenciada pelas obras, nem pelas ideologias dos dois mencionados escritores. Acrescento que o meu prolongado serviço militar na França, com o Exército Canadense, feito quase sempre na primeira linha, de janeiro de 1915 até ao armistício, naturalmente me familiarizara com a morte, de forma que o ambiente que cerca os moribundos, conquanto me inspirasse grande respeito, não produzia em mim a tensão nervosa e a sobre-excitação emocional que comumente se verificam em pessoas não familiarizadas com a morte. Também o faço para provar que me achava em condições normais de espírito, quando se deu o fato a cujo respeito lhe escreve Flora Denison, fato que confirmo em todos os pontos. Resumindo, eis o que se passou:

Nas três noites que precederam a morte de Horácio Traubel, fui passar a seu lado as últimas horas da noite. Ele se extinguiu de paralisia e esgotamento, mas aparentemente não sofria. Estava semiconsciente e dificilmente articulava as palavras devido à paralisia da língua. Seus olhos, porém, sempre vivazes e expressivos, faziam que com facilidade lhe adivinhássemos os desejos. Na derradeira noite, pelas três da madrugada, seu estado se agravou inopinadamente: a respiração se tornou quase imperceptível e os olhos se fecharam; parecia haver caído em coma. Enquanto isso, o corpo era preso de movimentos convulsivos. Pouco depois reabriu os olhos, indicando com o olhar os pés da cama, ao mesmo tempo em que os lábios se lhe agitavam num esforço vão para falar. Supondo que precisasse respirar mais livremente, recoloquei-lhe delicadamente a cabeça na posição normal; mas ele logo se voltou, a fim de olhar de novo para o mesmo lugar, fixando extático um ponto situado a três pés acima do leito. Fui então levado a olhar para aquele lado. O aposento estava insuficientemente iluminado por

pequena lâmpada posta por detrás de uma cortina, no ângulo mais distante do quarto. Gradativamente o ponto para onde se dirigiam os nossos olhares foi clareando; depois, apareceu uma ligeira nuvenzinha, que rápido se alargou e aumentou, tomando, dentro em pouco, a forma humana, em a qual se delineou o semblante de Walt Whitman, que afinal se apresentou de pé ao lado do leito do moribundo, vestido de uma roupa grossa, com o costumado chapéu na cabeça e a mão direita no bolso. Olhava para Traubel e lhe sorria afetuosamente, como a reconfortá-lo e dar-lhe as boas-vindas. Duas vezes lhe acenou com a cabeça e, pela expressão do semblante, se percebia que tinha o intento de animá-lo. Conservou-se visível durante cerca de um minuto, para em seguida dissipar-se gradualmente... Antes, porém, de evanescer-se, enquanto Horácio e eu o olhávamos atentamente, ele se moveu, aproximando-se de Horácio. Este que, pela paralisia, não podia permanecer longo tempo com a cabeça voltada para um lado, foi obrigado a retomar a posição normal e, ao fazê-lo, balbuciou: “Que é do Walt?” Ao mesmo tempo o fantasma se dirigiu para mim, atravessando aparentemente o leito, e me tocou a mão, como em sinal de adeus. Esse contacto eu o senti qual ligeiro choque elétrico. A seguir, Walt sorriu uma última vez para Horácio e nos desapareceu das vistas. Deu-se isto a 6 de setembro, duas horas antes que o enfermo expirasse, horas que lhe transcorreram, na sua maior parte, em coma, enquanto a paralisia lhe tirava o uso da língua, mesmo nos intervalos de vigília. O olhar, todavia, se lhe mantinha cheio de silenciosas mensagens, compreendendo-se que ele percebia outras manifestações que não víamos.”

(Assinado): Coronel Cosgrave.

Neste interessante episódio de visão coletiva junto ao um leito de morte, ressaltam indícios sugestivos em favor da objetividade do fantasma que apareceu, antes de tudo, pelas modalidades com que se foi produzindo, as quais começaram sob a forma de uma nuvenzinha luminosa que se alongou, condensou e aumentou de volume, até assumir as proporções e a semelhança do

defunto poeta Walt Whitman, íntimo amigo do outro poeta moribundo. É sabido que tais modalidades de manifestações, ordinariamente, são as com que se deparam nos processos das materializações experimentais de fantasmas, quer quando se realizam de forma concreta, quer quando tomam forma imponderável (no nosso caso tratar-se-ia de um fantasma fluídico imponderável, tanto que capaz de passar através de um leito). Em segundo lugar, a presumível objetividade da aparição se colige de outra circunstância, a de o fantasma aproximar-se do percipiente e lhe tocar numa das mãos em sinal de saudação, contacto que aquele sentiu sob a forma de ligeiro choque elétrico. Não há negar que as duas mencionadas circunstâncias, conquanto não se possam considerar resolutivas no sentido da objetividade do fantasma, resultam suficientes para autorizar a conclusão de que as maiores probabilidades são a favor desta última explicação, que corroboraria fortemente a interpretação espírita dos fatos, interpretação que, ao demais, seria legítima, mesmo que se tratasse de um fantasma puramente telepático, transmitido pelo pensamento consciente do defunto ao seu amigo moribundo.

Acrescentarei que o modo pelo qual se iniciou o fenômeno da aparição, ou seja, sob as modalidades peculiares aos fenômenos de materialização incipiente, não teria sido o empregado, na hipótese “anímica” de uma presumível transmissão, ao percipiente, de um fantasma alucinatório que se houvesse originado da mentalidade do moribundo, hipótese esta última que insisto em discutir, embora os mais autorizados professores de patologia mental já a tenham declarado inaplicável às manifestações supranormais observadas coletivamente. Reservo-me, nada obstante, para lhe aplicar o derradeiro golpe nos comentários sobre o caso seguinte.

*

Este outro, do mesmo gênero, foi publicado no *Light* (1907, pág. 494).

O Dr. W. T. O’ Hara, médico dos transatlânticos da *White Star Line*, narrou que numa das suas viagens na linha de Yokohama, fora entregue aos cuidados do capitão uma menina de dez

anos, que ficara órfã e que regressava ao Japão, onde a esperavam alguns parentes. Era tão graciosa, tão boa, tão inteligente, que logo conquistou os corações de todos os membros da tripagem, mas principalmente dos oficiais de bordo, inclusive o doutor que refere o fato. Quando o transatlântico chegou ao mar da China, a menina adoeceu gravemente de febre tropical e, apesar de todos os cuidados que lhe eram prodigalizados, foi piorando e todos perceberam que o desenlace seria fatal.

Nesse ponto, informa o doutor que, estando à cabeceira da menina, começou a experimentar a sensação inexplicável de *uma presença* no camarote, embora nada visse ao seu redor. Cada vez mais fraco se tornava o pulso da menina e o doutor observava ansiosamente as mudanças que se lhe operavam na expressão do rosto, quando de súbito o camarote começou a iluminar-se de maneira misteriosa, se bem ainda viesse longe a alvorada. Em breve aquela luminosidade se tornou brilhante, como a aurora quando o Sol está prestes a romper. Em seguida pareceu condensar-se numa radiação palpitante, com ondulações azuis, brancas, douradas, que se concentravam em torno da cabeça da pequenina enferma. Durou isso algum tempo; depois, tudo se dissipou, voltando à sua primitiva semi-obscuridade o camarote, onde uma lâmpada fraca e velada era a única fonte luminosa.

Durante a produção do fenômeno, a doentinha olhara para o doutor com ar de quem desejava pedir-lhe explicações, tanto que murmurara: “Olhe! Olhe! Como é belo!” E, dizendo isso, os dedos de sua mão apertaram convulsivamente a mão do médico, cuja narrativa prossegue assim:

“De repente, ela dirigiu para o alto o olhar. Também eu olhei na mesma direção e vi, rente ao forro, por cima da sua cabecinha, formar-se um globo luminoso, de contornos imprecisos, resplandecente como um fanal envolto em densa névoa. Aumentou lentamente, conforme se dera com o outro fenômeno luminoso, e se tornou, por fim, uma esfera brilhante, de luz branco-azulada, em que a vida parecia palpar. Apresentava certa semelhança com os fogos de Santelmo que aparecem nos topos da mastreação, durante as tempestades saturadas de eletricidade.

Também dessa vez a menina me olhara, murmurando “Olhe. Olhe!”

Lentamente – tão lentamente que por algum tempo o contemplei – aquele globo luminoso desceu sobre a menina e lhe circunvolveu a cabeça, imprimindo-lhe ao semblante suave de criança sofredora uma glória de radiossidade espiritual literalmente angélica. Jamais eu tivera ensejo de assistir a uma visão de semelhante beleza e jamais a outra assistirei no futuro.

Enquanto o globo luminoso girava e brilhava em torno da cabeça da moribunda, senti que sua mão apertava a minha, ao mesmo tempo em que ligeiro frêmito lhe perpassava o corpo. Ela fez um débil esforço para erguer a cabeça, exclamando com voz apagada e destacando as palavras: “Oh! mamãe, mamãe! Sim, sim, vejo a estrada radiosa. Como é bela! Como tudo resplandece!” A voz se lhe extinguiu num fraquíssimo sussurro incompreensível, do mesmo passo que o globo se elevava de um salto, atingia o teto e desaparecia. A cabeleira anelada da menina recaiu sobre os travesseiros. Percebi-lhe no corpo ligeira contração dos músculos, os dedos se lhe relaxaram, o pulso se tornou imperceptível, dos lábios se lhe escapou ligeiro suspiro, enquanto o seu rosto de anjo se fazia branco, branco como o linho. Ajoelhei-me, deixando correr as lágrimas que se me estrangulavam na garganta. Achava-me ali a sós com a minha morta.

Cruzei-lhe sobre o peito as mãozinhas e maquinalmente consultei o relógio: eram duas e trinta da madrugada. Estando eu ainda ajoelhado, a porta do camarote abriu-se e entraram o capitão e, em seguida, o primeiro e o segundo oficiais e mais dois oficiais substitutos. O capitão aproximou-se do leito, pôs a mão na fronte da morta e, voltando para mim, disse:

“Já o esperava.” E acrescentou: “Doutor, não acredito absolutamente em fantasmas, nem nos Espíritos, ou coisas semelhantes, e acho que entre nós não há quem acredite. Isto, porém, não obsta a que eu e estes quatro oficiais declaremos ter assistido, neste instante mesmo, a alguma coisa

de extraordinário e essa “alguma coisa” era tão distinta e real, que exclui qualquer possibilidade de ilusão. Vimos um globo de luz azulada, que parecia um fogo de Santelmo em tempestade. Apareceu por sobre as nossas cabeças, no pequeno salão de fumar, e, estando nós a olhá-lo, atravessou o salão, dirigindo-se para a porta. Aí, parou um instante; depois, encaminhou-se para a porta deste camarote, onde desapareceu. Ouvindo isso, disse eu aos meus companheiros: “Rapazes, a nossa angélica criança acaba de morrer, neste momento.”

No comovente episódio que se acaba de ler, a particularidade teoricamente mais sugestiva está no fato de o globo luminoso ser visto pelo capitão e pelos oficiais de bordo, além de mostrar o mesmo globo, que o doutor e a menina moribunda viram, ser guiado por uma intencionalidade bem definida, pois que se dirigiu do salão dos oficiais para a porta do beliche onde, naquele momento, expirava a menina confiada aos cuidados do capitão, fazendo-se assim mensageiro de sua morte. Nenhuma dúvida, portanto, acerca da gênese transcendental da manifestação.

Mas, que representava aquele globo luminoso? Note-se que na coletânea dos casos mediúnicos, não são raros os em que, tanto os “Espíritos dos defuntos”, como os “Espíritos dos moribundos” aparecem aos percipientes sob a forma de globos luminosos e já numa de minhas monografias citei bom número de casos dessa natureza. Dentre eles destaca-se o episódio de uma mãe que, no momento mesmo em que o filho expirava, viu escapar-se-lhe da cabeça um globo luminoso que se elevou rapidamente e desapareceu no teto do aposento. Lembro também que o Dr. Baraduc conseguiu fotografar esse globo luminoso ao morrer sua própria esposa. Deve-se, portanto, deduzir que no caso em apreço o globo de luz azulada, guiado por uma vontade definida e visto coletivamente por seis pessoas, representava, a seu turno, uma das formas em que se manifestam os Espíritos dos defuntos e sob a qual se manifestou aos oficiais de bordo a mãe defunta da menina que se extinguia, ao mesmo tempo em que se manifestava a esta última em forma humana, com o intuito de dar-se a conhecer.

Assinalarei ainda a frase do relator ao dizer que, quando a menina entrou em agonia, ele experimentou a inexplicável sensação de *uma presença*, no beliche, conquanto nada visse em torno de si. Essa misteriosa sensação de “uma presença” é muito comum nos casos de telepatia no momento da morte, nos das “manifestações de defuntos” e nos dos fantasmas que se apresentam em “casas ou localidades assombradas” e concorre eficazmente para demonstrar a natureza “objetiva” do fantasma que se manifesta, subentendendo uma ação telepática sobre o percipiente, da parte do mesmo fantasma.

Note-se também que são freqüentes os casos em que o percipiente, absorto numa leitura ou noutra qualquer lugar, não daria pelo fantasma, se este não o levasse telepaticamente a voltar-se para o lado em que se produzia a manifestação. Esta última circunstância – a do fantasma não ser visível senão no ponto para o qual o percipiente é levado a olhar, por influência do mesmo fantasma – se transforma em ótima prova a favor da objetividade dos fantasmas que assim se comportam.

De outro ponto de vista, assinalo que no caso ora considerado foram seis as pessoas que, com a agonizante, observaram coletivamente uma ou outra fase das manifestações supranormais que se produziram, sendo que quatro dentre elas, que não se achavam no lugar onde o falecimento ocorria, o que viram foi um fenômeno dirigido por uma vontade ostensiva. Ora, em tais condições, ocioso se torna discutir a hipótese alucinatória.

Isto posto, chegou o momento de declarar que, conquanto nas páginas precedentes – apenas por não querer ficasse sem resposta as objeções dos opositores – eu tenha continuado a discutir sobre a hipótese alucinatória, mesmo depois de haver informado que os professores Richet e Morsélli eram concordes em considerá-la inaplicável às manifestações supranormais subconscientes, coletivamente observadas, convém insistir no fato de que, em semelhantes circunstâncias, essa hipótese é literalmente gratuita e arbitrária, uma vez que não se conhecem exemplos de verdadeiras e legítimas alucinações coletivas que tenham por origem uma influência contagiosa de transmissão telepática do pensamento. Nos tratados de Psicopatia encontram-se exemplos

de alucinações coletivas, mas unicamente em coletividades fanatizadas por contágio místico, o que exclusivamente se dá por *sugestão verbal* e nunca por *transmissão telepática do pensamento*, o que equivale a dizer que entre as duas ordens de fenômenos um abismo se interpõe. É, portanto, inexplicável que os opositores persistam em valer-se de tão arbitrária extensão da hipótese alucinatória e que entre os que desse recurso se têm valido figurem nomes de eminentes pesquisadores, quais Podmore, Marcel Mangin, Eric Dingwal e o famigerado Professor Jastrow.

No rol deles, porém, não se conta o Prof. Richet que, no seu *Tratado de Metapsíquica*, repetidas vezes explana o tema das percepções coletivas de fantasmas, excluindo categoricamente a interpretação alucinatória dessas percepções. Assim, por exemplo, à página 321, observa: “Há *monições* sem dúvida objetivas: as *percebidas coletivamente*. Em tais circunstâncias, bem difícil é, para não dizer impossível, que não se haja exteriorizado qualquer coisa de objetivo, análoga aos fenômenos ordinários, que nos impressionam os sentidos normais...” Adiante (pág. 438): “Quando duas pessoas normais e de raciocínio perfeito descrevem o mesmo fantasma, impressionando-se simultaneamente e permutando simultaneamente suas impressões, as mais das vezes no momento mesmo em que a aparição se apresenta, fora absurdo presumir uma dupla alucinação idêntica, inteiramente subjetiva...” E, de maneira ainda mais explícita, à pág. 752: “Se se tratasse de um único caso do gênero, ou de um único percipiente, poder-se-ia acreditar numa *alucinação*, ou numa ilusão; mas, em realidade, semelhante explicação seria nimiamente infantil. Falam de *alucinação* para, com um vocábulo bastante cômodo, se desembaraçarem de um fato incomum, que perturba a nossa quietude científica; semelhante modo de proceder, no entanto, é, em verdade, por demais simplista. Chegam até a falar de “alucinações coletivas”; mas *não existem alucinações coletivas; os alienistas desconhecem tal fenômeno...*”

Lembrarei, finalmente, que há um grupo de episódios análogos, em que é de ordem *sucessiva* a percepção do fantasma, o que quer dizer que um mesmo fantasma é percebido na mesma

localidade por diversas pessoas, em épocas diferentes, ignorando cada pessoa o que as outras observaram. Casos são estes que infligem última e definitiva derrota aos propugnadores da hipótese alucinatória estendida aos casos de percepção coletiva de fantasmas.

*

Antes de passarmos a citar exemplos concernentes à categoria que, do nosso ponto de vista, é a mais importante, a das “aparições de defuntos algum tempo depois de serem tais”, julgo necessário referir-me a alguns fenômenos de outra natureza, tratados por mim numa monografia especial, os quais, se bem não ofereçam provas da presença de defuntos identificáveis, se produzem sob modalidades tais, que logicamente absurdo se torna o atribuírem-se os fatos a façanhas de personificações sonambúlicas, combinadas com os poderes da subconsciência.

O primeiro exemplo que apresento pertence à coleção dos casos de *telecinesia* a grande distância. Tiro-o dos *Proceedings of the S. P. R.*, vol. VIII, pág. 218. Relatou-o a Sra. Anna Davies, conhecida pessoalmente por F. W. Myers, que escreveu a narrativa do caso, conforme lhe foi verbalmente contado por ela, que subscreveu o relato.

“... Uma noite fui procurada por uma certa Sra. Brown, nossa vizinha, que me deu uma caria proveniente da Índia e endereçada à Sra. J. W., pedindo-me que lha fizesse chegar por intermédio de meu irmão, que costumava encontrar-se com o irmão daquela senhora. Ao que parece, houvera demora e, talvez, descuido da Sra. Brown no encaminhar ao seu destino a carta. Tomei-a, prometendo entregá-la imediatamente a meu irmão. Era uma carta suja, de formato normal, com sobrescrito evidentemente traçado por pessoa inábil. Pula sobre a lareira da ante-sala e me sentei pouco distante, à espera de meu irmão. É bem de ver-se que semelhante carta não me podia interessar de maneira alguma. Decorridos poucos minutos, comecei a perceber certo batido característico sobre a cobertura da lareira, o que me fez vir à mente que talvez alguém houvesse trazido para baixo um

velho relógio existente no quarto de minha mãe. Levantei-me para certificar-me e verifiquei que ali não havia relógio nenhum, nem tão-pouco em qualquer lugar do aposento. Aquele batido, tão claro e vibrante, parecia vir do interior da carta! Fortemente surpreendida, tirei-a dali e a coloquei em cima da mesa de centro, depois sobre outros móveis. Mas, onde quer que eu a pusesse, o batido persistia, provindo, invariavelmente, do lugar em que de cada vez a colocava. Passou-se, assim, cerca de uma hora, ao cabo da qual, não me sentindo disposta a suportar por mais tempo tão espantoso mistério, passei para a sala contígua, a esperar meu irmão. Quando ele afinal chegou, levei-o à ante-sala e apenas lhe perguntei se percebia qualquer coisa. Ao que, sem hesitar, respondeu: “Ouço o bater de um relógio de bolso, ou de um despertador.” Como já eu disse, não havia na sala relógio de espécie alguma. Ele, então, guiado pelo som, se aproximou do lugar onde estava a carta e exclamou: “Ora esta! o batido vem desta carta!” Pusemo-nos ambos a escutar; em seguida, tomamos da carta e a levamos de um lugar para outro, até que nos persuadimos, de modo absoluto, de que o batido provinha dela, embora o envelope só contivesse uma simples folha de papel. Era singular a impressão que nos produzia aquele batido: soava para nós como um apelo urgente à nossa atenção. Não me recordo se meu irmão expediu a carta à Sra. J. W. naquela mesma noite (a hora já ia adiantada), ou na manhã seguinte. O fato é que ela participava à destinatária a morte de seu marido, devida a um ataque de insolação, e fora escrita por um empregado seu, ou por um seu companheiro de viagem. É fora de dúvida que aquele batido inexplicável teve por fim compelir-nos a expedir a carta com mais pressa do que a usual.”

O irmão da Sra. Davies confirmou essa narração nos termos seguintes:

“... Quando entrei, achei a carta sobre a lareira. Assim eu, como minha irmã, percebemos claramente um batido semelhante em tudo ao de um relógio. Permanecemos longo tempo a escutá-lo. Produzia-se tão próximo da carta, que

parecia provir do seu interior. Nada nos foi dado descobrir que pudesse, de qualquer maneira, desvendar o inexplicável mistério.” (L. A. Davies).

Este episódio pertence a um grupo de casos em que fenômenos do mesmo gênero ocorrem no momento preciso do recebimento de uma carta em que se participa ao destinatário a morte de um parente, fenômenos que, as mais das vezes, se dão sob a forma de uma série de pancadas, ou da queda de quadros, ou do retinir de campainhas ao longe, ou do despedaçamento de espelhos. Myers faz ressaltar a importância de tais fenômenos, do ponto de vista da possibilidade de os defuntos terem, às vezes, conhecimento de sucessos terrenos que lhes dizem respeito. É, com efeito, manifesto que, chegando-se a demonstrar que as coincidências dessa natureza se repetem com relativa frequência, já elas não se podem explicar por meio de hipóteses exclusivamente anímicas, tendo-se em conta que, nos casos do gênero, a hipótese telepática fica fora de questão, pela circunstância de elas se darem quando já passados vários dias depois de ocorrida a morte.

Daí se segue que, no caso em apreço, eliminada a telepatia, não se sabe a que outra hipótese recorrer, para explicar o misterioso batido que se fazia ouvir próximo a uma carta em que havia a participação de um caso de morte, carta que, com efeito, não interessava aos percipientes, que, entretanto, tiveram a impressão de que aquela manifestação singular significava ser urgente a sua expedição à destinatária, em vez de continuar esquecida, como estivera durante algum tempo, em casa de outrem.

Frisado este ponto, repito quanto hei dito precedentemente, isto é, que, se bem do caso citado não ressaltem provas da presença de defuntos identificáveis, ele, contudo, se produziu sob modalidades bastante eloqüentes, no sentido da presença de uma intencionalidade dirigente do fenômeno, de modo a se tornar logicamente absurdo pretender-se explicar o fato com as hipóteses de que dispõem os “animistas totalitários”. Efetivamente, com que hipótese o explicariam? É evidente que se trata de um fenômeno “auditivo-objetivo”; mas, por que se produziu? Mesmo quando se presumisse que a energia indispensável a tal efeito

provinha da percipiente, por possuir esta as qualidades mediúnicas necessárias, porque se teria o fenômeno produzido aquela única vez em sua vida e só diante de uma carta retardada, em que havia participação de morte? Convenhamos em que há coisa diversa nessa manifestação; mas já se compreende que, do ponto de vista científico, os fenômenos de tal natureza apenas adquirem valor teórico sob a condição de serem considerados cumulativamente com todos os outros da mesma natureza, assim como com os outros aqui contemplados. É por isso que me decidi a apreciar um deles, a título de exemplo, no presente trabalho.

*

Passo a referir um episódio constante da minha monografia sobre *Fenômenos de transporte*, em que figuram incidentes em que se notam características sugestivas de intervenções exteriores. Espero que essa monografia venha um dia a ser traduzida em inglês ou em francês e que então alguns eminentes cultores das pesquisas psíquicas, ainda duvidosos da existência de semelhantes fenômenos, dela se convençam baseados em fatos. Faço notar a propósito que, na classificação dos casos, me ative rigorosamente à regra de afastar todos os fenômenos conseguidos em plena obscuridade, exceção feita dos obtidos por solicitação, ou nos quais a natureza excepcional do objeto trazido tornava impossível qualquer prática fraudulenta. Em seguida, limitei-me a enumerar exclusivamente *fenômenos de transporte conseguidos em plena luz, ou com luz suficiente*.

Declaro, por fim, que se trata de uma categoria de fenômenos por mim experimentalmente pesquisados a fundo, durante um período nada breve de dez anos, com dois médiuns particulares, amigos meus caríssimos, apaixonados cultores de pesquisas psíquicas, assim como sócios do *Círculo Científico Minerva*, de Gênova, e logo depois investigados, também por mim, durante outros doze anos, com a célebre médium Eusápia Paladino.

E foi precisamente Eusápia Paladino quem me ofereceu o primeiro ensejo de discutir a tese segundo a qual, em bom número de *fenômenos de transporte*, se apresentam modalidades de

manifestação inconciliáveis com a interpretação “anímica” dos mesmos fenômenos.

É este o curioso fato a que me refiro, ocorrido numa sessão a que não assisti, mas que tive de discutir longamente no dia seguinte com as três pessoas que nela tomaram parte.

Meu amigo Félix Avelino, secretário do *Círculo Científico Minerva*, desejando obter manifestações de caráter íntimo, em relação com a personalidade de um parente que se materializara na noite anterior, por intermédio de Eusápia Paladino, dispusera as coisas de maneira a realizar com ela uma sessão muito íntima, na sua própria residência. À sessão assistiram apenas ele, sua irmã e uma estudante russa, também sócia daquele *Círculo*. Na casa ninguém mais se achava, pois que a família do amigo Avelino andava em vilegiatura. Dito isso, entro a transcrever a parte do relato, concernente ao *fenômeno de transporte* que foi conseguido. Escreve Avelino:

“Setembro, 5. – ... A médium, por mim controlada, estava à minha direita e, à sua esquerda, minha irmã...

Ao fim da sessão, quando já fora obtido o que se desejava em matéria de fantasmas materializados, eis que do alto cai rumorosamente no meio da mesa qualquer coisa volumosa e pesada. Estendo o braço, palpando a mesa, e ponho a mão num objeto que não tardo a identificar como um grande pão, dos de quatro pontas denominado de “pasta soda”.

Desejando ver e analisar melhor aquele *transporte*, pedi a “John” permissão, que ele me concedeu, para acender a luz; mas, com geral surpresa, iluminada a sala, verificou-se que nada havia sobre a mesa. Procuramos por baixo desta, revistamos os mais recônditos ângulos do aposento, averiguamos o interior dos móveis e, afinal, as duas senhoras presentes apalpam a médium por todo o corpo. Tudo inútil, o pão não apareceu.

Só me restava recorrer a “John”, a quem pergunto se porventura fora ele que o escondera.

Dando forte pancada na mesa, respondeu pela afirmativa. Pedi-lhe então, vivamente, que mo restituísse, para que eu o

mostrasse aos membros da minha família e aos meus amigos. Foi esta a resposta de “John”: “Pertence ao padeiro aqui do lado. Se te interessa reavê-lo, dá-me dois soldos.” Tirei imediatamente do bolso dois soldos e lhe pedi que os apanhasse. Ele ordenou tiptologicamente: “Apaga a luz.” Assim fiz e, ao mesmo tempo, formamos a cadeia. Eu controlava Eusápia com a mão esquerda e, segurando entre os dedos da mão direita a moeda de dois soldos, ergui o braço. Desce do alto uma mão e me arranca dos dedos a moeda. Transcorrem mais ou menos vinte segundos e outra queda rumorosa sobre a mesa se faz ouvir, idêntica à que anteriormente ouvíamos. Acesa de novo a luz, vemos diante de nós o grande pão de “pasta soda” desaparecido alguns momentos antes. Quanto à moeda de dois soldos, esta se foi de uma vez; não a encontramos em parte alguma.”

Para completar esse caso magnífico de *transporte* do mesmo objeto, fora de desejar que, na manhã seguinte, se houvesse tentado a prova de uma investigação junto ao padeiro que “John” indicara. Mas, ao meu amigo Avelino não passou pela idéia tentá-la, por se lhe afigurar que nenhum resultado daria, tratando-se, como se tratava, de uma bodega muito desordenada, cujo proprietário não se teria apercebido nem da falta de um pão, nem da existência, em caixa, de uma moeda a mais.

Apesar disso, esse tríplice fenômeno de *transporte* se conserva muito interessante, além de muito bem preservado de qualquer imputação de fraude. Tratava-se, com efeito, de um grande pão, que não era fácil de esconder-se sob as saias da médium, nem poderia escapar ao apalramento a que a submeteram as duas senhoras presentes. Cumpre ainda observar que uma médium que lograsse realizar fraudulentamente o primeiro grande *transporte*, de certo não se aventuraria a fazê-lo desaparecer, correndo o risco de ser apalpada, como realmente foi. Note-se também que, quando ergueu o braço com a moeda entre os dedos, Avelino sentiu que uma mão descida do alto lha arrebatou, gesto que não podia ser efetuado por uma médium que se achava sentada e segura pelas mãos.

Resta comentar o ato de honestidade a toda prova implícito no fenômeno de *transporte* de um pão pertencente a outrem, ato de honestidade posto em evidência pela resposta do *Espírito-guia* “John”. Esta circunstância me vai oferecer oportunidade para demonstrar que as modalidades sob as quais se produzem os fenômenos em foco são inconciliáveis, na sua maioria, com a interpretação “anímica”. Por ora, pondero que essa correção de procedimento com relação à propriedade de outrem constitui regra geral para as personalidades mediúnicas que presidem aos fenômenos de *transporte* e essa notabilíssima característica, combinada com a de carecerem de valor comercial os objetos trazidos, o demonstra de forma impressionante. Daí decorre que, do ponto de vista da gênese presumível de boa porção dos fenômenos de *transporte*, aquelas circunstâncias assumem enorme importância teórica, conforme se verá pelas considerações apostas ao caso que me limito a referir e que me foi transmitido pelo professor Richet. Para ilustrar os fatos, reproduzo um trecho da carta na qual o meu grande amigo falecido me enviou o relato do mencionado caso.

“Caro Colega,

... Comunico-lhe aqui um fato que cabe inteiramente nos seus escritos sobre os fenômenos de *transporte*.

É inédito esse fato. Se lhe interessar, pode publicá-lo.

A pessoa que me escreveu esta memorável história é um dos meus excelentes amigos, em quem deposito absoluta confiança.

É o Visconde Saul De Vitray, neto da célebre Condessa de Ségur (Rostopchine em solteira), que tantos livros encantadores escreveu para as crianças...

Parece-me belíssima esta narrativa (inédita).

Infelizmente, o Conde e a Condessa De Vitray não continuaram suas experiências. Após o transporte de seu filho, tiveram *medo* e cessaram...

– Relato do Visconde Saul De Vitray-Ségur:

“Estas as manifestações que se produziram em Buenos Aires, no ano de 1891.

Quatro éramos os que nos reuníamos para interrogar a mesa: exercício que considerávamos simples passatempo.

As sessões se efetuavam num compartimento amplo, fracamente clareado por uma luz exterior, o que ocasionava relativa obscuridade, que, entretanto, permitia a fiscalização respectiva dos nossos movimentos. No curso de uma dessas sessões, pousou sobre a mesinha um grande punhado de fresquíssimas “violetas de Parma”, flores e hastes entrecruzadas. Podiam pesar uns cem gramas.

Perguntamos à mesa donde provinha semelhante mimo em pleno inverno e a resposta foi que procediam de Mar Del Plata, retiro estival dos habitantes de Buenos Aires, distante mais de 250 quilômetros dessa capital.

Em face do nosso espanto, acrescentou a mesa: “Para fazer que as flores aqui penetrassem, eu lhes decompus a matéria e em seguida a reconstitui.”

Essa explicação aumentou o nosso interesse, pelo que solicitamos: “Traz-nos uma nota de banco.”

Transcorridos alguns momentos, uma pancada seca nos avisou de que o fenômeno se operara. Vimos, com efeito, sobre a mesa uma nota de banco, inteiramente nova, de *cinco centavos*, valor mínimo da moeda naquela época.

Já isso constituía um belo resultado; entretanto, pedimos: “Traz-nos uma nota de banco de 1000 piastras.”

A esse pedido respondeu a mesa: “Não posso, porque seria um furto. Trouxe-vos uma nota de *cinco centavos*, que tirei da casa forte de um Banco, porque considero insignificante o dano causado; com uma soma avultada, *não posso operar.*”

Animados com os resultados obtidos, continuamos a interessar-nos pelo divertimento e, a pedido nosso, os mais diversos objetos existentes no aposento voavam e vinham pousar sobre a nossa mesinha. Quando o leve rumor causado pelo objeto trazido nos advertia de que o fenômeno se produzira, acendíamos a luz e verificávamos o prodígio. Ainda a pedido nosso, os mesmos objetos, bibelôs de toda

espécie e chaves tiradas de fechaduras, voltavam a seus lugares.

Acontecia às vezes que, a pedidos que fazíamos insistentemente, nenhuma resposta era dada por muitas horas; a longa espera, porém, não nos cansava e prosseguíamos no nosso interessante passatempo.

Numa de tais sessões, que já durava havia três horas e se prolongou até às onze da noite, a mesa, evidentemente enfadada com a nossa insistência, ordenou: “Vão cear e depois voltem aqui.”

Erguemo-nos, a rir e pilheriar, e nos dirigimos para a sala de jantar, situada ao fundo de uma fileira de quartos, dos quais o primeiro era o nosso de dormir e, ao mesmo tempo, o das nossas sessões. Aí dormia o nosso filho, na sua cama de ferro, cercado de alta grade. O nosso pequeno Paulo, que a guerra de 1914 nos arrebataria para sempre, tinha então nove meses e ainda não andava.

Para melhor apreciar-se o que se segue, direi que, a mandado meu, a ama se recolhera ao seu quarto e que no apartamento nenhum empregado dormia. Na casa, só estávamos com o menino nós quatro invocadores do *Espírito*.

Acabada a ceia, tomei de uma lâmpada de petróleo e, precedendo os demais, encaminhei-me para o quarto das sessões, onde, como já disse, havíamos deixado nosso filhinho a dormir. Ao chegar, porém, ao quarto contíguo, dei de improviso com o meu Paulinho acorado junto de uma cadeira, no meio do aposento, com os olhos fechados, tontos de sono.

Esse espetáculo inaudito arrancou de todos nós exclamações de terror. Evidentemente, a criancinha fora transportada para aquele lugar por uma “força desconhecida”.

Esse acontecimento imprevisto e preocupante deu causa a que desistíssemos para sempre das nossas experiências.”

(Assinado): Visconde Saul De Vitray-Ségur.

Tal o interessantíssimo relato que me enviou o professor Richet. Aí, o fenômeno do transporte do menino, de um quarto para outro, é indubitavelmente importante; mas, do ponto de vista teórico, a sua importância é muitíssimo inferior à do outro fenômeno do *transporte* de uma nota de banco de ínfimo valor, combinado com a resposta que os experimentadores obtiveram, quando pediram lhes fosse trazida uma segunda nota de valor elevado, resposta que corresponde exatamente à de que já tratei, obtida nas nossas experiências de Gênova com Eusápia Paladino. Ora, tudo isso concorre para tornar mais evidente a existência de uma questão formidável a resolver-se, relativa à gênese dos fenômenos de *transporte*, os quais, por serem de ordem física, pareciam destituídos de qualquer valor teórico, em sentido espiritualista. Mas, ao contrário, os episódios do gênero deste acima exposto e a própria natureza dos objetos trazidos, sempre carentes de valor comercial, tendem a sugerir conclusões bem diversas.

Limitar-me-ei a demonstrá-lo e, com esse escopo, cumpre começar observando que os opugnadores da hipótese espiritualista, quando discutem sobre *transporte*, se valem precisamente da circunstância de carecerem sempre de valor comercial os objetos trazidos, para insistirem na afirmativa dos fenômenos de que se trata não podem ter por origem senão um ato de vontade subconsciente. E, em apoio dessa afirmativa, fazem ressaltar, como absurdo e inverossímil, que uma entidade espiritual nada de melhor ache para presentear os vivos, senão uma pedra, um ramallete, uma pérola falsa e assim por diante. Pois bem: para quem atente bastante nas coisas, essa circunstância de fato se revela, ao contrário, como sendo a mais formidável objeção que se pode infligir à tese da origem subconsciente dos fenômenos de *transporte*.

Importa, antes de tudo, lembrar que as personalidades mediúnicas explicam o fato da tenuidade e do nenhum valor dos objetos trazidos, ponderando, acordemente, que isso se dá por não lhes ser lícito roubar, e acrescentam às vezes que facilmente poderiam conduzir objetos de valor, sem dono, mas que não lhes

é permitido fazê-lo, por não poderem prestar-se a satisfazer a baixas ganâncias de lucro.

Reconheço que uma análise superficial das explicações aduzidas leva a considerá-las “magras desculpas” que as personalidades sonambúlicas subconscientes propinam aos tolos; uma análise, porém, mais aprofundada das referidas explicações leva, ao invés, a conclusões diametralmente opostas. Reflitamos um momento.

Com efeito, para que se houvesse de procurar a explicação totalitária dos fenômenos de *transporte* na hipótese anímica, o que vale dizer: nos poderes inerentes à subconsciência humana, é manifesto que, em tal caso, não deveriam existir, na escolha dos objetos a trazer de fora, outras restrições além das relativas ao volume e ao peso deles. Significa isto que, se as vontades do médium e dos presentes se conjugassem acordemente, objetivando o *transporte* de um objeto, este se transportaria a seus pés, o que, sobretudo, deveria ocorrer, indiferentemente, tanto no caso de pertencer a um dos presentes o aludido objeto, como no de pertencer a estranhos; quer se tratasse de uma moeda de cobre, quer de uma de ouro; assim com relação a uma pérola falsa, como a uma verdadeira. Mas, ah! todos sabem que não existe semelhante equivalência entre os objetos trazidos, isto é: quando um experimentador deseje o *transporte* de uma moeda de bronze, de um especial cartão de visita, de uma pérola falsa, verá com bastante freqüência satisfeito o desejo que manifestar; quando, porém, deseje, ainda que fortemente, o de uma moeda de ouro *que não lhe pertença*, ou de uma nota de banco pertencente a outrem, ou de uma pérola genuína existente numa joalheria, nunca poderá esperar seja satisfeita a sua solicitação. Por quê? Por quê? Que relação existe entre um fenômeno mediúnico de ordem física e os ditames da ética? Não é evidente que se alguma relação há, o fato se torna literalmente inexplicável por meio da hipótese do subconsciente? E não é, ao contrário, evidente também que a relação de que se trata se mostra plausibilíssima como base das explicações que dão as personalidades mediúnicas? Em outros termos: se a gênese dos fenômenos de *transporte* fosse puramente anímica, os tesouros contidos nos escrínios de

terceiros poderiam ser transportados para junto dos experimentadores que os desejassem; mas, como semelhante portento, embora desejadíssimo por bom número de médiuns e experimentadores, nunca se realizou, nem se realizará jamais na prática, de que modo se hão de explicar, sem exorbitar da hipótese anímica, as severas restrições de ordem moral que presidem aos *transportes*? Com franqueza, quando se reflete serenamente sobre as misteriosas circunstâncias em apreço, não é logicamente lícito se persista em não querer admitir intervenções espirituais em tais fenômenos.

Para evitarem-se equívocos, observo que estas considerações não devem considerar-se fundadas sobre os dois casos que citei a título de exemplos, pois que são deduzidas dos resultados de oitenta anos de experiências sobre fenômenos da ordem dos que apreciamos. Os dois casos citados valem por melhor evidenciar a verdade das mesmas considerações, devido às respostas explícitas que deram em tal sentido as personalidades mediúnicas que operavam, assim como pelo *transporte* efetivo de uma nota de banco de valor ínfimo, prova positiva de que as mesmas personalidades podiam – se o quisessem – trazer outras de qualquer valor. Daí a inevitável conclusão de que, se o não faziam, outra explicação não se podia dar, senão a explicação moral implícita nas respostas dos dois *Espíritos-guia*, um dos quais pediu lhe dessem em moeda o valor do *transporte* pedido, dizendo o outro que o *transporte* de notas de banco de grande valor equivaleria a um furto, que ele “não podia praticar”. Estas últimas palavras contêm uma afirmação resolutiva, corroborando as considerações expendidas. Por que, de fato, *não podia ele operar*, quando se tratava de uma nota de alto valor? Quem lhe impedia? Não parece claro que essas palavras equivalem exatamente às afirmações de tantas outras personalidades mediúnicas, que informam “não poderem fazê-lo, porque entidades espirituais superiores lho interdizem”? Então, não se é obrigado a reconhecer, em homenagem à lógica, que, se os fenômenos de *transporte* se produzissem com auxílio das faculdades supranormais subconscientes, as cobiças dos médiuns e dos presentes dariam

em resultada virem-lhes aos pés os tesouros pertencentes a outros?

Considere-se também que, no modo de proceder das personalidades mediúnicas, outra particularidade há, sobremaneira eloqüente, em sentido espiritualista. É que elas igualmente se recusam a trazer objetos de valor que a ninguém pertençam, declarando que lhes é defeso fazê-lo, por não deverem prestar-se a satisfazer a baixas ganâncias. Como se há de explicar, com a hipótese do subconsciente, esta outra escrupulosidade, por assim dizer, exagerada das personalidades mediúnicas, no observarem as austeras regras de uma moralidade imaculada? Pretender-se-á, porventura, que tão admiráveis aplicações de moral evangélica sejam dons comuns a todas as personalidades integrais subconscientes? Respondo que jamais poderei entender que na subconsciência de um ladrão arrombador de cofres exista uma personalidade tão pura e ilibada, que se recuse a conceder-lhe a posse de bens que a ninguém pertençam.

Há, porém, ainda mais a assinalar, quanto a isso. Se se refletir que os metapsiquistas materialistas consideram as personalidades mediúnicas *criações efêmeras do pensamento coletivo dos presentes*, reconhecer-se-á mais que enorme a absurdidade de atribuir-se a personalidades fictícias de tal natureza princípios morais não somente sublimes, como igualmente em flagrante contraste com as vontades coletivas geradoras das citadas personalidades. E, se quiséssemos apelar para a outra hipótese propugnada por alguns deles, segundo a qual as personalidades mediúnicas seriam manifestações proteiformes da “personalidade integral subconsciente” dos médiuns, personalidade essa provida de faculdades supranormais capazes de produzir os fenômenos de *transporte*, ainda teríamos de perguntar porque uma personalidade integral subconsciente, *destinada a extinguir-se com a morte do corpo*, se mostraria tão evangélica, tão moralmente austera, tão indiferente ao bem-estar da seção consciente de si mesma, desde que esta última, como a primeira, é *destinada a extinguir-se com a morte do corpo*? Infinitamente mais lógicos eram os romanos da decadência, quando exclamava: “Embriaguemo-nos de vinho e de amor, saboreemos os prazeres que a

riqueza proporciona, uma vez que a vida é breve e tudo acaba com a morte.”

Quando, finalmente, se quisesse recorrer à única hipótese logicamente sustentável, aceitando a sobrevivência (portanto a espiritualidade) da personalidade integral subconsciente, para, em conseqüência, lhe atribuir a produção em massa dos fenômenos de *transporte*, mais que verossímil seria então supô-la dotada de uma correspondente elevação moral. Mas, restaria sempre a resolver uma questão literalmente inconciliável com a moral imácua de que a queiram dotar: é que não se saberia como explicar que semelhante personalidade integral houvesse de mentir constantemente, insulsamente, infamemente, disfarçando-se em uma série de Espíritos desencarnados ligados aos presentes pelos laços da afeição.

É certo que na prática se dão em grande cópia mistificações de tal natureza, devidas à invasão nefasta dos “pseudomédiuns”; mas, nesses casos, não se trata da “personalidade integral subconsciente” dos médiuns e sim de uma efêmera personalidade sonambúlica (é sabido, com efeito, que a “personalidade integral subconsciente” só emerge nos estados de profunda hipnose e que *não é sugestionável*). Assim sendo, segue-se que não se poderia dotar com o atributo sublime de imaculada moralidade uma “personalidade sonambúlica” extremamente sugestionável, destituída de vontade, destinada a existir por uma hora, para em seguida dissipar-se no nada.

Convenhamos, pois, em que tudo concorre para demonstrar que não se poderia cogitar de uma prova mais eficaz do que a que aqui consideramos, para demonstrar, baseado em fatos, a intervenção de entidades espirituais na produção dos fenômenos de *transporte*.

Concluo, portanto, convidando os propugnadores extremados do “animismo totalitário”, a esclarecer-se a respeito, prevenindo-os de que, se responderem acolhendo como incontestáveis as minhas conclusões (e não pode ser de outro modo), mas objetando que não conhecem como autênticos os chamados fenômenos de *transporte*, eu me declararei plenamente satisfeito, nada mais pedirei, nem de mais coisa alguma cuidarei, uma vez que fatos

são fatos e sabem impor-se por si mesmos, a despeito de tudo e de todos, como o demonstra a História de todos os tempos.

*

No intuito de demonstrar cada vez melhor que todos os fenômenos metapsíquicos podem ser “anímicos” ou “espiríticos”, conforme as circunstâncias, devido ao fato de que essas duas grandes categorias de fenômenos têm como causa o *espírito humano*, nas duas fases, de *encarnação* e de *desencarnação*, em que o dito espírito chega às vezes a manifestar suas faculdades supranormais, oportuno torna-se-me fazer notar que também nos fenômenos da “clarividência sobre o futuro” se apresentam características que não se podem atribuir aos poderes da subconsciência, sem contar que os fenômenos de tal natureza levam, por si mesmos, a inferir-se que existe no homem um espírito que sobrevive à morte do corpo.

Duas longas monografias publiquei sobre o assunto, nas quais foram classificados e comentados 214 casos de premonição, autopremonição, vaticínios e profecias, de sorte que me acho em condições de poder pronunciar-me, com conhecimento de causa, sobre o formidável tema, donde repontam conclusões importantíssimas de ordem metapsíquica, psicológica e filosófica. Desta última ordem é a prova da existência indubitável de um “fatalismo relativo” (não absoluto, veja-se bem) nas vicissitudes dos indivíduos e dos povos. A tão grande mistério – de que tratei demoradamente nas duas monografias citadas – terei ocasião de voltar mais adiante, ao comentar o terceiro dos episódios aqui relatados e que dizem respeito a um impressionante grupo de “premonições de morte *accidental*, cujas vítimas não se salvam, por tácito ou expreso consentimento da causa operante”. Acrescento que essa característica é de regra nos vaticínios de morte.

Eis um primeiro episódio notabilíssimo desse gênero, do qual foi protagonista o relator William Stead. Publicou-o em seu número de janeiro de 1909 a *Fortnightly Review* e o extraio do prefácio que Stead escreveu para o seu livro: *Letters from Julia*. Narra ele:

“Faz alguns anos, tinha eu como colaboradora uma senhora de grande talento, mas de temperamento desigual e de saúde precária. Seus modos se tornaram tão intoleráveis, que, em janeiro, estava a pensar seriamente em livrar-me dela, quando “Júlia” escreveu pela minha mão:

“Mostra-te longânime com E. M., que antes do fim do ano deverá estar aqui conosco.”

Fiquei espantado, pois que nada nela fazia pressupor tal coisa, Guardei para mim o aviso e desisti de mandá-la embora. O fato ocorrera, se bem me recordo, a 15 ou 16 de janeiro.

Em fevereiro, março, abril, maio e junho o aviso me foi repetido. De cada vez, a mensagem vinha como conclusão de uma comunicação mais longa: “Lembra-te de que E. M. terá de morrer antes do fim do ano.”

Em julho, E. M. engoliu casualmente um alfinete, que se lhe fixou no intestino, pondo-a gravemente enferma, a ponto de seus médicos assistentes desesperarem de salvá-la. Entrementes, perguntei a “Júlia”: “É esse o acidente que previas, quando me anunciaste a morte de E. M.?”

Com grande surpresa minha, recebi a seguinte resposta:

“Não; ela se curará; mas, ainda assim, terá de morrer antes do fim do ano.”

Efetivamente, E. M., com espanto dos médicos, se restabeleceu e, dentro em pouco, voltou à suas ocupações. Em agosto, setembro, outubro e novembro, foi-me repetido o aviso. Em dezembro, E. M. adoeceu de “influenza”.

Perguntei a “Júlia”: “É chegado o momento?”

“Não; *ela não virá para cá por efeito de morte natural*; mas virá antes de findo o ano.”

Eu me sentia consternado, mas sabia bem que nada obstaría a que o fato se desse.

Veio o Natal. E. M. não passava nada bem. Quando chegou o fim do ano, ela ainda vivia. “Júlia” então me disse:

“Poderei ter-me enganado de alguns dias, porém, o que anunciei acontecerá.”

A 10 de janeiro, “Júlia” me comunicou: “Vai amanhã visitar E.M., toma as providências adequadas ao caso e despede-te dela, porque não mais a verás na Terra.”

Fui visitá-la. Tinha febre e tosse insistente pois iam transportá-la para o hospital, a fim de lhe ser prestada melhor assistência. Conversou comigo sobre projetos que trazia em mente com relação a trabalhos que lhe cumpria executar. Quando me despedi, perguntei a mim mesmo se “Júlia”, ainda dessa vez, não se teria enganado.

Dois dias depois, recebi um telegrama no qual se me informava que E. M., num acesso de delírio, se atirara do 4º andar ao solo, onde se tornara cadáver.

A data do triste acontecimento ultrapassara de alguns dias os doze meses estabelecidos na primeira mensagem.

A autenticidade de tudo o que afirmo é comprovada pelos manuscritos de todas as mensagens originais e pelos atestados que firmaram os meus dois secretários, aos quais, sob promessa de segredo, eu comunicara os avisos de “Júlia”.

É teoricamente notabilíssimo esse caso e o nome de quem o refere é garantia absoluta da sua autenticidade em todos os mais minuciosos pormenores.

Apontarei de passagem a circunstância de que das duas vezes que a pessoa indicada cai enferma antes do cumprimento do vaticínio, Stead julga chegado o momento fatídico e não obstante recebe resposta negativa, circunstância contrária à gênese subconsciente da mensagem premonitória e favorável à independência espiritual da personalidade de “Júlia”, visto que, se assim não fosse, a ação auto-sugestiva não teria deixado de exercer-se sobre o *Eu subconsciente* de Stead, levando-o a confirmar tudo quanto o *Eu normal* pensava.

Observarei; ao demais, que, da resposta de “Júlia”: “E. M. não virá para cá por efeito de *morte natural*”, ressalta que ela, além de consciente do fim próximo da senhora em questão, estava plenamente informada sobre o gênero trágico da morte

que a aguardava, circunstância que oferece matérias de graves reflexões, pois que dela resulta que, se “Júlia” houvesse confiado o fato a Stead, este certamente houvera salvado da morte a enferma, providenciando para que a vigiassem. Surge então espontânea a pergunta: “Por que não o fez “Júlia”?” “Por que, podendo-o, não quis proferir uma palavra com que salvasse da morte uma pessoa?” Este o perturbador mistério para cuja elucidação uma só explicação se prestaria: Fazê-lo era vedado a “Júlia”, por não ser permitido a um Espírito obstar ao curso dos destinos humanos. Eis-nos, assim, em cheio na hipótese “fatalista”.

Finalmente, as mesmas considerações facultam ótimo argumento contra a hipótese da origem subconsciente de *todas* as premonições. Quando, com efeito, assim fosse, não se explicariam as reticências análogas à que acima anotamos, tendo-se em vista que para um *Eu subconsciente* não podem existir *inibições superiores* que o impeçam de salvar da morte uma pessoa, revelando o que saiba. Posta a questão nestes termos, que outra razão aduzir para explicar os numerosos episódios em que se destacam reticências semelhantes? Em vão seria procurada, porquanto nenhuma pode existir.

Conforme eu disse, nas minhas monografias se contêm variadíssimos episódios do gênero deste, todos altamente sugestivos no mesmo sentido. Não podendo inseri-los num trabalho de síntese como este, me limito a escolher e citar, dentre eles, mais dois casos importantes.

O que se segue (68º nas minhas monografias) é bastante longo e circunstanciado, pelo que vou resumi-lo. Foi investigado pelo professor James Hyslop, que conheceu pessoalmente a percipiente.

Trata-se de uma mãe a quem morrera uma filhinha no incêndio do seu berço. Ora, aconteceu que desde agosto de 1897 até a hora fatal, em dezembro desse ano, a mãe da menina teve contínuos avisos supranormais do trágico acontecimento que a sobrepairava, mas sempre de forma bastante vaga para resultarem inúteis. Começaram os ditos avisos com um sentido obscuro de “prova dolorosa” para a família inteira, sentido que se renovou e

intensificou a tal ponto, que levou a percipiente a falar do caso ao marido. Depois, uma voz subjetiva se fez ouvir, aludindo, veladamente, à natureza da “prova”, ou seja, à morte da criança, “que não mais precisaria de vestidinhos, de sapatinhos, de brinquedos, etc.” Em seguida, vem uma primeira alusão, também obscura, à causa da morte, sob forma olfativa, em virtude da qual a percipiente sentia cheiro de queimado, sem causa aparente, impressão que um dia se concretizou na visão complementar de um berço em chamas. Daí, os temores da percipiente se voltaram, de modo obsidente, para a idéia de perigo com relação aos fósforos e, na véspera do dia fatídico, foi ela presa de um impulso irresistível para destruir os mais perigosos, *o que, entretanto, não fez, devido a uma intempestiva reflexão*. Afinal, no momento da catástrofe, ouviu uma voz que lhe aconselhava “virar o colchão” (sob o qual presumivelmente ficara perdido um fósforo), operação que costumava fazer sempre, *mas que naquela ocasião não fez*, descuido e irresolução que sugerem fortemente qualquer coisa de fatal na “prova” a sobrevir.

Ressalta, portanto, que, se a percipiente teve a representação subjetiva de todos os elementos integrantes do quadro da catástrofe, tal se deu de maneira tão desastrada e confusa, que lhe impediu de concretizá-la numa percepção sintética reveladora do significado premonitório dos mencionados elementos; que, se o significado fora compreendido, conjurada estaria a catástrofe; mas... provavelmente, aquela desalinhada representação tinha a sua razão de ser.

Como quer que seja, também neste caso é patente que a personalidade mediúnica ou subconsciente estava perfeitamente a par do gênero de morte accidental que ameaçava a criança, de sorte que ainda desta vez surge espontânea a pergunta: “Por que a personalidade mediúnica, em lugar de prevenir vagamente do *perigo de incêndio*, ou de aconselhar, de modo igualmente vago, *que virassem o colchão*, não informou que debaixo deste havia fósforos espalhados, salvando assim a vida da menina?” Pretender-se-á, porventura, que as primeiras frases tenham sido telepaticamente transmitidas do subconsciente ao consciente e que a última haja ficado impérvia às vias de transmissão telepática?

Como ninguém ousará sustentar tão absurda tese, forçoso será concluir que, em tais circunstâncias, não é de presumir se trate de personalidades subconscientes (as quais nenhum motivo teriam para esconder o que soubessem, desde que, falando, salvariam da morte uma pessoa cara), mas, sim, de entidades espirituais, às quais, por motivos imperscrutáveis, porém perfeitamente concebíveis, não é permitido obstar ao curso dos destinos humanos, só lhes sendo lícito, algumas vezes, avisar as vítimas do destino, por meio de frases vagas, reticentes, oraculares, indecifráveis, até que o acontecimento se dê, com o intuito de criar nas vítimas designadas um estado de temor benéfico, no sentido de predispor-las para o que vai acontecer.

Referirei agora um terceiro exemplo de “premonição de morte accidental”, donde ressalta, mais que nunca, indubitável a existência de uma fatalidade na vida, mediante a qual unicamente se podem explicar as reticências e os simbolismos que manifestamente objetivam não embarçar a execução dos decretos do Destino. O vaticínio de morte que vou relatar se mostra de grande importância, sobretudo pelo lado probante, visto ser a data recentíssima e ter sido formulado por dois *sensitivos*, sem nenhuma ligação entre um e outro. Dá-se ainda que um deles insistiu sobre o mesmo acontecimento durante 14 sessões, depois de tê-lo anunciado 31 meses antes que se realizasse. Acrescentese que, por uma ironia da sorte e por ordem supranormal, esse vaticínio de morte foi comunicado à vítima pelo *sensitivo* percipiente, que ignorava quem fosse o que teria de morrer. A vítima designada, ignorando, por sua vez, que o fato lhe dizia respeito, tomou dele nota cuidadosa, com o fim de lhe pesquisar de forma científica o desenvolvimento. Era o Dr. Gustave Geley, diretor do *Instituto Metapsíquico de Paris*.

O primeiro de tão memoráveis vaticínios ocorreu, sem ser procurado, nas experiências de “metagnomia” a que o Dr. Eugênio Osty procedia com diversos *sensitivos*. Escreveu ele:

“Ponho fim à presente enumeração de premonições de morte accidental, citando fragmentariamente as frases de um vaticínio, cujo desenvolvimento acompanhei por três anos,

sem me aperceber, *até verificar-se o fato*, de quem era a pessoa a que ele se referia.”

(Extratos dos relatórios das sessões hebdomadárias de premonições, com a *sensitiva-clarividente* Mme. Peyrou-tet).

18 de março de 1922 – “... O senhor toma parte regularmente num jantar em que só homem se senta à mesa. Um deles empreenderá uma viagem e sofrerá um acidente seguido de morte...” (Eu participei regularmente de um só jantar periódico – o de 13 de cada mês – ao qual unicamente homens compareciam. Esse jantar foi combinado em junho de 1914 e éramos quinze os comensais, todos interessados nas pesquisas psíquicas e, na sua maioria, amigos. O Dr. Geley, diretor do *Instituto Metapsíquico*, era do número).

24 de abril de 1922 – “... Morte de um amigo seu, por desgraça accidental. Haverá queda e morte. É um homem de ciência...”

21 de maio de 1922 – “... O senhor saberá da morte de um amigo seu, devida a acidente grave. Serão duas as mortes...” (O Dr. Geley era o único passageiro do aeroplano que no dia 14 de julho de 1924 se precipitou ao solo, na Polônia. Ele e o piloto morreram imediatamente).

15 de julho de 1922 – “... Vejo sempre ao seu derredor a morte de um homem de ciência, seu amigo. Mas, em que consistirá a catástrofe?... Haverá duas mortes...”

23 de setembro de 1922 – “... Oh! doutor, vejo sempre ao seu lado este acontecimento de morte por acidente, que poderá dar lugar a um oferecimento que lhe será feito e que mudará a sua carreira profissional...” (Para os que o ignoram, direi que foi em seguida à morte do Dr. Geley que me propuseram assumir eu a direção do *Instituto Metapsíquico*).

20 de janeiro de 1923 – “... O senhor virá a saber da morte, por acidente, de um homem de ciência... Morte súbita. Dupla morte, depois de uma viagem a país distante.”

17 de fevereiro de 1923 – “... Sempre acidente e morte de um homem de ciência muito seu conhecido. Acidente e morte por ocasião de uma partida.”

17 de março de 1923 – “... Oh! ser-lhe-á comunicada uma morte acidental, por fratura do crânio... Vejo uma morte que será para o senhor causa de alguma coisa como uma nova tarefa, um trabalho novo...”

21 de abril de 1923 – “... Oh! essa morte de um homem de ciência está sempre ao seu lado! Doutor, o senhor certamente não tem a intenção de subir num aeroplano, não é?”

1º de dezembro de 1923 – “... Oh! que triste notícia de morte o espera! Morte acidental por uma queda! Duas mortes. Aproxima-se o dia do senhor a receber. É sua amiga essa pessoa...”

22 de março de 1924 – “... Não tardará muito que saberá da morte de um homem de ciência, a quem o senhor conhece muito. Um doutor dará uma queda. Acidente de automóvel, ou de qualquer outra coisa, longe, longe, durante uma viagem...”

4 de abril de 1924 – “... Em torno do senhor há um fato de morte, que continuo a ver sempre. Morte acidental, no estrangeiro; qualquer coisa como uma embarcação que afundará...”

31 de maio de 1924 – “... Morte acidental de um homem muito seu conhecido. Morte por ocasião de uma partida, em país estrangeiro...”

9 de julho de 1924 – “... Será uma morte que surpreenderá grandemente. Morte acidental. Partida durante uma viagem. Morte de um homem de ciência, que revolucionará a sua existência...”

Observa neste ponto o Dr. Osty:

“Cinco dias depois desta última sessão (14 de julho de 1924) o Dr. Geley partia de Varsóvia em aeroplano e logo depois a máquina se precipitava, causando-lhe a morte, assim como ao piloto. No dia 19 de julho, a vidente, Mme.

Peyroutet, tornou a falar, pela última vez, da morte acidental, que a obsediava em todas as sessões, comigo, *mas dessa vez assinalou a morte como ocorrida.*” (*Revista Metapsíquica*. 1930, pág, 50-52).

Antes de comentar o inolvidável episódio exposto, cumpre-me reproduzir um outro relativo ao mesmo caso de premonição de morte acidental ainda distante e que, como o primeiro, ocorreu espontaneamente, mas de forma “auditiva”, tendo por percipientes o conhecido escritor, metapsiquista e também *sensitivo-clarividente* Pascal Forthuny. Numa conferência que fez, em maio de 1926, no *Instituto Metapsíquico*, tratou ele do caso nos seguintes termos:

“Sim, tenho a certeza absoluta de que, em muitas circunstâncias, o futuro é previsível para o clarividente... Se todos os clarividentes tivessem o cuidado, que hei tido sempre, de datar e conservar os textos de suas profecias, depositando-as em lugar seguro, para depois, a seu tempo, confrontá-las com os pormenores do acontecimento realizado, poderiam todos testificar, com plena consciência, que a previsão do que há de dar-se não é uma hipótese, porém realidade indiscutível, porque cem vezes verificada.

Limitar-me-ei agora a divulgar um de tais documentos-prova, referente a uma profecia trágica, da qual, desventuradamente, me tocou a mim ser o comunicante.

Um dia, no silêncio e na solidão do campo, estava eu no meu escritório, absorto numa composição poética, quando, de improviso, me ressoou ao ouvido uma voz autoritária a me ordenar fosse sem demora ao *Instituto Metapsíquico*, em Paris, comunicar ao Dr. Gustave Geley que eu fora prevenido da morte próxima de um médico francês na Polônia, vítima de um desastre de aviação. Obedeci, partindo imediatamente para Paris, onde me dirigi à residência do Dr. Geley, que era na própria sede do Instituto. Ele acabara, naquele momento, de jantar com a família e se achavam todos na respectiva sala. Fui acolhido com a costumada gentileza e expus sem demora o motivo da minha visita, narrando o

que a “voz autoritária” me revelara. Faço notar que, então, o diretor do *Instituto Metapsíquico* nenhuma intenção tinha de ir à Polônia. Perguntou-me ele bruscamente: “E de quem e trata?” Foi-me dito depois que, a essa pergunta, eu visivelmente empalidecera. Como quer que seja, eu não sabia de quem se tratava, pois que não me fora declinado o nome da vítima. Mas aquela pergunta me deixou confuso. Procurei despertar as minhas faculdades pré-cognitivas. Pareceu-me que conseguia e mencionei um nome: o de um doutor ilustre. Enganei-me no que dizia respeito à pessoa; o Destino não me quis revelar completamente o seu segredo. Decorridos três meses o Dr. Geley se achava em Varsóvia; propuseram-lhe regressar de aeroplano a Paris e ele aceitou. Após um quarto de hora de vôo, o aeroplano se precipitou ao solo, ficando horrivelmente esfacelados os dois que nele viajavam. Da minha trágica profecia, verídica, se bem que incompleta, fora feito um registro por escrito, no momento em que a participei ao Dr. Geley, e esse documento encontramos entre os papéis do nosso desditoso amigo.” (*Revue Métapsichique*, 1926, página 368).

O trágico acontecimento de que se trata, percebido 31 meses e 3 meses antes por dois videntes, com todas as particularidades necessárias a assinalar *infalivelmente* a vítima designada, mas *somente depois que o fato ocorresse*, pode considerar-se conclusivo para demonstrar a existência de uma classe de premonições capazes de indicarem as vítimas de catástrofes acidentais, portanto, imprevisíveis, o que, do ponto de vista da hipótese fatalista, adquire enorme importância.

Procedamos, porém, com ordem. Antes de tudo, importa acentuar que o vaticínio em questão corresponde, de modo irrepreensível, a todas as exigências da documentação científica: de um lado, há 14 relatos do Dr. Osty, por ele escritos em face dos apontamentos tomados durante as sessões; do outro lado, há o relato de Pascal Forthuny, comprovado pelo testemunho de membros da família da vítima, bem como por um documento no qual a profecia foi registrada, na ocasião, pela própria vítima que o vaticínio designava. Deve-se, pois, concluir que, do ponto de

vista probante, o caso em apreço é positivamente “crucial” em todos os seus minuciosos pormenores, dado que todas as particularidades que o constituem foram registradas muito tempo antes que o acontecimento se desse.

O professor Richet, citando o caso em seu livro *L’Avenir et la Prémonition* (O futuro e a premonição), conclui com a observação seguinte: “Verdadeiramente, a mim me parece que, depois da leitura desse íntimo episódio, deveria ser logicamente impossível duvidar ainda da existência da lucidez premonitória”. Assim é, com efeito, e a ninguém escapará a enorme importância teórica que apresenta o fato de possuir-se ainda que um só caso de “premonição de morte por acidente em longo prazo”, mas que corresponda às mais severas exigências científicas e se demonstre literalmente invulnerável, não só a todas as objeções legítimas, como também a todas as sutilezas sofísticas dos opositores misoneístas.

Firmado este ponto, se se compararem os dois vaticínios, verificar-se-á que no primeiro, notabilíssimo pela insistência com que a vidente volvia ao aviso de morte, faltam deles pormenores importantes que, ao contrário, se notam no segundo, os em que o *vidente* Pascal Forthuny não somente chega a designar qual o gênero de morte acidental que aguardava a vítima, isto é, morte pela queda de um aeroplano, como a precisar que o desastre se daria na *Polônia*. Contrariamente, no caso do Dr. Osty, a vidente não mencionou o nome do “país distante”, em que a catástrofe ocorreria, nem determinou de que gênero era a morte que esperava a vítima, tanto que foi levada a adivinhar, apontando um “presumível desastre de automóvel, ou de qualquer coisa assim”; depois, indicando “qualquer coisa, como o afundamento de uma embarcaçõzinha”. Entretanto, uma vez teve ela a intuição da verdade, pois que perguntou ao Dr. Osty: “Doutor, o senhor, de certo, não tem a intenção de subir em aeroplano, não é?” Esta pergunta comprova que no momento ela teve a intuição verídica do gênero da catástrofe que se preparava.

Em compensação, no curso da reiteração insistente que a premonição assumiu, depara-se com grande número de pormenores minuciosamente verídicos. De fato, a vidente começara por

anunciar que a vítima era um doutor e um homem de ciência, amigo do Dr. Osty; que esse doutor participava, com o último, de um jantar periódico, a que só assistiam homens. Depois, acrescentara repetidas vezes que a morte prevista teria uma causa accidental e seria determinada por uma queda, na ocasião de uma partida; que haveria dois mortos; que o fato se daria durante uma viagem a terras distantes; e, finalmente, acrescentara repetidamente o pormenor preciso de que a morte do amigo do Dr. Osty daria lugar a que este último recebesse uma oferta que o levaria a tomar a si uma nova tarefa, de que resultaria verdadeira revolução na sua carreira.

O outro vaticínio, o de Pascal Forthuny, é menos difuso nos pormenores secundários, mas os essenciais nele se encontram todos, salvo naturalmente o nome da vítima, conquanto a entidade comunicante se haja expressado de maneira a demonstrar que sabia quem era aquele que tinha de morrer. Com efeito, a “voz autoritária” ordenara ao *sensitivo* que fosse imediatamente a Paris, comunicar a premonição de morte ao *Dr. Gustave Geley*, o que quer dizer: *exatamente àquele que havia de morrer!* Daí se segue, manifestamente, que a “voz autoritária” tinha consciência de coisas que não quis revelar e, assim sendo, é-se levado a concluir logicamente pela forma já antes formulada tantas vezes, isto é, que, de um lado, não podia tratar-se de uma premonição originária da subconsciência do *sensitivo*, pois, em tal caso, não existiriam motivos para que o *Eu* subconsciente de Pascal Forthuny calasse um pormenor que houvera salvado da morte um seu amigo; enquanto que, de outro lado, se há de concluir que, tendo-se a entidade espiritual comunicante absterido de revelar o pormenor mais importante da premonição, confirmava ulteriormente, com essa abstenção, tudo o que já se chegara a saber, mediante a análise comparada dos casos em questão, ou, seja, que não é lícito às entidades espirituais obstarem a que os destinos humanos se cumpram.

Como vimos, quando o Dr. Geley perguntou subitamente ao *sensitivo* quem era o que tinha de morrer, o *sensitivo*, não se achando em estado de lucidez, fiou-se na inspiração e proferiu erroneamente o nome de outro doutor, fato a cujo propósito

observa: “O Destino não me quis revelar todo o seu segredo.” Foi exatamente assim, porquanto, se lho houvesse revelado, o Dr. Geley teria tido o cuidado de não subir num aeroplano em Varsóvia, furtando-se desse modo ao próprio destino. Como quer que seja, desse ponto de vista deve-se ponderar que a “voz autoritária” avançara demais – por assim dizer – na revelação das particularidades da catástrofe, pois, além de haver revelado que se tratava de um médico francês, amigo do Dr. Osty, que também era homem de ciência, pormenorizou que a morte se daria *na Polônia*, devida a uma catástrofe *de aeroplano*. Estas particularidades determinam com tanta precisão tudo quanto aconteceria, que é de causar surpresa não se houvesse o Dr. Geley lembrado de coisa alguma quando, *na Polônia*, decidiu-se a aceitar o oferecimento, que lhe fizeram, de regressar *em aeroplano*. Farei notar, entretanto, a propósito, que são freqüentes, em análogas circunstâncias, essas fatais “amnésias”, em relação às premonições de morte. Note-se também que a fatalidade do que sucedeu ainda mais patente se mostra, desde que se reflita na circunstância de que o Dr. Geley nenhuma intenção tinha de regressar de aeroplano a Paris. Como, porém, manifestasse o desejo de partir com urgência, visto ter de ir a Londres, para iniciar experiências de “fotografia transcendental”, foi-lhe sugerido viajar de aeroplano, sugestão que ele fatalmente aceitou.

Dever-se-ia então inferir que, para a realização do vaticínio de morte accidental, concorreu um conjunto de “coincidências fortuitas”; porém... talvez mais próximo da verdade se esteja, observando que tais “coincidências fortuitas” só na aparência existiam. Dir-se-á, antes, que uma misteriosa vontade exterior interveio, sugestionando telepaticamente várias pessoas, entre as quais a vítima, a fim de que todas as coisas fossem dispostas de maneira que os decretos do Destino se cumprissem.

E para quem quer que haja analisado e comparado bom número de manifestações desse gênero, não pode haver dúvida quanto à verdade incontestável das conclusões acima expostas, de sorte que, cedo ou tarde, os representantes do saber, assim como os povos da Terra terão de convencer-se de que uma fatalidade existe. Ao mesmo tempo, dou-me pressa em acrescen-

tar que a análise comparada dos fenômenos premonitórios concorre eficazmente para demonstrar que, se é certo que uma fatalidade paira sobre os destinos humanos, com respeito às grandes linhas do seu desenvolvimento, igualmente certo é que ela deixa uma latitude de ação mais ou menos ampla (segundo a madureza espiritual de cada indivíduo) para o exercício do *livre-arbítrio*, no tocante às iniciativas pessoais. Fatalidade *relativa*, portanto, e nunca *absoluta*. Já eu disse e repito: “Nem *livre-arbítrio*, nem *fatalismo* absolutos governam a existência encarada do Espírito, mas *liberdade condicionada*.”

Em reforço de tais conclusões, julgo oportuno citar um trecho de carta que o professor Richet me escreveu, poucos meses antes de sua morte, carta que publiquei na revista inglesa *Psychic News* (30 de maio de 1936), na qual ele, respondendo a considerações minhas acerca do fatalismo, me declarava francamente a sua opinião, nestes termos:

“Sou inteiramente do seu parecer: não creio, com efeito, na explicação simplista segundo a qual os acontecimentos da nossa existência e a direção da nossa vida são devidas exclusivamente ao acaso, embora não seja possível apresentar prova nesse sentido. O Fado existe, o que equivale a dizer: uma Força que nos guia e conduz aonde bem lhe pareça, por vias indiretas, tortuosas e muitas vezes estranhas. E, também fora da direção da vida, há coincidências tão estonteantes, que é bem difícil não se veja a obra de uma intencionalidade. (De quem? De quê?)...”

(Em seguida a essas considerações, o Professor Richet me referia algumas surpreendentes “coincidências”, ocorridas com ele pessoalmente, mas que me abstenho de relatar, em respeito à palavra “confidencial”, que as precedia).

Essa a opinião de um eminente fisiologista, nos últimos anos da sua longa e operosa existência – quer dizer: depois de meio século de pesquisas e meditações sobre os fenômenos da “clarividência no futuro”, considerados em relação às formidáveis questões filosóficas do *livre-arbítrio* e do *fatalismo*. Rejubilo-me, portanto, com o haver ele, a seu turno, acabado por aderir à

única solução racional do enorme mistério, solução que consiste em reconhecer-se a validade de ambas as questões em apreço e em reconhecer-se, pois, a existência de duas leis espirituais antagônicas, a governarem o mistério do Ser, antagônicas, mas disciplinadas, condicionadas, harmônicas entre si, de modo a prevalecer uma ou outra, segundo a elevação espiritual de cada indivíduo.

Não menos verdadeiro é que, reconhecendo a existência de uma fatalidade na vida, defrontamos com outro mistério perturbador, concernente a certos decretos do Destino, considerados em relação à concepção humana de Justiça Eterna. Observa-se, com efeito, que, muito freqüentemente, o Destino fere os benfeitores da Humanidade – inclusive Jesus de Nazaré, Sócrates, Joana d’Arc – e os fulmina no momento em que eles desempenham com mais eficiência suas missões. No nosso caso, o Destino abateu, em pleno vigor da varonilidade, o mais insigne sustentador da sobrevivência, cientificamente entendida, donde reponta, em todo o seu conturbado aspecto, uma formidável interrogação: “Como explicar o fato de o Destino haver fulminado um grande apóstolo da causa espiritualista, no instante mesmo em que tudo fazia prever que, com o seu gênio e o vasto saber que possuía, em breve tempo ele houvera conquistado para aquela causa o mundo científico, resolvendo, em sentido espiritualista, o problema do Ser? Por que?... Por que?...”

Em face de tanto mistério, nada mais resta senão aceitar a explicação contida na seguinte mensagem psicográfica, obtida por uma médium inglesa:

“Provavelmente, a atividade do grande sábio espiritualista foi de súbito interrompida pela morte porque, em virtude da sua obra, se teria percorrido com demasiada rapidez a senda que conduz à demonstração científica da sobrevivência, determinando, em conseqüência, gravíssima crise para vigentes instituições religiosas e uma perturbação geral à coletividade civil, ainda imatura para acolher uma Verdade a que é preciso se chegue gradativamente, por lenta evolução através do século vinte. Assim sendo, ele terá sido chamado à existência espiritual, o que, do nosso ponto de

vista, circunscrito e errôneo, parecerá um mal infligido a uma vítima inocente, quando, na realidade, é um bem e um galardão deferido a quem cumprira todo o seu dever na Terra. A existência terrena é um insignificante parêntese, diante da existência espiritual.”

Atingido este ponto e não podendo alongar-me mais a citar casos, informo que, no grupo das “premonições de acontecimentos mortuários, cujas vítimas não se salvam, por tácito ou expreso consenso da causa atuante”, um “subgrupo” se contém de auto-premonição de morte devida a causas acidentais, em que, igualmente, as vítimas vão de encontro ao destino que as aguarda, porque a mensagem supranormal é dada sob forma oracular, ou simbólica, ou reticente, de maneira a não permitir que quem quer que seja lhe interprete o significado, *enquanto não se haja verificado o acontecimento.*

Mais do que nunca, portanto, evidente se torna que essa categoria de premonições as isenta, em absoluto, de uma gênese subconsciente; mas, se houver quem de tal duvide, eu o convido a refletir que, então, forçoso lhe será postular a existência subconsciente de um “*Eu integral*” *que se reconhece imortal e age de acordo com essa convicção*, o que, do nosso ponto de vista, viria a dar no mesmo. E tudo isso pela consideração de que, nos casos de auto-premonição de morte, fora insensato admitir-se a existência de um “*Eu subconsciente*”, destinado a extinguir-se com a morte do corpo, senhor de si e do próprio destino e que, consciente da sorte fatal que paira sobre o seu “*Eu consciente*” – portanto, sobre si mesmo – e podendo salvá-lo da morte com o lhe transmitir informações exatas relativamente ao perigo que o ameaça, dele, ao contrário, as oculte cuidadosamente, ou lhas ministre em símbolos impenetráveis, *até que o fato haja ocorrido*, com o intento preciso de deixá-lo morrer e de deixar-se morrer. Uma vez reconhecido o absurdo lógico de semelhante interpretação dos fatos, segue-se que também no caso em que as premonições de que se trata tivessem origem na subconsciência dos videntes, ser-se-ia conduzido igualmente a reconhecer que as reticências intencionais em questão correspondem a *uma finalidade ultraterrena*. Por estas razões os que propugnam a origem

subconsciente de todas as premonições seriam obrigados racionalmente a admitir a existência de um *Eu* integral, *côncio da sua imortalidade, a agir de acordo com essa certeza*. Acrescentemos que os opositores a que nos referimos teriam de admitir também que, se o *Eu* integral subconsciente oculta, sob véus simbólicos, o sucesso de morte que paira sobre o seu *Eu* consciente, portanto sobre si mesmo, ele deve saber igualmente que o dito sucesso é preestabelecido, inexorável, *fatal*. Daí decorre que os propugnadores da subconsciência onisciente não poderiam furtar-se a admitir – de bom ou mal grado – as hipóteses Espiritualista e Fatalista.

Opostamente, quando se reconheça que as premonições de tal natureza não podem realizar-se senão por obra de entidades espirituais, logo se consegue explicar de modo claro e natural, visto não existirem dúvidas teóricas que impeçam se admita que um “Espírito desencarnado”, preso pelos laços da afeição a um vivo ameaçado de um acontecimento doloroso, se esforce por avisá-lo disso, telepaticamente. E se tal coisa constantemente se dá dentro dos limites de uma representação parcial ou simbólica, capaz apenas de fazer que o vivo o entreveja, de modo a criar nele um estado de temor benéfico, tendente a predispô-lo para o que vai acontecer, tudo se explica com as circunstâncias de fato aqui consideradas. Quer isso dizer que o Espírito comunicante é levado a conter-se em determinados limites, para não obstar ao curso inexorável dos destinos humanos, seja porque o que acontece deve acontecer em benefício da suposta vítima, seja porque lhe é defeso fazê-lo.

Vem daí que, por meio de inferências rigorosamente deduzidas dos fatos, chegamos a conclusões espiritualistas sumamente importantes, que se podem resumir nas três seguintes proposições:

Em primeiro, que os fenômenos premonitórios do gênero considerado, como todos os outros fenômenos supranormais, podem ser *anímicos* ou *espíritas*, conforme as circunstâncias;

Em segundo, que dos mesmos fenômenos ressalta indubitável a existência de uma fatalidade na vida, se bem que em combinação com uma dose conveniente de *livre-arbítrio* e em proporções

diversas, acordemente com os graus que os indivíduos hajam galgado na escala ascendente da espécie humana;

Em terceiro, que, nas premonições de morte, se apresenta constantemente uma particularidade muito sugestiva, a de serem elas transmitidas em forma oracular, ou simbólica, ou reticente, de maneira a torná-las impenetráveis aos interessados, *enquanto o acontecimento não se tenha dado*, como se o agente transmissor cuidasse de maneira especial de não obstar, com a sua intervenção, ao curso dos destinos humanos e quisesse apenas fazer que a vítima ou os seus familiares entrevejam a “prova” dolorosa que lhes está preparada, com o fim de criar neles um estado de temor benéfico no sentido de predispô-los para a dita prova. Tudo isso demonstra que, em tais conjunturas, o agente transmissor não pode ser o subconsciente do médium, ou do *sensitivo*.

Finalmente, tomemos nota de que as premonições de casos de morte, da qual as vítimas não se salvam, *por tácito assentimento da causa atuante*, não podendo ser atribuídos nem a “inferências subconscientes”, nem a “personalidades subconscientes”, nem, ainda menos, ser explicados por meio das inefáveis hipóteses da “quarta dimensão” ou do “eterno presente”, em face das razões acima enumeradas, forçam necessariamente a concluir-se que uma parte dos casos premonitórios não é e nunca será explicável, se antes não se admitir a existência e a sobrevivência do espírito humano. E esta conclusão se impõe à razão, com a evidência de uma comprovação de fato.

*

Sempre com o objetivo de demonstrar, baseado nos fatos, que todos os fenômenos supranormais, sem exclusão de nenhum, podem ser *anímicos* ou *espíritas*, conforme as circunstâncias, vejo-me forçado a indicar também os fenômenos de *psicométria*, que pareceriam interpretáveis exclusivamente com os poderes supranormais da subconsciência, tendo em conta as modalidades sob as quais se produzem e que consistem em que, se se puser um objeto nas mãos de “sensitivos especiais”, eles lhe revelarão a história, ou descreverão a da pessoa que longamente o usou. Mistério profundo, de certo modo, mas que não impede se afir-

me, sem medo de errar, que nada existe, em metapsíquica, melhor comprovado e de mais fácil comprovação, do que os fenômenos de *psicometria*. Não sendo oportuno o momento para me alongar sobre o assunto, limitar-me-ei a recordar que publiquei uma extensa monografia sobre *Os Enigmas da Psicometria*, à qual envio quem quer que deseje enfronhar-se em tão formidável problema.

Tendo de cingir-me à tese aqui considerada, observarei que também os fenômenos de *psicometria*, como os fenômenos *premonitórios*, podem ser *espiríticos*, mesmo quando não haja indícios aparentes de intervenções estranhas. É o que se dá no episódio a seguir, o qual, pelas modalidades com que se desenvolveu, até pareceria uma ótima prova em contrário e como tal o considerou quem o obteve. Entretanto, se se quiser investigá-lo a fundo, descobrir-se-á nele uma particularidade aparentemente desprezível, mas que assume importância resolutiva em sentido espiritualista. Trata-se de um caso muito conhecido, mas, dado o seu valor teórico, deve ter um lugar neste capítulo de síntese geral tendente a desfazer o erro nefasto de pretender-se que a hipótese espiritualista se funda unicamente nas bases inseguras dos casos de identificação pessoal dos defuntos.

Dito isto, passo a referir o famoso caso Lerasle, investigado magistralmente pelo Dr. Osty. (*Annales des Sciences Psychiques*, 1914, pág. 97, e 1916, pág. 130)

No dia 17 de março de 1914, o Sr. Mirault, residente em Cours-les-Barres (Cher), comunicava ao Dr. Osty que, havia quinze dias, era procurado inutilmente um velho de nome Lerasle, que, tendo saído para um passeio, não mais voltara. Primeiro os parentes e amigos, depois 80 pessoas reunidas pelo síndico, havia perlustrado metodicamente, por muitos dias, as circunvizinhanças, sem resultado algum. Nessa conjuntura, o Sr. Mirault enviava ao Dr. Osty um lenço de cambraia pertencente ao velho e lhe pedia consultasse a respeito uma das suas clarividentes. O Dr. Osty remeteu o lenço à Sra. Morel, sem explicação nenhuma. A sonâmbula descreveu minuciosamente a pessoa do velho desaparecido, de que modo estava vestido, a localidade onde residia, o caminho que percorrera na floresta no dia do seu

desaparecimento, declarando, por fim, que o via próximo a um regato, cercado de mato denso. Organizaram novas buscas orientadas pelas informações da sonâmbula e quase de súbito descobriram o cadáver do velho Lerasle. Tudo o que a sonâmbula afirmara ou descrevera era escrupulosamente exato, exceção feita de um pormenor: ela vira o cadáver “deitado sobre o lado direito, com uma perna dobrada”, quando, em realidade, jazia *em decúbito dorsal, com as pernas estendidas*. Nas três consultas feitas à sonâmbula, essa visão se produziu três vezes de forma idêntica. Na segunda consulta, a sonâmbula acrescentava estas informações: “Ele não avança muito pela floresta... Sente-se mal, deita-se, morre...”

Essa tríplice visão errônea, conjugada à última frase transcrita, é de assinalar-se pelo seu grande alcance teórico, como vou demonstrar.

Antes de tudo, assinalo que o episódio em exame é um caso clássico de “criptestesia psicométrica”, verdadeiro e legítimo, em que não se percebem indícios de intervenção extrínseca. Todavia, desde que se investigue qual a modalidade de “criptestesia” que melhor corresponde à explicação do mesmo caso, fica-se perplexo e embaraçado, uma vez que o incidente da tríplice visão errônea da *sensitiva* tende a excluir todas as formas em que se manifesta a “criptestesia” propriamente dita. Vejamos.

Se se supuser tratar-se de um fenômeno de “visão à distância”, logo se nota que, em tal caso, resultaria inexplicável o tríplice erro de visualidade em que cai a *sensitiva*, vendo o cadáver *deitado sobre o lado direito*, com uma perna dobrada, quando ele jazia *deitado de costas e com as pernas estendidas*, o que demonstra de forma resolutiva que não podia tratar-se de visão à distância.

Pela mesma razão, tem-se igualmente de excluir a hipótese da exteriorização do “corpo fluídico” da *sensitiva*, pois que, do contrário, esta teria, indubitavelmente percebido o cadáver na posição em que jazia.

Ainda pela mesma razão, tem-se de excluir a hipótese da “telestesia”, porquanto, se o objeto entregue à *sensitiva* houvesse

servido para estabelecer a *relação psíquica* entre ela e o cadáver a ser descoberto, ela o perceberia qual estava.

Nem tão-pouco se poderia sustentar a hipótese da “memória das coisas” (psicometria ou metagnomia tátil), visto que no lenço que pertencera ao desaparecido não podiam existir traços de acontecimentos ocorridos depois que aquele o usara pela última vez, ao passo que a outra circunstância, dos parentes e dos vivos tudo ignorarem a respeito, impõe a exclusão da hipótese de uma presumível *relação psíquica* estabelecida entre a subconsciência da *sensitiva* e a subconsciência de um vivo distante, ao corrente dos fatos.

Não resta, pois, senão a hipótese psicométrico-espírita, segundo a qual a influência contida no lenço que pertencera ao velho Lerasle servira para estabelecer a relação com o seu Espírito, pondo-o em condições de transmitir telepaticamente à *sensitiva* uma série de imagens pictográficas tendentes a revelar a dolorosa história que lhe acontecera e tudo isso com o intento de conduzir à descoberta do cadáver. Ora bem: é neste ponto que o erro de visão em que cai a *sensitiva* se transforma numa admirável prova indutiva, em favor da interpretação espírita dos fatos. Assim é, com efeito, pela consideração de que, se o informante da *sensitiva* foi o “Espírito do defunto”, tudo concorre para supor-se que a errônea imagem pictórica por ela percebida proveio realmente do defunto, com a última recordação sua do momento fatal em que se deitou sobre o lado direito e, havendo adormecido, passou do sono à morte.

É lógico supô-lo, pelas seguintes considerações: em primeiro lugar, porque o deitar-se de um lado é a posição natural que toma quem se dispõe a dormir; em segundo lugar, porque, ao sobrevirem os movimentos espasmódicos da agonia, o corpo do defunto, em virtude desses movimentos, acabou por tomar a posição supina (que é a posição de equilíbrio estável em que acaba por enrijar-se um corpo agitado por movimentos convulsivos), sendo então óbvio presumir-se que o moribundo se achasse em estado comatoso e que, por conseguinte, não se lembrasse disso como “espírito”. Nada, portanto, de mais natural do que, três vezes seguidas, haver transmitido à *sensitiva* a imagem pictórica do

próprio cadáver jazendo sobre o lado direito, com uma perna encolhida, imagem verídica da sua última recordação terrena.

Segue-se que, aceita essa versão dos fatos (a única verossímil e capaz de explicá-los), o tríplice erro de visualidade, em que caiu a *sensitiva*, se converte em ótima prova a favor da tese sustentada, que é a de uma provável intervenção extrínseca, também em numerosos casos de *psicometria*.

*

Narrarei em resumo mais um episódio em apoio da verdade que propugno. Trata-se também desta vez de um caso bastante conhecido que despertou grande interesse na época em que se produziu. Acha-se exposto integralmente na minha monografia sobre *Os Enigmas da Psicometria*. Quem o relatou foi o próprio protagonista, o rico banqueiro australiano Hugh Junor Browne, que sofreu a desventura de perder seus dois filhos num “cruzeiro” que empreenderam, em seu iate, pelas costas de Melbourne. Vendo que os filhos não voltavam, o casal Browne, presa de graves angústias, recorreu, para informar-se do que acontecera, ao célebre médium curador Jorge Spriggs. A partir deste ponto, é a seguinte a narrativa do Sr. Browne:

“O médium chegou às 8 horas da manhã. Tomou da mão de minha mulher e pouco depois caía em sono profundo. Perguntou então: “Destes algum passeio pelo mar?” Minha mulher respondeu negativamente e ele continuou: “Noto uma grande depressão de espírito, em relação com o mar. Durante a noite estivestes muito agitada e chorastes.” (Era verdade.) Completou o seu diagnóstico e acabou repetindo: “As vossas perturbações têm relação com o mar.” Fiz então, pela primeira vez, ligeira alusão ao que me preocupava, perguntando: “Vedes, porventura, algum naufrágio no mar?” – Ao que o médium, sempre adormecido, respondeu: “Não posso ver se se acham no mundo dos Espíritos; mas, *se me confiardes algum objeto que eles usavam e com o qual me oriente, poderei procurá-los.*” Tomei os livrinhos de notas pertencentes aos meus filhos e lhos entreguei: Começou ele logo a falar nestes termos: “Vejo-os num peque-

no barco, na curva de um rio, com uma vela muito grande e outra pequenina, soltas ao vento.”

Aqui, para não me alongar excessivamente, interrompo a citação do texto, declarando que o médium fez uma descrição minuciosa e completa de todas as peripécias do cruzeiro que os dois filhos do banqueiro Browne realizaram, até ao momento do naufrágio, descrição confirmada posteriormente pelas investigações a que procedeu ao pai. Em seguida um dos rapazes se manifestou pelo médium, dando ulteriores notícias sobre o drama, entre as quais o trágico esclarecimento de que o cadáver de seu irmão tivera mutilado um dos braços por um cação, fato que recebeu confirmação notável, pois que um cação foi pescado, em cujo ventre estava o braço de Hugh, e bem assim uma parte do colete, com o relógio e algumas moedas. O relógio parara às 9 horas, hora em que o médium indicara como tendo sido a do naufrágio.

Esta a parte substancial do dramático acontecimento verificado com a família do narrador, Sr. Browne. Agora, do nosso ponto de vista, cumpre acentuar a circunstância, teoricamente notabilíssima, de que, *enquanto o médium segurou a mão da Sra. Browne, isto é, da mãe dos dois defuntos*, ele nada conseguiu revelar sobre a sorte dos rapazes, o que só logrou quando lhe foram entregues os canhenhos que eles usavam. Desse contraste episódico ressalta, com a máxima evidência, que o papel do objeto “psicometrizado” é o de estabelecer a *relação psíquica* entre o *sensitivo* e a pessoa viva ou *defunta*, ligada fluidicamente ao objeto. Ressalta, sobretudo, a condenação de uma hipótese cara aos opositores, a de que os parentes, os amigos e os conhecidos “telepatizariam” todas as peripécias de suas vidas aos parentes, amigos e conhecidos, peripécias que se conservariam indelevelmente impressas nas suas subconsciências, donde os *sensitivos* as extrairiam, gerando-se assim a ilusão das comunicações com os defuntos. A circunstância assinalada confuta irrevogavelmente semelhante hipótese, pois que, se o médium, segurando com a sua a mão da mãe das vítimas, nada conseguiu revelar sobre a sorte de seus filhos, quer isso dizer que a subconsciência desta última absolutamente não colhera telepática-

mente as peripécias do drama que se desenrolara, tanto mais que à dita prova negativa sucedeu imediatamente a contraprova positiva de o médium revelar tudo, logo que a influência dos filhos, conservada nos canhenhos que eles usavam, o colocou em condições de buscar alhures as informações desejadas.

Donde as tirou ele? Se o perquirirmos, seguindo o método científico da eliminação gradativa das hipóteses insustentáveis, resultará isto: posto que o médium não podia extrair dos canhenhos dos rapazes informações acerca de um drama ocorrido *depois* que eles haviam partido de casa para não mais voltarem, conseguintemente *depois* da última vez em que usaram os referidos canhenhos; posto que a circunstância há pouco discutida indica que o médium não as podia tomar à subconsciência dos pais; finalmente, posto que não as podia tirar da subconsciência de nenhuma pessoa viva, dado que não havia testemunhas do naufrágio, segue-se que a “influência” contida nos calepinos serviu para estabelecer a *relação psíquica* entre o médium e as personalidades desencarnadas daqueles que os tinham usado, conformemente a tudo quanto dissera o médium em *transe* e a quanto testificaram as comunicações mediúnicas que se seguiram à análise psicométrica e que os filhos defuntos deram pela boca do mesmo médium, fornecendo ulteriores pormenores sobre o drama de que foram vítimas, entre os quais o triste incidente autenticado e teoricamente importantíssimo, da mutilação de um dos cadáveres por um caçã.

Estas as deduções rigorosamente lógicas que promanam dos fatos e, como não existem outras hipóteses capazes de explicá-los, forçoso é concluir que este segundo exemplo concorre com o primeiro para demonstrar que, se se analisam com a mais penetrante pesquisa os casos clássicos de suposta “criptestesia psicométrica”, cuja origem pareça atribuível exclusivamente às faculdades supranormais da subconsciência humana, se chega com muita freqüência a conclusões nitidamente espirituais, devido a ligeiras circunstâncias de fato, não facilmente assinaláveis, mas que são teoricamente preciosas, visto que inexplicáveis por qualquer hipótese naturalística. Atentem nisso os propugnadores extremados do “animismo totalitário”.

*

Passando a citar exemplos de “manifestações e aparições de defuntos certo tempo depois da morte”, dos quais já referi alguns antecipadamente, quando se combinavam com manifestações de outra espécie, devo prevenir que, por se tratar de uma categoria de casos que compreende uma multidão de grupos e subgrupos vários, segue-se que, diante da impossibilidade de esgotar o tema neste trabalho de síntese da minha obra, terei de limitar e referir exemplos que surgem sob a forma de “assombrações”, de “obsessões” e de “aparições identificadas de fantasmas” vistas coletivamente e sucessivamente.

Começando pelos fenômenos de “assombração”, tema vastíssimo do qual tratei em duas longas monografias, cingir-me-ei a relatar casos que revestem as modalidades mais simples com que tais fenômenos se produzem, porém modalidades que são ao mesmo tempo as mais sugestivas, do ponto de vista aqui adotado.

Numa das minhas mencionadas monografias, eu me propus demonstrar que os fenômenos de assombração, em geral, são idênticos, pela sua natureza, aos que se obtêm experimentalmente nas sessões mediúnicas e isso até a ponto de haver casos experimentais de manifestações mediúnicas que se transformam em fenômenos de assombração, havendo outros casos em que se dá o inverso: os fenômenos de assombração se transformarem em fenômenos mediúnicos experimentais. Há ainda outros em que os fenômenos de assombração cessam para sempre, em consequência de uma sessão mediúnica realizada com esse intuito, no ambiente assombrado, ou cessam em virtude do cumprimento de uma promessa feita junto ao leito de morte e que não havia sido cumprida na época devida. Finalmente, fiz ver que numerosos casos ocorrem, nos quais se produzem irrupções assombradoras no ambiente onde se haja verificado, de pouco tempo, um suicídio ou um delito, ou mesmo, porém mais raramente, uma morte natural.

Ninguém há que não veja que tão impressionante agrupamento de fatos de ordens diversas, convergindo todos para demonstrar que os fenômenos de assombração e os mediúnicos são

transformáveis, conversíveis, reversíveis uns nos outros, equivalente cientificamente à prova irrecusável desse fato, tendo como consequência a realização de notável salto para frente na pesquisa das causas. Considere-se, com efeito, que dessa fusão das duas ordens de manifestações surgem combinações de episódios tão eloqüentes, que subvertem totalmente a interpretação teórica de todos eles, no sentido de que se, considerados separadamente, os referidos episódios parecem suscetíveis de ser interpretados por meio de hipóteses naturalísticas, combinados uns com os outros, excluem estas hipóteses.

Assim, por exemplo, num caso que citei, de campainhas que tilintavam no instante em que uma morte ocorria à distância, o fenômeno em si, quando se realizasse unicamente no instante da morte, poderia explicar-se pela hipótese telepática combinada com a telecinesia; mas, havendo as campainhas tilintado por mais de 40 dias, transformando aquela manifestação num caso de “assombração”, é de ver-se que as hipóteses em questão têm de ser excluídas, tornando forçoso admitir-se a intervenção do defunto, que se manifestava de tal modo, por ser essa, para ele, a única “via de menor resistência” de que dispunha e insistiu durante 40 dias com o objetivo de fazer notada a sua presença espiritual aos membros de uma família amiga, objetivo que conseguiu realizar.

Chegado a este ponto, para não me alongar, informo que conclusões análogas, em sentido espiritualista, são aplicáveis a todas as variedades de casos que colecionei na classificação de que se trata.

Referirei, pois, apenas dois episódios do gênero, um concernente aos casos em que os fenômenos “cessam em seguida a uma sessão mediúnica realizada para esse fim, no local da assombração”, e o outro referente a “irrupções de assombração em lugar onde ocorreu um suicídio e, mais raramente, uma morte natural”.

O caso seguinte pertence ao primeiro dos dois grupos indicados. Tomo-o à revista *Psychic Science* (janeiro de 1935), narrado e comentado pelo diretor da própria revista, o engenheiro Stanley De Brath. No episódio estão mudados os nomes dos dois prota-

gonistas, por motivos que se tornarão patentes ao leitor. É este o resumo do episódio.

“No último andar de um velho edifício de Johannesburg (Sul da África), uma Sociedade de Arquitetos tinha os seus escritórios. Denominá-la-emos *Sociedade Clarkes e Munroe*, acrescentando que, embora ambos fossem associados na maior parte das construções empreendidas, cada um havia reservado para si a clientela que já possuía e com relação à qual operava por conta própria, sem dividir com o outro os lucros.

Havendo-lhe morrido a mulher e achando-se só, o engenheiro Munroe mobiliara um quarto da sede social e aí passara a morar definitivamente.

Aconteceu, no entanto, que também ele veio a morrer. O quarto que ocupava não era necessário à sociedade, pelo que retiraram dali a mobília pertencente ao escritório, deixando apenas um guarda-roupa e uma cômoda que pertenciam ao defunto. O quarto foi alugado a um jovem guarda-livros, que nele passou duas noites e se foi embora.

A segunda ocupante foi uma professora, que, depois de passar lá uma noite, se mudou.

O terceiro foi um construtor de viaturas, que apenas passou três noites.

Cada um contava a mesma história de rumores inqualificáveis que consistiam em estarem sempre a bater as portas do guarda-roupa e do gabinete, que se abriam e fechavam com estrondo, e em serem puxadas e empurradas rumorosamente as gavetas da cômoda. Mal se acendia a luz, cessava todo ruído e tudo se encontrava nos seus lugares.

Nessas conjunturas, um dia, o filho do defunto, Sr. Carlos Munroe, telefonou ao médium Victor James, seu amigo, para informá-lo de que o quarto em que seu pai residira estava assombrado.

Realizou-se então nesse quarto uma sessão em que tomaram parte o médium James, sua mulher e o filho do morto. Quase de súbito, como costuma suceder com o médium em

questão, entrou a condensar-se sobre a mesa uma nuvenzinha de protoplasma, que se dirigiu para o lado, tomando a forma de um homem. Conquanto se conservasse vaporosa, sua luminosidade permitiu reconhecerem naquela forma a efígie do morto, o qual, entretanto, não chegou a ficar em condições de falar. Conseguiu, porém, impressionar a mentalidade da Sra. James, por meio de cuja mão ditou o que ele desejava comunicar e que era referente a um rolo de desenhos do projeto de um edifício de dez andares a ser construído para um Bazar, na rua dos Comissários. Carlos exclamou: “Mas, este é o projeto em que está trabalhando atualmente o engenheiro Clarkes, que dele, entretanto, fala como de um projeto seu.” Lenta e solenemente, a Sra. James pronunciou então estas palavras: “Não, o projeto é meu. A Sociedade que vai construir esse edifício foi sempre cliente minha exclusiva. Terminei os desenhos de todo o projeto há cerca de um ano; mas deixei de enviá-los logo por motivos particulares... O projeto é de propriedade de meu filho Carlos e não de Clarkes.”

A pedido do médium Victor James, o morto prometeu não mais provocar fenômenos de assombração naquele local, acrescentando, porém, que desejava descobrir e depois indicar onde tinham ido parar os desenhos do seu projeto. Propuseram-lhe então que ditasse o que houvesse de dizer ao médium James, em sua casa. Ele assim fez, informando que descobrira os desenhos e pedindo que realizassem uma sessão com a presença do filho. Durante essa sessão, ditou pelo médium as informações acerca do lugar onde se achavam os desenhos.

O filho ficou profundamente impressionado com o que fora escrito e no dia imediato, aproveitando o momento oportuno, foi ao escritório do Sr. Clarkes verificar o que havia de verdade nos fatos que seu pai revelara e encontrou guardados ou escondidos por detrás da grande prancheta de desenho do engenheiro Clarkes todos os traçados, plantas, secções e cotas do edifício em projeto e na prancheta uma cópia quase idêntica dos desenhos paternos, que Clarkes

tencionava apresentar como seus. Sem dizer palavra, Carlos Munroe se apoderou dos desenhos paternos, que estavam completos, e os apresentou imediatamente à Sociedade interessada, que os examinou e aprovou com ligeiras modificações. A nova construção não tardou a ser iniciada, sob o nome e a direção do jovem engenheiro Carlos Munroe, sem que o engenheiro Clarkes ousasse manifestar suas pretensões. Ele compreendera.

Resta acrescentar que o quarto de que se trata acha-se agora ocupado por um empregado de Banco, que está satisfeíssimo com a sua habitação e de nenhuma perturbação se queixou, nem de dia, nem de noite.” (*Loc. cit.*, págs. 250-251).

Neste caso, adquire importância teórica de primeira ordem, para demonstração da presença real do defunto que se comunicou, a circunstância de seguir-se aos fenômenos de assombração uma sessão mediúnica em que se manifestou o aludido defunto, fornecendo provas de identificação pessoal e conseguindo que lhes reconhecessem a efígie. Considere-se, com efeito, que, se não houvessem produzido antes os fenômenos de assombração no local em que vivera o morto, os opugnadores sistemáticos da hipótese espiritualista teriam dito que, não se podendo assinar limites à telepatia, era lícito afirmar-se que o médium houvera apanhado a informação verídica na subconsciência do sócio da firma, ainda vivo, o qual sabia bem que não era seu o projeto arquitetônico concebido e desenhado pelo outro.

Naturalmente, as pessoas de bom senso nenhum valor teriam dado a tão absurda quão arbitrária extensão da hipótese telepática, extensão que a lei da *relação psíquica*, assim como todas as experiências telepáticas até agora empreendidas infirmam. Porém, nada obstante, os opositores teriam triunfado, pois que desse modo propunham uma hipótese irrefutável, *por ser indemonstrável*. É o que constantemente se dá com os opositores sistemáticos: valem-se sempre de hipóteses irrefutáveis, por não serem demonstráveis. Ainda recentemente se viu o Prof. Barnard publicar um volume refutando a interpretação espiritualista dos fenômenos mediúnicos, volume em que, toda vez que defronta

dificuldades intransponíveis do ponto de vista “anímico totalitário” ele se apega tenazmente à hipótese da telepatia onisciente com relação ao passado e ao presente, combinando-a com as hipóteses da “quarta dimensão” e do “eterno presente”, hipóteses estas ultrametafísicas e indemonstráveis, porquanto se conservarão eternamente impensáveis.

Acontece, porém, que no caso que estamos considerando, nem mesmo tais hipóteses, combinadas com a da telepatia onisciente, poderiam explicá-lo, devido à assombração que primeiro se produziu, ligada indissolavelmente à manifestação de um morto que vivera naquele mesmo local. Quer isto dizer que a precedência da assombração demonstra positivamente que no caso em apreço os fenômenos dessa natureza eram provocados pelo defunto, com o intuito de chamar a atenção dos vivos e chegar desse modo a comunicar-se com seu filho, para avisá-lo de que se lhe arrebatara o fruto do labor paterno, intuito que realizou, cessando, em conseqüência e de súbito, os fenômenos de assombração. Insisto, mais uma vez, sobre o fato da cessação imediata desses fenômenos de acordo com a promessa feita pela entidade que se comunicara. Por que cessaram tão intempestivamente? Por que o mesmo fato ocorre em tantos casos análogos? Não será esta, porventura, uma preciosa contraprova, a confirmar que os causadores dos fenômenos eram mesmo os defuntos que, depois de se haverem declarado seus autores, o demonstravam por fatos, prometendo não os repetir e mantendo a promessa? Como, então, explicar-se toda essa concatenação de eventos, eloquentíssimos no sentido espiritual, mediante a hipótese telepática, ou à do subconsciente?

Não duvido que semelhante empresa pareça desesperada aos “animistas totalitários”; mas, como quer que seja, eu desejaria conhecer de que modo eles raciocinam em semelhante conjuntura, uma vez que – diga-se francamente – para quem quer que raciocine com lógica, é evidente que tão feliz combinação de fenômenos de assombração, seguidos de manifestações mediúnicas vigorizadas por provas de identificação pessoal, manifestações que determinam cesse a assombração, é evidente – digo – que tão eloqüente combinação de acontecimentos acarreta inevi-

tavelmente a exclusão das hipóteses da telepatia e do subconsciente. Quanto às outras hipóteses a que recorrem os opositores em circunstâncias extremas – a da “quarta dimensão” e do “eterno presente” –, de maneira alguma cabem em semelhantes manifestações.

Segue-se que desta vez se pode considerar assegurado o triunfo do bom senso.

*

Este segundo exemplo, da mesma natureza, se refere às “irrupções de assombrações num local onde se haja dado um suicídio”.

O Sr. Will Goldston, conhecido prestidigitador, publicou recentemente um volume de memórias, intitulado *A Magicians Swan Song* (O Canto de Cisne de um Prestidigitador), no qual se encontra um episódio do gênero dos que estamos considerando. Esse episódio ele o havia publicado antes, quando se produzira, na revista semanal *Titbit* (12 de dezembro de 1931), pelo qual aí soube que o suicida fora seu inquilino e que certo dia lhe declarou não poder pagar o aluguel, ao que lhe respondera: “Está bem, bom homem; não se preocupe com isso. Pagar-me-á quando puder e não pensemos mais no caso.”

No livro reproduz com maior cópia de detalhes o episódio, narrando-o assim:

“Para que uma pessoa fique convencida da sobrevivência, nem sempre necessita recorrer a um médium. As provas muitas vezes se nos impõem espontaneamente: Alguns anos faz, um comerciante que alugara um escritório, no último andar do edifício em que neste momento trabalho (Green Street, Londres), se suicidou, asfixiando-se com gás de iluminação. Algumas semanas depois, achando-me no meu escritório em hora avançada da noite, inteiramente absorvido por um trabalho importante, fui de improviso despertado pelo ruído de passos pesados que subiam a escada. Sabia eu perfeitamente que àquela hora o portão do edifício estava fechado à chave, pelo que não era provável que o locatário de algum outro escritório viesse trabalhar a tal hora. Corri

para o patamar da escada, exclamando: “Quem está aí? Que deseja?” Continuei a ouvir os mesmos passos, parecendo que havia chegado ao último andar. Renovei por isto as perguntas. Como não recebesse qualquer resposta, subi a correr a escada, repetindo as mesmas perguntas. Em seguida inspecionei a escada com uma lâmpada elétrica: não havia ninguém e todas as portas estavam fechadas.

Voltei ao escritório e retornei o meu trabalho. Pouco depois, ouvi novamente os passos pesados a descenderem a escada. Corri outra vez ao patamar, mas inutilmente não havia ninguém. Comecei então a pensar no que seria aquilo e, quando me retirei, gostei bem de ter no bolso uma lâmpada elétrica.

Passadas algumas noites, repetiu-se o mesmo fato, que se reproduziu em seguida com tanta freqüência que quando me achava no escritório a horas tardias, escutava sempre o arrastar dos passos assombreadores, sem mais me incomodar com a coisa.

Outro fenômeno curioso: quando negócios urgentes me obrigavam a prolongar excessivamente a minha estada no escritório, acontecia que três ou quatro pancadas fortes no espaldar da cadeira me sobressaltavam. Esse fato ocorreu muitas vezes durante aquele inverno, em que tive de dar conta de um trabalho enorme. Persuadi-me, então, de que as pancadas eram vibradas para me avisar de que já trabalhara bastante aquele dia...

Finalmente, uma noite fui abalado por um estrondo tremendo, semelhante ao ribombo do trovão, junto à porta do meu escritório. Chamei; nenhuma resposta... Por alguns instantes, fez-se de novo silêncio. Em seguida, troou uma pancada fortíssima na porta interna do escritório, não mais sobre a que dava para o patamar. Foi tal a violência da pancada, que o meu sobretudo, pendurado a um cabide pregado na porta, se agitou visivelmente. Dirigi a palavra à entidade que se manifestava daquele modo. Nenhuma resposta; mas a pancada não se repetiu e desde aquele momento não mais ouvi pancadas, nem passos na escada. Por que? Natural-

mente, nada de positivo se pode afirmar a respeito. Sempre, porém, achei que a grande pancada final dada na porta equivalia a uma saudação. Fora, provavelmente, um último adeus. Acabara encontrando paz o Espírito errante do suicida, até então preso ao lugar onde praticara o ato insano. Esta, pelo menos, a explicação que me parece mais satisfatória.”

Concluiu assim a testemunha dos fatos e difícil me parece encontrar-se explicação melhor do que essa da presença do Espírito do suicida, naquele local, esforçando-se, como lhe era possível, por manifestar-se a quem se mostrara generoso para com ele. Semelhante explicação se revelará mais acertada que nenhuma outra, desde que se tenha presente que os casos da natureza do de que se trata nunca são considerados isoladamente, mas cumulativamente com todos os outros análogos, entre os quais são frequentes os em que se produzem manifestações inteligentes de toda espécie e provas de identificação dos defuntos que se manifestam. Se assim é, se, em lugares onde se deram tragédias ou suicídios, ou mesmo, porém mais raramente, simples morte natural, com frequência se verifica o fato de ocorrerem fenômenos espontâneos de assombração, ora sob a forma de passos pesados, de pancadas, de estrépitos e derribamento de objetos, ora sob a de fantasmas que não raro são reconhecidos pelos que os vêem, ou, ainda melhor, desconhecidos a quem os vê, mas identificados por este à vista de retratos, que se lhe mostrem; se for assim e se tal fenômeno se há produzido através dos séculos, necessariamente se terá de concluir da maneira acima dita, isto é, que existem realmente os Espíritos dos defuntos e que estes podem por vezes manifestar-se aos vivos, em circunstâncias especiais, não conforme o queiram, mas como possam, de acordo com os fluidos e as forças de que disponham.

Inversamente, pergunta-se: de que maneira a telepatia entra nos casos de defuntos que se manifestam durante meses e anos depois que morreram? E de que modo entram em tudo isso as hipóteses da “psicometria do local” e da “persistência das imagens”, dado que alguns fantasmas assombreadores andam livremente pelos sítios e se mostram positivamente inteligentes,

assim como cômicos do lugar onde se encontram, mirando os vivos, fazendo-lhes acenos, ou até mesmo com eles conversando? E de que maneira se há de fazer entrar a hipótese da “telecinesia” pura e simples, na produção dos fenômenos de pancadas, ruídos e arremesso de objetos, quando esses fenômenos vêm diretamente de uma inteligência que amiúde se comporta de forma supranormal, como quando os projéteis que atingem as pessoas nenhum mal lhes causam, ao passo que estilhaçam a louça em que batem?

Reconheço que os processos da análise comparada aplicada às convicções humanas ensinam que o meio em que vive o homem e os conhecimentos que assimilou em longos anos de estudos dominam a tal ponto a orientação do pensamento, que os fatos mais evidentes não bastam para converter aquele que esteja em erro. Que é, então, que se faz preciso para debelar o misoneísmo humano? Isto: pelo que concerne às manifestações assombradoras, direi que uma coisa é ler-lhes as descrições, outra coisa observá-las. Se aquele que lê tem uma mentalidade obscurecida por preconceitos de escola, sentir-se-á em dúvida por um instante, para depois tudo esquecer prontamente e tornar-se mais negador do que antes. Se, porém, o mesmo indivíduo assistir a uma manifestação de tal natureza, já não mais duvidaria, porquanto uma experiência dessa ordem põe por terra qualquer preconceito de escola.

Digo isto por experiência pessoal. Em setembro de 1907, suicidou-se um íntimo e muito querido amigo meu, por excesso de escrúpulos em ponto de honra. Foi envolvido num desastre financeiro e, temendo não poder fazer face aos seus compromissos (o que não se daria), preferiu a morte. Fui o executor do seu testamento. Logo depois de sua morte, surgiram graves contendas entre herdeiros e, por ordem do Tribunal, foram apostos selos à porta da casa. É este um pormenor importante em relação ao que sucedeu um mês depois. Era, com efeito, indubitável que naquele apartamento ninguém podia penetrar, sem arrancar os selos de metal cravados nas duas folhas da porta.

Pois bem, passado cerca de um mês, uma família inglesa, que residia no andar inferior, teve que se mudar à pressa, para evitar

que a criadagem, inclusive uma ama de leite, se despedisse imediatamente. É que, durante a noite, ouviam as cadeiras e os outros móveis do apartamento de cima serem arrastados rumorosamente pelos aposentos, ao mesmo tempo em que passos pesados faziam tremer o forro. As oito famílias que ali moravam no edifício se acharam em grande barafunda, querendo ir-se embora, mal grado os contratos de locação. Fui de tudo informado pelo porteiro; mas, quando tentei reunir testemunhos para citar num relatório, chamou-me o advogado consultor dos proprietários e me proibiu com palavras pesadas de falar ou escrever a respeito, sob a ameaça de me acionar por danos, com seqüestro preventivo e outros vexames legais que me fizeram empalidecer de horror. Esta a razão pela qual tive de renunciar à publicação de uma narrativa dos fatos. Agora, porém, transcorridos 30 anos, ousou timidamente falar deles, esperando que não me lancem entre a cabeça e o pescoço os raios da lei. No subúrbio de Gênova, onde os fatos se deram, ainda hoje falam deles, mas... eu não o mencionei.

Concluindo: o que me importa assinalar, a propósito do triste acontecimento a que me refiro, é a repercussão psicológica que teve em mim. Já naquela época eu me ocupava, havia 17 anos, de pesquisas psíquicas e tinha conhecimento de centenas de fatos idênticos ao que acabo de expor. Pois bem, foi para mim como se nunca houvesse sabido que se dão tais fenômenos, tão profunda e indelével impressão me deixou aqueles, a cujo respeito eu tinha a certeza absoluta de que quem se manifestava de tal maneira, por não conseguir manifestar-se de outra, era o meu infeliz amigo. Por isso é que disse, em começo, que uma coisa é ler descrições e outra assistir pessoalmente aos fenômenos das manifestações dos defuntos pouco depois de se terem tornado tais.

Entendamo-nos: reconheço que se pode adquirir uma convicção científica da sobrevivência, fundada exclusiva e solidamente nas experiências de outrem, o que se consegue colecionando e classificando bom número de manifestações supranormais de toda espécie, para em seguida lhes aplicar os métodos de pesquisas científicas, os da análise comparada e da convergência de

provas, trabalho que já então eu realizara, donde o já possuir uma convicção racional e científica, no sentido indicado. Muitíssimo diversa, porém, ela se me revelou, em confronto com uma fria aquisição do intelecto, que ainda não penetrara nos recessos da personalidade integral subconsciente, onde amadurecem as convicções e se tornam inderrocáveis por efeito do elemento emocional que as vitaliza. Esse elemento se me patenteou em toda a sua potencialidade quanto tive ensejo de assistir em pessoa ao desenvolvimento de uma manifestação com caracteres indubitáveis da intervenção, *post mortem*, de uma pessoa que me era cara, intervenção presumivelmente determinada pelo desejo ansioso que tinha o defunto de comunicar-se com os vivos, para reivindicar seus direitos de testador, direitos trapaceados pelos cavilosos sofismas de um advogado sem escrúpulos e que ao demais venceu a partida. Assim, o móvel de manifestação de “poltergeist” a que tive de assistir foi idêntico ao anteriormente relatado, de um arquiteto morto, a cujo filho queriam arrebatam o fruto do trabalho paterno.

Explicado isto, advirto que bem longe estou de esperar que os outros hajam de convencer-se baseados no que se passou comigo. Pretendi apenas expor as condições psicológicas que produziu em mim o caso de “poltergeist” em que me achei diretamente envolvido, desempenhando a função de “testamenteiro”.

*

Passando a citar exemplos de fenômenos de “obsessão”, tema ainda controvertido no campo das pesquisas metapsíquicas, devo antes expender breves considerações.

Há alguns anos publiquei extensa monografia intitulada *Dos Fenômenos de Obsessão e Possessão* e muito hesitei antes de escrevê-la, ponderando que poderia ser prematuro tratar sistematicamente de uma intrincada e obscura fenomenologia, em que se contemplava a possibilidade da existência de indivíduos “obsidiados” ou possessos por entidades espirituais de defuntos, quase sempre – mas nem sempre – de categoria baixa, degradada, maléfica.

O professor Hyslop, a quem aconteceu topar com alguns casos espontâneos de manifestações supranormais de caráter obsidente, acabara por se convencer da realidade dos fatos e, tendo concebido a idéia de escrever um livro sobre o assunto, me pediu lhe enviasse todos os casos desse gênero registrados nas minhas classificações. Atendi ao pedido. Ele, porém, de súbito, morreu e, do livro que trazia em mente, não teve tempo de escrever senão o primeiro capítulo, que o *Journal of the American S. P. R.* publicou. Nesse capítulo, observa:

“Mesmo depois de haver alcançado a firme convicção da existência de um mundo espiritual – e foi preciso transcorressem dez anos de perseverantes pesquisas para chegar a esse ponto –, outros dez anos se passaram antes que me convencesse da realidade dos fenômenos de obsessão... Mas, as minhas prevenções se quebraram de encontro à evidência dos fatos...”

Em seguida, expõe e comenta três casos notabilíssimos, por ele próprio investigados. (*Loc. cit.*, janeiro de 1925).

Alguns anos depois, era publicada no Estados Unidos, sobre o mesmo tema, a obra do Dr. Carlos A. Wickland, sob o título: *Thirty Years among the Dead* (Trinta anos entre os mortos), obra de alto valor, mas que o teve um tanto diminuído pelo fato de haver o autor exagerado a freqüência de tais fenômenos e pretendido mesmo descobrir-lhes os sintomas, nalgumas enfermidades do corpo, nalguns hábitos viciosos e nas bruscas alterações do caráter. Sem dúvida, há nisso, com freqüência, erro, escusável, porém, até certo ponto, dadas as circunstâncias em que se achava o Dr. Wickland, que, aplicando seu método eletromecânico de cura a numerosos pacientes atacados de morfinomania, cleptomania e dipsomania, conseguira curá-los radicalmente. Como quer que seja, os resultados que ele conseguiu são importantes, devendo-se, ao demais, reconhecer que, para obtê-los, contribuiu eficazmente a mediunidade da sua consorte, embora isso não baste para provar a origem obsidante dos casos de tal natureza, cuja cura se poderia atribuir como mais provável à bem conhecida eficácia das práticas de sugestão e auto-sugestão. Reconheço, todavia, que da obra de que se trata ressaltam nume-

rosos episódios que a sugestão e a auto-sugestão seriam impotentes para explicar, porquanto de não poucos dentre eles repontam manifestas e espontâneas as provas da presença de entidades espirituais.

Na minha monografia citei diversos desses notabilíssimos episódios; aqui, no entanto, prefiro referir dois casos devidos às pesquisas do Dr. Magnin, de Genebra, que apresentou sobre eles longo relatório ao Congresso de Pesquisas Psíquicas de Copenhague (*Resenha*, página 128), relatório no qual expõe e comenta com critério rigorosamente científico alguns casos de curas notabilíssimas obtidas na sua clinica hipnótico-magnética. Escreve ele:

“... Nestes últimos anos, entre os muitos doentes atacados de várias formas de neuroses e entregues aos meus cuidados por eminentes neurologistas e alienistas, quis a sorte se contassem alguns casos que parecem abrir novos horizontes à ciência terapêutica, pelo que me sinto no dever de dá-los a conhecer aos eminentes doutores e psicologistas que aqui se encontram reunidos, visto que são todos altamente competentes no assunto...”

Antes de expor, a título de exemplos, os dois casos incluídos no relatório do Dr. Magnin, devo adiantar algumas considerações indispensáveis à compreensão do singular comportamento de algumas personalidades obsidiantes que aquele doutor conseguiu catequizar, levando-as a sincero arrependimento. Comportamentos singulares, com efeito, mas, ao mesmo tempo, muito instrutivos, porque, se se analisam e comparam numerosos fatos desse gênero, forçoso é concluir que tudo concorre para demonstrar que, salvo casos excepcionais, o arrependimento dos “Espíritos obsessores” é mera consequência de que as práticas mediúnicas e hipnóticas, pondo-os em contacto com os experimentadores, logram *despertá-los* mais depressa, tirando-os das condições de “monoideísmo” sonambúlico em que se achavam e operavam. Essas condições determinavam nos aludidos Espíritos um estado permanente de “credulidade” análoga à dos estados hipnóticos, ou dos que, durante o sono, sonham, de modo que, na ilusão de ainda estarem vivos e não conseguindo perceber a situação

absurda em que os punha essas ilusões, continuavam a querer executar a mesma ação especial que constituía o “monoideísmo” de que eram presas. Ora, como os casos dos “Espíritos obsessores” são, em sua maioria, determinados pelo fato de se acharem eles possuídos de desespero ou de ódio, ou tomados de instintos perversos, ou vítimas voluntárias de práticas viciosas, segue-se que se sentem estimulados com grande insistência a satisfazer seus ardentes desejos, pois que para eles, como para o hipnotizado, ou para aquele que sonha, a noção de tempo não existe. Assim, se lhes acontece ser atraídos para a órbita de um *sensitivo* que no seu próprio temperamento tenha alguma afinidade com o monoideísmo que os domina, eles influenciam o vivo no mesmo sentido, instigando-o ao vício e aos excessos ou tornando-o aparentemente dementado. E tudo isso fazem mantendo-se irresponsáveis, ou quase, do mal que causam, do mesmo modo que um paciente hipnótico ou um sonâmbulo são irresponsáveis pelo que realizam. Com efeito, analisando-se os casos de obsessão, verifica-se que, se alguma vez os Espíritos executam suas façanhas em prejuízo dos vivos, com propósitos bem determinados, demonstrando-se capazes de uma forma *sui generis* de raciocinar, esta é sempre a forma de raciocínio que se nota nos sonhos e nos pacientes hipnóticos, raciocínio que, se conduz à meta desejada, não é, entretanto, *judicioso*, porque, se há nele, como realmente há, uma lógica de *execução*, nunca se lhe descobre a lógica da *razão*.

Estas considerações precisariam ser completadas por outras observações contidas na minha monografia; mas, para a compreensão dos dois casos que se seguem, me parecem suficientes as que deixo expendidas.

Refere o Dr. Magnin:

“A senhora M., de 52 anos de idade, segundo os diagnósticos de quatro médicos consultados, se achava atacada de esclerose da medula espinhal. Acontecia continuamente ser atirada ao chão sem causa aparente e com tal violência, que já fraturara um braço, um pulso e o nariz. Essas estranhas quedas haviam começado sete anos antes e se tinham tornado constantemente mais freqüentes e mais violentas. Havia

dois anos, ela se achava constringida a andar engatinhando-se pela casa e, na rua, se encolhia toda para tornar menos graves as conseqüências das inevitáveis quedas. Os Drs. Iglésias, André Thomas, Abadie e Cardonel tentaram em vão toda espécie de tratamento.

Comecei por experimentar a cura pela reeducação psíquica, exigindo da enferma que deixasse de andar engatinhando-se ou agachada. Ela se submeteu de boa vontade e, apesar de freqüentes quedas, continuou a me procurar todos os dias.

Certa vez, depois do jantar, enquanto a doente esperava a sua vez no salão comum, entrou uma médium clarividente que eu chamara para lhe utilizar as faculdades em favor de outro doente. Quando mais tarde chamei a médium ao meu gabinete, ela, certa de me ser útil, informou ter visto, na “aura” da doente de quem se trata, o fantasma de uma entidade autoritária, brutal, malvada. Posso garantir que a médium não conversara com a Sra. M. e que não a vira caminhar. Quanto a mim, nunca lhe falara a respeito dessa senhora.

Semelhante visão, tida espontaneamente, me fez vir à mente que a enferma me dissera que seu pai morrera de congestão cerebral fulminante, num furibundo acesso de cólera, em seguida a uma discussão que com ela tivera. Esta concordância de dados me levou a pôr em relação as duas senhoras, deixando-as ambas reciprocamente ignorantes do que lhes dizia respeito.

Adormeci a médium, que imediatamente incorporou o Espírito pouco antes descrito e, conforme a descrição, a sua fisionomia se contraiu, tomando uma expressão de inflexível dureza. Voltou-se em seguida para a Sra. M., dizendo: “Minha filha, pobre da minha filha... Tenho-te feito tanto mal...” E, entrando a lamentar-se, falou de dores nas pernas, fez largos movimentos com os braços, como se vestisse um capote, e, depois de algumas inspirações profundas, tomou as mãos da Sra. M., repetindo: “Luísa, minha pobre Luísa, tenho-lhe feito muito mal.” E continuou: “Mas, por que me

impedias de sair? Por que me seguias nos meus passeios?... Lembrais-te... o capote... Não deve repreender-me... Ah!... Este capote!...” (Nesse momento, reproduziu os movimentos largos com os braços, como se vestisse um sobretudo).

É de notar-se: 1º, que o nome Luísa estava certo, conquanto eu e a médium o ignorássemos completamente; 2º, que a causa da discussão entre o pai e a filha, discussão a que se seguiu a morte repentina do primeiro, fora o capote, que o pai se recusava a vestir, não obstante a sua idade avançada (80 anos) e estar fria a temperatura.

Afirmo que me eram desconhecidos todos esses pormenores.

O estado em que se achava a médium correspondia ao de “incorporação” espiritual. O pai figurava como presente e a enferma, bem como sua filha, declaravam reconhecer-lhe a identidade em todos os pormenores da representação espiritual: na voz, na expressão fisionômica, nos gestos, na ênfase com que falava e na manifestação do seu caráter. Diante disso, dispus-me a escutar com a máxima atenção o que a personalidade tinha a dizer por exculpar-se. Disse que, durante muitos anos antes de morrer, sua filha o vexava com excessivos cuidados, precauções e resguardos; que ele sempre tomara à má parte os seus conselhos, considerando-os uma verdadeira usurpação de autoridade, pelo que jamais quisera submeter-se-lhes, assim como jamais quisera saber dos chamados progressos realizados no fim da sua vida, quais a eletricidade, os banhos, as modas e as comodidades modernas. E acrescentou: “Morri possuído da idéia fixa de que minha filha Luísa criava obstáculos à minha vida, à minha independência, impedindo-me de sair, de dar os meus passeios e, por isso, me vinguei dela, para lhe fazer compreender o seu erro. Vós me abristes os olhos, libertando-a fisicamente e moralmente de mim...”

À vista do bom rumo que levavam os acontecimentos, tomei a iniciativa de falar e agir como um bom spiritista, exortando o Espírito presente a extirpar de si aquele rancor

injustificável e infundado, restituindo à sua filha a liberdade de caminhar.

No correr do nosso diálogo, o Espírito comunicante perguntou à queima roupa: “E Maurício, ainda tem muita raiva de mim? Fi-lo passar bons pedaços.” Chamava-se Maurício o marido da doente, o que ignorávamos. Em seguida, acrescentou o Espírito: “Renato, bom coração, bela alma, tentou repetidas vezes afastar-me de sua mãe, livrando-a da minha perseguição. Mas eu, morto, me conservei qual era em vida: um teimoso irreduzível, e nunca quis ceder. Agora, lamento-o.” Assinalo que também o nome de Renato estava certo; era o de um filho da doente, morto na guerra. Eu ignorava não só o nome, como a existência desse filho e as circunstâncias em que morrera...

A minha conversação com o Espírito que se comunicava terminou com a resposta que ele deu ao meu pedido de restituir a liberdade à sua filha. Voltou-se para esta e disse-lhe: “Luisa, estou disposto a abandonar, como Espírito, a casa que foi minha, tal como a abandonei quando tinha um corpo. Terás de novo o uso das tuas pernas; eu me vou embora com o Renato.”

A médium despertou e estava para retirar-se, quando teve novamente a visão do mesmo “homem autoritário e brutal, mas com a expressão fisionômica muito modificada, quase branda”.

Ela me fez dele a seguinte descrição textual: “Aparenta cerca de 78 anos, de tez uniformemente vermelho escuro, nariz longo e reto, olhos encovados, pálpebras intumescidas, maçãs pronunciadíssimas, faces cavadas, fronte convexa, ossos do crânio em relevo e marcadíssimos, cabeça calva, cabelos brancos em coroa, sobrancelhas espessas, enormes, desgrenhadas em todos os sentidos. É um velho, mas bem constituído, e nada absolutamente encurvado. Calculo a sua estatura em 1 metro e 70 centímetros. Vejo-lhe por cima da cabeça o número 1913.”

Era de exatidão maravilhosa essa descrição e o fato ainda mais notável se torna, porque o pai da enferma nunca consentiu em fotografar-se. A data 1913 correspondia ao ano de sua morte. Perguntei, com relação a esta, a data precisa e a médium respondeu: 17 de dezembro. A data exata, porém, era 18 de dezembro de 1913.

Descreveu, também, a médium o sobretudo fatal: “cinzento escuro, porém não preto, muito amplo, muito comprido, pois que lhe chegava aos tornozelos; na parte da frente, vejo duas pregas pretas, ou sombras verticais, que não consigo distinguir o que sejam.” Igualmente exatíssima se verificou ser essa outra descrição. As duas sombras verticais parece que eram as pregas do pequeno manto que se usava com os antigos sobretudos.

Agora me permito assinalar que a cura miraculosa da Sra. M. – como de muitos outros enfermos – consegui obtê-la, porque me julguei no dever de não descurar certas indicações, freqüentemente fortuitas, algumas vezes banais, a que a grande maioria dos médicos nenhuma importância teriam atribuído... Faço votos para que os médicos psicopatas, depois de haverem lançado mão, no interesse de seus doentes, de todos os recursos científicos autorizados, não se abstenham de empregar outros recursos ainda empíricos. Aludo às visões e audições que têm certas pessoas sujeitas a hiperestesias dos sentidos, pessoas a quem chamamos, certo ou errado, *médiuns*... Não vacilo em dizê-lo: o fato de não os ter desprezado, embora ainda se trate de processos ocultos, me prestou inestimáveis serviços no tratamento das neuroses que algumas sumidades médicas de Paris confiaram aos meus cuidados. Graças a esses métodos empíricos, foi que cheguei a curar grande número de enfermidades consideradas incuráveis, curas que, devido à ignorância das causas, foram qualificadas de “milagrosas”.

O caso acima relatado se recomenda, antes de tudo, à atenção dos competentes, pelo método rigorosamente científico com que foi investigado, assim como pelos testemunhos de quatro doutores em Medicina e alienistas, que lhe acompanharam o desenvol-

vimento, o que faz que cada um dos incidentes nele contidos apresente o seu valor teórico, pois que se tem a certeza de estar em presença de fatos verificados. Assim sendo, cumpre se tomem em consideração também alguns pormenores de importância secundária, mas difíceis de conceber-se.

O episódio teoricamente mais importante é o em que a médium descobre casualmente que na “aura” psíquica de uma senhora que lhe era desconhecida se encontra um Espírito de fisionomia autoritária e brutal. Se se considerar que a médium não estava em sessão e que ninguém lhe pedira que observasse psiquicamente a senhora M., há de se convir em que essa circunstância basta para excluir de modo absoluto as hipóteses de sugestão e de auto-sugestão, porquanto com elas se poderia atribuir caráter subjetivo à visão. Assim sendo, dever-se-á concluir que a médium viu um fantasma na “aura” psíquica da Sra. M. porque efetivamente o fantasma ali se encontrava.

Note-se mais que, do fato dessa visão espontânea, surge outra consideração teoricamente importante, visto que serve para eliminar uma terceira hipótese muito cara aos opositores: a da “objetivação das formas do pensamento”. Sabe-se, com efeito, que, na “fotografia transcendental”, em que ficam impressas na chapa sensível formas espirituais que os experimentadores reconhecem, os opositores explicam que aqueles tinham em mente os defuntos fotografados, pelo que, na realidade, eles próprios haviam inconscientemente objetivado as correspondentes “formas do pensamento”, formas capazes de impressionar as chapas fotográficas. Pois bem: no caso em apreço, nem mesmo essa especiosa objeção teria qualquer valor, porquanto a Sra. M., que ia ao Dr. Magnin para se submeter ao tratamento magnético, muitíssimo longe estava de imaginar que a sua enfermidade tivesse origem num fenômeno de obsessão em que seu pai era o protagonista. Não podia ela, por conseguinte, pensar tão intensamente neste último, de modo a lhe objetivar a forma.

De tudo o que fica dito decorre que, para explicação da visão de que se trata, devem afastar-se em absoluto as hipóteses da sugestão, da auto-sugestão e da projeção de “formas do pensamento”. Mas, como não existem outras hipóteses à disposição

dos opositores, só resta se admita a presença real do Espírito obsessor, no lugar da sua aparição, o que, ao demais, tem a confirmá-lo o fato de o mesmo Espírito dar em seguida, por sua própria conta, uma série admirável de provas de identificação espírita.

Parece-me, portanto, que se há de considerar resolvida, em sentido afirmativo, a questão fundamental, a de que a estranha enfermidade de que sofria a Sra. M. tinha origem num fenômeno de obsessão. Apenas ficam por discutir as modalidades – por vezes difíceis de entender-se – sob as quais o fenômeno se produz.

Já fiz notar que o modo pelo qual procedia o “Espírito obsessor” demonstrava claramente achar-se ele em estado de “monoideísmo”, estado análogo ao em que atua um indivíduo hipnotizado, e que, por conseguinte, se devia concluir que, se ele tinha uma consciência *sui generis* do que fazia em prejuízo da filha, não tinha a responsabilidade do que praticava, porquanto, embora se notasse no seu modo de agir uma lógica de *exceção*, não havia aí a lógica da *razão*. É de assinalar-se, a esse propósito, o automatismo dos “movimentos largos dos braços, como se envergasse um sobretudo”, automatismo que demonstra estar o Espírito obsessor agindo em estado de monoideísmo, com repetição automática da ação constituinte desse monoideísmo tal como se dá na grande maioria dos casos de assombração, em que o fantasma repete incessantemente os atos que constituem o monoideísmo que o prende ao lugar onde viveu, condições análogas às do hipnotizado e do sonhador.

Assim, até certo ponto se compreende a circunstancia de o Espírito obsessor, reproduzindo automaticamente na “aura” de uma pessoa viva uma cena por ele vivido, não ter consciência do mal que faz. No caso aqui considerado, dever-se-ia dizer que o Espírito obsessor, reproduzindo automaticamente dentro da “aura” psíquica da filha a cena do capote que lhe custara a vida, repelia com tal violência, imaginária, a mesma filha, quando insistia para que ele o vestisse, que lhe causava inconscientemente contínuas quedas. Aliás, vimos que, quando as práticas magnéticas do Dr. Magnin lograram *despertar* o Espírito obsessor,

este lhe ponderou: “Luísa não deve guardar rancor de mim... Eu não sabia que lhe estava a fazer mal... Foi o senhor que me abriu os olhos, libertando-a fisicamente e, a mim, moralmente.”

Afigura-se-me, pois, que o caso em apreço demonstra de forma experimentalmente manifesta a existência dos fenômenos de obsessão, visto que as únicas hipóteses naturalísticas à disposição dos opositores para explicarem o incidente fundamental da visão do fantasma por parte da médium, as hipóteses da sugestão, da auto-sugestão e da projeção de “formas do pensamento”, são absolutamente inaplicáveis ao aludido incidente.

*

Este outro episódio, tirado também do relatório do Dr. Magnin, apresenta a preocupante questão das “obsessões” de um ponto de vista diverso, que evidencia a necessidade científica e humanitária de pesquisar-se a fundo a mesma questão. Escreve aquele doutor:

“A Sra. G., de 25 anos de idade, sofria de cefalalgia periódica, com a qual lhe vinha um obsediante impulso ao suicídio. Não apresentava taras físicas, mas, pelo lado psíquico, deixava muito a desejar: era emocionável, imaginosa, sugestionável. Insistia principalmente num sintoma de “pressão angustiosa na nuca, de fazê-la enlouquecer”, acompanhada de uma sensação intolerável de peso sobre as espáduas. O fato mais grave consistia que, quando tais sintomas se manifestavam, ela se sentia fortemente impelida ao suicídio.

Submetida por mim a um interrogatório íntimo, a doente me informou que antes do seu casamento, fora cortejada por um oficial estrangeiro que ela amava, mas com quem seus pais não consentiram se casasse. O oficial acabara por engajar-se na Legião Estrangeira e em breve morria. Foi pouco depois desta morte que começaram seus males, com a propensão obsedante para o suicídio. Concluí dessas informações que, indubitavelmente, a idéia obsedante se ligava à morte do oficial amado e me pareceu que se impunha, antes de tudo, um tratamento psicoterápico. Muitas conver-

sações demoradas com a doente, em estado de vigília, nenhum resultado deram. Tentei então a sugestão em estado de hipnose, mas inutilmente. Afinal, experimentei a psicanálise do conteúdo subconsciente da sua psique, valendo-me de todos os métodos conhecidos, porém não cheguei a descobrir novos elementos capazes de esclarecerem a situação. Entretanto, era urgente salvar aquela moça fatalmente condenada ao suicídio, visto que, mais cedo ou mais tarde, sem dúvida cederia à obsessão que a dominava.

Apeguei-me, pois, a um último recurso e, à revelia da enferma, fiz intervir uma *vidente* que, por várias vezes, me deixara estupefato com a nitidez das suas visões e com as suas descrições de “personalidades de defuntos”, com respeito aos quais tive freqüentemente ensejo de verificar a identidade.

Mal penetrou no aposento onde a enferma jazia profundamente adormecida, a vidente me descreveu um ser que parecia agarrar-se às costas da paciente. Sem deixar transparecer o meu espanto e o imenso interesse que ligava a essa visão, pedi à vidente que me descrevesse a posição exata em que via o ser para mim invisível. Ela o fez nestes termos: “Com a mão direita ele aperta a nuca desta senhora e com a esquerda cobre-lhe a fronte.” Em seguida, com a voz sufocada pela emoção, exclamou: “Ele se suicidou e quer que a senhora se lhe vá juntar.” A outro pedido que fiz, descreveu o semblante, a estranha expressão do olhar e o caráter do ser que estava vendo. Eu a escutava com crescente interesse e, embora céptico, lhe imitei o exemplo, pondo-me a conversar com aquele ser hipotético, como o faria um fervoroso discípulo de Allan Kardec. A médium mantinha fixo o olhar sobre a doente, transmitindo-me as respostas do Espírito perseguidor.

Foi longa e muito movimentada a conversação. As respostas do Espírito denotavam uma natureza violenta, apaixonada, obstinada. Por isso mesmo, a despeito do meu ceticismo, experimentei uma sensação de verdadeiro alívio quando a médium me disse que as minhas calorosas exorta-

ções acabaram convencendo o Espírito perseguidor que, compadecido da sua vítima, se comprometera a não persistir nos propósitos delituosos que alimentava, deixando-a em paz.

Só duas horas depois de ter-se ido a médium foi que despertei a paciente, de sorte que ela até ignora a existência da primeira. Naturalmente, não lhe dei palavra sobre o que ocorrera, o que tudo era preciso ignorasse para sempre. Ao despedir-se de mim, notei que pela primeira vez se sentia muito aliviada de espírito, observação animadora, que acolhi com verdadeiro júbilo.

Dois dias depois, a paciente se apresentou no meu consultório literalmente transformada, tanto na expressão do semblante, quanto na maneira de proceder e, até, no toalete. Tudo nela demonstrava mudança completa quanto ao modo de pensar. Declarou-me, com efeito, que de um momento para outro recuperara o seu caráter anterior; renascera-lhe a jovialidade perdida e lhe voltara o gosto pela arte e pela literatura.

Após a memorável sessão, tão fecunda em resultados práticos, a Sra. G. nunca mais teve a sensação de pressão na nuca, nem a sensação física de um peso sobre os ombros, nem tão-pouco a obsessão psíquica do suicídio. A saúde se lhe tornou perfeita em todos os sentidos e, ultimamente, fui informado de que agora é mãe ditosa de dois gêmeos vigorosos.

Ainda desta vez me abstive de tirar uma conclusão qualquer do caso exposto. Limito-me a referir escrupulosamente fatos. Julgo, entretanto, dever novamente recordar que a senhora G. estava fatalmente destinada ao suicídio e que para restituí-la à vida bastou que eu não cerrasse os olhos diante de um fenômeno de “vidência”, sob o especioso pretexto de que se tratava de uma manifestação inexplicável. Não devemos, ao contrário, ver em tudo isso um dos mais belos resultados a que já nos conduziram as pesquisas sobre os fenômenos psíquicos?...”

Assim falou o Dr. Magnin. Em outros relatórios que publicou sobre essa mesma ordem de fenômenos. exprime-se de modo a deixar transparecer sua convicção íntima de que os fatos dessa natureza só são explicáveis mediante a hipótese da obsessão espiritual. Contudo, na reunião solene do Congresso de Copenhague, onde defrontava eminentes homens de ciência que, embora persuadidos da existência das manifestações metapsíquicas em geral, se conservavam, em sua maioria, cépticos, ou, mesmo, hostis, no tocante à hipótese espírita, ele não só se absteve de expender a sua opinião acerca dessa hipótese, como, relativamente ao caso em questão, assinalou que o fato de a vidente ter visto um Espírito obsessor em atitude correspondente aos sintomas de que a enferma se queixava “tendia a fazer supor que, em tal circunstância, a idéia obsedante era tão intensa, que criava uma “forma-pensamento” perceptível ao *médium*”.

Como estou certíssimo de que o Dr. Magnin não crê nessa interpretação dos fatos, apresso-me a declarar que as considerações mais ou menos elementares que se seguem eu não as formulo para instruir sobre o assunto quem já o conheça a fundo, mas para servir aos leitores que, não sendo bastante versados sobre a técnica das manifestações metapsíquica, não chegarão talvez a discernir por que razões é insustentável a interpretação aventada. São as seguintes as principais razões:

1° – Porque as “formas-pensamento”, consistindo em vagas representações efêmeras, ou em “simulacros” fluídicos, não podem tomar parte ativa numa conversação, não podem ser catequizadas e não podem mostrar-se arrependidas de suas culpas.

2° – Porque, para que a enferma objetivasse o defunto, fora preciso se verificassem duas circunstâncias de fato: uma, que ela cresse na existência dos fenômenos de obsessão; a outra, que estivesse convencida de que quem a obsedava era o seu namorado defunto. Ora, ela nunca se ocupara de pesquisas psíquicas, ignorava tudo o que lhes diz respeito e estava muitíssimo longe de relacionar com aquele defunto os impulsos, que a dominavam, para o suicídio.

3° – Porque, à falta de qualquer sugestão da parte do Dr. Magnin (tendo sido ele quem adormecera a paciente, era também a única pessoa que se achava com ela em *relação psíquica*), não haveria como explicar o fato eloquentíssimo de a doente se sentir curada logo que despertou, fato esse em correspondência com a promessa feita pelo Espírito obsessor de deixar em paz a sua vítima.

4° – Porque não se deve olvidar a circunstância de que, no caso análogo anteriormente referido, ficou demonstrado que a hipótese das “formas-pensamento” não resiste à análise dos fatos, de modo que, se naquele caso havia, com efeito, um genuíno fantasma obsessor, outro tanto se deverá afirmar, por lei de analogia, no caso de que se trata, em que a percepção do fantasma foi obtida por intermédio da mesma vidente.

E me parece que basta para, também nesta outra circunstância, eliminar a hipótese especiosa das “formas-pensamento”.

Passando a discutir a questão puramente teórica das condições de consciência em que se encontrava o Espírito obsessor, forçoso será reconhecer que, nas circunstâncias em que se deram os fatos, não devia tratar-se de “monoideísmo sonambúlico” *post-mortem*. Quer isto dizer que não se trataria de um caso de automatismo irresponsável, mas de um monoideísmo raciocinante, porquanto brutal e que egoisticamente se apresentava, visto que o Espírito obsessor tinha por escopo impelir ao suicídio a pessoa por ele amada, a fim de se lhe reunir. Todavia, tendo-se em conta que, por efeito das exortações e dos argumentos do Dr. Magnin, ele acabou por se convencer de que fazia mal a quem amava, demonstrando-se arrependido, se tem de inferir que, se não é possível considerá-lo irresponsável pelo mal que praticava, de todo modo a sua responsabilidade resultaria atenuada por uma forma *sui generis* de incompreensão moral, muito semelhante à que caracteriza as obras dos “pacientes hipnóticos”.

Como quer que seja, repito que o caso exposto e o outro citado antes, em ambos os quais os espíritos obsessores parecem até certo ponto conscientes do mal que fazem às suas vítimas, não infirmam absolutamente a tese, aqui sustentada, da irresponsabilidade moral na grande maioria dos protagonistas da fenomeno-

logia que consideramos, tese que se funda na análise comparada de 38 casos do gênero, por mim colecionados.

Concluo chamando a atenção de todos para o tema importantíssimo que apreciamos. Ele não só se reveste de imenso valor teórico, do ponto de vista metapsíquico, como é suscetível – conforme se há visto – de conduzir a fins eminentemente práticos e humanitários, quais os de curar enfermidades misteriosas, tidas por incuráveis, de salvar a vida de muitos infelizes obsidiados por tendências suicidas e a restituir o senso e a liberdade a muitos desgraçados erroneamente metidos nos manicômios.

*

Agora, referirei e comentarei alguns exemplos de “aparições de defuntos após certo tempo de suas mortes” trata-se de uma categoria de manifestações que, quando observadas coletivamente e sucessivamente por várias pessoas, excluem, de modo absoluto, as hipóteses da sugestão, da auto-sugestão e consecutivas objetivações alucinatórias, resultando muito particularmente eficazes em sentido espiritualista.

Este primeiro caso foi publicado por Myers, no volume VI, pág. 26, dos *Proceedings of the S. P. R.*.

A percipiente e relatora – Sra. P. – não quis fossem publicados os nomes dos protagonistas e os motivos ressaltarão da exposição dos fatos. Eis o que narrou:

“No ano de 1867, casei-me... Minha vida correu tranqüila e feliz até aos fins do ano de 1869, quando a saúde de meu marido pareceu entrar em declínio, tornando-se ele de caráter sombrio e irritável. Em vão procurava descobrir as causas dessa mudança, insistindo nas minhas inquirições. Respondia-me que eu estava a fantasiar, que ele se sentia muitíssimo bem. Desisti de importuná-lo e os dias continuavam a correr tranqüilos, até à véspera de Natal. Na nossa vizinhança residiam dois tios nossos, que nos convidaram para almoçar com eles naquele dia.

Tendo de levantar-me cedo, cuidamos, à noite, de deitar-nos mais cedo do que de costume e, assim, às 9 horas subimos para os nossos aposentos, depois de havermos, como

sempre fazíamos, fechado cuidadosamente portas e janelas. Eram 9:30. Nossa filhinha, que contava então 15 meses, tinha o hábito de despertar a essa hora para beber um gole de leite e dormir de novo. Não havendo ainda acordado, pedi a meu marido que se deitasse sem apagar a luz, enquanto eu permanecia recostada na cama do lado do berço, à espera de que a menina despertasse...

Como Gertrudes tardasse a acordar, eu me dispunha a tomar uma posição mais cômoda, quando, com grande espanto, vi em pé, ao fundo da cama, um gentil-homem com as divisas de oficial de Marinha, trazendo à cabeça um boné de pala... Para mim, seu rosto ficara na sombra, tanto mais que ele apoiava o cotovelo no espaldar da cama e com a mão sustentava a cabeça. Fiquei por demais espantada para ter medo; apenas perguntei a mim mesma quem poderia ser. Bati no ombro de meu marido que se achava voltado para o lado oposto, murmurando: “Willie, quem é este?” Ele se voltou, mirou por alguns instantes o intruso e, erguendo-se de um salto, gritou: “Senhor, que viestes fazer aqui?”

A forma se alçou lentamente e, em seguida, exclamou, com voz autoritária e indignada: “Willie! Willie!”

Olhei para meu marido: fizera-se lívido e se mostrava agitadíssimo. Pulou da cama, como para investir contra o intruso, mas, de súbito, parou perplexo ou espantado, enquanto a forma atravessava, impassível e solene, o quarto, dirigindo-se em linha reta para a parede. Quando passou por diante da luz, uma sombra escura se projetou sobre a parede e sobre nós, como se se tratasse de uma pessoa viva. Entretanto, desapareceu de modo inconcebível, através da parede. Sempre agitadíssimo, meu marido tomou da lâmpada, dizendo: “Vou percorrer a casa, para descobrir onde ele se meteu.” Também eu estava perturbada; contudo, lembrando-me de que a porta se achava fechada e que o misterioso visitante não se encaminhara para aquele lado, observei: “Más, ele não saiu pela porta.” Nada obstante, meu marido puxou o trinco, abriu a porta e se pôs a correr a casa. Tendo ficado só, pensava comigo mesma: “Vimos uma apa-

rição. Que nos anunciará? Talvez meu irmão Artur esteja mal (ele era oficial de Marinha e andava em viagem pelas Índias). Sempre ouvi dizer que sucedem coisas dessas.” Pensava e tremia, apertando ao peito minha filha, que despertara, até que, por fim, meu marido reapareceu, ainda mais lívido e agitado. Sentou-se à borda da cama, cingiu-me com o braço e sussurrou: “Sabes quem foi que vimos?” “Sim – respondi – um Espírito; temo que se trate do Artur, mas não lhe vi o rosto.” Ele retorquiu: “Não, era meu pai.”

O pai de meu marido morrera, havia 14 anos. Quando moço, fora oficial de Marinha; depois, por motivos de saúde, deixara o serviço antes do nascimento de meu marido, que apenas uma ou duas vezes o vira fardado. Quanto a mim, nunca o conheci.

No dia seguinte, contamos aos tios o que ocorrera e todos tivemos ensejo de notar que não diminuía a perturbação de meu marido, embora fosse céptico feroz com referência a manifestações que parecessem sobrenaturais.

À medida que os dias passavam, ele deperecia, até que teve de meter-se na cama gravemente enfermo. Só então me inteirei gradativamente do seu segredo. Andava, desde algum tempo, em graves dificuldades financeiras e, no momento em que seu pai lhe apareceu, estava para dar ouvidos aos tristes conselhos de um homem que o teria arrastado à ruína, ou talvez a coisa pior, por isso que tenho de me conservar reticente, ao falar do sucedido.

...Nem estados de “sobreexcitação nervosa”, nem medos supersticiosos poderiam provocar semelhante manifestação e, tanto quanto pudemos verificar pelos acontecimentos que se seguiram, aquele foi um aviso providencial, dado a meu marido pela voz e pela fisionomia da entidade a quem ele mais venerara em vida e a quem, acima de todos, teria obedecido.”

(O Dr. C. e sua esposa confirmam esta narrativa. O marido da relatora, Sr. P., a seu turno, a confirma nestes termos: “Não preciso acrescentar outros pormenores ao incidente

narrado por minha mulher. Limito-me, pois, a testificar que a narração é rigorosamente exata e que os fatos se passaram como foram descritos”).

O memorável episódio que se acaba de ler é de ordem “coletiva” e “sucessiva”; mas, como as duas fases da percepção se verificaram com os percipientes no mesmo lugar, poderia dar-se que algum propugnador extremado da hipótese telepática a considerasse suficiente para tudo explicar. Observo, portanto, que, em tal caso, se deveria supor que o marido da narradora, estando prestes a meter-se numa empresa lesiva à sua honra, houvesse pensado intensamente na memória honrada do pai, provocando uma correspondente alucinação telepática em sua mulher que, a seu turno, atraindo-lhe a atenção para o campo da sua objetivação, lha teria transmitido, de sorte que ele, presa de remorso à vista do fantasma paterno, houvera sido vítima de uma complementar auto-alucinação *verbal* com que o mesmo fantasma lhe redargüia em tom imperioso e desdenhoso, auto-alucinação verbal que ele teria “retelepatizado” para a mulher.

Como se vê, tratar-se-ia de uma explicação tão fantástica, contorcida e absurda, que qualquer pessoa sensata se negaria a discuti-la.

Excluída, portanto, tem que ser a explicação telepática. Mas, desde então, adquirem verdadeira eloquência resolutiva, em demonstração da presença real, no lugar em que se deu o fenômeno, do fantasma paterno, vindo para impedir o filho de aventurar-se numa empresa lesiva à honra, as circunstâncias de ter sido a mulher a primeira a ver o fantasma, que lhe era desconhecido, e quem o assinalou ao marido, que a seu turno o viu, reconheceu e lhe dirigiu uma frase arrogante, provocando imediata reação do mesmo fantasma, que lhe retrucou solenemente, pronunciando-lhe duas vezes o nome em tom autoritário e desdenhoso.

E esta explicação é sobremodo revigorada pelo fato de haverem os dois percipientes observado de maneira idêntica as particularidades com que o fato se desenrolou: as deambulações do fantasma pelo quarto, a projeção da sombra à sua passagem por

diante da lâmpada e o seu misterioso desaparecimento através da parede.

Ressalta daí evidente a enorme importância dos casos desta natureza, do ponto de vista adotado no presente capítulo, em que se propugna a grande verdade de que a demonstração experimental da existência e sobrevivência do espírito humano, longe de depender exclusivamente da identificação dos defuntos, tendo por base as informações pessoais que eles fornecem (como constantemente o subentendem os opositores nas suas conclusões animistas), se tunda, ao contrário, inabalavelmente, numa imponente série de manifestações supranormais de toda espécie, entre as quais devem também se ter na devida conta as a que aludem os opositores, isto é, as informações que fornecem os defuntos que se comunicam. Não nos esqueçamos, porém, de que as manifestações dessa espécie não representam mais do que simples unidade de prova, entre as variadíssimas unidades de prova – anímicas e espíricas – resultantes da coletânea de casos supranormais e convergentes todos para a demonstração experimental da sobrevivência humana. Ter-nos-emos entendido desta vez?

*

Tomo este segundo episódio ao vol. V, pág. 440, dos *Proceedings of the S. P. R.*. Quem o relatou, a Sra. L. H., era pessoalmente conhecida de F. W. Myers, que, a pedido, lhe calou o nome.

A Sra. L. H. refere que no dia 24 de junho de 1874 (época em que contava 8 anos), deu-se o falecimento de sua mãe na residência familiar em Malta e que, por lhe respeitarem a vontade, seu sepultamento foi retardado até ao sétimo dia de sua morte. Daí, prossegue, assim:

“Na noite daquele dia, era sufocante o calor e calmo o tempo. Haviam-me levado para a cama mais cedo do que de costume; mas as janelas estavam abertas e a noite era tão bela que o quarto parecia suficientemente iluminado. A porta que dava para a sala estava semi-aberta, de modo que eu percebia a sombra da governanta curvada sobre o seu traba-

lho e lhe contemplava as mãos a ir e vir com irritante monotonia, até que, por fim, adormeci. Passou algum tempo acordei e, voltando-me para o lado da janela, vi minha mãe, de pé, ao lado da minha cama, a contorcer as mãos, chorando. Não me achava suficientemente desperta para no momento me lembrar de que ela morreria (tanto mais que costumava freqüentemente velar junto de mim, quando eu dormia). Por isso, exclamei em tom muito natural: “Porque choras, mamãe?” Depois, lembrando-me do que acontecera, pus-me a gritar. A governanta correu de pronto e começou a orar e a chorar. Quase ao mesmo tempo chegou meu pai pelo lado oposto e eu o ouvi exclamar: “Júlia! minha diletta Júlia!” A essas palavras, minha mãe volveu o olhar para aquele lado; depois, olhou-me e, contorcendo novamente as mãos em sinal de dor, se encaminhou para a sala e desapareceu. A governanta disse, em seguida, que a sentira distintamente passar a seu lado, mas era tal o estado de terror em que se mostrava que não se lhe podia dar valor ao testemunho. Meu pai lhe ordenou que se retirasse, depois do que se dirigiu mim, dizendo que eu sonhara e não se foi dali enquanto não adormeci de novo. No dia seguinte, entretanto, ele me confessou que também tivera a visão e esperava tê-la novamente, prevenindo-me de que, se mamãe me aparecesse outra vez, eu não devia amedrontar-me, antes devia dizer-lhe que o “papai deseja falar-lhe”, o que prometi fazer fielmente.

Inútil acrescentar que ela nunca mais apareceu... Muitos anos passados, falando-se de tal aparição, meu pai me declarou que minha mãe lhe prometera muitas vezes que, se fosse possível, lhe apareceria depois de morta.”

(A Sra. M.S.H., segunda esposa do pai da Sra. L.H., já falecido, confirma a narração acima, como também Lady E., amiga de L.H. e conhecida pessoalmente de Myers).

Não há como recorrer à hipótese alucinatória com relação a este caso, que é de visão coletiva e sucessiva, porquanto a primeira a ver o fantasma foi uma criança de oito anos que, despertando, tão pouco se emocionou ao dar com sua mãe, que lhe

dirigiu a palavra, crendo-a viva. Os testemunhos sucessivos do pai e da governanta, que, mal chegaram à porta do quarto, viram o fantasma, também excluem aquela hipótese.

Há, além disso, a circunstância de o defunto volver o olhar para o marido, quando este a chamou pelo nome, e em seguida olhar amorosamente para a filha, prova de que também não se tratava de um simulacro subjetivo projetado telepaticamente pelo Espírito da morta, mas da sua presença espiritual naquele lugar. Assim sendo, explicável também se torna o gesto de dor com que se manifestou aos seus entes caros, desde que se considere que a morta era uma esposa muitíssimo jovem, prematuramente arrancada ao seu ninho de amor.

Os acontecimentos desta natureza são de uma eloqüência tal, em sentido espiritualista, que o próprio Dr. Eugênio Osty, adversário tão pouco sereno da hipótese espírita, que faz pensar nas bandeiras vermelhas que enfurecem os touros nas touradas espanholas, o próprio Dr. Osty fica embaraçado, quando lhe acontece ter de aludir a casos de “aparições de defuntos, algum tempo depois de suas mortes”, percebidas coletiva ou sucessivamente por muitas pessoas. Ele então foge à dificuldade, dizendo:

“Compreende-se que, qualquer que ela seja, a explicação que se imagine carecerá de base sólida, quando se trate de projeções alucinatórias do tipo “aparições” que se manifestem, transcorridos meses ou anos após a morte daquele que “aparece”, tanto mais se, como às vezes acontece, ele fala ou desempenha encargos que assumiu em vida, que os percipientes desconhecem e que resultam verídicos, ou dá ao percipientes um conselho proveitoso. *Estas circunstancias conferem a tais acontecimentos uma aparência imperiosa de iniciativa da parte do defunto.*

É verdade, porém, que os casos deste gênero se encontram nas coletâneas em número menor do que os de “aparições de moribundos”. Todavia, entre os colecionados, *alguns se contam que apresentam garantias de autenticidade, idênticas às que se obtém noutros casos dos melhor autenticados...* Além disso, teoricamente falando, os aconteci-

mentos dessa natureza parecem verossímeis, por serem análogos em tudo a outros conseguidos experimentalmente com pacientes a quem se sugira que entrem em relação com pessoas mortas desde algum tempo... Entre as duas séries de fatos, *outra diferença não existe, senão a de serem diversas as explicações que a diversidade das circunstâncias aconselha se lhes atribua...*” (*Revue Métapsychique*, 1933, págs. 34-35).

É precisamente assim.. Entre os casos de “aparição de mortos pouco tempo depois da morte” e os casos de “aparições telepáticas dos vivos”, “não há outra diferença, senão a de serem diversas as explicações que a diversidade das circunstâncias aconselha se lhes atribuem”. Isto, porém, equivale a reconhecer que, no caso das “aparições dos defuntos pouco depois das respectivas mortes”, se trata, com efeito, de um fenômeno que pode ser objetivo ou subjetivo, conforme as circunstâncias, mas que, de ambas as formas, se originam positivamente da vontade do defunto que se manifesta, do mesmo modo que, no caso das “aparições telepáticas dos vivos”, se trata, efetivamente, de um fenômeno que pode ser objetivo ou subjetivo, conforme as circunstâncias, mas que, de ambas as formas, se origina positivamente da vontade do vivo que se manifesta.

O Dr. Osty não se exprime exatamente nestes termos; porém, é constrangido a admitir a mesma verdade, adotando uma fraseologia prudentemente velada, o que não altera a substância e a importância de tudo quanto ele é levado a admitir, por força de imperiosa necessidade lógica.

*

Extraio este terceiro episódio da revista norte-americana *Psychic Research* (1928, pág. 430), órgão da *American Society for Psychical Research*.

Malcolm Bird, o *oficial investigador* dos casos que chegam ao conhecimento dessa sociedade, ouviu da boca dos percipientes a narrativa do fato sobre o qual escreveu ele:

“Relativamente a este episódio, não me acho obrigado a calar o nome do percipientes que mo relata. É o Sr. D. L.

Dadirrian, membro da *American Society for Psychical Research* e industrial muito conhecido. Escrevi o relato do caso, conforme o ditou ele, que o aprovou, depois de lhe eu ler o que escrevera.

Devo, antes de tudo, dizer que o Sr. Dadirrian é quase totalmente cego, de tal modo que apenas consegue distinguir a luz da sombra a dez ou doze metros de distância, quando moderada a luminosidade.

...No dia 7 de setembro de 1927, pelas 7:15 horas, o Dr. Dadirrian e sua prima, a Sra. Hattie, se achavam sentados sob o alpendre de seu palacete. Essa sua parente assumira a direção dos negócios domésticos desde a morte, então ainda recente, da Sra. Dadirrian. Na ocasião a que nos referimos, a Sra. Hattie estava sentada do lado sul e o Sr. Dadirrian do lado norte do alpendre. Esperavam seu automóvel particular, para levá-los ao cemitério. Esperavam em silêncio e o Sr. Dadirrian informa que naquele momento não pensava em coisa alguma de particular; aguardava passivamente a chegada do automóvel. De repente, ouviu passos no saibro da aléia, vindos do lado sul do alpendre, a certa distância deste. Teve despertada a sua curiosidade, porquanto na casa não havia hóspedes, mas unicamente os empregados domésticos. Falou então à sua prima:

“Hattie, ouço passos no saibro da aléia. Provavelmente, é algum dos criados que vai sair. Quando estiver perto de ti, diga-me quem é.”

A Sra. Hattie respondeu que não ouvia rumor algum de passos, ponderando que ele porventura tomara como passos na aléia o ruído que faziam alguns meninos que brincavam na rua. (A rua distava uns cem pés do gabinete). O Sr. Dadirrian estava bem certo de que os passos que ouvira ressoando na aléia não provinham do lado da rua. Insistiu, pois:

“Não; trata-se de alguém que passeia pela aléia, bem de frente de nós.”

Enquanto falava, os passos se aproximavam cada vez mais e o rumor deles se tornava cada vez mais distinto.

Chegaram, afinal, perto da escadaria... Ele perguntou novamente:

“Hattie, Hattie, não ouves esses passos? Ressoam agora bem à nossa frente. Quem chega?”

Dessa vez a Sra. Hattie não respondeu. O Sr. Darridian imaginou que se expressara com certa impaciência e que ela por isso se agastara.

Entretanto, os passos continuavam a fazer-se ouvir, mas, em vez de subirem a escada e de reboarem no pavimento, prosseguiram pela aléia que contornava o edifício, dirigindo-se para o lado norte e tornando-se gradativamente mais fracos.

Desistindo de obter qualquer resposta da Sra. Hattie, que ele supunha momentaneamente aborrecida, o Sr. Daddirrian perguntou em voz alta: “Quem está andando aí? Poteu, Margarida, Cecília, Roy?”

Nenhuma resposta, E o rumor dos passos se foi gradualmente extinguindo, à distância. Ele concluiu que provavelmente se tratava de algum empregado que não lhe ouvira a voz, ou fingira não a ter ouvido.

Nesse ínterim chegaram o automóvel e ambos partiram para o cemitério. Durou cerca de uma hora a excursão e o Sr. Daddirrian notou que sua prima se conservara calada todo o tempo, preocupada, moralmente abatida...

É costume do Sr. Daddirrian levantar-se de manhã cedo, vestir-se e esperar no quarto uma xícara de café, fumando um cigarro, depois do que habitualmente sua prima lhe vem ler os jornais.

Aquela manhã, a Sra. Hattie, mal entrou, lhe dirigiu palavra, exclamando:

“Tenho algo para te dizer, mas não quero te impressionar.” O Sr. Daddirrian bem longe estava de imaginar do que era que lhe queria falar sua prima, que continuou assim:

“Lembras-te de que ontem à tarde, quando estávamos sob o alpendre, me disseste que ressoavam passos no saibro da

aléia e me pediste visse quem era que se aproximava da casa? Respondi que não ouvia coisa alguma e que provavelmente confundias o ruído que faziam uns meninos que brincavam na rua com passos na aléia. Respondeste que ouvias os meninos a brincar, mas que também escutavas claramente passos que pisavam a areia do jardim e que se aproximavam de nós. Lembras-te de que logo depois me falaste, repetindo que os passos ressoavam à nossa frente e me perguntaste se eu não via quem estava ali? Pois bem: olhei então e sabes quem vi? No ponto indicado estava Dolly (a Sra. Daddirrian), de fisionomia sorridente e feliz! Trazia uma veste comprida e tinha soltado os cabelos; mas não lhe vi nem os pés, nem as mãos. Parecia deslizar pela aléia. Continuou na direção norte e desapareceu na vereda que atravessa o pinheiral. Não respondi à tua pergunta, porque fiquei tão impressionada e aturdida, que sentia a fronte baldada em suor frio. Ouvira algumas vezes falar de pessoas que tinham visto fantasmas; eu, porém, nunca acreditara em semelhantes histórias, pelo que, quando vi Dolly na minha presença, fiquei assombrada e muda. Terás notado que, quando voltamos do cemitério, ocupei de novo o mesmo lugar no alpendre, embora já fosse tarde? Fi-lo, porque contava tornar a vê-la. Nada, porém, apareceu.”

...O Sr. Daddirrian julgou dever acentuar que, durante o acontecido, ele nada disse que pudesse indicar à sua prima a direção que tomaram os passos que ouvia e que avançaram para o norte, além da escadaria. Entretanto, como se há de ter notado, sua prima viu a aparição percorrer exatamente o caminho que o Sr, Daddirrian percebera, no meio de uma impressão auditiva, o que exclui, de modo resolutivo, a hipótese de que sua prima haja inventado uma fábula.”

O relator comenta o fato nestes termos:

“Pelo que me é dado saber, fundado nos conhecimentos que adquiri sobre metapsíquica, este episódio é único, devido à circunstância de a aparição ter sido vista por quem tinha o sentido da visão e ouvida pelo observador que apenas dispunha do sentido da audição para pôr-se em relação com

o meio exterior. Não tenho bastante certeza de que, do ponto de vista da existência objetiva da aparição, essa circunstância de fato constitua prova ainda mais decisiva do que a que oferecem os costumeiros casos de visões coletivas de fantasmas. Como quer que seja, ela indubitavelmente forma uma variante muito sugestiva dos casos deste último gênero.”

Relativamente a estas últimas considerações do relator, observarei que os casos de aparições telepáticas de natureza coletiva, com as variantes que apresentam, devidas à diversidade dos médiuns, os quais percebem a mesma manifestação mediante impressões diversas dos sentidos, são bastante freqüentes na coletânea dos fatos telepáticos, como também na das aparições dos defuntos. Dentre os desta última categoria, lembrarei um episódio que referi noutra trabalho, episódio em que três percipientes tiveram três impressões diversas, mas igualmente exatas, da presença do mesmo fantasma. Um deles o viu, o outro lhe ouviu a voz e o terceiro *sentiu um perfume de violetas silvestres*, o que correspondia à circunstância de ter sido o cadáver da que aparecera literalmente coberto de violetas silvestres em seu leito de morte.

Todavia, o caso aqui considerado é realmente único, pela particularidade seguinte: aquele dos percipientes que pressentiu a presença do fantasma por uma impressão auditiva não poderia percebê-lo de outra maneira, dado que era cego. Dir-se-á, portanto, que sua falecida esposa, de intento, lhe impressionou telepaticamente o sentido da audição, por saber que não poderia manifestar-se-lhe de outra forma, e que, simultaneamente, se manifestou de forma objetiva à prima, a fim de que o marido viesse a saber donde provinha o eco dos passos que ele escutava. Conseguiu assim a morta que as impressões dos dois percipientes se completassem recíproca e admiravelmente e com a particularidade, também importante, de perceberem ambos o caminho por ela percorrido, de sorte a dar-lhes e ao mundo dos vivos uma prova incontestável da sua sobrevivência.

Devo, além disso, acrescentar que, do ponto de vista de quem propugna a presença espiritual, no lugar do fenômeno, de bom

número de fantasmas telepáticos e de aparições de defuntos, o episódio em questão é mas demonstrativo, nesse sentido, do que aqueles em que a percepção dos fantasmas, embora coletiva, é unicamente visual, porquanto o outro contém em si duas provas distintas, que convergem para tal demonstração.

Em suma, no caso de que ora tratamos, a presença espiritual da defunta, no local da sua aparição, parece confirmada pela circunstância de o fantasma *haver sorrido para seus parentes*, sinal de que não era uma projeção puramente telepática do pensamento da morta. De todo modo, compreende-se que, quando mesmo se propendesse para esta última explicação, a gênese do caso não mudaria, visto que se trataria, ainda e sempre, de uma defunta a projetar telepaticamente a visão do seu simulacro aos entes que lhe eram caros, com o escopo de informá-los da sua sobrevivência.

Tomo ao *Light* (1923, pág. 729) este quarto episódio e quem o refere é Sir William Barrett, físico célebre, membro da *Royal Society* e fundador da *Society for Psychical Research*. Trata-se de um episódio notabilíssimo, no qual o fantasma de um pastor anglicano foi *visto por cinco pessoas* numa igreja de Dublin, onde ele oficiara durante 50 anos.

Sir William Barrett descreve assim o fato:

“Poucos dias depois da morte do cônego Carmichael LL. D., meu amigo íntimo, ele foi visto a subir os degraus do púlpito de uma igreja de Dublin, onde pregara durante 50 anos. Apareceu revestido de sobrepeliz e capa. *Cinco pessoas o viram* colocar-se ao lado do seu sucessor – o reverendo R. U. Murray – quando este pregava sobre o tema da sobrevivência. Disse-me o Rev. Murray que nada vira, mas que tivera a sensação de uma “presença” invisível, sensação a que nenhuma importância houvera atribuído ao cabo das duas horas do serviço religioso, se três senhores e uma senhora não tivessem ocorrido a narrar-lhe o que tinham visto, antes mesmo que houvessem falado a respeito com outras pessoas. Achavam-se os quatro em pontos diversos da Igreja e três deles não se conheciam. A essas testemunhas uma quinta se veio juntar, na pessoa da Sra. Dixon, filha do

cônego Carmichael, que logo depois do serviço religioso contou o que vira a um amigo e ao marido, ignorando absolutamente que outras pessoas houvessem percebido o fantasma de seu pai.

Ressalta absurda qualquer suspeita de um embuste combinado e por trás do púlpito não havia objeto algum que pudesse produzir uma ilusão de tal natureza. Quanto aos observadores – todos cépticos em matéria de aparições – nada podia predispor-los a se tornarem coletivamente alucinados. Note-se também que todos mencionaram pormenores idênticos com relação ao que tinham visto; o que quer dizer que todos foram acordes em referir que o cônego vestia a longa sobrepeliz do costume, que a suspendera ao subir os degraus ao púlpito, tal como fazia em vida; que, pelo aspecto, parecia absolutamente vivo e feliz, porém mais jovem do que quando subia ao púlpito nos últimos tempos. Além disso, todos haviam notado que dirigira um sorriso à filha, sentada próximo ao púlpito (ela me fez de tudo uma impressionante descrição). Ainda mais: cada um dos percipientes observara que o barrete do fantasma tinha uma cercadura vermelha, ao passo que na do Rev. Murray a cercadura era azul. Essa diferença existe os distintivos acadêmicos de LL. D. (doutor em leis) e de Litt. D. (doutor em belas letras), diferença que os observadores realmente ignoravam.

É impossível encontrar-se uma hipótese naturalística que explique todos esses testemunhos concordantes e independentes, assim como não é fácil reduzi-los a impressões subjetivas. Minha opinião pessoal é que o Espírito pode às vezes revestir temporariamente uma forma intangível, porém visível, em raras circunstâncias favoráveis de ambiente em virtude de um ato subconsciente de vontade criadora, de modo a dar a ver aos vivos uma “forma-pensamento”, que é o simulacro de si mesmo, qual era em vida. Há ótimas provas de que o fenômeno também se produz muitas vezes no sono profundo. Tudo isso parece maravilhoso e incrível, mas a formação de uma criança no seio materno não é, sem dúvida, menos maravilhosa e incrível, desde que se pondere

que a influência inconsciente da mãe guia as moléculas tangíveis da matéria para construir o simulacro físico e mental dos seus progenitores.”

Esse o interessante caso referido por Sir William Barrett, em *primeira mão*. Quer dizer que o defunto era seu amigo íntimo e que os pormenores do caso lhe foram narrados pelos dois protagonistas principais: a filha do morto e o Rev. Murray. Este último, com efeito, sentira próximo de si uma “presença”, ao mesmo tempo em que os cinco percipientes viam junto dele o fantasma do seu antecessor. Nenhuma dúvida acerca da autenticidade dos fatos, que são perfeitamente averiguados. Cumpre, pois, explicá-los e se este encargo parece simplíssimo com a intervenção real do defunto que se manifestou, inexequível é, ao contrário, por meio de qualquer hipótese naturalística.

Como se viu, Sir William Sarrett, a seu turno, assinala essa fortíssima condição do caso, em sentido espiritualista. Entretanto, legítimas se apresentam as suas considerações elucidativas da maravilhosa reprodução, no fantasma, das mais minuciosas características de identificação física, reprodução que ele atribui ao muito conhecido poder do pensamento e da vontade, capazes de plasmar, mesmo no mundo dos vivos, perfeitos simulacros físicos, até fotografáveis. Contudo, no caso em questão, tal fenômeno se deveria interpretar em sentido um tanto diverso, isto é, supondo-se que por ato da sua vontade o defunto *haja revestido* seu Espírito de um perfeito simulacro de si mesmo em paramentos sacros. Variante é esta necessária a explicar a circunstância importantíssima de o fantasma *haver sorrido* para sua filha, demonstrando com isso estar presente em espírito no seu simulacro. Acrescente-se que a outra circunstância, do Rev. Murray ter tido a sensação de *uma presença* próximo de si, localizada no ponto em que os outros viram o fantasma do defunto, concorre fortemente para demonstrar a sua presença espiritual ali.

De outro ponto de vista, pondero que, em meio século de pesquisas, os casos de aparições de defuntos vistos coletivamente ou sucessivamente por várias pessoas se foram acumulando em número imponente, contando-se nas minhas classificações

muitas centenas deles. Ora, é preciso não esquecer que se trata de fatos que excluem qualquer explicação naturalística e que, em conseqüência, tomam aspecto de provas resolutivas em favor da sobrevivência. Assim sendo, mais uma vez insisto em assinalar o erro deplorável em que caem os que, na ilusão de haverem demonstrado não ser possível provar-se cientificamente a sobrevivência humana, tendo por base as informações pessoais que fornecem os defuntos que se comunicam, pensam que desse modo neutralizaram para sempre as esperanças de quem afirma, baseado em fatos, que a sobrevivência humana será um dia demonstrada experimentalmente, cientificamente, definitivamente, por meio das pesquisas metapsíquicas.

E, se assim é, se as “aparições dos defuntos pouco depois da morte, observadas coletiva ou sucessivamente por várias pessoas”, também bastam, por si sós, para confundir e desbaratar os propugnadores do “animismo totalitário”, como explicar o fato de haver, embora novos casos dessa natureza se sucedam constantemente, muitos pesquisadores científicos dos fenômenos mediúnicos que se conservam inamovíveis nas suas convicções materialistas?

Acrescente-se que o mesmo se dá com a grande maioria das pessoas cultas que têm relatos de acontecimentos análogos, sem colherem deles nenhum ensinamento. Nada disto se concilia com a lógica sã da razão; entretanto, assim é. Desde que, porém, se perquirir a causa de tais coisas, ela ressalta patente ao critério do pensador, é simplíssima, podendo resumir-se na frase que formulei ao apreciar o caso de assombração ocorrido comigo mesmo. Essa frase se adapta, com ligeira variante, à presente circunstância: “Uma coisa é ler a narrativa dos casos de aparições de fantasmas de defuntos, outra coisa, muito diversa, é assistir a uma ocorrência dessa natureza.” Trata-se, pois, de uma interessante questão psicológica, sobre a qual será conveniente insistirmos, ilustrando-a ulteriormente.

Na minha monografia citei o caso impressionante da Sra. Winifred Mundella, a quem, numa crise bastante grave da vida, apareceu o fantasma de sua mãe, a lhe indicar o caminho a seguir. O fantasma foi percebido simultaneamente por um cãozi-

nho da defunta, o qual correu para o simulacro da sua dona, a lhe fazer festa. Aquela senhora terminou com as seguintes palavras a sua narrativa: “Os que hão visto sabem, de ciência certa, que não existe a morte.” Pois bem: esta última observação grande impressão produziu em mim, porquanto coincidia com a observação idêntica que eu fizera relativamente ao fato de assombração a que me foi dado assistir.

É absolutamente verdadeiro que *os que hão visto* os fantasmas autênticos de seus entes caros, a quem estes hajam sorrido ou dirigido a palavra, ou provado de outras formas que são fantasmas sensientes e inteligentes (como acontece nos episódios acima referidos), é absolutamente verdadeiro, digo, que esses nunca mais duvidarão, por toda a vida, do que se verifica para lá da tumba. Nunca mais duvidarão, visto conhecerem, por experiência, a verdade sobre o assunto. Somente eles sabem quais as sutis e infalíveis impressões objetivas e subjetivas do espírito que os fizeram chegar, de um golpe, à solução do mistério do ser. Segue-se que seus testemunhos afirmativos são muitíssimo mais importantes do que as opiniões gratuitas emitidas por teóricos catedráticos, que perdem o tempo a cunhar neologismos e a apresentá-los como demonstrações. Do mesmo modo, é igualmente verdadeiro que a grande maioria dos que se limitam a ler ou ouvir a narrativa de fatos sucedidos a outros, embora concordem, às vezes, em reconhecer o caráter espírita do último episódio de que tiveram ciência, se bem se conservem por certo tempo abalados e meditabundos, acabam invariavelmente esquecendo-se dele, como já haviam esquecido muitos outros análogos, de que antes souberam. O resultado é que recaem inevitavelmente na dúvida anterior, continuando por toda a vida a comportar-se da mesma maneira, passando de um caso a outro, de uma prova à outra, esquecendo sempre, esquecendo tudo, nada conservando e, portanto, aturdindo-se perpetuamente no vazio.

E esse fenômeno psicológico não se verifica somente com os leitores apressados e superficiais, destituídos de senso filosófico, mas com todas as classes de leitores e de estudiosos, mesmo com os mais eminentes cultores das disciplinas metapsíquicas. E

verifica-se com tal freqüência que se é obrigado a deduzir que se trata de uma imperfeição congênita da mentalidade humana, que não consegue manter presente na consciência senão uma parte mínima do que virtualmente logra conhecer acerca de determinado assunto, donde decorre que o raciocínio humano quase sempre *induz* e *deduz* baseando-se em dados parcialíssimos e chegando a conclusões miseramente errôneas. Nada mais resta, então, senão nos resignarmos ante o inelutável, embora essa imperfeição do raciocínio humano seja motivo de espanto para os poucos que se encontram na posse da modesta mas capitalíssima faculdade de ter sempre em mente todos os dados da questão a resolver, dados que em nosso caso consistiriam nas inúmeras variedades de episódios metapsíquicos inexplicáveis por meio de qualquer hipótese naturalística. Considerando-se esses episódios reunidos numa síntese formidável, eles se transformam numa prova cumulativa, logicamente irresistível, da intervenção experimentalmente verificada dos Espíritos dos defuntos nas manifestações supranormais. Para os que possuem tal faculdade, a demonstração da existência e sobrevivência da alma é, de há muito tempo, conquista da ciência, baseada nos fatos, e somente a imperfeição congênita do raciocínio humano impede que os demais o reconheçam.

E, já que entrei no assunto, vale a pena assinalar outra classe de pesquisadores cépticos, que o são por se acharem atacados de uma forma bem mais conspícua de imperfeição do raciocínio, a qual lhes causa notáveis desvios do critério lógico. Confrontando estes últimos com os primeiros, dever-se-ia dizer que os primeiros são *cépticos normais e racionais*, para os quais há sempre a possibilidade de renderem-se um dia às provas cumulativas dos fatos, ao passo que os segundos, entre os quais se arrolam pessoas cultíssimas e respeitáveis, se mostram possuídos de formas de cepticismo que *já não são raciocináveis* e que nunca se dissiparão, nem mesmo que se lhes pusesse à disposição o imponente conjunto de todas as provas multiformes e admiráveis vindas à luz no passado e no presente, apenas porque suas mentalidades não se acham preparadas para acolher a grande verdade nova que surge no horizonte do cognoscível humano. Assim sendo, eles

não chegam a assimilar a maravilhosa coletânea dos casos. Daí o assistir-se ao curioso espetáculo desses gentis-homens, que se entusiasмам em presença dos mais modestos incidentes de telecinesia, de telestesia, de psicomетria, permanecerem impassíveis em face dos mais extraordinários fenômenos de “aparições de defuntos junto ao leito mortuário”, de “aparições de defuntos pouco depois da morte”, de “correspondências cruzadas”, de “xenoglossia egípcia, árabe e chinesa”, de “identificação espiritual” e assim por diante. Conquanto *assimilem* os primeiros, eles não lhes compreendem o valor e, não chegando a *assimilar* os segundos, se mantêm indiferentes.

Cumprе, por fim, acrescentar que, para eles – como para os outros a quem precedentemente aludimos – não existe a eficácia irresistível das provas cumulativas, uma vez que constantemente, sucessivamente, rapidamente, esquecem todos os episódios que contrastam com os seus preconceitos, mas conservam imperecível lembrança de todas as dúvidas inseparáveis de uma ciência que dá os primeiros passos, dúvidas que, conquanto reais, são de ordem secundária e não infirmam de modo algum o grande fato de havermos conseguido organizar imponentes classificações de variadíssimos fenômenos supranormais – anímicos e espirituais – todos convergentes para a demonstração da existência e da sobrevivência do espírito humano, fenômenos que se convertem em provas cumulativas invulneráveis a todas as hipóteses e a todas as sutilezas sofisticadas com que os assaltam desesperadamente os “animistas totalitários”.

Aplicam-se-lhes, portanto, as seguintes considerações do Dr. Gibier:

“É maior do que se possa crer o número das inteligências padecentes de “lacunas psíquicas”. Assim como há indivíduos totalmente refratários à música ou às matemáticas, também os há que não chegarão nunca a assimilar as verdades existentes fora de tudo quanto se pode denominar a sua “zona lúcida”, tomando esta imagem à função desses refletores elétricos que, à noite, lançam seu feixe luminoso em determinado ponto além do qual somente existem trevas ou caliginosidade. Todos os homens possuem sua “zona lúcida”.

da”, se bem que com amplitude e luminosidade infinitamente diversas. Daí decorre que há Verdades manifestas que se conservam inconcebíveis para muitas inteligências, o que se dá porque tais Verdades estão colocadas fora de suas respectivas “zonas lúcidas”.” (Dr. Gibier, *Análise das Coisas*, págs. 33-54).

É precisamente assim e a feliz imagem das “zonas lúcidas” se revela de tal modo correspondente à verdade, que resulta aplicável à humanidade inteira, sob múltiplos aspectos, mas aplicável, sobretudo, ao nosso caso, não o esqueçamos. Exorto, portanto, os leitores a tê-la presente, para dela se servirem oportunamente, quando se lhes apresente ocasião.

Resta assinalar o corolário curioso e inevitável dessa característica psico-fisiológica das “zonas lúcidas” na mentalidade humana. Esse corolário é que aqueles que não possuem uma “zona lúcida” orientada para a compreensão da nova “Ciência da Alma” vivem na ilusão de possuir discernimento íntegro em todas as direções e, por consequência, lançam aos outros a pecha de serem vítimas de preconceitos místicos. Posta a questão nestes termos, não há porque insistir em querer convencer a quem não pode compreender.

Apresso-me, porém, a dizer que, se é certo que eminentes homens de ciência se acham em condições análogas, de parcial obnubilação psíquica, isso não impede que lhes tributemos inalterada admiração e a nossa gratidão porque, com as “zonas lúcidas” de suas mentalidades, potentes em outras direções, eles têm trabalhado com proveito para a ciência em geral e para a metapsíquica em particular, uma vez que seus méritos não ficam diminuídos por uma condição psicológica inerente à constituição morfológica e à função fisiológica do órgão do pensamento.

Conclusões

O presente trabalho, embora seja apenas um resumo substancial de numerosas publicações minhas sobre o tema que me sugeriu o Conselho Diretor do *Congresso Espírita de Glasgow*, não deixa de revestir notável valor teórico, porquanto, da síntese de múltiplas publicações condensadas num livro de pequeno porte, faz ressaltar longa série de importantes conclusões secundárias, ou de categoria, tiradas das manifestações supranormais – anímicas e espíricas – em todas as suas graduações. Conquanto de ordem *particular*, essas conclusões convergem, em imponente massa cumulativa, para uma conclusão solene, de ordem *geral*: a solução espírita da formidável questão pesquisada pela nova ciência que se chama *Metapsíquica*.

Não me parecendo oportuno repetir aqui todas as conclusões de ordem secundária a que cheguei, limitar-me-ei a recordar apenas três delas, de importância fundamental.

Em primeiro lugar, lembro haver demonstrado que as faculdades supranormais subconscientes não podem ser os germens de novos sentidos destinados a surgir e fixar-se de forma permanente na humanidade do futuro e isso pelas múltiplas razões que aduzi baseado nos fatos, mas, principalmente, porque tudo concorre a provar que a posse de sentidos supranormais não se conciliaria com a natureza humana, de modo que as instituições civis, sociais, morais, longe de retirarem daí qualquer vantagem, seriam abaladas em seus fundamentos, anuladas, demolidas, dando em resultado que a evolução psíquica da espécie pararia, degenerando, por não mais funcionar a grande lei biológica da “luta pela vida”.

Uma vez conseguida essa demonstração, aplanado estava o caminho para o conhecimento da verdadeira natureza das faculdades supranormais em apreço, faculdades que são os “sentidos espirituais” da personalidade integral subconsciente, os quais existem pré-formados, em estado latente, nos recessos da subconsciência, aguardando o momento de emergir e atuar no meio espiritual, depois da crise da morte, do mesmo modo que os

sentidos terrenos existem pré-formados, em estado latente, no embrião, esperando o momento de emergir e atuar no meio terreno, depois da crise do nascimento.

Por outras palavras: se for indispensável que o embrião humano, destinado a viver e a atuar no meio terreno, tem de aí chegar provido de sentidos apropriados e *pré-formados*, prontos a exercitar-se depois da crise do nascimento, igualmente indispensável há de ser que o Espírito desencarnado tenha de chegar ao meio espiritual provido de sentidos apropriados e *pré-formados*, prontos a ser utilizados depois da crise da morte, porquanto não é possível que os sentidos espirituais *sejam criados do nada no instante da morte*. Segue-se que, se o Espírito sobrevive, tem que os possuir pré-formados, em estado latente, prontos a entrar em relação com o novo meio que o acolhe. Se assim não fosse, o Espírito não sobreviveria à morte do corpo. Donde se depreende que os fenômenos anímicos são os que facultam ao homem a prova mais solene e incontestável da sobrevivência.

Em segundo lugar, lembro que ficou demonstrado já ser possível circunscrever-se dentro de limites bem definidos os poderes supranormais da subconsciência, poderes designados pelos nomes de “clarividência no espaço e no tempo”, “telepatia”, “psicometria”, “telemnésia” (esta última no sentido de leitura nas subconsciências de outros, sem limites de distância), demonstração cuja conseqüência é privar os opositores da hipótese espírita da mais formidável arma de que dispunham para combatê-la e de que se prevaleciam até ao absurdo.

Em terceiro lugar, lembro que também ficou demonstrado que, mesmo quando se admita – a título de concepção teórica – que as faculdades subscientes possuem o atributo divino da onisciência, não se conseguiria neutralizar a possibilidade de obter-se um dia a prova científica da sobrevivência humana, possibilidade solidissimamente firmada no conjunto inteiro das manifestações supranormais – anímicas e espíricas – e não apenas sobre provas de identificação espírita fundada nas informações pessoais dadas pelos defuntos que se comunicam, conforme presumem constantemente os opositores.

Evidente, portanto, se faz que a solução, no sentido aqui indicado, das três questões fundamentais em apreço equivale à solução do problema do Ser, em sentido espiritualista, donde se segue que *o Animismo prova o Espiritismo* e de tal modo que, sem o Animismo, o Espiritismo careceria de base.

Ao mesmo tempo e como complemento das conclusões a que cheguei, discuti a fundo, em dois capítulos extensos, os casos das comunicações mediúnicas entre vivos e os fenômenos de “bilocação”, duas categorias de manifestações teoricamente importantíssimas por corroborarem as referidas conclusões, em sentido espiritualista.

No capítulo sobre casos de “comunicações mediúnicas entre vivos”, comecei por explicar que, produzindo-se por processos idênticos àqueles pelos quais se produzem as comunicações mediúnicas de defuntos, aquelas outras ofereciam a possibilidade de apreender-se melhor a gênese destas últimas, lançando luz nova sobre as causas dos erros, das interferências, das mistificações subconscientes que nelas se deparam e, sobretudo, contribuindo a provar com rara eficácia a realidade das comunicações mediúnicas com os defuntos, pela consideração de que, nas comunicações entre vivos, se pode verificar a realidade integral do fenômeno, interrogando as pessoas colocadas “nas duas extremidades do fio” e comprovando que os fatos se desenrolam conforme o diálogo supranormal o fazia supor. Daí a sugestiva dedução de que, quando “na outra extremidade do fio” se acha uma personalidade mediúnica que afirma ser um “Espírito de defunto” e o prova dando informações biográficas que todos os presentes ignoram, racionalmente se deve concluir que “do outro lado do fio” está o “Espírito de defunto” que se declara presente, do mesmo modo que nas comunicações entre vivos é positivamente certo que “no outro extremo do fio” está o vivo que se manifesta mediunicamente.

Uma vez posta a questão a resolver sobre bases, de fato, positivas, restava dissipar uma dúvida relativa às modalidades sob as quais se produzem as duas ordens de fenômenos, dúvida que consiste na aplicação da hipótese telepática como faculdade selecionadora de informações pessoais nas subconsciências de

terceiros, sem limites de distância (telemnésia), hipótese esta última em que se escudavam os opositores para afirmar que, quando uma personalidade mediúnica dá informações biográficas que todos os presentes ignoram, isso não demonstra que o Espírito de um certo defunto esteja com efeito presente, uma vez que, não se podendo pôr limites às faculdades telepáticas, é sempre de supor-se que o médium haja extraído da subconsciência de pessoas distantes as informações que tenha prestado. Vimos, porém, que essa arbitrária hipótese está em erro na sua primeira proposição, porquanto demonstramos que se podem circunscrever, dentro de limites bem definidos, as faculdades inquirentes da telemnésia. Em seguida, analisando as comunicações mediúnicas entre vivos, chegamos igualmente a demonstrar que a referida hipótese erra também na sua segunda proposição, porquanto tais comunicações, longe de consistirem num processo fantástico da natureza citada, consistem numa verdadeira conversação entre duas personalidades subconscientes, o que equivale a colocar a questão em bases radicalmente diversas, uma vez que se tem de inferir que, se esta última circunstância de fato transforma as comunicações mediúnicas entre vivos em provas resolutivas de identificação pessoal dos *vivos* que se comunicam, forçosos será concluir-se no mesmo sentido, relativamente às comunicações mediúnicas com os defuntos, transformando-se estas, a seu turno, em provas resolutivas de identificação dos *defuntos* que se comunicam, tudo isso, bem entendido, sob a condição de que, num caso como no outro, se comprove que as conversações são da natureza indicada.

Firmado isto, segue-se que a solução, no sentido apontado, da importante questão referente às modalidades sob as quais se desenvolvem as relações supranormais entre “dois psiquismos de vivos” assume notabilíssimo valor teórico. Não será, pois, ocioso informar que o Dr Eugênio Osty já chegara às mesmas conclusões, investigando os fenômenos de “metagnomia” (lucidez sonambúlica), com respeito aos quais assinalara que, longe de tratar-se de faculdades supranormais capazes de selecionar informações na subconsciência de terceiros, o que há é uma

conversação entre dois psiquismos postos em relação entre si. Eis como ele se exprime:

“... Na realidade, é-se vítima de uma ilusão quando, fundado em aparências, se imagina que o *sensitivo* tira de uma mentalidade latente as informações que fornece. Semelhante ilusão o observador a perde, desde que peça à prática a explicação ao fenômeno. Só então ele apreenderá de que modo o fenômeno se produz, verificando que, quando um *sensitivo* se propõe a revelar a outros informações sobre vidas vividas, *o seu psiquismo se torna o incitador que provoca a atividade do psiquismo de revelar. É, pois, por uma espécie de conversação subconsciente e atual que a reprodução mental elabora esses conhecimentos supranormais.* Daí decorre que não se tem de pedir ao *sensitivo* que revele o que, no momento da experiência, pense uma pessoa distante, *porém que se comporte como se essa pessoa se achasse na sua presença.* Só desse modo se consegue fazer que duas subconsciências conversem uma com a outra e o resultado de tal colaboração entre dois psiquismos se traduz pelas indicações que o *sensitivo* ministra sobre a personalidade distante e sobre as vicissitudes da sua vida.” (*Revista Metapsíquica*, 1926, págs. 14-15).

Assim se exprimiu o Dr. Osty, que é a maior autoridade em pesquisas dessa ordem. Como se vê, não fiz mais do que trazer uma contribuição de fatos excepcionalmente eficazes à confirmação e à corroboração de tudo quanto já ele assinalara, por sua conta, acerca do assunto.

Observarei agora que essa importantíssima solução teórica vale pela condenação definitiva da absurda hipótese segundo a qual as indicações que os médiuns fornecem com relação aos defuntos, e que muito freqüentemente todos os presentes ignoram, são tiradas pelos mesmos médiuns às subconsciências de pessoas distantes que se conheceram em vida, selecionando-as prodigiosamente no imenso emaranhado de impressões mnemônicas aí existentes em estado de latência (telemnésia).

Nenhuma dúvida tenho, portanto, de que a preciosa comprovação em apreço sirva a simplificar admiravelmente a questão das provas de identificação espírita, restituindo todo o seu valor teórico às manifestações dos defuntos que forneçam indicações pessoais ignoradas de todos os presentes, sobretudo, portanto, em se tratando de defuntos que todos os presentes desconheçam, caso em que o exemplo das “comunicações mediúnicas entre vivos”, por meio das quais se demonstra ser impossível estabelecer-se a *relação psíquica* com pessoas desconhecidas, tornaria incontestável a interpretação espírita das aludidas manifestações.

A fim de não ser mal compreendido, lembro tudo quanto oportunamente expliquei a esse respeito, isto é, que dos casos de comunicações entre vivos também ressalta a possibilidade de estabelecer-se a *relação psíquica* com pessoas distantes, desconhecidas de todos os presentes, mas só sob a condição de apresentar-se ao *sensitivo* um objeto que haja trazido consigo longo tempo o indivíduo distante com quem se deseja entrar em comunicação (psicometria). É uma “exceção que confirma a regra”, visto que não muda por isso a base indispensável a toda *relação psíquica*, que consiste na “sintonização entre vibrações específicas”, sintonização que existe entre pessoas que se conhecem e que se pode conseguir indiretamente por meio de um objeto que tenha absorvido as “vibrações específicas” do indivíduo em questão. Ao mesmo tempo, faço notar que esse método indireto de conseguir-se a *relação psíquica* corrobora tudo o que se dá nas “comunicações mediúnicas com os mortos”, nas quais é analogamente possível estabelecer-se a *relação psíquica* com defuntos que todos os presentes desconheçam, sob a condição de apresentar-se ao médium um objeto que o defunto desconhecido, com quem se deseja comunicar, haja trazido longo tempo consigo. Lembro que este fenômeno se produzia ordinariamente com a mediunidade da Sra. Piper, como de regra se produz com qualquer médium que genuinamente o seja. Faço notar ainda, a esse propósito, que a analogia da “telegrafia sem fio” ajudará a compreensão de como se dá e fenômeno da “sintonização” – se assim me posso exprimir – entre vivos que não se conhecem e

entre defuntos e vivos em condições idênticas. Quer dizer que o objeto saturado de fluidos vitalizados (ou vibrações específicas) do vivo ou do defunto desconhecidos do médium atua à maneira de uma “estação emissora” e outra “receptora”, sintonizadas sobre o mesmo comprimento de onda, entre as quais as mensagens expedidas pela primeira chegam infalivelmente à meta, porquanto as ondas elétricas se expandem globalmente ao infinito.

Passando a falar de outro capítulo em que tratei resumidamente dos fenômenos de “bilocação”, capítulo que, do ponto de vista teórico, é sobretudo importante, limitar-me-ei a observar que tive de insistir muito particularmente sobre os fenômenos dessa natureza, quando se dão no leito de morte, evidenciando que esta última modalidade sob as quais se opera o “animismo” bastaria por si só a demonstrar, com os fatos, a sobrevivência humana. E bastará, sobretudo, se se considerar que, com essa modalidade, se passa, sem solução de continuidade, dos fenômenos “anímicos”, quando tomam a forma de fantasmas de vivos exteriorizados na crise pré-agônica, aos fenômenos “espíritas”, quando tomam forma de “fantasmas de defuntos que se manifestam pouco depois da morte”, ou de “aparições de defuntos junto ao leito dos moribundos”, sem levar em conta as outras sugestivas modalidades sob as quais se manifestam os defuntos, modalidades referidas e comentadas amplamente no capítulo quinto.

Esse capítulo é o mais importante do presente livro, porquanto nele se demonstra, baseada em fatos, a evidência de que, embora se concedesse a onisciência divina à subconsciência humana, não se chegaria a anular a possibilidade de provar-se cientificamente a sobrevivência. Ora, assim sendo, lícito se torna afirmar que o material de fatos por mim reunido e comentado nesse capítulo derroca todas as hipóteses e todas as objeções legítimas ou sofísticas de que dispõem os opositores, fazendo triunfar a causa da verdade, por maneira teoricamente resolutive. Digo *teoricamente*, porque, praticamente, haverá sempre os grupos dos irreduzíveis, que descrevi nas conclusões do aludido capítulo, os quais, embora não consigam refutar o que ali se contém, se manterão do mesmo modo recalcitrantes ou cépticos,

devido à existência bastante conhecida de uma forma de idiosincrasia psíquica que torna impermeáveis a verdades novas as vias cerebrais (misoneísmo).

Mesmo que se pusesse em plena claridade a verdade simples que aqui se propugna, manifesto se faz que a objeção acerca da presumível existência de uma “criptestesia onisciente” constituirá sempre a arma não só preferida dos opugnadores, como até reconhecida legítima por alguns dos mais eminentes propugnadores da hipótese espírita, os quais se esforçam por lhe anular a eficiência demolidora, invocando as razões do “bom senso”, que, segundo esses propugnadores, deveriam bastar para excluir uma hipótese com que se conferem poderes divinos às faculdades subconscientes. Tinham eles razão de apelar para o bom senso contra as audácias inverossímeis da fantasia adversa; mas, as invocações desse gênero eram impotentes para demolir as afirmações dos que se faziam fortes com uma objeção irrefutável, porque indemonstrável. Era necessário, antes, demonstrar-lhes o enorme erro metapsíquicos em que incorriam, pretendendo que as provas experimentais da sobrevivência assentavam exclusivamente nos casos de identificação espírita, fundados em informações pessoais fornecidas pelos defuntos que se comunicam, quando, na realidade, se fundam solidamente no conjunto inteiro da fenomenologia supranormal – anímica e espírita – em que todas as manifestações convergem para a demonstração da existência e da sobrevivência do espírito humano. Ora, é esta última verdade que se acha demonstrada no presente trabalho, baseando-se a demonstração em exemplos tomados às várias categorias de manifestações supranormais, reunidas e comentadas no capítulo quinto.

É realmente curioso que, até hoje, a ninguém houvesse ocorrido mostrar aos opositores o erro enorme em que caíram e persistiam, bem como que ninguém haja pensado em apontar a alguns eminentes propugnadores da hipótese espírita o erro deplorável em que, a seu turno, haviam incorrido, reconhecendo por justificada a hipótese dos adversários. Entre eles contava-se o genial propugnador de um espiritismo cientificamente compreendido, o Dr. Gustavo Geley, que considerou legítima a objeção

de que se trata, reconhecendo-lhe a eficácia neutralizante e declarando-a, por enquanto, impossível de ser eliminada, embora fosse ela indubitavelmente fantástica e filosoficamente absurda. Por entender assim é que invocava as razões do “bom senso”. Erro curioso, num pensador da sua força, tanto mais se se ponderar que ele perseverou nesse erro durante toda a sua vida, porquanto, depois de haver admitido a eficácia anulatória de tal objeção, num de seus primeiros livros, admitiu-a francamente ainda no último período da sua nobre existência, dirigindo ao Congresso de Copenhague uma “mensagem”, onde se expressava nestes termos:

“... Por enquanto, seja qual for a prova direta e imediata em favor da sobrevivência, ela corre o risco de ser afastada peremptoriamente pela imensa maioria dos homens de ciência, inclusive os versados em metapsíquica, os quais observam que, a rigor, qualquer fenômeno pode explicar-se por meio das faculdades supranormais da subconsciência. E é manifesto que, se se reconhecerem nos médiuns capacidades multiformes de manifestação, poderes de ideoplastia subconsciente, de criptomnesia, de “leitura do pensamento” e de lucidez, não mais haverá lugar para uma prova segura de identificação espírita. A meu ver, seria inútil negá-lo, para permanecer obstinadamente na senda das identificações pessoais. A demonstração direta da sobrevivência humana, dado seja possível, não constituirá a base, mas o coroamento do edifício metapsíquicos.” (*Anais*, pág. 38).

Conforme deixei dito, muitos anos antes havia ele externado o mesmo conceito em seu livro: *O Ser Subconsciente*, deste modo:

“É evidente que, se se admitir um desenvolvimento ilimitado aos fenômenos de “exteriorização” e um poder correlato às faculdades subconscientes, se conseguirá explicar tudo, sem necessidade de recorrer-se à intervenção de entidades espirituais.” (Pág. 103).

Era, portanto, natural que o Dr. Osty colhesse de relance as infelizes declarações do Dr. Geley ao Congresso de Copenhague,

para se valer delas como prova de que este último, no derradeiro período de sua vida, renunciara às convicções espíritas. Não perdeu ele a oportunidade para comentar o fato, observando que “a bela inteligência do Dr. Geley, aberta a todas as verdades, não deixara de perceber que tudo, em metapsíquica, é explicável por meio dos poderes transcendentais dos vivos”, conclusão distanciada da verdade, quer quanto à substância, quer quanto à referência pessoal. Mas, pelo que concerne à referência pessoal, dou-me pressa em acrescentar que o Dr. Osty estava de perfeita boa fé quando assim se exprimia, pois ignorava que o Dr. Geley houvesse formulado o mesmo conceito num dos seus primeiros livros, isto é, quando, incontestavelmente, era espiritualista convicto, qual, aliás, se conservou por toda a sua vida, conforme quem isto escreve o pode atestar, baseado nas últimas cartas que dele recebeu. O que, ao contrário, ressaltava efetivamente dela a reiteração do mesmo erro ao Congresso de Copenhague era isto: o Dr. Geley perseverara toda a sua vida em dar importância à suposição falaz de que não existiam outras manifestações supra-normais em favor da sobrevivência, além dos casos de identificação espírita fundados nas informações pessoais ministradas pelos defuntos que se comunicam.

A este propósito, ocorre acentuar que o erro em que caíram, de um lado, o Dr. Geley e, de outro lado, o Dr. Osty, constitui eloquentíssimo exemplo a confirmar tudo o que afirmei nas conclusões do quinto capítulo, com relação ao fenômeno psicológico referente à grande dificuldade – singularmente generalizada – de terem-se presentes sempre ao critério da razão todos os dados constitutivos da questão a resolver-se, dados perfeitamente conhecidos daquele que os olvida. A consequência é que o raciocínio humano quase sempre induz e deduz fundado em parciais ou, mesmo, parcialíssimos processos de síntese, tirando conclusões miseravelmente errôneas. Ora, no nosso caso, tanto o Dr. Geley, quanto o Dr. Osty conheciam a fundo todas as categorias de fenômenos que enumerei no capítulo quinto; todavia, em chegando o momento de utilizá-las, antes de concluírem, esqueceram-nas completamente, pelo que foram ambos ter a conclu-

sões erradas, um no empenho de defender, o outro no de destruir as bases da solução espiritualista do problema do Ser!

Tudo isso revigora, de modo efficientíssimo, a seguinte observação de Stanley De Brath:

“É notabilíssimo o fato de que a grande maioria dos espiritualistas e, sobretudo, a grande maioria dos seus opositores dão prova de deplorável incapacidade para firmarem solidamente suas convicções, ou suas opugnações, sobre o conjunto dos fatos pesquisados.”

É precisamente assim e essa comprovação tem o valor de um ensinamento solene, que nunca se deverá esquecer.

*

Concluo, epilogando novamente as resultantes obtidas e o faço em forma de resposta à questão que me submeteu o Conselho Diretor do Congresso Espírita Internacional de Glasgow: “Animismo ou Espiritismo? Qual dos dois explica o conjunto dos fatos?”

Respondo: Nem um, nem outro, pois que ambos são indispensáveis à explicação do conjunto dos fenômenos supranormais, cumprindo se observe, a propósito, que eles são efeitos de uma causa única: o espírito humano que, quando se manifesta em momentos fugazes, durante a existência “encarnada”, determina os fenômenos *anímicos* e, quando se manifesta na condição de “desencarnado” no mundo dos vivos, determina os fenômenos *espíritas*. Decorre daí um importante ensinamento: que os fenômenos metapsíquicos, considerados em conjunto, a começar pela modestíssima tiptologia da trípode mediúnica e pelos estalidos no âmago da madeira, para terminar nas aparições dos vivos e nas materializações de fantasmas vitalizados e inteligentes, podem ser fenômenos *anímicos* ou *espíritas*, conforme as circunstâncias. É racional, com efeito, supor-se que o que um Espírito “desencarnado” pode realizar também deve podê-lo – embora menos bem – um Espírito “encarnado”, sob a condição, porém, de que se ache em fase transitória de diminuição vital, fase que corresponde a um processo incipiente de desencarnação

do Espírito (sono fisiológico, sono sonambúlico, sono mediúnico, êxtase, delíquio, narcose, coma).

Segue-se que, em metapsíquica, faz-se necessário constantemente analisar, caso a caso, os fenômenos supranormais, antes de concluir acerca da gênese anímica ou espírita de cada um, o que equivale a reconhecer que o erro mais grave em que pode cair um pesquisador é o de apressar-se a generalizar, estender a todo um grupo de fenômenos supranormais as conclusões legitimamente aplicáveis a um só episódio. E é esse o erro em que muito amiúde incorrem tanto os “animistas totalitários” como os “espiritistas”. Nos primeiros, porém, semelhante erro constitui regra sistemática, pois, se assim não fosse, eles não seriam “animistas totalitários”.

FIM

Notas:

-
- ¹ *Sobrevivência: Minha Contribuição.*
 - ² *Fenômenos de Bilocação*, Tip. “Dante”. – Città della Pieve.
 - ³ *Das aparições de defuntos no leito de morte* – Tipografia Dante. – Città della Pieve.